

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
SOCIAL DA AMAZÔNIA

WALTER PINTO DE OLIVEIRA

**MEMÓRIAS DE UMA REVOLTA ESQUECIDA:  
O Baixo-Amazonas na Revolução Constitucionalista de 1932**

BELÉM  
2012

WALTER PINTO DE OLIVEIRA

**MEMÓRIAS DE UMA REVOLTA ESQUECIDA:  
O Baixo-Amazonas na Revolução Constitucionalista de 1932**

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como exigência parcial para obtenção do título de mestre em história social da Amazônia. Orientadora: Profa. Dra. Maria de Nazaré Sarges (PPHIST/UFPA).

BELÉM  
2012

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**  
(Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA, Belém-PA)

---

Oliveira, Walter Pinto de

Memórias de uma revolta esquecida: O Baixo-Amazonas na revolução constitucionalista de 1932 / Walter Pinto de Oliveira; orientadora, Maria de Nazaré Sarges. - 2012.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2012.

1. Pará - História. 2. Revoltas - Óbidos (PA) - História. 3. Resistência ao governo - Pará - História. 4. Militares - Óbidos (PA). Título.

CDD - 22. ed. 981.15

---

WALTER PINTO DE OLIVEIRA

**MEMÓRIAS DE UMA REVOLTA ESQUECIDA:  
O Baixo-Amazonas na Revolução Constitucionalista de 1932**

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como exigência parcial para obtenção do título de mestre em história social da Amazônia. Orientadora: Profa. Dra. Maria de Nazaré Sarges (PPHIST/UFPA).

Data \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Banca examinadora

---

Profa. Dra. Maria de Nazaré Sarges (orientadora)  
(PPHIST/UFPA)

---

Prof. Dr. Renato Luís do Couto Neto e Lemos  
(LEMP/UFRJ)

---

Prof. Dr. William Gaia Farias  
(PPHIST/UFPA)

---

Profa. Dra. Franciane Gama Lacerda (suplente)  
(PPHIST/UFPA)

## **Agradecimentos**

Ao encerrar esta dissertação, cujas imperfeições devem ser creditadas unicamente ao seu autor, expresso meus agradecimentos às seguintes pessoas que foram muito importantes para a concretização deste trabalho:

À professora Nazaré Sarges, minha querida Naná, colega de anos de trabalho, pela orientação segura, leitura dos capítulos, incentivo, dicas e disponibilização de acervo bibliográfico;

Ao professor William Gaia, que foi muito importante para a correção de rumos, críticas, indicações de leituras, observações pertinentes, descobertas de novas possibilidades;

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da UFPA, pela excelência acadêmica e pelas condições disponibilizadas para a realização desta dissertação; aos funcionários, pela paciência e presteza no atendimento a este mestrando;

Aos colegas do curso, pela convivência harmoniosa, pelas discussões proveitosas em sala de aula, pela disponibilização de livros e textos, e, sobretudo, pela amizade que se formou no convívio acadêmico;

A todos os funcionários das bibliotecas e arquivos onde pesquisei, sobretudo aos funcionários da Biblioteca Pública Arthur Vianna, Arquivo Público do Pará e Arquivo Histórico do Exército;

Aos amigos Rodrigo Grilo e Sara Suliman, indispensáveis durante a caminhada; aos queridos professores Renato Gimenez, Ruth Burlamaqui, Alan Watrin, Michelle Barros, Otávio Rangel e Lucidéa Santos, sem os quais não teria levado à frente este projeto; ao Ronaldo Brasiliense pela acolhida em Óbidos; à Nilza, pela revisão; à Solange, pela colaboração como tradutora.

Aos de casa: minha mãe, que sempre me incentivou e torceu pelo meu sucesso; meus irmãos, sempre interessados no andamento da pesquisa;

À Regina, minha companheira, e à Paula, minha filha, pela paciência e pela contribuição no trabalho de pesquisa. Lembrarei para sempre da nossa descoberta do primeiro documento sobre a revolta, no Museu de Óbidos.

A todos vocês, o meu muito obrigado.

*É quando as expectativas relativamente modestas do cotidiano parecem irrealizáveis sem revolução, que os indivíduos se tornam revolucionários.*

(E. J. Hobsbawm)

## **Resumo**

A proposta desta dissertação é discutir a formação do primeiro movimento armado de reação ao tenentismo e ao Governo Provisório no Estado do Pará, materializado numa revolta de civis e militares, liderada por sargentos de uma pequena unidade do Exército na cidade de Óbidos, interior da Amazônia, em 1932, com o objetivo de analisar os seus significados, as experiências dos sujeitos, as estratégias de luta e a relação da revolta com a Revolução Constitucionalista de São Paulo. Oitenta anos depois, o acontecimento, que teve trágico desfecho na batalha naval de Itacoatiara, ainda permanece um dos capítulos amazônicos mais desconhecidos da história do Brasil. Em busca de resposta, o trabalho examina o discurso oficial do interventor paraense no sentido de invalidar a legitimidade da ação rebelde e seu reflexo na sociedade da época.

### **Palavras-chave:**

Revolta; constitucionalismo; Óbidos; sargentos; Magalhães Barata; memória.

## **Abstract**

The purpose of this dissertation is to discuss the establishment of the first armed movement in reaction to the Tenentismo and to the provisional government in the extreme north, materialized in a civilian and military rebellion, led by sergeants of a small army unit in the city of Óbidos, country of Amazônia, in 1932, with the aim of analyze their meanings, subjects experiences, fight strategies and the relation between the rebellion and the Constitutionalist Revolution of São Paulo. Eighty years after, the event, that had a tragic ending in the naval battle of Itacoatiara, remains as one of the most unknown in the history of Brasil. In search for answer, this dissertation investigates the official discourse of the paraense interventor which invalidates the legitimacy of the rebellion action and its reflection in the society at the time.

**Key-words:** Rebellion, Constitutionalism, Óbidos, Sargeants, Magalhães Barata, memory.

## **Lista de abreviaturas e siglas**

APEP	Arquivo Público do Estado do Pará
AHEX	Arquivo Histórico do Exército
DE	Delegacia Especial Pará
DPAAM	Delegacia de Polícia Auxiliar do Amazonas
IPMPA	Inspetoria de Polícia Marítima do Pará
8ª RM	8ª Região Militar
4º GAC	4º Grupo de Artilharia de Costa
26º BC	26º Batalhão de Caçadores (sediado em Belém)
27º BC	27º Batalhão de Caçadores (sediado em Manaus)

## Lista de Ilustrações

Figura 01 – Quadro Receita-Despesa, Pará, 1920-1931	28
Figura 02 – Batalhão Castilho França	61
Figura 03 – Código telegráfico de Pompa	68
Figura 04 – Canhão no alto da Serra da Escama	69
Figura 05 – Residência do sargento Silvestre dos Reis	74
Figura 06 – Embarcações no porto de Óbidos, década de 1930	78
Figura 07 – Quartel do 4º GAC ocupado em 1924 e 1932	86
Figura 08 – Pacto de honra assinado pelos tenentes	103
Figura 09 – Decreto nº 7: censor para os correios	107
Figura 10 – Quadro de requisições no comércio e órgãos públicos	116
Figura 11 – As cidades da cala do rio Amazonas envolvidas na revolta	122
Figura 12 – Diário da Tarde: a voz do interventor no agitado ano de 1932	139
Figura 13 – Ginasianos com Renato Franco e o estudante Eidorfe Moreira	148

## Sumário

<b>Resumo.....</b>	<b>06</b>
<b>Abstract.....</b>	<b>07</b>
<b>Lista de abreviaturas e siglas.....</b>	<b>08</b>
<b>Lista de ilustrações.....</b>	<b>09</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>12</b>
<b>Capítulo 1. A Revolução de 30 no Pará e a insurgência do constitucionalismo.....</b>	<b>20</b>
1.1. As águas divididas no Pará.....	26
1.2. A emergência do Partido Constitucional.....	37
1.3. A rebelião de julho.....	43
1.4. Soldados invisíveis: os contingentes paraenses no Sul.....	56
1.5. Conspirações no Baixo Amazonas.....	65
<b>Capítulo 2. Sob as ordens do general Klinger.....</b>	<b>76</b>
2.1. Óbidos: cenário da revolta.....	76
2.2. A ação precursora do major Souza Brasil.....	81
2.3. Os sargentos e a crise das promoções.....	86
2.4. A adesão dos civis.....	95
2.5. A ambiguidade dos tenentes.....	101
2.6. A Força Constitucionalista no Norte da República.....	104

2.7. Controle dos meios de comunicação.....	106
2.8. As requisições no comércio.....	111
2.9. Navios de guerra: um improviso.....	117
2.10. A Batalha Naval de Itacoatiara.....	121
<b>Capítulo 3. O discurso do poder e o imaginário social.....</b>	<b>132</b>
3.1. Memória “conspurada”: 1924.....	132
3.2. Óbidos e Belém: em busca de nexos.....	143
3.3. O uso político das revoltas.....	156
3.4. Um discurso dissonante.....	162
3.5. O IHGP: guardião do imaginário social.....	169
3.6. Memória, literatura e resignificação.....	174
<b>Considerações finais.....</b>	<b>182</b>
<b>Referências documentais.....</b>	<b>187</b>
<b>Referências bibliográficas.....</b>	<b>188</b>

## Introdução

Em 2002, eu acabara de concluir a leitura de *Os dias recurvos*, livro de um autor paraense, Ildefonso Guimarães, e havia ficado vivamente impressionado com a narrativa sobre uma revolta acontecida na cidade de Óbidos, em 1932. O que me surpreendera na ocasião fora o fato de a revolta ter sido deflagrada em adesão à *Revolução Constitucionalista* que, nos tempos do colegial, havia aprendido ter sido uma luta dos paulistas contra o Governo Provisório em função da perda da hegemonia política de São Paulo com o fim da chamada “política do café com leite”.<sup>1</sup>

Inicialmente pensei tratar-se de um romance criado a partir da imaginação do escritor, obra de ficção, pois não tinha as características de um texto historiográfico, apresentando-se como narrativa desenvolvida por meio de diálogos. No entanto, ao final da obra, o escritor transcreveu algumas notícias sobre a revolta e reproduziu clichês de antigos jornais mostrando vapores empregados na luta e um grupo de prisioneiros desembarcando no porto de Belém. Era como uma comprovação de que a trama da narrativa não se tratava de ficção.

Dois anos depois, enviado pelo jornal em que trabalhava para fazer uma pesquisa sobre o governo de Magalhães Barata para uma edição especial, encontrei, na hemeroteca da Biblioteca Pública do Pará, um exemplar do jornal *Diário do Estado*, de abril de 1935, em que o interventor, às vésperas de entregar o governo, presta conta dos quatro anos de administração. Ao tratar do capítulo Ordem pública, Magalhães Barata diz que teve “a fortuna de atravessar todo o período discricionário trazendo a ordem pública rigorosamente mantida.” No entanto, “abriu exceção a este estado de coisas, o motim de 6 para 7 de setembro de 1932, de adesão ao movimento paulista, organizado por estudantes, guardas civis e elementos comunistas.”<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> A expressão “política do café com leite”, sedimentada numa tendência historiográfica em torno da aceitação da hegemonia da aliança mineiro-paulista sobre o regime oligárquico da Primeira República, vem sendo alvo de questionamentos a partir da década de 1960, após a publicação de “*O Teatro das Oligarquias*”, por Claudia M. R. Viscardi, no qual a autora aponta as fissuras existentes na aliança entre mineiros e paulistas nos quarenta primeiros anos republicanos, que questionam a permanência dessa hegemonia por tão longo tempo. A autora também faz crítica ao próprio termo “café com elite”, pois Minas Gerais era também um grande produtor de café. VISCARDI, Claudia M. R. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011, formato ePub.

<sup>2</sup> “Mensagem apresentada à Assembleia Constituinte do Estado pelo exmo. Sr. major Magalhães Barata, interventor federal do Estado do Pará”. *Diário do Estado*, 6 de abril de 1932, p. 5.

Isto, naturalmente, surpreendeu-me. E a revolta de Óbidos, não foi constitucionalista também? Não eclodiu no Pará? Certamente não por acaso, encontrei em dois autores ligados a Magalhães Barata procedimento semelhante. Abguar Bastos, ex-chefe de gabinete do interventor, em “*História da Política revolucionária no Brasil*”, publicado em 1969, faz referência ao movimento constitucionalista no Pará, mas limita-se à revolta de Belém. O mesmo ocorrendo com o intelectual “decaído” convertido às hostes baratistas, Lindolfo Mesquita, autor do livro “*Magalhães Barata: o Pará e sua história*”, publicado em 1944. Este estranho silêncio instigou-me a estudar a revolta de 1932 no Baixo Amazonas, que se circunscreveu não somente a Óbidos, mas também às cidades amazonenses de Parintins e Itacoatiara.

Fui arrebatado definitivamente pelo tema após a leitura de um livro incendiário, publicado em 1934 por um dos fundadores do Partido Constitucional do Pará, o bacharel José Francisco Ribeiro. “*Sobre os mosaicos do inferno: fotografia nítida de três anos de desvarios num recanto esquecido da República Nova*”, como o longuíssimo título indica, era um ácido painel crítico da administração de Magalhães Barata em que, pela primeira, surgiam esboçadas as revoluções de Óbidos e de Belém, e, mais surpreendente ainda, por um ângulo constitucionalista. Verifiquei que o interventor reagiu às críticas: os intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico do Pará julgaram o livro inverídico e indigno de figurar nas estantes do silogeu. Era a reação da classe intelectual dominante, impondo o silêncio sobre quem ousou desnudar o poder e conspirar a memória que se pretendia apagada da história.

Tratava-se, então, de estudar um movimento, sobre o qual pesava forte silêncio, liderado, principalmente, por um grupo de praças, a mais baixa graduação na hierarquia do Exército, de um quartel instalado no interior da Amazônia, em adesão à causa defendida pela classe dominante paulista. Ou por outra: era um movimento de inferiores do Exército de reação à política de centralização defendida aguerridamente pelo movimento tenentista, no interior de um Estado governado discricionariamente por um oficial, naquele momento detentor de grande apoio popular.

A partir deste quadro, esboçaram-se os questionamentos que iriam nortear o presente trabalho:

1. Quais os fatores que levaram esse punhado de soldados, cabos, sargentos e civis, de uma longínqua cidade do Pará, a apoiar uma causa defendida pelas classes dominantes de São Paulo?

2. Quem eram os sujeitos desta história e quais os interesses em jogo?
3. Qual o significado do constitucionalismo para estes sujeitos?
4. Qual o significado da revolta para o poder dominante, para a sociedade civil diretamente envolvida com o tumulto e para as lideranças da Revolução em São Paulo?
5. Em que medida o silêncio imposto pela classe dominante refletiu na percepção da sociedade sobre a revolta no Baixo Amazonas?

Em *O Silêncio dos Vencidos*, Edgar De Decca mostrou que a memória histórica sobre a *Revolução* de 1930, concebida como um discurso do exercício de poder, ocultou a ocorrência da luta de classes no interior do processo dito revolucionário. Como discurso do exercício de poder, os revolucionários ocultaram o percurso das classes sociais em conflito, não apenas anulando a existência de determinados agentes, mas, principalmente, definindo enfaticamente o lugar da história para todos os agentes sociais.<sup>3</sup>

A partir da apropriação dos termos “revolução”, como exclusivo do processo histórico resultante do golpe civil militar de 1930, e “revolucionário”, autoaplicado pelos protagonistas vencedores daquele processo, todos os demais agentes sociais foram suprimidos, como se não houvesse ocorrido qualquer ação política por parte dos dominados durante o período histórico dito “revolucionário”.

Seguindo esta linha de análise, a todo e qualquer sujeito de ação política colocada em prática contra a autoproclamada *Revolução* de Outubro caberia o silêncio da história, ocultando-se, assim, a própria dimensão histórica dos acontecimentos que protagonizasse. Assim, justifica-se o silêncio das classes dominantes com relação ao movimento constitucionalista no Baixo Amazonas, que se configurou na primeira reação armada ao domínio tenentista no extremo Norte.

A partir do exame de manejo de imaginários sociais como estratégia de legitimação do poder, na linha de raciocínio formulada pelo filósofo polonês Bronislaw Baczko, encontramos subsídios para interpretar as possíveis formas empregadas pela dominação para influir sobre o imaginário social, com vista a invalidar qualquer possibilidade de legitimidade da ação rebelde, negando-lhe algum sentido político.

Tratando-se de uma revolta predominantemente militar instaurada dentro de um quartel do Exército, busquei amparo em Edmundo Campos Coelho e em José Murilo de

---

<sup>3</sup> DE DECCA, Edgar. *O silêncio dos vencidos*. 6ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 75.

Carvalho, autores que buscaram interpretar o papel do Exército na política e na sociedade brasileira a partir de leituras alternativas à concepção instrumental, aquela que vê o Exército como instrumento de determinada classe social ou representante de extratos sociais.<sup>4</sup> Apesar de a revolta estar vinculada à estratégia planejada pelas lideranças constitucionalistas de São Paulo, como verificaria no decorrer da pesquisa, busquei apreender a ação das praças e sargentos como decorrência das condições funcionais e do contexto político da estrutura organizacional do Exército.

Uma preocupação que balizou a pesquisa foi a de tentar revelar as vozes dos sujeitos da história, algo ausente na bibliografia e no noticiário dos jornais. Como os vencidos da história de que fala o historiador inglês Edward Thompson, os rebeldes de Óbidos não deixaram escritas suas ideias, salvo em manifesto único, nem tiveram ao seu alcance as páginas dos jornais para a exposição de pensamentos e defesa de acusações. Encontrar essas vozes foi, no percurso da pesquisa, a etapa mais difícil. Elas estavam nos autos de quatro inquéritos policiais e militares instaurados entre agosto de 1932 e fevereiro de 1933, agrupados num caixote de papelão em meio aos documentos sob a guarda do Arquivo Histórico do Exército – Ahex, no Palácio Duque de Caxias, no centro do Rio de Janeiro. Foi com indescritível e indisfarçável alegria que tive acesso aos inquéritos judiciais, onde pude ouvir as vozes de rebeldes como Silvestre, Marialva, Sarraf, Demócrito, Pompa, Lalôr, entre outras até então nunca ouvidas por qualquer pesquisador.

Dos quatro inquéritos, dois foram instaurados no mês agosto, concomitantemente em Óbidos e Manaus. O primeiro, presidido por Abel Chermont, inquiriu 26 pessoas, das quais cinco rebeldes. O segundo, sob a responsabilidade da Delegacia de Polícia Auxiliar do Amazonas, tomou vinte depoimentos, sendo onze de rebeldes. Ambos ficaram inclusos. Os outros dois foram instaurados pelo Comando da 8ª Região Militar, em Belém, entre setembro e outubro de 1932, e pela Inspetoria de Polícia Marítima do Pará, entre dezembro de 1932 e janeiro de 1933. O primeiro interrogou 44 envolvidos, sendo quarenta rebeldes e quatro testemunhas. O segundo

---

<sup>4</sup> Edmundo Campos Coelho e José Murilo de Carvalho, apesar apresentarem leituras que se distanciam da concepção instrumental, não trabalham do mesmo modo a relação do Exército com a política. Coelho analisa o Exército a partir da estrutura interna da organização. Carvalho, mais institucional, incorpora em suas análises os fatores sociais e políticos externos ao Exército.

ouviu 63 pessoas, incluindo seis tenentes e 41 comerciantes. Ao todo foram tomados 153 depoimentos, com alguns envolvidos respondendo a três inquéritos.

Os inquiridores buscaram, essencialmente, respostas aos seguintes questionamentos: qual a participação do inquirido na revolta; b) o que sabe sobre as causas da revolta c) o que sabe sobre a preparação da revolta; b) quem são os envolvidos e quais os líderes; c) por que não organizou uma contrarrevolução; d) se comerciante, qual o montante do prejuízo e se foi vítima de saque à mão armada.

Após a tomada de depoimentos, os autos dos inquéritos foram reunidos numa só peça, enviada pela Procuradoria da República - Secção do Pará, à Justiça Militar, em função do envolvimento de militares na revolta. No entanto, em decorrência do Decreto Federal nº 24.297, de 28 de maio de 1934, de concessão de anistia aos envolvidos na *Revolução* Constitucionalista, o inquérito foi arquivado.

A leitura desta documentação expôs versões que ora se complementam, ora se desmentem, fazendo emergir enfoques diferentes e convergentes em vários momentos da história. Tomá-la como fonte não significou partir em busca do que realmente se passou. Como observou Sidney Chalhoub, o importante é atentar às coisas que se repetiam sistematicamente, versões que se reproduziam muitas vezes, aspectos mal escondidos, mentiras ou contradições que apareciam com frequência.<sup>5</sup> O cruzamento das informações e seu cotejo com outras fontes revelaram muito mais do que os depoimentos tentam negar.

Este estudo serviu-se de considerável volume de documentos pesquisados em diferentes acervos. No Arquivo Público do Pará, deteve-se na documentação referente aos governos de Souza Castro, Dionísio Bentes, Eurico Valle e Magalhães Barata; no Instituto Histórico e Geográfico e no Arquivo Público do Amazonas, foram especialmente úteis as coleções do *Diário Oficial do Estado* e do *Jornal do Comércio*. Na Biblioteca Nacional, valeu-se de documentos do Governo Provisório referentes ao Estado do Pará. No Museu Integrado de Óbidos, antigas publicações e documentos municipais do período de 1900 a 1934 foram muito úteis ao trabalho<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*, 2001, p. 41.

<sup>6</sup> Raras vezes um município paraense guarda tão bem os seus documentos históricos. O Museu Integrado de Óbidos cumpre com eficácia a missão de guardião da história municipal, apesar das dificuldades enfrentadas, principalmente relativas a recursos financeiros e à falta de pessoal.

Os jornais de Belém também se constituíram importantes fontes de consulta. No Pará, a relação da interventoria com a imprensa no alvorecer da Segunda República foi marcada por conflitos, imposições e atos de censura, situação que refletia o ambiente nacional. O ministro da Justiça, Oswaldo Aranha, por exemplo, acalentava a ideia de um jornalismo subordinado ao Estado, dentro de uma relação que “conciliasse os imperativos da liberdade de crítica com a necessidade de defesa e conservação da ordem”.<sup>7</sup>

Três grandes jornais circulavam em Belém em 1932: a *Folha do Norte*, jornal de oposição, pertencente ao “decaído” Paulo Maranhão; *O Estado do Pará*, de sustentação do novo regime, propriedade de Afonso Chermont; o vespertino, *O Imparcial*, de Dejard de Mendonça, que apoiou os governos Dionísio Bentes e Eurico Valle mas, logo após o golpe de 1930, trocou de dono e de linha editorial, passando a apoiar a *revolução*. Ao chegar ao poder, os revolucionários trataram de neutralizar a oposicionista Folha, mantendo-a em rigorosa censura.

A *revolução* ensejou o surgimento de outros três vespertinos, de não mais que quatro páginas e tiragens reduzidas: *Brasil Novo*, *Diário da Tarde e Crítica*. O primeiro surgiu comprometido com o governo, mas acabou mudando de linha editorial, ao ligar-se ao ex-governador Dionísio Bentes, tendo fechado um ano depois. O *Diário da Tarde*, fundado em 21 de maio de 1932, em pleno debate constitucionalista, surgiu para intervir na discussão, quase sempre para achincalhar os adversários do interventor. Apesar disso, se proclamava independente. Seu corpo direcional era todo formado por *revolucionários* históricos: Aníbal Duarte, proprietário; Genaro Ponte Souza, diretor de redação; Eládio Filho, diretor de arte, foram protagonistas do frustrado golpe civil e militar de 1930, em Belém, derrotado pelas forças legais de Eurico Valle. Em outubro de 1932, o jornal foi doado por Duarte, cunhado do interventor, ao Partido Liberal, entrando em nova fase, sob a direção política de Abel Chermont, também *revolucionário* histórico de 1930. Este jornal, dada a estreita ligação com Barata, é um veículo privilegiado à apreensão do discurso oficial do governo. Por isso, tornou-se uma das fontes essenciais para este trabalho. Numa linha indefinida inicialmente, o pequeno *Crítica*, do polêmico João Malato, derivou para a oposição, após seu proprietário ter

---

<sup>7</sup> SOUZA, José Inácio de Melo. *O Estado contra os meios de comunicação (1889-1945)*. São Paulo: Fapesp, p. 61.

sido agredido dentro da redação por partidários de Barata. Quando da eclosão da revolta no Baixo Amazonas, *Crítica* estava temporariamente fechada.

A partir da análise documental, buscou-se trazer à superfície a história de uma revolta quase desconhecida que se configurou na primeira reação efetiva contra o tenentismo na Amazônia. Pretendeu-se recuperar para a história os seus protagonistas, tirando-os do anonimato e identificar os motivos que os levaram à luta. Aspirou-se contribuir para o estudo da manipulação do imaginário social, ao examinar como o poder procurou impor sua representação sobre a revolta e qual a consequência desta ação.

A presente dissertação, “*Memória de uma revolta esquecida: o Baixo Amazonas na Revolução Constitucionalista de 1932*”<sup>8</sup>, está estruturada em três capítulos. O primeiro, “*A Revolução de Outubro e a insurgência do constitucionalismo na Amazônia*”, trata do ambiente político e econômico no Pará, a partir do ano de 1920, representado pela historiografia como uma fase de crise e grandes dificuldades orçamentárias, interpretação para a qual deu grande contribuição o interventor Magalhães Barata. Alçado ao poder pela *Revolução* de Outubro, o então tenente Barata logo tratou de desqualificar a Primeira República, relacionando o Estado do Pará daquele período ao estado de bancarrota. Governando de forma discricionária, o interventor desenvolveu uma gestão marcada por medidas de grande impacto popular. Mas, naquele mesmo momento, a crise vivida pelo Estado de São Paulo, insatisfeito com a súbita perda do domínio sobre os rumos da política nacional, ameaçou os planos do tenentismo e do Governo Provisório, confrontados com um debate nacional sobre o retorno imediato do regime constitucional. No Pará, a ideia constitucionalista foi encampada por um grupo de insatisfeitos com o governo discricionário de Magalhães Barata. Apesar da repressão que se seguiu, a ideia foi levada adiante por um pequeno

---

<sup>8</sup> Utilizada aqui no sentido de “apagar, esconder, ocultar, confundir os vestígios”, uma das acepções que lhe dá Paolo Rossi, a palavra esquecimento define um dos componentes formadores da história, juntamente com a memória, apesar da aparente contrariedade que encerram. Jacques Le Goff alude aos esquecimentos e aos silêncios da história como reveladores dos mecanismos de manipulação da memória coletiva. Trata-se, pois, de investigar a memória de uma revolta posta sob pressão pelo poder dominante, em consequência, ocultada da história por longo silêncio sobre o passado. Tal silêncio, segundo Pollack, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Sobre a relação história, memória e esquecimento ver: ROSSI, Paolo. *O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias*. São Paulo: 2000; LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: 2003; POLLACK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989; RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Unicamp, SP: 2007.

grupo de militares inferiores e civis de uma pequena cidade do interior do Pará, em agosto de 1932, quando se fecha o recorte cronológico deste trabalho.

O segundo capítulo, “*Sob as ordens do general Klinger*”, tenta reconstruir, por meio, principalmente, de inquéritos policiais militares, a Revolta Constitucionalista do Baixo Amazonas. Procurei analisá-la a partir das experiências dos sujeitos rebeldes. Na medida em que as variadas possibilidades de pensar a experiência social dos rebeldes vão emergindo, percebe-se a pluralidade de causas que os levaram à luta armada. Os caminhos percorridos pela pesquisa me conduziram ao questionamento de algumas “verdades” estabelecidas por alguns escritores, em função da absorção do discurso oficial criado no calor da hora e da reprodução de noticiários de jornais sob forte censura, que estampavam em suas páginas apenas o noticiário liberado pelo gabinete do interventor.

O terceiro capítulo, “*O discurso do poder e o imaginário social*”, discute a questão da memória ou de como se operou o silêncio em torno da luta armada no Baixo Amazonas. Tentei apreender como aquela memória foi afetada pelo discurso da dominação construído durante o acontecimento. Neste sentido, busquei identificar as imagens oficiais criadas em torno da revolta e dos rebeldes e quais os objetivos em jogo. No trajeto, percebe-se a existência de um discurso diametralmente oposto ao oficial, uma voz isolada a quem foi negada legitimidade pelos intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Outra preocupação deste capítulo foi estabelecer um nexos entre as revoltas de Óbidos e Belém, ou identificar a possível repercussão da primeira sobre a segunda, de forma a intuir serem partes de um mesmo processo, da qual não poderiam ser dissociadas, como fez o interventor na mensagem de 1935.

## **Memórias de uma revolta esquecida: O Baixo Amazonas na Revolução Constitucionalista de 1932**

### **Capítulo I. A *Revolução de 30* no Pará e a insurgência do constitucionalismo**

No dia 5 de setembro de 1932, o 2º tenente comissionado, Francisco Bentes Ribeiro, prestou depoimento em inquérito policial-militar instaurado pela 8ª Região Militar para apurar a participação dos militares do 4º Grupo de Artilharia de Costa e Forte de Óbidos, doravante identificado por 4º GAC, no movimento insidioso ocorrido poucos dias antes. Disse o tenente que, por volta das quatro horas da manhã da quinta-feira, 18 de agosto de 1932, foi acordado por batidas na porta da sua residência, pelo cabo José Meirelles Muniz que se identificou e justificou a impertinência: um navio estava entrando no porto com luzes apagadas, procedimento tido como suspeito. Como o tenente estava de oficial do dia, cabia-lhe exercer a fiscalização.<sup>9</sup>

Desde o início da guerra constitucionalista em São Paulo, o Exército passou a fazer o serviço de fiscalização de embarcações que navegam pela “garganta” do Amazonas, em frente a Óbidos. O serviço é de responsabilidade da Polícia Civil, mas como ela não dispõe de pessoal suficiente, o delegado Hermínio Dinelly pediu ajuda ao Exército<sup>10</sup>.

Bentes ordenou ao cabo chamar o 1º tenente Tibúrcio Freitas de Almeida. Ambos iriam a bordo. Trinta minutos depois, o cabo voltou dizendo que Tibúrcio já está na rampa do porto, à sua espera. Na madrugada fria e escura, o oficial saiu de sua casa, mas, ao dobrar na rua 13 de Maio foi cercado por três soldados<sup>11</sup>, armados de fuzis, em

---

<sup>9</sup> Depoimento do 2º tenente Francisco Bentes Ribeiro. Inquérito policial militar instaurado pela Justiça Militar, por ordem do Comando da 8ª Região Militar, para averiguar a participação dos envolvidos na rebelião constitucionalista no Baixo Amazonas, levado a efeito pelo capitão Alberto da Silva Pereira, servindo de escrivão o primeiro-tenente José Manoel Ferreira Coelho, p. B-40, Fundo: Revolta do 4º GAC (Óbidos-Pará), 1932, caixa nº 5150. AHEX.

<sup>10</sup> Com a extinção da Força Pública pelo interventor federal no Pará, capitão Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, muitos oficiais da reserva daquela corporação foram nomeados para exercerem cargo de delegado de polícia em municípios paraenses. Hermínio Dinelly era tenente da reserva da extinta Força Pública.

<sup>11</sup> No Exército, as categorias hierárquicas estão assim estabelecidas: **Praças:** soldado, cabo, 3º sargento, 2º sargento, 1º sargento e subtenente; **Oficiais Subalternos:** aspirante-a-oficial, 2º tenente, 1º tenente e capitão; **Oficiais Superiores:** major, tenente-coronel e coronel; **Oficiais gerais:** general-de-

atitude hostil. Um deles, José Francisco de Sousa, apontando arma, deu-lhe voz de prisão “em nome do general Bertholdo Klinger”. Surpreendido, o tenente reagiu perguntando se estavam loucos, embriagados ou se haviam perdido o juízo. Incontinentemente, deu voz de prisão aos três. O tenente sabia que as praças não nutriam por ele qualquer simpatia. Um escritor paraense, que serviu no quartel sob seu comando, o descreveu, cinquenta anos depois, como “intolerante, marcial, a própria reencarnação do Regulamento Disciplinar do Exército”<sup>12</sup>.

Mal acabara de falar e surge, por traz, o cabo José Inácio da Silva, torcendo-lhe os braços, dizendo: “não resista, tenente, senão morre”. À sua frente, o soldado Sousa engatilhou a arma e repetiu as palavras do cabo<sup>13</sup>.

Levado para o quartel, o tenente surpreendeu-se com a agitação incomum. Apesar de cedo, quase todos os inferiores estavam de serviço, armados de fuzil, com baioneta calada. Bentes foi levado para o xadrez, de onde assistiu à chegada dos outros tenentes igualmente presos, todos “em nome do general Klinger”. A citação ao nome do antigo oficial que há poucos dias rompera com o Governo Provisório por meio de carta contendo críticas ao ministro da Guerra, acusado de inapto para o cargo, e que, agora, estava comandando as tropas constitucionistas em São Paulo, fez o tenente logo concluir que os inferiores de Óbidos haviam aderido à causa paulista.<sup>14</sup>

A história da prisão do 2º tenente Francisco Bentes, pinçada das páginas do inquérito da 8ª Região Militar, um dos quatro realizados sobre a Revolta no Baixo Amazonas, no ano de 1932, serve para mostrar como os oficiais do 4º GAC foram

---

brigada, general-de-divisão e general-de-Exército. CASTRO, Celso. *O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro, 1990, p. 10.

<sup>12</sup> Sobre o rigor marcial do tenente Francisco Bentes, ver GUIMARÃES, Ildefonso. *Os dias recurvos: anatomia de uma rebelião*, Belém, 2006. Neste romance sobre a Revolta Constitucionalista em Óbidos, o tenente Francisco Bentes é representado pelo autoritário tenente Zito Fontes.

<sup>13</sup> Depoimento do tenente Francisco Bentes Ribeiro, *op.cit.*, p. A-41.

<sup>14</sup> Bertholdo Klinger, general do Exército. Foi um dos oficiais escolhidos para estagiar, entre 1910 e 1912, no 24º Regimento de Artilharia alemão, sediado em Güstrow, período em que tomou contato com inovações técnicas, organização e disciplina do Exército germânico. De volta do estágio, os oficiais ficaram conhecidos como “jovens turcos”. Fundou a revista *A Defesa Nacional*, em 1913. Durante a revolta de 5 de julho de 1924, foi preso sob suspeita de colaborar com os rebeldes, chefiados pelo general Isidoro Dias Lopes. Apoiou a *Revolução* de 1930, tendo se manifestado contrário à convocação de uma assembleia constituinte. No entanto, afastado do centro de decisões políticas e militares, foi lotado no comando da Circunscrição Militar de Mato Grosso, tornando-se então cada vez mais hostil aos “tenentes”, que constituíam nesse momento a corrente hegemônica do Exército. Em julho de 1932, Klinger precipitou a eclosão da *Revolução* Constitucionalista depois de enviar carta ao general Augusto Inácio do Espírito Santo Cardoso, recém-nomeado ministro da Guerra, afirmando que ele não tinha condições físicas nem mentais para assumir o cargo, além de desconhecer os problemas do Exército. <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acesso em 3/02/2012.

surpreendidos pelo movimento e mais surpresos ficaram ao constatar que se tratava de uma revolta constitucionalista, portanto de adesão à causa paulista, num Estado plenamente dominado pelo tenentismo, na figura do major Joaquim de Magalhães Cardoso Barata.

O tenentismo surgiu na década de 1920, cunhado a partir da série de rebeliões protagonizadas pelos chamados tenentes, jovens oficiais do Exército, embora muitos deles fossem oficiais de outras patentes, inconformados com o atraso do país controlado pelas antigas oligarquias da Primeira República. Por esta época começou a se firmar uma aura em torno deles, forjada a partir da tendência dos estudiosos em explicar o comportamento dos tenentes com base na política e na sociedade civil, mostrando-os como instrumento, porta-vozes ou símbolos dos desejos da classe média urbana”.<sup>15</sup>

---

<sup>15</sup> O primeiro autor a trilhar este caminho foi o paraense Virgínio Santa Rosa em *O sentindo do tenentismo*, publicado em 1933. Neste livro, o autor trata do processo de luta da pequena burguesia, a nascente classe média urbana, por ascender ao poder de mando num quadro político-social dominado pelos grandes proprietários de terras, que controlavam as populações rurais, equivalente a dois terços do povo brasileiro, identificadas pelo autor como “a grande plebe inconsciente, privada de valores econômicos, com que os caciques rurais inutilizavam os esforços em prol da melhoria das classes médias.” Nos anos 20, surgiu um componente inédito na história do Brasil, os tenentes, participantes das conspirações de 22, 24 e 26. Em relação às outras forças diretoras, eles se distinguiram pela forte consciência de classe e intensa experiência revolucionária. O autor inaugurou a corrente historiográfica que identifica este tenentismo como expressão política das classes médias, por serem ele, os tenentes, oriundos dessas camadas, tendo, forçosamente, que encarnar os seus anseios mais íntimos. O triunfo da *Revolução* de 1930, para o qual os tenentes foram protagonistas, ao lado das forças políticas dissidentes das antigas oligarquias estaduais, desfez a velha moldura constitucional e fez irromper, pouco a pouco, na vida nacional a pequena burguesia, para a qual o tenentismo, de acordo com Santa Rosa, é “a única força com possibilidades de dar novas acelerações a esse movimento e forma adequada a essas aspirações, tudo de conformidade com as diretrizes sociais do mundo contemporâneo”. McCAN, Frank. *Soldados do Brasil-História do Exército Brasileiro 1889-1937*. São Paulo, 2007, p. 10

Segundo Boris Fausto, o tenentismo dos anos 20 pode ser definido, em linhas gerais, como “um movimento político e ideologicamente difuso, de características predominantes militares, onde as tendências reformistas autoritárias aparecem em embrião. As explosões de rebeldia – da revolta do Forte de Copacabana à Coluna Prestes – ganham gradativa importância e consistência, tendo no Rio Grande do Sul uma irradiação popular maior do que em outras regiões. Elas se iniciam, em regra, com o caráter de tentativa insurrecional independente dos setores civis, e embora esse quadro pouco a pouco se modifique, até chegar ao acordo nacional com as oligarquias dissidentes na *revolução* de 1930, o desencontro de caminhos permanece”. FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930. Historiografia e história*. São Paulo, 1997, pp.80-1.

Uma interpretação historiográfica a partir da perspectiva organizacional relaciona o caráter oposicionista do tenentismo a dissensões internas no Exército. Ao conseguir reprimir prontamente as sucessivas rebeliões promovidas por jovens oficiais na Primeira República, os governos civis “contaram sistematicamente com o apoio da quase totalidade do quadro de oficiais superiores que cada governante gratificava de toda as formas”. Enquanto esses oficiais superiores eram cooptados para cargos burocráticos na administração militar e isolavam-se da tropa, os governos impuseram “uma quase constante contenção de despesa” ao Exército, que se refletia na deterioração das condições de funcionamento da organização e nas condições materiais de vida do pessoal nos corpos de tropa, onde a preponderância dos tenentes era marcante. COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o Exército na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense, 1976, pp.73-4.

A historiografia sobre 1930 assinala que, após a *Revolução* de Outubro, os tenentes formaram uma corrente com grande espaço político e poder de influência dentro da esfera do Governo Provisório, unidos em torno do Clube 3 de Outubro<sup>16</sup>. Com apoio deste grupo, Getúlio Vargas tomou uma série de medidas de cunho francamente ditatorial: estabeleceu interventorias nos Estados, tornou sem efeito a antiga Constituição de 1891, fechou a Assembleia Nacional e as câmaras estaduais e municipais, dissolveu os partidos políticos; impôs a censura à imprensa, enfim “todo um elenco de condições que redimensionava a presença e a atuação do tenentismo, golpeando fundamentalmente os mecanismos políticos do domínio oligárquico”<sup>17</sup>. Mesmo contra a oposição de uma parcela de oficiais superiores, que não aceitava a intromissão dos militares na administração do Estado, os tenentes ocuparam interventorias estaduais, além de cargos importantes na estrutura administrativa do Governo Provisório. Mais que interesse por cargos políticos, eles teriam exercido sobre Getúlio Vargas forte pressão política com vistas à execução de um programa antiliberal que propunha “o prolongamento do regime ditatorial e o adiamento de eleições para

---

<sup>16</sup> A ascensão dos tenentes ao poder com a *Revolução* de Outubro perturbou a ordem hierárquica e acentuou a crise no interior do Exército. A maior parte do corpo de oficiais superiores não aderiu ao movimento revolucionário ou quando o fez, foi quando já não havia condições de resistência. CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro, 2005, p. 62. O Clube 3 de Outubro foi fundado em fevereiro de 1931. Tinha sede no Rio de Janeiro e representações em alguns Estados. Pretendia ser um “núcleo de debates, condensação e defesa das ideias revolucionárias, à margem dos partidos políticos que haviam combatido ou ajudado à vitória da *Revolução* de 1930”, como afirmou Juarez Távora no livro autobiográfico *Uma vida e muitas Lutas*, 1974, p. 59. José Augusto Drummond observa o caráter seletivo do Clube 3 de Outubro pelo qual os fundadores pretendiam filiar apenas os elementos realmente identificados com os propósitos da *Revolução* de Outubro, civil e militar, mas sem a participação de massa. Funcionava como um grupo de pressão muito bem situado na hierarquia governamental entre 1931-1932, perdendo status oficial depois disso. DRUMMOND, José Augusto. *O Movimento Tenentista: A intervenção Política dos Oficiais Jovens (1922-1935)*. Rio de Janeiro, p.224.

A historiadora Anita Leocádia Prestes discorda da versão historiográfica de que os tenentes, por intermédio do Clube 3 de Outubro, exerciam pressões significativas sobre Vargas e o Governo Provisório, impondo-lhes a adoção de um programa reformista. A partir da vasta correspondência existente nos arquivos de Vargas, Osvaldo Aranha, Antunes Maciel e outros políticos da época, a historiadora diz que é inegável a subordinação dos antigos tenentes ao novo grupo que iria se consolidando no poder, em torno da liderança de Vargas. Este grupo era composto por civis e militares, entre os quais João Neves da Fontoura, Firmino Paim, Maurício Cardoso, Flores da Cunha, Oswaldo Aranha, Lindolfo Collor, Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra. Esclarece Anita Prestes que Juarez Távora, Miguel Costa, João Alberto e os demais tenentes que haviam participado do movimento de 30 em posição subordinada em relação a este grupo varguista, continuaram ocupando posições subalternas no período pós-30, desmentindo a autonomia dos tenentes, que lhes permitiriam exercer considerável pressão sobre Vargas, chegando a influir de maneira decisiva nas diretrizes governamentais. PRESTES, Anita Leocádia. *Tenentismo pós-30: continuidade ou ruptura?* São Paulo, 1999, pp. 55-61.

<sup>17</sup> GOMES, Ângela. *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro, 1980, p. 27.

uma assembleia constituinte até que estivessem realizadas as reformas que entendiam necessárias”<sup>18</sup>.

No entanto, o movimento revolucionário de outubro não se fizera apenas com o tenentismo. Políticos liberais dissidentes, oriundos de antigas oligarquias regionais da Primeira República, também foram protagonistas da Aliança Liberal que alçou Vargas ao Governo. No sul do país, entretanto, não tendo suas expectativas políticas e administrativas atendidas e insatisfeitas com a orientação centralizadora do Governo Provisório, os liberais lançaram a proposta de retorno do país ao regime constitucional. Iniciada em 1931, a campanha não se encerrou nem mesmo depois que Vargas anunciou as eleições de uma Assembleia Nacional Constituinte para março de 1933.<sup>19</sup>

A tensão entre o tenentismo e os políticos dissidentes em torno de propostas antagônicas provocou uma profunda cisão no interior do Governo Provisório. Por trás da proposta de constitucionalização estava o desejo de “desalojar os elementos tenentistas dos postos que então detinham” na estrutura governamental. Os liberais constitucionalistas não abriam mão da defesa do federalismo, o que implicava a manutenção da antiga política de autonomia estadual e de limitação dos poderes da União. Por sua vez, aos tenentes, o retorno ao regime constitucional naquele momento representaria o enfraquecimento da política de centralização e colocaria em risco as “posições arduamente conquistadas às forças oligárquicas”. Temiam que uma Constituição facilitasse a rearticulação daquelas forças que “estavam muito longe de terem as bases de seu poder afetadas”.<sup>20</sup>

Na região Norte, que deve ser entendida como a ampla região do Acre à Bahia, a corrente tenentista foi amplamente hegemônica<sup>21</sup>. No Pará, a interventoria coube ao impulsivo tenente Joaquim de Magalhães Cardoso Barata. Promovido a 1º tenente em

---

<sup>18</sup> LEMOS, Renato. *A revolução constitucionalista de 1932*. In SILVA, Raul Mendes, CACHAPUZ, Paulo Brandi e LAMARÃO, Sérgio (Org.). *Getúlio Vargas e seu tempo*. Rio de Janeiro, p. 169.

<sup>19</sup> Em 7 de maio de 1932, Getúlio Vargas reuniu todo o seu ministério para apresentar o decreto anunciando as eleições para 3 de maio de 1933. A assinatura do decreto foi marcada para o dia 14 de maio. Em seu diário, Vargas resume o ato de assinatura do decreto e leitura do manifesto *A Revolução e o regime legal*, observando o acolhimento simpático do povo, apreciações discordantes da imprensa e ataques dos políticos. VARGAS, Getúlio. *Diário*. Vol. I, 1930 – 1936. Rio de Janeiro, 1995, p. 104.

<sup>20</sup> GOMES, Ângela de Castro, *op. cit.*, p. 28.

<sup>21</sup> Dos onze Estados do Norte, nove eram governados por tenentes.

14 de janeiro de 1920, estava, portanto, há dez anos no posto<sup>22</sup>. No poder, seria promovido a capitão e, menos de um ano depois, a major.<sup>23</sup>

Magalhães Barata era oficial da Cavalaria, arma do Exército cuja missão, segundo estudo de Celso Castro, é fazer reconhecimento avançado por meio de incursões no campo adversário, abrindo brechas na linha inimiga, favorecendo a passagem da infantaria. Para entrar em contato com o inimigo e sair desse contato rapidamente, destruindo e causando confusão nas suas hostes, o cavalariano deve ser corajoso e rápido, não podendo perder muito tempo raciocinando. “Atuando longe do comando, os cavalarianos devem desenvolver a iniciativa pessoal e a flexibilidade exigida no combate”. Ele precisa decidir sozinho sem pedir permissão aos superiores como ocorre nas outras armas (principalmente, infantaria e artilharia).<sup>24</sup>

É possível que a personalidade do tenente Barata tenha absorvido os traços característicos da sua arma.<sup>25</sup> Desde a fase de aspirante na Escola Militar de Realengo, ele já demonstrava certa impulsividade em relação aos superiores. Mal entrado na Escola, o aspirante Barata já estava participando de manifestações na chamada Revolta da Vacina, aos 16 anos.<sup>26</sup> Hélio Silva conta que, dada a sua impulsividade, Barata foi, em dezembro de 1923, escalado para prender o ministro da Guerra, Setembrino de Carvalho, no Paraná, como sinal para o levante simultâneo das tropas acantonadas no Rio de Janeiro. Denunciado o plano, Barata foi preso e transferido para o 27º BC, no Amazonas.<sup>27</sup> Outro momento em que a impulsividade e a indisciplina do interventor militar transparecem foi denunciado pelo jornal *Folha do Norte*: à frente de um pelotão designado para dar proteção ao prédio do jornal *A Província do Pará* ameaçado de

---

<sup>22</sup> ROCQUE, Carlos. *Magalhães Barata, o homem, a lenda, o político*. Belém, 1999, p. 35.

<sup>23</sup> Em 5 de novembro de 1930, Magalhães Barata foi promovido, por Decreto, a capitão e, em 17 de agosto de 1931, a major, por merecimento. Gabinete Civil da Presidência. Instrumento SDE 025, Código do Fundo 35, Série 14.12, Pará, Lata 22, 1931. Arquivo Nacional.

<sup>24</sup> CASTRO, Celso, *op. cit.*, p. 60.

<sup>25</sup> José Murilo de Carvalho alude à questão da influência da organização militar sobre a transformação de seus membros. Observa que organizações militares se enquadram no que o cientista social canadense Ervin Goffman chamou instituições totais. “Essas instituições pelo fato de envolverem todas as dimensões da vida de seus membros, constroem identidades mais fortes. Quando plenamente desenvolvidas requerem de seus membros uma radical transformação de personalidade”. *Op. cit.*, 1985, p. 13.

<sup>26</sup> O jovem soldado Magalhães Barata aderiu ao movimento contra a vacina pelas mãos do padrinho Lauro Sodré, que derrotado na eleição para a presidência da República, insurgiu-se contra a campanha de vacinação, considerada “agressão ao corpo e à vontade”. MEIRA, Clóvis. *Barata no centenário*, Belém, 1989, p. 40.

<sup>27</sup> SILVA, Hélio. Apud COIMBRA, Creso. *A Revolução de 30 no Pará: análise, crítica e interpretação da história*, 1981, p. 53.

incêndio por adeptos de Lauro Sodré, Magalhães Barata desobedeceu às ordens superiores e, fazendo um longo e desnecessário percurso, acabou por demorar demasiadamente, dando tempo aos lauristas consumirem o sinistro. Magalhães Barata era afilhado de Lauro Sodré.<sup>28</sup>

Usando os poderes discricionários que a ditadura de 1930 lhe concedeu, o cavalariano Barata governou o Pará de 1930 a 1934, buscando sempre demarcar a divisão entre a antiga oligarquia da Primeira República e o governo dito revolucionário. Sobre esta demarcação, o historiador Edgar de Decca fala da existência de um discurso criado no exercício da dominação, absorvido e amplamente difundido por uma parte da historiografia, que determinou o lugar da *revolução* de 1930 na história do Brasil. Esse discurso estabeleceu um divisor de águas separando a República em duas: os quarenta anos anteriores corresponderiam a um passado memorizado como domínio das oligarquias, o atraso, enquanto o período posterior é identificado com o nascimento da Nação, a nova era. O divisor de águas seria a *revolução* de 1930, fator de transformação da realidade<sup>29</sup>. Esta valorização da ruptura de 30 pelos vitoriosos, que a trataram como revolução e se autointitularam revolucionários, se enraizou entre os historiadores, os quais, em grande parte, adotaram acriticamente as expressões República Velha e República Nova.

### 1.1. As águas divididas no Pará

Em “Imaginação Social”, o filósofo e historiador Bronislaw Baczko mostra-nos que o papel de uma época na história depende do imaginário social que cada época alimenta a respeito de si, manifestando e escondendo a sua verdade. Para esse intelectual, no sistema de representações produzido por cada época, e no qual esta encontra a sua unidade, “verdadeiro” e “ilusório” não estão isolados um do outro, mas, pelo contrário, apresentam-se unidos por meio de um complexo jogo dialético. “É nas ilusões que uma época alimenta a respeito de si própria que ela manifesta e esconde, ao mesmo tempo, a sua verdade, bem como o lugar que lhe cabe na lógica da história”. Segundo ele, qualquer poder, notadamente o poder político, se rodeia de representações

---

<sup>28</sup> *Folha do Norte*, 25 de julho de 1934, p. 1

<sup>29</sup> De DECCA, Edgar. *O silêncio dos inocentes*, 1981, p. 73.

coletivas, tendo em vista que o domínio do imaginário e do simbólico é um importante lugar estratégico.<sup>30</sup>

Desde que impôs seu nome para o cargo de interventor do Pará ao delegado político do Norte, Juarez Távora<sup>31</sup>, o tenente Magalhães Barata (Fig. 1) procurou rodear-se de representações coletivas, mantendo enfiado nas mãos o domínio do imaginário e do simbólico, com vistas a garantir obediência e legitimidade ao poder.<sup>32</sup> A partir desta estratégia, o interventor buscou demarcar os lugares da história, entre antes e depois da Revolução de Outubro, por meio de discursos, entrevistas e documentação. Um exemplo disso é o *Resumo da situação no Pará*, relatório enviado a Getúlio Vargas, no final de 1932, no qual diz que, na década de 1920, o Pará estava entregue à *bancarrotas*.<sup>33</sup> O documento relaciona a situação do Estado à lenda bíblica, atribuída a José, sobre um faraó que sonhou com sete vacas gordas seguida de sete vacas magras<sup>34</sup>, observando Barata, no caso do Pará, o agravante: “sete anos de vacas gordas, e mais de sete anos de vacas magras.”<sup>35</sup> Diz o interventor que, depois da prosperidade assombrosa, a penúria, dia a dia, mais se avolumou. Enquanto a exportação garantiu à borracha preços altos, o Estado “enveredou pelo caminho sempre fácil das despesas sem limites, endividando-se, externa e internamente”. Mas, após a entrada da borracha do Ceilão no mercado, o Pará passou a viver “em meio a dificuldades de toda ordem que seus administradores, não sabendo como vencer, faziam crescer”. Com os governantes da Primeira República gastando muito mais do que arrecadavam, o desequilíbrio

---

<sup>30</sup> BACZCO, Bronislaw. *A imaginação Social*. In LEACH, Edmundo et alii. *Anthopos-homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p. 303.

<sup>31</sup> Sobre a nomeação de Magalhães Barata, a versão difundida dá conta que Juarez Távora não pretendia indicá-lo para a Interventoria do Pará por conhecer “o gênio” do então tenente. Segundo o jornalista Santana Marques, do jornal situacionista *O Estado do Pará*, sua vontade era colocar “um elemento de sua corrente, que pudesse manipular”. Pressionado pelo próprio Barata e por líderes revolucionários paraenses, Távora teria se resignado, dando um soco na mesa e exclamando: “seja o Barata, depois não se queixem”. In ROCQUE, Carlos. *Magalhães Barata: o homem, a lenda, o político*. Vol. 1. Belém: Secult, 1999, p.170.

<sup>32</sup> Imaginário social aqui entendido não se prende ao campo da quimera, dos sonhos, mas ao sistema de símbolos que qualquer coletividade produz e, por meio da qual, ela se percebe, divide e elabora os seus próprios objetivos, designa sua identidade, elabora uma certa representação de si, estabelece a distribuição de papéis e das posições sociais, exprime e impõem crenças. Neste sentido, o imaginário social produz uma representação global e totalizante da sociedade como uma ordem em que cada elemento encontra o “seu lugar”, a sua identidade e a sua correspondente razão de ser. In BACZKO, Bronislaw, *op. cit.*, p. 309.

<sup>33</sup> Gabinete da Presidência da República, Pará, Fundo 35, série 14.12, lata 22, 1930-39, Biblioteca Nacional.

<sup>34</sup> Bíblia Sagrada, *Velho Testamento*, Livro do Gênesis, 41:1-36.

<sup>35</sup> Grifo nosso.

orçamentário passou a dominar as finanças, diz Barata. O interventor utilizou o quadro abaixo para demonstrar a situação das finanças do Estado entre 1920 e 1931 (Fig. 1):

Figura 01. Quadro Receita-Despesa Pará – 1920-1931

ANOS	CONFRONTO RECEITA-DESPESA *		
	Receita Arrecadada	Despesas Efetuadas	DIFERENÇA
1920	8.517	16.175	-7.658
1921	7.547	8.495	-948
1922	8.120	10.422	-2.302
1923	11.545	14.467	-2.922
1924	12.197	15.036	-2.839
1925	16.382	16.290	92
1926	13.833	17.322	-3.489
1927	13.408	14.359	-951
1928	13.357	14.581	-1.224
1929	14.053	14.351	-298
1930	12.491	13.695	-1.204
1931**	16.640	16.459	181

\* Em contos de réis.

\*\* Previsto

Fonte: Intenventoria Federal do E. Pará. 1932. Arquivo Nacional

Mesmo com a crescente arrecadação percebe-se que as despesas nos governos de Sousa Castro (1920-1924), Dionísio Bentes (1924-1928) e Eurico Valle (1928-1930) eram sempre superiores, exceto no ano de 1925 quando Dionísio Bentes recebeu parte do pagamento pelo arrendamento da Estrada de Ferro Belém-Bragança à União, negócio fechado ainda durante a gestão de Sousa Castro<sup>36</sup>.

No resumo, o interventor fornece dados sobre a dívida do Estado, composta por dívidas externas e internas, cujos serviços de juros e amortizações não eram mantidos em dia. A dívida externa compreendia três empréstimos com banqueiros ingleses realizados nos anos de 1901, 1907, e 1915, no valor total de 71.890 libras. Empréstimos contraídos ao tempo do intendente Antonio Lemos, durante a época de alta da economia da borracha, continuavam sem serem pagos trinta anos depois. O documento diz que, em 1927, Dionísio Bentes apresentou uma proposta de acordo aos banqueiros ingleses, pela qual o Estado se obrigou ao pagamento anual de 32 mil libras. Todavia, a título de experiência, decidiu depositar mensalmente, no *London Bank*, a partir de 1º de janeiro de 1928, 10% de sua renda ordinária, a fim de verificar, no final do ano, se podia

<sup>36</sup> Ver BORGES, Ricardo. *O Pará republicano, 1824-1929, Ensaio Histórico*. Belém, 1983.

satisfazer o total de 32 mil libras. Não conseguiu remeter para Londres senão 21.500 libras, não sendo, com isso, firmado o acordo<sup>37</sup>.

Outra dívida era de caráter interno, relativa a empréstimos feitos em 1915 e 1930, que, em 1º de janeiro de 1931, somados, atingiram cifra de 5.821 contos de réis. A dívida flutuante, constituída por “longos e antigos atrasos ao funcionalismo e aos fornecedores”, foi crescendo com os anos. Em 31 de dezembro de 1930, o interventor apurou que o valor era de 29.600 contos. No entanto, como o Pará devia 15 mil contos ao governo federal, a dívida perfazia 44.600 contos.

O termo *bancarrota* utilizado pelo interventor para se referir ao estado de falência do Pará nos anos 20, seria reproduzido, cinquenta anos depois, por Ricardo Borges, em *O Pará Republicano*, ensaio histórico sobre o período de 1824 a 1929. Adversário de Magalhães Barata, Borges nasceu na Bahia, mas desde menino residiu no Pará. Nos anos vinte, era ligado à oligarquia dominante do Partido Republicano Federal, tendo sido nomeado para importantes cargos no governo, entre os quais, intendente municipal, juiz substituto, secretário da Intendência de Belém. Borges frisa que a situação de bancarrota era anterior ao segundo governo de Lauro Sodré (1917-1921), a principal liderança do PRF. Ao referir-se à crise de 1917 em que Enéas Martins foi expulso do governo sob a acusação de “não ter operado o milagre do equilíbrio da situação financeira do Estado”, aquele autor diz que o acusador, Lauro Sodré, já no poder, também não operou o milagre esperado<sup>38</sup>.

Eurico Valle foi o último governador da Primeira República. Na véspera do golpe civil militar que colocou fim ao seu mandato, nada parecia indicar a mudança política que em breve ocorreria. No dia 2 de outubro, às 12 horas, Valle reuniu a executiva do Partido Republicano Federal em Palácio para comunicar a decisão de requerer licença ao Congresso, por três meses. Pretendia tratar de assuntos do Estado na

---

<sup>37</sup> *Relatório Resumo da situação do Pará*, p. 2. Há outros números sobre a situação financeira. Creso Coimbra utilizou dados publicados por Henrique José de Lima em *O Estado do Pará*, 31 de janeiro de 1929, p.1-2. *Op. cit.*, p. 133. Nesta dissertação, optou-se pelos números oficiais elaborados pela Interventoria do Estado por significar a leitura feita pela dominação, conveniente ao objetivo proposto de compreender a representação feita pela revolução de 1930 sobre a Primeira República, em especial a década de 1920.

<sup>38</sup> De acordo com Borges, Lauro Sodré transmitiu a Souza Castro “a bancarrota oficialmente confessada”, com a receita atingindo os índices mais baixos, em torno de 5 mil contos de reis, correspondentes à metade do valor das despesas. *Op. cit.*, p. 348.

Capital Federal. Há quem afirme que ele iria discutir a sua possível nomeação a ministro no governo de Júlio Prestes<sup>39</sup>.

À reunião compareceu a fina flor da oligarquia do PRF, a elite política que se mantinha no poder há vários anos, nomes como Camilo Salgado, Amazonas de Figueiredo, Manoel Lobato, Augusto Corrêa Pinto, Elias Vianna, Miguel Pernambuco Filho, Augusto Borborema, Apollinário Moreira, Antonio Faciola, Ignácio Nogueira, além do jornalista Paulo Maranhão, proprietário do jornal *Folha do Norte*. No dia seguinte, o vespertino *O Imparcial*<sup>40</sup>, que apesar de ostentar no frontispício o lema “jornal independente”, não era tão independente assim, haja vista fazer parte do esquema de sustentação do governo, anunciou a rapidíssima tramitação do projeto nº 3, apresentado e aprovado no mesmo dia. Eurico pretendia viajar no dia 17, cinco dias depois da realização do Círio de Nazaré.

Na mesma edição, o jornal anunciou a homenagem da pintora maranhense, Madame Paula Barros, ao governador, com a inauguração, no dia seguinte, de um “um busto em tamanho natural, trabalho a qual a distinta artista se esmerou”, a ser exposto nas vitrines das lojas Singer, na movimentada avenida João Alfredo, no centro comercial de Belém.

Eurico Valle estava no governo há apenas dois anos e meio. Se a situação financeira do Estado era caótica, certamente não lembrava os momentos críticos da administração Sousa Castro. Nem o quadro de insegurança e violência do governo Dionísio Bentes. Na Mensagem enviada ao Congresso, em 7 de setembro de 1930, Valle prestou conta dos atos de seu governo, frisando que o Estado voltou à relativa normalidade, considerando por tal um estado de coisas em que a “engrenagem da

---

<sup>39</sup> *O Imparcial*, 2 de outubro de 1930, p. 1.

<sup>40</sup> Jornal diário, vespertino, de quatro páginas, *O Imparcial* publicava o noticiário local e nacional na primeira e na quarta páginas, enquanto as internas eram dedicadas a anúncios e informes sobre embarcações, programação de cinema, teatro, entre outros serviços. Teve quatro fases: a primeira, sob direção de Carvalho Neto; a segunda e a terceira, com Dejard de Mendonça; a quarta, com Oswaldo Vianna. Durante a Primeira República, a linha editorial foi marcada pela alternância em relação aos governos do PRF. Combateu Lauro Sodré e Souza Castro e apoiou Dionísio Bentes e Eurico Valle. Ao tempo de Eurico Valle, o proprietário era Dejard de Mendonça, advogado, graduado pela Faculdade de Direito do Pará, turma de 1912. Dejard trabalhou como revisor de jornais em Belém, antes de montar banca, por quatro meses, em Rio Branco, Acre, tempo necessário para ganhar o suficiente para adquirir, em sociedade com Martinho Pinto, o jornal *O Imparcial*, de propriedade de Carvalho Neto, por 36 contos. Em 1916, fechou o jornal e foi para Manaus, de onde voltou no ano seguinte, reabrindo-o, agora impresso na oficina de *O Diário*, adquirida a Heitor Castelo Branco, por oito contos.

administração pública foi acionada sem mutilações desorganizadoras e os poucos recursos financeiros chegaram para os compromissos usuais do Tesouro”<sup>41</sup>.

Quando os tenentes e os políticos liberais dissidentes lançaram-se contra o governo do presidente Washington Luis, Eurico Valle conseguiu sufocar os ataques rebeldes no Pará, mas no final de outubro não teve alternativa e entregou o governo aos revolucionários em função da vitória nacional das forças aliancistas.

Temendo o comunismo que estava em construção no Brasil ou para que não pairasse dúvida quanto à coloração da revolução, ou, mais claramente possível, para demarcar que aquela se tratava de uma *revolução* das elites, apesar do laço vermelho no pescoço, como observou Luciano Martins<sup>42</sup>, o interventor militar provisório no Pará, coronel Landry Salles Gonçalves, baixou decreto ordenando passar pelas armas, em praça pública, todo aquele encontrado a fazer propaganda de ideias comunistas.<sup>43</sup>

Estabelecido o “divisor de água” entre passado e presente, tudo indicava que a era das antigas oligarquias da Primeira República havia chegado ao fim. Porém, muitos dos “carcomidos”, apelido pelo qual os políticos ligados ao antigo regime foram chamados pelos revolucionários, logo aderiram ao novo governo ditatorial. Nomes como Camilo Salgado, Amazonas de Figueiredo, Miguel Pernambuco Filho, Antonio Faciola, Apolinário Moreira, para citar apenas uma parte do grupo ligado ao PRF, bandearam-se para as hostes revolucionárias. Houve adesões em vários setores. José Francisco Ribeiro, bacharel em direito, fundador da seção Pará da Ordem dos Advogados, em livro publicado em 1934, atribuiu a transformação de “carcomidos” em

---

<sup>41</sup> Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Pará, em sessão solene de abertura de sua 1ª reunião da 14ª Legislatura, a 7 de setembro de 1930, pelo governador do Estado, Dr. Eurico de Freitas Valle. Universidade de Chicago. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1051/000003.html>. Acesso em 4/02/2012.

<sup>42</sup> Para Luciano Martins, a Revolução de 1930 é uma revolução das elites. O rompimento que possibilita a eclosão do movimento revolucionário se dá ao nível dos suportes básicos do estado oligárquico, isto é, o rompimento do pacto político que credencia alguns Estados como eleitores privilegiados no processo de escolha do presidente da República. O pacto era aceito porque se assentava na compatibilidade dos interesses econômicos dessas oligarquias e o rompimento político reflete um momento de tensão entre esses interesses. Apud RODRIGUES, Denise de Souza Simões. *Pará/ 1935: um estudo sobre Liderança e conflito*, 1979, p. 22.

<sup>43</sup> O conteúdo do decreto contra a propaganda comunista é o seguinte: “O governo Militar mandará passar pelas armas na praça pública a todo aquele que, estrangeiro ou não, propalar ou der curso a boatos sobre assuntos de propaganda comunista, tentando, assim, enxovalhar os grandes e nobres princípios da revolução brasileira. A) Coronel Landry Sales Gonçalves. “in BASTOS, Abguar. *História da política revolucionária no Brasil*. Vol. I, 1969, p 261.

“revolucionários” a “insinceridade de certos indivíduos que só sabem rezar pela cartilha do poder”.<sup>44</sup>

Aquelas adesões, no entanto, interessavam aos novos donos do poder que almejavam serem aceitos pela população. Uma forma para alcançar esse objetivo era a composição com pessoas e grupos com alguma representatividade na sociedade, não necessariamente revolucionárias, mas que ajudariam a legitimar a presença dos autos proclamados *revolucionários* no poder, como aponta a socióloga Denise de Souza Simões Rodrigues<sup>45</sup>.

O apoio da massa viria por meio de medidas de alcance popular, divulgadas amplamente pelos jornais, quase sempre mantidos sob censura. Essa estratégia mostrou-se bastante eficiente na construção do mito Magalhães Barata, o “pai dos pobres”, aquele cuja “simplicidade reflete a alma popular”, epíteto também atribuído a Getúlio Vargas, o que evidencia certa identificação entre o modo de fazer política de ambos.<sup>46</sup> Os jornais aliados esforçaram-se no sentido de incutir uma identificação entre povo e governo. Um dos mais novos jornais surgidos na época, o *Brasil Novo*, de propriedade de Napoleão Ribeiro, enviou o redator-secretário, Martins e Silva, para a primeira entrevista com o interventor. Realizada na Residência Oficial dos Governadores, a entrevista destacou o aspecto novo do momento a começar pela “manhã radiosa” e pela simplicidade do novo inquilino, “como simples é a alma popular”:

Manhã de domingo, clara, vibrante de sol com raios de vida nova de uma República também Nova, a inundar os salões da mesma casa, em que anos seguidos residiram os governadores do Pará (...) O aspecto do mobiliário é o mesmo (...) Mas a gente sentia, entretanto, uma impressão nova, de qualquer novidade estranha, que falava por uma sensação de momento (...) Não há mais na residência do Interventor os oficialatos de gabinetes, nem os bordados dos assistentes. É coisa simples, como simples é a alma popular. Ninguém se sente acanhado, porque tudo sorri de uma sensação de simplicidade de vida nova e feliz. É casa de um dirigente do povo, a sede da República Nova paraense.<sup>47</sup>

---

<sup>44</sup> RIBEIRO, José Francisco. *Sobre os mosaicos do inferno*. Rio de Janeiro, 1934, p. 42.

<sup>45</sup> RODRIGUES, Denise de Souza Simões, *op. cit.*, p.58.

<sup>46</sup> *Brasil Novo*, 27 de novembro de 1930, p. 1. Jornal de quatro páginas, editado de segunda a sábado, foi um dos vespertinos nascido após a *Revolução* de Outubro, com objetivo de dar suporte ao governo de Magalhães Barata. Tinha por lema “órgão lidimamente revolucionário”, mas ao divergir do governo, foi por este fechado, em agosto de 1931, antes de completar o primeiro aniversário. O interventor alegou que o proprietário, Napoleão Ribeiro, “serviu a oligarquias decaídas, recebendo indevidamente gorjetas de Dionísio Bentes pela escandalosa verba de propaganda”.

<sup>47</sup> *Idem*, 27 de novembro de 1930, p. 1. Duas semanas depois da entrevista, Martins e Silva deixou a redação do jornal por divergir da orientação de Napoleão Ribeiro em defender Dionísio Bentes, de quem era inimigo. A notícia sobre a saída de Martins e Silva foi publicada em *O Imparcial*, 15 de dezembro de 1930, p. 1.

Nesta primeira entrevista, o ainda 1º tenente Magalhães Barata expôs seu programa, evidenciando a divergência com a classe política, ao revelar o desejo de colocar 21 militares nas 21 prefeituras municipais do interior. Não sendo possível assim organizar o governo, “tive que aceitar nomes indicados”.

Antes mesmo de findar 1930, o que significa menos de um mês no poder, Barata colocaria em execução a sua bem sucedida política de conquista da classe popular, ao mesmo tempo em que impõe o controle do Estado sobre toda e qualquer atividade diferente daquela que confirma a sua legitimidade, bloqueando qualquer ação espontânea não controlada. Assegurado o controle sobre a imprensa<sup>48</sup> e eliminado a reação política, o interventor tratou das medidas de grande impacto popular. Uma delas foi o decreto determinando a redução dos valores dos aluguéis residenciais para quem pagava até 300 mil réis. Ouvido pelo jornal *O Imparcial*, Barata disse que teve em mira proteger as “classes pobres, as famílias modestas, os funcionários públicos do Estado e do Município”, que são mal pagos e cujos “ordenados giram em torno de uma clamorosa desigualdade”.<sup>49</sup>

Outras medidas de grande alcance social foram: a desapropriação de grandes áreas em Belém, concentradas nas mãos de dois únicos proprietários, e distribuição de lotes a famílias que já residiam nas áreas; a criação da assistência judiciária gratuita para pessoas carentes; a prática do governo itinerante nos municípios do Pará; a abertura do Palácio do Governo para audiências populares. Todas estas medidas contribuíram para a criação da mística paternalista de bondade, sinceridade e popularidade do interventor junto à população. Na historiografia sobre Magalhães Barata, estas ações, ao lado da instalação do governo itinerante pelos municípios, são tidas como inauguradoras de um novo estilo de governar.<sup>50</sup>

---

<sup>48</sup> Segundo Baczko, uma das formas de garantir o controle do Estado sobre a imaginação social é por meio do uso da propaganda, que “*consegue fazer subir as angústias e esperanças coletivas, levando-se a histeria, ao mesmo tempo em que projeta constantemente, sobre o chefe, os imaginários que se confundem na representação global do salvador supremo (...)*”. In *op.cit.*, p. 314. A imprensa, por sua capacidade de dialogar com a sociedade, era um veículo de massa prioritário neste processo. Controlá-la, tornou-se indispensável aos interesses dos governos discricionários.

<sup>49</sup> *O Imparcial*, 8 de dezembro de 1930, p. 1.

<sup>50</sup> As visitas ao interior do Pará tornaram-se rotina na administração do interventor Magalhães Barata e assinalaram um diferencial em relação aos governos anteriores. Nas viagens aos municípios, costumeiramente Barata se deixava fotografar entre a população ou caminhando em longas filas no meio de populares. Essas imagens ilustravam as reportagens publicadas na imprensa de Belém e ajudaram a

Algumas medidas tiveram impacto sobre a arrecadação, ao atingir diretamente atividades então concentradas no domínio político das antigas oligarquias. Nelas se inclui o maior controle do governo sobre a indústria extrativista, sobretudo em relação aos castanhais. Em longa carta enviada a Getúlio Vargas, datada de 25 de novembro de 1932, Barata diz que antes da revolução “desalgemar o povo do Brasil das correntes férreas da política dominante”, os castanhais em terras devolutas no Pará constituíam monopólio de alguns políticos e grupos comerciais.<sup>51</sup> É interessante observarmos este documento, pois ele revela quem formava a oligarquia rural do Pará ligada ao lucrativo setor dos castanhais. Em Alenquer, os castanhais “estavam sob o gracioso domínio” da firma A. Valinoto & Cia e dos proprietários Joaquim Tavares de Souza e Fernandes Nunes & Cia. Em Óbidos, “jaziam enfeudados” por Augusto Corrêa Pinto, Costa Lima, Picanço Diniz, José Guerreiro e Manoel Costa. Em Marabá e Baião, eram mantidos “pelo poder discricionário” de Anastácio de Queiroz, Amyntas de Lemos e Deodoro de Mendonça, o poderoso chefe de gabinete dos governos Souza Castro e Dionísio Bentes. Os de Almerim estavam nas mãos do coronel José Júlio de Andrade, “nordestino que prosperou à sombra da política do Pará que soube explorar inteligentemente, apropriando-se de várias posses de terra, algumas sem os títulos definitivos”. Em Mazagão, os castanhais estavam em poder da firma A. Monteiro da Silva<sup>52</sup>.

Em novembro de 1930, a junta provisória revolucionária já havia estabelecido que todos os castanhais reverteriam provisoriamente ao patrimônio do Estado e que os contratos de compra seriam revistos<sup>53</sup>. Para melhor controlar o setor, Magalhães Barata instituiu a Inspeção de Minas e Castanhais e editou novos decretos que, entre outras determinações, instituiu o registro de terras de castanhais, obrigando os proprietários a requererem medição e demarcação, e autorizou a ocupação de latifúndios em zonas de castanhais por populações que já ocupavam aquelas áreas.

Magalhães Barata tomou outras medidas que, certamente, não foram bem recebidas pelas antigas oligarquias. Entre elas, destacam-se a anulação de vários contratos de posse de terra, revertendo ao patrimônio do Estado 5.662.779.000 hectares,

---

construir o mito do interventor que, caminhando junto, acolhia o povo, ou melhor, o “meu povo” como a ele se reportava.

<sup>51</sup> Carta datilografada do interventor Magalhães Barata ao presidente da República, 25 de novembro de 1932. Fundo Gabinete Civil da Presidência da República, Pará, período 1930-1945, SDE, código 35, Biblioteca Nacional.

<sup>52</sup> Os termos entre aspas correspondem à fala do interventor.

<sup>53</sup> *Diário Oficial do Estado*. Decreto nº 11, de 7 de novembro de 1930.

representando algo em torno de 84.949 contos de réis. E a autorização para execução de dívidas por sonegação de impostos, cujo caso mais rumoroso foi o da firma Chamie, obrigada a pagar 1.579 contos de réis ao tesouro estadual.<sup>54</sup>

Os antigos governadores Souza Castro, Dionísio Bentes e Eurico Valle não escaparam da ação do interventor. Tiveram seus bens bloqueados sob a denúncia de uso indevido de verbas oficiais. A medida foi tomada como exemplar por Juarez Távora, o delegado federal do Norte, também chamado “vice-rei do Norte”, por sua liderança na vasta região dominada pelo tenentismo. Távora aconselhou todos os demais interventores da região a, “seguindo o exemplo do interventor do Pará”, obrigar os antigos governadores a devolverem as fortunas públicas desviadas, comprovadamente, aos cofres dos Estados.<sup>55</sup>

No entanto, a administração do major interventor, seguindo a orientação das mudanças pós-30 no plano político, de centralização do poder, foram desacompanhadas de transformações substanciais das estruturas econômica e social, tanto na cidade como no campo. Como observa Denise Rodrigues, “ainda que muito apregoadas, as reformas executadas pela Revolução de 30 não atingiram sequer a estrutura do aparelho do Estado”. Não teria havido modificações no quadro existente antes do movimento, reafirmando-se o sistema básico de exploração extrativista, “agora privilegiando a produção de castanha-do-pará, com todas as mazelas sociais decorrentes da exploração absurda do ser humano”.<sup>56</sup>

Para o ensaísta Azevedo Amaral, Magalhães Barata tomou decisões pautadas na realidade do Estado. Segundo o autor de *O Estado autoritário e a realidade nacional*, a obra administrativa do interventor paraense parecia ser um dos “raros capítulos revolucionários da nossa pacata e sisuda revolução”.<sup>57</sup> O que se afigurou revolucionário para Azevedo Amaral foi a adoção, como norma de governo, do duplo critério de

---

<sup>54</sup> Telegramas a Getúlio Vargas. Fundo Gabinete Civil da Presidência da República, período 1930-1945, SDE, código 35, Biblioteca Nacional.

<sup>55</sup> Intimado pela Recebedoria de Rendas a recolher, no prazo de 48 horas, a quantia de 13:900\$000 (treze contos e 900 mil réis), Eurico Valle não cumpriu o prazo, sendo detido no Arsenal de Marinha. Por decreto, Barata mandou seqüestrar o valor da dívida, depositado fora do prazo no Banco do Pará. O ex-governador ganhou liberdade no dia 2 de janeiro. *O Imparcial*, 31 de dezembro de 1930, p. 1. Sobre o ato de Juarez Távora ver CARONE, Edgar. *O tenentismo*, São Paulo, 1975, p. 503.

<sup>56</sup> RODRIGUES, Denise de Souza Simões, op. cit., pp. 84-5.

<sup>57</sup> *O Jornal*, 24 de julho de 1932. Artigo transcrito no *Diário Oficial do Estado*, 07 de agosto de 1932, p. 13.

obediência ao sentido da realidade e da consideração dos problemas regionais em função do seu entrelaçamento com os interesses gerais da nacionalidade.

Como exemplo desse o entrelaçamento regional/nacional, Amaral Azevedo destaca a orientação da política econômica do interventor de estímulo às atividades produtoras, “cujo desenvolvimento virá determinar o entrelaçamento dos interesses amazônicos com os da economia geral do País”. Mais especificamente, o ensaísta estava se referindo à forma como Magalhães Barata tratou do empreendimento Ford no Pará sem criar-lhe embaraços, considerando a celeuma provocada quando da concessão das terras no governo de Dionísio Bentes.<sup>58</sup>

No âmbito interno, porém, algumas ações do interventor, como a censura à imprensa, a repressão policial, a proibição aos estudantes de participarem de manifestações políticas e a criação de uma taxa anual no Ginásio Paraense, geraram grandes descontentamentos populares. No coro dos descontentes, o bacharel José Francisco Ribeiro observou que a “procissão armada de 1930 bolchevisou o Pará”, apontando, porém, como traço de união entre a revolução russa e a brasileira apenas a sua parte violenta: “o terror e a compressão”.<sup>59</sup>

---

<sup>58</sup> Em 1927, o capitalista norte-americano Henry Ford recebeu do governador Dionísio Bentes um milhão de hectares na região do Tapajós para implantar um grande projeto de plantio de seringueiras (*Hévea brasiliensis*) e extração de látex na selva amazônica, na região do Tapajós, com vista ao abastecimento de borracha à *Ford Motor Company*. Outra quantidade de terras foi adquirida por Ford junto a três especuladores que repassaram, por US\$ 125 mil, concessões recebidas do governo paraense. Ford logo se tornou proprietário de uma extensa área do tamanho do Estado de Connecticut em plena Amazônia, onde implantou seu empreendimento e construiu duas cidades, Fordlândia e, posteriormente, Belterra. As facilidades concedidas para implantação do empreendimento, cujo contrato foi redigido pelos diretores da *Ford Motor Company* e pelo advogado da empresa, Samuel MacDowell, a aprovação sem questionamentos pelo Legislativo do Pará e a comissão de 593 contos que Dionísio Bentes teria recebido na negociação, foram alvo de denúncia em jornais do Pará e da Capital Federal. Pressionado, Bentes começou a obstruir as operações de Ford. O governador que o sucedeu, Eurico Valle, manteve a obstrução. Sobre o escândalo envolvendo o pagamento a Dionísio Bentes ver GRANDIN, Greg. *Fordlândia: ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na Selva*. Rio de Janeiro, 2010. Magalhães Barata, que se empenhou em anular atos tidos por irregulares dos últimos governos da Primeira República, demonstrou grande simpatia pelo empreendimento Ford na Amazônia. Em 28 de março de 1931, ele enviou a Vargas relatório da viagem que realizou ao Tapajós revelando “entusiasmo com os trabalhos e finalidades da empresa Ford no Pará”. O interventor acusou os governadores Dionísio Bentes e Eurico Valle de “jamais darem à companhia o apoio e auxílio tão necessários e prometidos em contrato, de modo a inspirar confiança à Companhia para prosseguimento seguro de seus trabalhos”. Barata regressou do Tapajós convencido de que o “empreendimento americano que se esboça assegurará ao Pará o seu futuro econômico”. Ofício do interventor do Pará a Getúlio Vargas. Fundo Gabinete Civil da Presidência da República, período 1930-1945, SDE, código 35, Biblioteca Nacional. Ver DEAN, Warren. *A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica*. São Paulo: Nobel, 1989.

<sup>59</sup> RIBEIRO, José Francisco, *op. cit.*, p. 59.

## 1.2. A emergência do Partido Constitucional

No sul do país, a pressão dos liberais sobre Vargas para convocação imediata de uma Assembleia Nacional Constituinte, por meio de *meetings*, pronunciamentos e debates na imprensa, assumiu uma escala ascendente durante todo o ano de 1931. Do outro lado, os tenentes criticavam os partidários da reconstitucionalização imediata pela “incapacidade de não terem apresentado qualquer programa ou esboçado um projeto constitucional”. Para o Clube 3 de Outubro, a proposta expressava apenas o desejo das antigas oligarquias de voltarem “aos postos de mando absoluto, ao rebanho dos tempos passados”.<sup>60</sup>

No ano de 1932, o debate constitucionalista se acirrou ainda mais. Logo em janeiro, o Partido Democrático Paulista (PD), que havia integrado a Aliança Liberal, rompeu com o Governo Provisório, recebendo no mês seguinte o apoio do Partido Libertador, do Rio Grande do Sul. Tentando estancar a crise, Vargas tomou medida de força, proibindo a realização de *meetings* pró-constituintes. A crise se intensificou ainda mais com o ataque ao jornal oposicionista *Diário Carioca*, por um grupo de oficiais do Exército e da Marinha, em 25 de fevereiro. Em março, políticos gaúchos saíram do governo em protesto contra a hesitação de Vargas em punir os responsáveis pelo atentado ao jornal. A saída dos gaúchos foi recebida como o limiar de uma nova era pelos sócios do Clube 3 de Outubro. Em maio, uma sucessão de greves ocorreu em São Paulo. Pressionado pelas circunstâncias, Vargas assinou o decreto nº 21.402, fixando a data de 3 de maio de 1933 para realização das eleições à Assembleia Nacional Constituinte<sup>61</sup>.

No Pará, o interventor reverberava as propostas do Clube 3 de Outubro, como na entrevista concedida ao *Jornal do Brasil*, na qual diz que a *revolução* não repeliu a Constituição de 1891, mas a revigorou por meio do decreto que instituiu o governo provisório. Apesar de considerá-la “um modelo de carta política por suas garantias liberais e alto espírito de civismo”, o então capitão Barata considerou indispensável fazer-lhe restrições e modificações sensíveis “impostas pelas necessidades

---

<sup>60</sup> CARONE, Edgar. *O tenentismo*. São Paulo: Difel, 1975, p. 383.

<sup>61</sup> Para a sucessão de eventos aqui resumidos, ver VARGAS, Getúlio. *Diário*. Volume 1, 1995.

determinantes da transformação dos costumes políticos impuros, praxes e vícios condenáveis em que se afundara a República”.<sup>62</sup>

Tratando a Nação como um corpo humano doente necessitando de tratamento, o governo provisório editou decretos e resoluções para curar “as mazelas que vinham minando, deformando, debilitando e corroendo o organismo do regime, acobertadas pelo manto das chamadas garantias constitucionais”. No momento atual, “quando a Nação começa a experimentar os primeiros alívios salvadores”, Barata disse que se agitam os “políticos reclamando a volta do antigo regime, antevendo aos seus sonhos róseos as poltronas confortáveis das câmaras federal, estaduais e municipais”. O uso de imagens como dispositivos de propaganda, como aponta Alcir Lenharo, foi acentuadamente corrente entre os próceres da *revolução* 1930. Magalhães Barata mostra a Nação como organismo debilitado por doenças causadas pelo regime constitucional, ao qual o Governo Provisório, como um médico operoso, prescreve tratamento, por meio de remédios discricionários eficazes, tratamento este que não pode ser interrompido pelos que clamam pela volta ao regime legal.<sup>63</sup>

A primeira manifestação pró-Constituinte, no Pará, demorou a se fazer ouvir em relação ao debate nacional. Somente em maio de 1932, provavelmente movido pelo anúncio da data para eleição da Assembleia Nacional Constituinte, um grupo de liberais, acadêmicos e militares da reserva, formalizou uma proposta, por meio de manifesto publicado no jornal *Folha do Norte*, contendo as bases para criação de uma nova agremiação política, o Partido Constitucional do Pará<sup>64</sup>.

O eixo principal dos constitucionalistas paraenses é propugnar por uma Constituição, nos moldes da de 1891, “modificando-lhe o quanto necessário para que a

---

<sup>62</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 de maio de 1931. Transcrito em *Folha do Norte*, 28 de maio de 1931, p. 1.

<sup>63</sup> Segundo Alcir Lenharo, o uso dessas imagens tem por objetivo “espalhar uma carga emotiva e sensorial, de modo a atingir facilmente o público receptor, detonando respostas emotivas que significassem, politicamente, estados de aceitação, contentamento, satisfação – reações passivas e não críticas”. Esse discurso político entende a Nação como uma totalidade orgânica, formada por partes indissociáveis e harmônicas, e identifica o governo com a cabeça, onde está o cérebro pensante. Assim, o “Estado também acompanha essa descrição; suas partes funcionam como órgãos de um corpo tecnicamente integrado; o território nacional, por sua vez, é apresentado com um corpo que cresce, expande, amadurece; as classes sociais mais parecem órgãos necessários uns aos outros para que funcionem homoganeamente, sem conflitos; o governante, por sua vez, é descrito como uma cabeça dirigente e, como tal, não se cogita em conflituação entre a cabeça e o resto de corpo, imagem da sociedade”. LENHARO, Alcir. *A Sacralização da Política*. 1986, p. 16.

<sup>64</sup> Manifesto do Partido Constitucional do Pará, Carta-Política – Aos paraenses. *Folha do Norte*, 29 de maio de 1932, p. 1.

politicagem profissional não pudesse jamais continuar a corrompê-la e desmoralizá-la nos seus princípios fundamentais”. As mudanças propostas pelo Partido Constitucional se dariam por meio da remodelação da justiça, libertada da tutela dos governos estaduais; da unificação do regime eleitoral; do estabelecimento da obrigatoriedade do ensino e fomento à educação profissional; da extirpação da megalomania dos gastos progressivamente redobrados; do desmascaramento e castigo aos defraudadores do patrimônio da União. Tudo isso garantido pela determinação de cumprir e fazer cumprir todas as leis votadas no país.

Reunido nos altos da Casa Vidigal, na rua 15 de Novembro esquina com 7 de Setembro, no centro de Belém, o grupo, formado por 185 “aliancistas autênticos e revolucionários dissidentes”, discutiu a fundação do PCP. Os “vidigais”, como passaram a ser chamados pelo jornal governista *Diário da Tarde*, se preocuparam em demarcar o lugar da nova agremiação no cenário político paraense. A preocupação girou em torno da não identificação com o regime oligárquico da Primeira República, tempo em que a nação “aguentou o flagelo duma dominação arbitrária e truculenta”, onde os paraenses foram “desnacionalizados e apisoados, vilipendiados e tiranizados pelo despotismo das oligarquias”.<sup>65</sup>

Ao mesmo tempo em que silenciam sobre a questão central do debate nacional, o choque entre centralismo e federalismo, os constitucionalistas se mostram cautelosos em relação ao governo Barata. Não desejam constituir um partido de oposição ao governador, pelo contrário, pois são movidos pelo interesse de “manter a aspiração de força auxiliar à consolidação do movimento revolucionário”. Apenas, preferem “consolidar a queda e a destruição dos velhos hábitos administrativos pela via constitucional.”

A prudência dos constitucionalistas em relação ao governo provisório se explica pelo fato dos signatários do manifesto reconhecerem a força popular do major Barata, como também por grande parte deles terem apoiado a Aliança Liberal ou mesmo porque alguns deles participaram do governo. Mas também evidencia a preocupação de tirar proveito do discurso revolucionário que, como observa Edgar de Decca, foi apropriado pelo tenentismo após a *Revolução* de 1930. Os liberais constitucionalistas do Pará não

---

<sup>65</sup> *Ibidem.*

aceitavam ser identificados com os liberais da Primeira República, porquanto eram revolucionários descontentes com o regime ditatorial do governo.

Entre os principais articuladores do novo partido estavam nomes como os de César Coutinho de Oliveira, Renato Franco e José Ribeiro, os dois primeiros com passagens pelo governo de Magalhães Barata e o último, um crítico contundente do tenentismo, vindo da campanha civilista de Ruy Barbosa.<sup>66</sup> Quando do lançamento do manifesto do PCP, César Coutinho de Oliveira já estava residindo no Rio de Janeiro, de onde não mais retornaria ao Pará. Nascido em 1890, em Belém, era advogado formado pela Faculdade de Direito do Pará, turma de 1915. Durante o governo de Antonio Lemos, foi chefe do Centro de Resistência ao Lemismo e um dos proprietários do jornal *O Estado do Pará*, vendido depois para Justo Chermont. Coutinho combateu os governos de Enéas Martins e Dionísio Bentes.

Em depoimento a Carlos Rocque, Coutinho disse que a *Revolução* de 1930 tinha sido “entrosada” em seu escritório, com o tenente Ismaelino de Castro, comandante Rogério Coimbra, comandante Castilho França, tenentes Osmar Pacheco Dilon e Moura Carvalho. Barata esteve presente a uma das reuniões antes de ser preso.<sup>67</sup> Fora, portanto, da linha de frente dos conspiradores, tendo assumido, inicialmente, o cargo de chefe de polícia da Junta Governativa Revolucionária, depois passando a secretário de Interior e Justiça na interventoria de Magalhães Barata. Em junho de 1931, rompeu com interventor por causa de um episódio protagonizado por oficiais do 26º BC, que apoiaram a *Revolução* de 30, mas, àquela altura, insatisfeitos com a prática autoritária de Barata, propuseram o nome de Coutinho para o cargo de interventor, que se mostrou magoado como o envolvimento do secretário na questão. Sentindo-se sem espaço, preferiu retirar-se do governo.<sup>68</sup>

João Renato Franco, nascido em Belém, em 22 de junho de 1895, era químico e professor do Ginásio Paraense. Foi um dos fundadores da Faculdade de Medicina do

---

<sup>66</sup> A diretoria do Partido Constitucional do Pará foi assim constituída: César Coutinho de Oliveira, presidente, Pedro Nunes Rodrigues, vice-presidente; Oséas de França e Silva, 1º secretário; Augusto B. de Araujo, 2º secretário; Manuel Quintela Júnior; José João da Costa Botelho; Antonio Borges Pires Leal; José Maciel Guerreiro; Hugo N. Santos; Gladestone Faria de Carvalho; Augusto Darcier Lobato; Aleixo Simões; Ildefonso Braule Pereira; Demétrio Nunes Bezerra; Raymundo Agostinho Nery; Hypollyto Carelli; Clotário Alencar. Comissão executiva: Renato Franco, presidente; Pedro A. Guabiraba, vice-presidente; José Alves de Souza Azevedo, 1º secretário; Napoleão Silvério, 2º secretário; Flávio Bezerra, tesoureiro.

<sup>67</sup> ROCQUE, Carlos. *Depoimentos para a história política do Pará*. 1991, p. 155.

<sup>68</sup> *Idem*, p. 159.

Pará e amigo dos ex-governadores Souza Castro e Dionísio Bentes, ambos médicos e catedráticos da mesma faculdade. Participou da revolução de 1930, tendo sido nomeado diretor do Ginásio Paraense. Apesar da curta passagem no cargo, desenvolveu um trabalho inovador no colégio, estimulando a participação política e cultural dos estudantes. Renato Franco era estimado pelos estudantes, tendo sido acusado por Magalhães Barata de disseminar ideias constitucionalistas entre a mocidade. Sua exoneração do cargo de diretor do ginásio pode estar entre as causas da deflagração da revolução constitucionalista em Belém na noite de 6 para 7 de setembro de 1932.

Um dos mais empenhados na fundação do Partido Constitucional do Pará, José Francisco Ribeiro era alagoano, nascido em 1883. Graduado pela Faculdade de Direito de Recife, em 1904, logo se transferiu para Belém. Em outubro de 1932, participou da fundação da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Pará, tendo integrado a primeira direção daquela instituição, ocupando o cargo de tesoureiro<sup>69</sup>. Homem ligado à Primeira República, Ribeiro foi um liberal conservador. Leitor de Gustave Le Bon<sup>70</sup>, Ribeiro dizia que, no estágio atual, o povo, “liberal, é certo, mas inculto, trabalhado pelo analfabetismo, sem nenhuma concepção e nem qualquer iniciativa”, não pode aspirar ao progresso pela via revolucionária, “esse salto da noite para o dia”. Isso explicaria “os insucessos político-sociais no Brasil desde os tempos da Colônia até agora, sob o regime do poder discricionário da nova República”.

Essa “agitação da massa inculta” o levou a indagar:

Entre nós, paraenses, que resultou de bom, do sangrento 29 de agosto de 1912? Tem-se, o senador Lemos – o reformador da cidade – senador do Estado e político de real prestígio, arrastado pelas ruas, como se fora um trapo, cuspidos no rosto, as propriedades incendiadas, despido de todas as posições e honrarias, tudo com a indiferença glacial dos seus lacaios desagradecidos e miseráveis, para, de

---

<sup>69</sup> Ficha de José Francisco Ribeiro na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Pará, documento nº 46/J-7. Biblioteca da OAB-Pará.

<sup>70</sup> O pensamento do Psicólogo e sociólogo francês, Gustave Le Bon teve grande influência nas primeiras décadas do século XX, sobretudo a partir da publicação do livro *Psicologia das multidões*, em 1895. Le Bon praticamente inaugurou um novo campo de estudo sobre as multidões. No entanto, ao adotar conceitos que sustentam a desigualdade absoluta entre as raças (superiores e inferiores), Le Bon ficou conhecido entre alguns intelectuais como “proto-facista”. O indivíduo, quando mergulhado há algum tempo numa multidão agitada, cai num estado particular, que muito se aproxima do estado de fascinação do hipnotizado nas mãos de seu hipnotizador. Assim, o indivíduo que faz parte de uma multidão já não tem consciência de seus atos. Ele já não é ele mesmo, é um autômato cuja vontade tornou-se impotente. Fica, assim, refém, de um líder ou da própria multidão. LE BON, Gustave. *Psicologia das multidões*. São Paulo, 2008. Ver também CONSOLIN, Maria Cristina Consolin. *Gustave Le Bon e a reação conservadora às multidões*. Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da história. Anpuh/SP/Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004 (CD-rom).

seguida, assistirmos, além de um empréstimo oneroso aos cofres públicos e sem aplicação sabida e conhecida, a deformação da Praça da República e do Bosque Rodrigues Alves, ali, com o casario de concreto armado, construído para um cinematographo e que hoje serve de sede ao Museu Comercial. Aqui a desnudes da floresta bem cuidada e cientificamente classificada, cujas árvores são reduzidas a toras de lenha para alimentação das cadeiras da usina da Cremação e das fábricas da cidade.<sup>71</sup>

Desacreditando na revolução e considerando que as massas só atingiriam um estágio superior por meio de “um lento processo de refusões e de ensinamentos”, o bacharel acreditava na via parlamentar para alcançar as reformas que considerava importantes para o Estado naquele momento. Nutrindo um grande respeito às elites apeadas do poder e expressando a sua admiração pelos líderes da Revolução Constitucionalista de São Paulo, Ribeiro brinda-os com elogios no livro “*Sobre os mosaicos do inferno*”, única obra em que o movimento constitucionalista de 1932 no Pará é interpretado pela visão de um constitucionalista.

Voltando à fundação do PCP, no dia seguinte à publicação do manifesto, o jornal governista *Diário da Tarde*, em tom de pilheria revidou dizendo que a sigla significava “Políticos Cem Partido”. No mesmo artigo, o jornal criticou o manifesto pela ausência de propostas baseadas na realidade:

Ausência absoluta das equações em que se estratificam os nossos problemas vigentes, em que avulta gigantesco, o do trabalhismo. Nada de finanças. Nada de sistema tributário. Nada duma consulta profunda às modernas tendências social-políticas, das quais nos vamos aproximando, mercê dos rumos que a Revolução nos abriu.<sup>72</sup>

Mesmo aceitando-se a crítica à ausência de propostas concretas no manifesto do Partido Constitucional, foi aquele o primeiro texto a defender o retorno do país ao regime constitucional no Pará, o que significa ir de encontro à ditadura e ao discurso dominante, atitude que seria duramente reprimida pela polícia do interventor. Enquanto os constitucionalistas paraenses organizavam-se para chegar ao poder pela via parlamentar, foram surpreendidos com a eclosão da luta armada no sul do país.

---

<sup>71</sup> RIBEIRO, José Francisco, *op. cit.*, p. 30.

<sup>72</sup> *Diário da Tarde*, 30 de maio de 1932, p. 1.

### 1.3. A rebelião de julho

A *Revolução* Constitucionalista que eclodiu em São Paulo, em 9 de julho de 1932, pode ser vista como decorrência da crise mundial causada pela quebra da bolsa de Nova York, que causou grandes prejuízos aos produtores de café, principal produto da pauta de exportação brasileira ; da crise nacional entre corrente política e movimento tenentista em torno das propostas federalista e centralista; e da crise regional aberta após a nomeação do tenente João Alberto para a interventoria do Estado de São Paulo. Como observa Renato Lemos, a nomeação de tenentes nos Estados fora a forma encontrada pelo Governo Provisório para submeter os partidos políticos regionais, de maneira a impor sua orientação.<sup>73</sup> A insatisfação com a presença de um tenente, além de pernambucano, no governo de São Paulo, atingiu tal proporção que ocasionou reversão de uma crise local ocorrida em 1926, quando um grupo dissidente do então dominante Partido Republicano Paulista (PRP) fundou o Partido Democrático (PD)<sup>74</sup>. Em 1930, os democráticos integraram a Aliança Liberal que levou Getúlio Vargas ao poder. Em fevereiro de 1932, PRP e PD voltaram a se unir, na Frente Única Paulista, contra o Governo Provisório. Segundo Lemos, amparados na “tradição liberal democrática” e na defesa da autonomia estadual, os representantes políticos das classes dominantes paulistas exigiram a instalação de uma assembleia constituinte e o fim da intervenção federal nos Estados.<sup>75</sup> O movimento assumiu o caráter de conspiração e buscou ampliar seu raio por outros Estados, principalmente Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Manifestações paralisaram as ruas centrais da capital paulista e numa delas morreram os estudantes Martins, Miraglia, Draúcio e Camargo, cujas iniciais nomearam o Movimento MMDC de oposição ao governo Vargas. “O episódio amplia o apoio das classes médias paulistas ao movimento e generaliza definitivamente no Estado o descrédito quanto às intenções liberalizantes de Vargas”, observa Lemos.<sup>76</sup> Em 9 de

---

<sup>73</sup> LEMOS, Renato, *op. cit.*, p. 169.

<sup>74</sup> <sup>74</sup> O Partido Democrático (PD) foi criado em 1926, em São Paulo, a partir de uma dissensão do Partido Republicano Paulista (PRP). Era composto por uma “elite intelectual de comerciantes, agricultores, juristas e políticos liberais que dava ao partido uma representatividade bem mais ampla e moderna que a do PRP, excessivamente atrelado aos cafeicultores e a uma estrutura partidária fisiológica”. PONTES, José Alfredo Vidigal. *1932: o Brasil se revolta*. São Paulo, 2004, p. 35.

<sup>75</sup> LEMOS, Renato, *op. cit.*, p. 170.

<sup>76</sup> *Idem.*

julho, mesmo sem o apoio de gaúchos e mineiros, eclodiu a *Revolução Constitucionalista*.

Para o historiador Leôncio Basbaum, então membro do Partido Comunista, agremiação que deliberou não tomar parte no conflito, o movimento “foi antes um ato deliberado, longa e friamente calculado e pensado pelos responsáveis e dirigentes máximos do PRP, objetivando a retomada do poder do qual haviam sido desalojados violentamente”.<sup>77</sup>

Segundo ele, desde a nomeação de João Alberto, os líderes do PRP analisavam, por todos os ângulos, os prós e contras da ideia da retomada do poder. Teriam concluído que o maior problema a enfrentar era o de obtenção de apoio popular. “E esse apoio foi obtido, pelo menos parcialmente, por uma intensa propaganda contra o governo provisório”. Outra forma foi por meio da bandeira da reconstitucionalização, “cuidadosamente escolhida para que não parecesse um movimento puramente regionalista, paulista”.<sup>78</sup>

A interpretação de Basbaum não está distante da anunciada, dois dias após o início da *Revolução Constitucionalista*, por Magalhães Barata. Nos jornais de Belém, o interventor publicou uma “Proclamação ao povo paraense” em que atribuiu o levante paulista à “nefasta politicagem dos decaídos, desejosos de retornarem ao poder”. Por meio do que julgou “atos impatrióticos”, o interventor diz que “os decaídos só têm concorrido para perturbar a obra ingente que a *Revolução* de Outubro iniciou aos destinos do Brasil”. Em seguida diz que a *Revolução*, quando combate o “açodamento dos falsos constitucionalistas, não pleiteia a perpetuidade da ditadura”, mas age contra por não acreditar nem “na boa-fé, nem no patriotismo desses pregoeiros açaimados da Constituição”. A proclamação teve também outra finalidade: preparar a população para o clima de repressão que se seguiria, aconselhando a todos tranquilidade e confiança no governo. Era preciso que o povo estivesse atento para repelir aqueles que “jamais se bateram pela lei”, evitando que “escalem, outra vez, as fronteiras do poder, para grudar-se nos flancos da Pátria sugando-lhe a seiva e a energia”. Ao final, conclamou: “que

---

<sup>77</sup> BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República*, de 1930 a 1960. 1991, p. 36.

<sup>78</sup> *Idem*.

venha o povo. Nós o guiaremos. Marcharemos juntos para onde levar a necessidade de defender o Pará ou a glória de morrer pelo Brasil.”<sup>79</sup>

A criação de imagens negativas associadas aos adversários faz parte do processo de busca de legitimação própria dos detentores do poder, conforme explica Bronislaw Baczko. Em momento de conflito, imagens calculadamente contrárias são criadas para reforçar sentidos diferentes entre o “eu”, detentor do poder, e o “eles”, os que se insurgem contra o poder, como parte de um processo de conquista da coletividade e legitimação de ações repressivas por parte da dominação. Neste sentido, “o imaginário social é, pois, uma peça efetiva e eficaz do dispositivo de controle da vida coletiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder”. O poder, então, sente a necessidade de enfrentar o seu arbitrário e controlá-lo reivindicando uma legitimidade.<sup>80</sup>

Identificando a si como o guia que conduzirá à vitória ou à morte gloriosa pelo Brasil e os constitucionalistas como políticos “decaídos”, “parasitas sugadores da seiva e da energia da Pátria”, o discurso do interventor era um aviso sobre a violência que desencadearia por meio de uma onda de prisões efetivadas contra pessoas supostamente ligadas ao movimento constitucionalista de São Paulo. Os primeiros detidos foram: Souza Castro, ex-governador; J. J. Gama e Silva, advogado; Genézio Cavalcanti, jornalista; José Maciel Guerreiro, coronel; Eutychio Dantas, tenente reformado; Renato Franco, professor; Orvacio Marreca, coronel reformado; Deodoro de Mendonça, proprietário de castanhais, ex-deputado, “elemento de influência na antiga política do Estado”.<sup>81</sup>

Em 19 de julho, o jornal *Crítica* noticiou a prisão de outro grupo de constitucionalistas, mantidos incomunicáveis: major Aristides Paes de Souza Brasil, comandante do 4º Grupo de Artilharia de Óbidos; capitão tenente Luiz Albernaz, do cruzador “Floriano”; tenente Rubens César de Oliveira, também do “Floriano”; sargentos Juarez, Oswaldo Leal e Liberalino Jorge Pereira, do Quartel General da 8ª Região Militar; João Botelho, graduando de Direito; Miguel Lupi Martins, acadêmico de Medicina. O jornal informou ainda que o capitão Josué Freire estava sendo procurado pelo Exército. A onda de prisões teria lotado a cadeia de São José, o Batalhão de Infantaria e a Central de Polícia. O bacharel José Ribeiro relacionou o ambiente de

---

<sup>79</sup> *Diário da Tarde*, 11 de julho de 1932, p. 1.

<sup>80</sup> BACZKO, Bronislaw, *op. cit.*, p. 310.

<sup>81</sup> *Crítica*, 12 de julho de 1932, pp. 1 e 2.

delação e prisões à ação da Santa Inquisição, ao dizer que as ordens emanavam da Central de Polícia, localizada na “rua Santo Antonio, bem no final e contíguo ao hospital da Ordem Terceira, onde funcionava, dia e noite, o Tribunal do Santo Ofício”.<sup>82</sup>

A polícia havia infiltrado informantes por toda parte, os “torquemadas”, segundo Ribeiro :

A cidade, desprevenida, povoou-se de centenas de Torquemadas de vários feitios, que farejavam e espionavam, de alto a baixo, em todos os recantos, quadras e esquinas. Um passo à frente, na via pública, constituía distância mais curta para os cubículos da Central, da cadeia de São José, do Batalhão de Infantaria ou do Corpo de Bombeiros, pouco importando se o incauto cidadão ia à farmácia em procura de remédios urgentes ou fosse ele sectário ou simples simpatizante daquela ideologia.<sup>83</sup>

A ditadura tirou partido do momento para prender os seus desafetos políticos, entre membros do PCP, políticos “decaídos” e militares adversários dos tenentes em 1924. Apesar de noticiado como preso pelo vespertino *Crítica*, José Ribeiro conseguiu fugir de Belém. Na manhã do dia 15 de julho, conta ter sido caçado por policiais “como se fora criminoso”. Sua residência foi invadida e o escritório revistado. Só regressou a Belém dois meses e meio depois, na noite de 6 de outubro.

Segundo Ribeiro, “quanto mais o alicate ditatorial mordida a cidade”, mais se via gestos de rebeldia em apoio aos constitucionalistas de São Paulo. Nos muros e nas paredes surgiam, em diferentes locais, inscrições se solidarizando com os líderes da causa paulista.<sup>84</sup> A censura, que já agia sobre os matutinos, foi estendida aos vespertinos, jornais menores, porém mais barulhentos. Nada podia ser publicado sobre a *Revolução* Constitucionalista se não fosse distribuído pelo gabinete do interventor. O proprietário de *Crítica*, João Malato, protestou contra o rigor da censura em divulgação de fatos ocorridos no Sul e que, “positivamente, nenhuma repercussão podem ter no espírito pacífico e quase passivo da nossa população”. Para o jornalista, a ausência de informação podia gerar uma grave inconveniência: “aquilo que o público não colhe na fonte autorizada da imprensa, vai beber na boca alarmadora do boato, com as suas versões absurdas, deturpadas e falsas”.<sup>85</sup> No dia 25, O jornal governista *Diário da Tarde*

---

<sup>82</sup> RIBEIRO, José, *op. cit.*, p. 283.

<sup>83</sup> *Idem*, p. 284.

<sup>84</sup> *Ibidem*, p. 113.

<sup>85</sup> Ao se referir a boatos, o proprietário de *Crítica*, João Malato, está aludindo ao vespertino *Diário da Tarde* que criou uma seção, durante a crise de julho, chamada “Boatos e Boateiros”, com objetivo de expor ao ridículo os adversários políticos do interventor. *Crítica*, 11 de julho de 1932, p. 1.

anunciou que João Malato fora detido por determinação da polícia “por ter infringido as ordens que recebeu sobre o papel da imprensa na hora presente”.<sup>86</sup>

Somente no dia 26 de agosto, mais de um mês depois, o chefe de Polícia, desembargador Raymundo Nogueira de Farias, divulgou nota explicando a onda de prisões. A justificativa foi a descoberta de uma “conspiração organizada por adeptos da constitucionalização, programada para ocorrer no dia 14 de julho, em Belém”. Escrita a partir de informações de um relatório do inquérito instaurado na 1ª Delegacia Auxiliar para apurar a participação de civis e militares na conspiração, a nota concluiu que o objetivo da conspiração era “sublevar o Exército e a Marinha, com o fim de depor o interventor do Estado, sublevação esta em perfeito entendimento com a revolução de São Paulo e Mato Grosso”.<sup>87</sup>

O relatório do delegado Pedro Nolasco Monteiro é a única parte do inquérito encontrado no arquivo Público do Pará. Com 12 páginas, ele foi destacado do auto de perguntas e arquivado na documentação da Chefatura de Polícia ao Gabinete do interventor. As demais partes do inquérito não foram encontradas. O que sabemos dele é apenas o que informa o relatório. Fica-se sabendo que foram interrogadas 75 pessoas, sendo 38 civis e 37 militares. O documento revela uma conspiração mal articulada e sem maiores cuidados quanto ao sigilo dos preparativos, daí a pouca ou nenhuma chance de êxito. Tal foi o desleixo dos conspiradores que um dos implicados, o advogado Gama e Silva, visitou o coronel Randolpho Guasquer em sua residência para sondar como o oficial receberia a aclamação de seu nome para assumir a Interventoria numa provável reviravolta política. Guasquer era “apenas” o comandante da 8ª Região Militar, a maior autoridade militar do Pará e oficial de confiança da *Revolução de Outubro*<sup>88</sup>.

Por meio do relatório somos informados que o primeiro civil a depor foi ex-governador Souza Castro. Ele negou participação na conspiração. No entanto, a polícia vinha acompanhando os seus passos e concluiu pelo seu envolvimento:

---

<sup>86</sup> *Diário da Tarde*, 25 de julho de 1932, p. 2.

<sup>87</sup> Relatório do inquérito presidido pelo delegado Pedro Nolasco Monteiro, da 1ª Delegacia Auxiliar de Políciar, por ordem do interventor Magalhães Barata. Fundo Gabinete do Interventor, Chefatura de Polícia, série Ofícios, 1930-1932, caixa nº 9, APEP.

<sup>88</sup> Depoimento do Comandante da 8ª Região Militar, Randolpho Guasquer. Inquérito presidido pelo major Pedro Nolasco Monteiro. *Ibidem*, p. 10.

O Dr. Souza Castro, por mais de uma vez, recebeu em sua residência e sempre à noite, em demorada conferências, o capitão tenente Luiz de Brito Albernaz, pertencente à Flotilha do Amazonas, que, como adiante se verá, era um dos chefes do movimento. Igualmente o Dr. Souza Castro conferenciava e tinha entendimento com o capitão do Exército Josué Freire, conferências essas ora feitas no escritório deste, ora na rua, o que ficou evidentemente provado com a ausência do serviço do aludido capitão, logo após a detenção daquele político. (auto de fl. 74)<sup>89</sup>

Chamado a depor na condição de testemunha, o presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, Henrique Jorge Hurley, disse que, em princípio de julho, o seu colega Alberto Martins de Barros, lhe comunicara, pedindo reserva, “ter ouvido uma conversa muito grave” entre o capitão Josué Freire e Souza Castro, “versando sobre um possível levante contra a situação dominante do Estado”, tendo a certa altura da conversa Souza Castro indagado de Josué Freire, pela munição, respondendo este “estar nas mãos de uma pessoa envolvida no plano pertencente ao Quartel General do Exército”. Convidado a depor, Martins de Barros, confirmou o que contara a Hurley. Disse que a conspiração “era notícia corrente na cidade”, que além de sabida por intermédio de diversas pessoas, soube também pessoalmente de Josué Freire:

O capitão que lhe teria dito ir rebentar um movimento revolucionário chefiado por si, Josué, com o auxílio de oficiais e inferiores do Exército, pertencentes ao Quartel General, onde existia toda a munição pertencente ao 26º Batalhão de Caçadores e que isso ocorreria de surpresa de forma a ser impossível dominar, porque no momento o oficial que tinha as chaves do depósito do material bélico e da munição, declararia tê-las perdido; que para isso contava também com a solidariedade do imediato do encouraçado “Floriano” e de alguns civis. Auto de fls. 190.<sup>90</sup>

Martins de Barros disse também que, do botequim X.P.T.O, observava, com frequência, grande movimentação de políticos no escritório de advocacia do capitão Josué Freire, inclusive com a presença do ex-governador Souza Castro, “onde sempre entravam oficiais da extinta Força Pública, entre eles o de nome Eutychio Dantas”. A despreocupação com sigilo por parte dos conspiradores parece ter facilitado o trabalho da polícia civil que, desde o dia 6 de junho, manteve agentes vigiando as ações de Souza Castro, Luis Albernaz e Josué Freire.

Segundo o relatório do delegado Nolasco, o capitão tenente Luiz de Brito Albernaz, “abusando da confiança que lhe era dispensada pelo comandante da Flotilha

---

<sup>89</sup> *Idem*, p. 3.

<sup>90</sup> *Idem*, p. 4.

do Amazonas, capitão de fragata Galdino Pimentel Duarte”, no dia 11 de julho, determinou ao 1º sargento José Fidelis da Boa-Morte, fiel da artilharia da Flotilha, que providenciasse para que a canhoneira “Missões” fosse “imediatamente artilhada e municuada, retirando para isso as suas metralhadoras que estavam no paiol da mesma e a munição de guerra que estava depositada no paiol do Arsenal de Marinha”, segundo conta no auto, fls. 159 e 161 V.<sup>91</sup> Nolasco narra desta forma o plano de Albernaz na Marinha:

O capitão tenente Luiz de Brito Albernaz, com a canhoneira “missões” assim artilhada e municuada, tinha o criminoso propósito de, na tarde do dia 14 de julho, largar da ponte do Arsenal de Marinha, onde estava essa embarcação atracada e desarmada, há muito tempo, fundear em frente à Doca do Ver-o-Peso, ir em escaler a bordo do encouraçado “Floriano” e surpreender com a mesma canhoneira aquele encouraçado, o qual tomaria de assalto, dando assim um golpe de força, prendendo o comandante da Flotilha, depondo o interventor, função essa que assumiria, para, em seguida, nomear o major do Exército Aristides Paes de Souza Brasil, comandante da guarda Civil [*sic*], conforme tudo se verifica dos autos de fls. 135 a 137 – 101 a 103 -142 a 146 V.<sup>92</sup>

Informa o relatório que “felizmente esse ato criminoso e antipatriótico”, que seria levado a efeito pelo capitão Albernaz, “certamente com sacrificio de preciosas vítimas e destruição de grande parte desta capital, foi denunciado em tempo”. Os autores da denúncia foram os suboficiais João Martins de Carvalho e Irênio Guararapes Beltrão e o 3º sargento João Capistrano de Luna, pertencentes à guarnição da “Missões”.

O comandante da Flotilha, capitão de Fragata Galdino Pimentel Duarte, que havia assumido o posto em 30 de maio daquele ano<sup>93</sup>, negou ter dado ordem de armamento para qualquer navio. Disse que, tendo conhecimento de que havia sido feito um movimento de munição do paiol da Flotilha, no Arsenal, para a “Missões”, foi, pessoalmente, na tarde do dia 12 de julho, fiscalizar a canhoneira, determinando a retirada de toda a munição para o referido paiol e a condução do navio para o dique flutuante para vistoria. Sobre o capitão Albernaz, disse “reconhecer nele um grave

---

<sup>91</sup> *Ibidem*, p. 5.

<sup>92</sup> O major Aristides Paes de Souza Brasil era comandante do 4º Grupo de Artilharia de Costa e Forte de Óbidos.

<sup>93</sup> Boletim Regimental da 8ª RM, 2 de junho de 1932, p. 306.

enfermo nervoso, por isso o submeteu a uma junta médica que o inspecionou, dando um laudo absolutamente positivo”, auto de fls, 162 a 163 V.<sup>94</sup>

Albernaz não foi ouvido no inquérito porque embarcou, por ordem superior, no vapor “Santos”, para o Rio de Janeiro, na noite de 14 de julho, dia em que pretendia pôr em execução o seu plano. Como suspeito de conivência, foi detido o 1º tenente Rubem Cesar de Oliveira, maquinista da guarnição do encouraçado “Floriano”. Ouvido, o oficial inferior negou participação no malogrado plano, conforme o auto de fls. 97 a 100 V.<sup>95</sup>

O homem que ocuparia o cargo de interventor, o major Aristides Paes de Souza Brasil chegou a Belém em 25 de maio para assumir o comando do 4º Grupo de Artilharia de Costa, em Óbidos. Na capital, passou 13 dias, embarcando em 8 de junho, no vapor “Baependi”, em companhia do 1º tenente Tibúrcio, que se encontrava em Belém. Em 13 de junho chegou a Óbidos, assumindo o comando dois dias depois.<sup>96</sup> Na rápida passagem pela capital, parece ter mantido contato com o capitão Josué Freire e com outras pessoas com vista à articulação do levante. De volta a Belém, foi preso em 13 de julho. A polícia teria encontrado em sua bagagem documentos que comprovariam sua ligação com as lideranças constitucionalistas de São Paulo, inclusive dois códigos cifrados, com os quais se correspondia com o general Isidoro Dias Lopes, e uma caderneta com nomes e endereços de acusados de envolvimento na conspiração de Belém.<sup>97</sup>

O articulador dos constitucionalistas paulistas junto aos conspiradores paraenses tinha 51 anos e um histórico de elogios por sua luta em defesa da legalidade na revolução de 1924, quando tenentes rebeldes investiram contra a presidência de Artur Bernardes, no episódio que daria origem à Coluna Prestes-Miguel Costa, depois chamada apenas Coluna Prestes. Paranaense, nascido em 18 de maio de 1881, Souza Brasil assentou praça voluntariamente na Escola Militar de Realengo, em 1899. Os alunos de Realengo graduavam-se como aspirantes, e nessa categoria serviam por um ano ou até surgir vaga entre os tenentes. O propósito da escola era preparar oficiais

---

<sup>94</sup> Relatório Delegado Pedro Nolasco, p. 6.

<sup>95</sup> *Idem*.

<sup>96</sup> Boletim Regimental da 8ª Região Militar, nº 83, de 10 de junho de 1932. Arquivo da 8ª RM, Caixa nº 1, armário nº 14, prateleira nº 1.

<sup>97</sup> Relatório Pedro Nolasco, p. 10

subalternos para atuarem até ser promovidos a capitão, quando ingressavam no curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO).<sup>98</sup>

Em 1924, de acordo com o Boletim do Exército do segundo semestre, Souza Brasil apresentou-se ao comandante da Fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, por ter notícia de um confronto iminente entre o Exército e o encouraçado rebelde “São Paulo”. Sua atuação, auxiliando o comando na transmissão das ordens e dirigindo o fogo no episódio do bombardeamento ao torpedeiro rebelde “Goiás” valeu-lhe o elogio do comandante da Fortaleza, que ressaltou as provas que dera durante os “calamitosos dias da revolta, pela lealdade, presteza, calma e decisão, o que atesta ter nítida compreensão de seus deveres militares”. Souza Brasil foi também louvado pelo comandante do Setor Leste, pela lealdade e firmeza com que contribuiu para que fosse “garantida ao governo, a tranquilidade indispensável à sua ação contra os perturbadores da ordem”.<sup>99</sup>

Em novembro de 1929, matriculou-se no curso de revisão da ESAO, classificando-se em quarto lugar “por ordem de merecimento em sua arma”. Em outubro de 1930, assumiu o comando da guarnição do Exército em Vitória, Espírito Santo. Mas não aderiu ao movimento revolucionário de outubro, sendo afastado do comando, embora tenha recebido o elogio da junta provisória governativa daquele Estado por sua contribuição à retirada das famílias da cidade ante a chegada dos navios de guerra.<sup>100</sup>

No ostracismo, foi mandado para chefiar a segunda seção da 5ª Circunscrição de Recrutamento, em Goiás. Em setembro de 1931, foi transferido da 1ª Região Militar para o comando do 4º GAC, em Óbidos. Provavelmente relutou em vir para o interior da Amazônia, tendo levado oito meses para desembarcar no Pará. Em outubro pediu para gozar férias. Em dezembro se reapresentou à 1ª RM. A partir de janeiro de 1932 ficou por três meses aos cuidados de uma junta médica. A 7 de abril apresentou-se ao

---

<sup>98</sup> Sobre a educação dos oficiais em Realengo, ver: McCANN, Frank. D. *Soldados da Pátria – História do Exército Brasileiro 1889-1937*. São Paulo, 2007. PP 314-319; MOTTA, Jehovah. *Formação do Oficial do Exército*. Rio de Janeiro, 2001, pp 213-231.

<sup>99</sup> *Boletim do Exército*, 1924, 2º semestre. Estado Maior do Exército: Rio de Janeiro, 1925. AHEx.

<sup>100</sup> *Livro de Fé de Ofício do major Aristides Paes de Souza Brasil*. Departamento de Pessoal da Guerra, Divisão de Artilharia, documento nº 1.064. Arquivo Histórico do Exército, Quartel General do Comando Militar do Leste. Departamento de Pessoal da Guerra, Divisão de Artilharia, documento nº 1.064, Fé de Ofício do major Aristides Paes de Souza Brasil -1889 a 1932. AHEx.

Departamento do Pessoal de Guerra, vindo de São Paulo, em trânsito para Óbidos, onde só chegou em 13 de junho.

Dois trabalhos publicados sobre as rebeliões constitucionalistas na Amazônia, escritos pelos historiadores Creso Coimbra e Carlos Rocque, colocam o interventor paraense como alvo central da ação dos rebeldes. Rocque afirma que “a *Revolução Constitucionalista* serviu apenas de pretexto para um movimento que visava única e exclusivamente o interventor Barata”. Coimbra vai um pouco mais além ao concluir que o movimento constitucionalista foi resultado do governo discricionário instituído pela *revolução* de 1930, que tinha em Magalhães Barata um de seus mais ferrenhos representantes.<sup>101</sup> Ambos, porém, não demonstraram interesse em investigar outras possíveis causas, nem a possibilidade de ligação entre os constitucionalistas do Pará e do Sul, aceitando sem maiores questionamentos a conclusão a que chegou o delegado Pedro Nolasco no relatório sobre a conspiração de julho, qual seja, a de que o movimento teve como único objetivo a deposição de Magalhães Barata.

Documentos sob a guarda do Arquivo Histórico do Exército, no Rio de Janeiro, consultados por esta pesquisa, no entanto, esclarecem que a conspiração de julho no Pará fez parte de um movimento nacional articulado pelas lideranças constitucionalistas de Sul, com definição de um papel estratégico para os Estados do Norte, no qual a deposição dos interventores poderia ser uma consequência, mas não o objetivo principal. A historiadora Dulce Pandolfi diz que não estava descartada nem mesmo a possibilidade dos interventores aderirem ao movimento.<sup>102</sup>

Sobre o papel estratégico do Norte na *Revolução Constitucionalista* já nos havia dado informação o general Euclides Figueiredo, no livro de memória *Contribuição para a história da Revolução Constitucionalista de 1932*, publicado em 1981. Figueiredo foi um dos principais comandantes da *revolução* em São Paulo. Diz o general que aos Estados do Norte “pouca coisa se pedia”:

Que fosse dificultado, por agitações locais, onde possível, o embarque de reforços contra São Paulo, os quais de outra forma iriam acrescer o número das unidades da 1ª Região Militar e engrossar, por contingentes novos, os seus efetivos,

---

<sup>101</sup> COIMBRA, Creso. *A revolução de 30 no Pará – análise, crítica e interpretação da história. Belém*. Conselho Estadual de Cultura, 1981; ROCQUE, Carlos. *Magalhães Barata: o homem, a lenda, o político*. Vol. I. Belém: Secult, 1999.

<sup>102</sup> Ver PANDOLFI, Dulce Chaves. *A trajetória do Norte: uma tentativa de Ascenso político*. In GOMES, Angela Maria et alii. *Regionalismo e centralização política: Partidos e Constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 355.

pois eram estes os únicos elementos que admitíamos como seus verdadeiros adversários.<sup>103</sup>

Os revoltosos de São Paulo, apoiados principalmente na Força Pública e no enorme contingente humano de voluntários, armados por uma indústria bélica local, tinham alguma expectativa de sobrepor às forças do Exército da 1ª RM, desde que não fossem reforçadas por pelotões vindos de outros Estados. Cabia aos conspiradores, nos Estados do Norte, tumultuar o ambiente com rebeliões. Ocupadas em dar-lhes combate, as tropas do Exército e de voluntários arregimentados pelos interventores estariam impedidas de embarcar para o Sul. No inquérito presidido pelo delegado Pedro Nolasco sobre a conspiração de julho, o major Souza Brasil teria confirmado a missão.

Durante o longo tempo em que passou em trânsito, ou seja, o período compreendido entre a designação para assumir o 4º GAC e sua chegada a Belém, Aristides Paes de Souza Brasil participou da conspiração constitucionalista no Sul. Uma testemunha desses contatos foi o guarda-livros baiano Athenógenes Pompa de Oliveira. O autointitulado coronel Pompa, que seria o comandante da Revolta Constitucionalista no Baixo Amazonas, da qual nos ocuparemos no capítulo seguinte, disse em inquérito policial militar que, em maio de 1932, participou de conferências conspiratórias no Rio de Janeiro, com líderes constitucionalistas, como Moniz Sodré, Batista Lusardo, João Neves da Fontoura e o major Aristides Paes de Souza Brasil.<sup>104</sup>

Nos inquéritos sobre a revolta do 4º GAC, o guarda-livros Pompa revelou que, na Capital Federal, o homem designado para estabelecer contato com os representantes dos constitucionalistas do Sul no Norte e Nordeste era o tenente José Luis Figueiredo Lobo, oficial baiano exilado ao final da *Revolução* Constitucionalista de 1932. Teria sido com o tenente Lobo que Pompa se entendeu após sua chegada ao Rio de Janeiro, vindo da Bahia. Em maio, Lobo lhe falou da necessidade de contar com um “companheiro disposto, enérgico e atilado para abraçar, em todo o Norte, a causa constitucionalista com o idealismo e a pujança dos revolucionários de São Paulo”.<sup>105</sup> Não precisou muito para o oficial convencer Pompa de que esse homem era ele. Sua

---

<sup>103</sup> FIGUEIREDO, Euclides. *Contribuição para a história da Revolução Constitucionalista de 1932*. São Paulo, 1981, p. 65.

<sup>104</sup> Auto de perguntas a Athenógenes Pompa de Oliveira. Inquérito DE, p. A 36. AHEX.

<sup>105</sup> *Idem*, p. A 36.

missão seria mais ampla que a do major Souza Brasil: enquanto este se ocupou somente com o Pará, Pompa teria raio de ação por vários Estados do Norte e Nordeste.<sup>106</sup>

Com uma carta de apresentação assinada por Lobo, Pompa foi para São Paulo, onde teria recebido orientações a cerca do plano concebido pelo general Isidoro Dias e por líderes civis como Francisco Morato e João Neves da Fontoura, de sublevação de quartéis no Norte. Na ocasião, recebeu cartas de Isidoro e do general Bertholdo Klinger para serem entregues aos tenentes Canella, na Bahia, Monte, no Ceará, e ao capitão Josué Freire, no Pará, com orientações sobre insurreições. Para custear despesas na viagem conspiratória ao Norte do País, Pompa teria recebido dez contos de réis de João Neves da Fontoura.<sup>107</sup>

O historiador Stanley Hilton, autor de uma narrativa sobre a *Revolução Constitucionalista* em São Paulo, diz que, fora do Estado, havia um trabalho subterrâneo de resistência e combate ao regime Vargas, concentrado no Distrito Federal, agindo no país inteiro. Os constitucionalistas esperavam contar com o apoio dos Estados, especialmente do Rio Grande do Sul e de Minas.<sup>108</sup> A historiografia foca suas análises apenas sobre aqueles dois grandes Estados, cujos apoios, de fato, poderiam desequilibrar a luta para os paulistas. No entanto, como gaúchos e mineiros não se solidarizaram, a historiografia tendeu a ignorar os outros movimentos. Tidos por “incidentes menores”, praticamente foram apagados da história.

Em alguns Estados do Norte houve registros de manifestações de civis e militares concomitante ao ocorrido em Belém. Em Fortaleza, a polícia civil efetuou várias prisões de envolvidos num movimento sedicioso que tinha por objetivo, segundo a imprensa, depor o interventor Carneiro de Mendonça. O movimento foi liderado pelo capitão do Exército Peregrino Montenegro. Este capitão foi preso antes que Pompa pudesse entregar-lhe a carta dos generais Isidoro e Klinger<sup>109</sup> Em Terezina, “várias pessoas de destaque na cidade”, entre elas os desembargadores Vaz da Costa e Giovani Costa, foram presas sob a alegação de participarem de “complô visando à deposição do

---

<sup>106</sup> De fato, as memórias do general Figueiredo realmente confirmam a missão delegada ao tenente Lobo de manter contatos com os rebeldes do Norte com vistas à sublevarem os Estados da região. O general disse que Lobo foi um dos muitos “adeptos da causa, à qual espontaneamente se incorporou.” FIGUEIREDO, Euclides, *op. cit.*, pp. 65-6.

<sup>107</sup> Depoimento de Anthenógenes Pompa de Oliveira. Inquérito 8ª RM, Belém, p. B 8.

<sup>108</sup> HILTON, Stanley. *1932 – A guerra civil brasileira*. Rio de Janeiro, pp. 308-9.

<sup>108</sup> *Folha do Norte*, 13 de agosto de 1932, p.1.

<sup>109</sup> *Folha do Norte*, 6 de agosto de 1932, p.1.

interventor Landry Salles”.<sup>110</sup> Na Paraíba, um complô contra o interventor Gratuliano Brito articulado por auxiliares do ex-governador Antenor Navarro foi descoberto pela polícia. O homem de ligação entre paulistas e paraibanos era o tenente Ismael Barreto, que tinha missão de sublevar as tropas da polícia e depor o interventor.<sup>111</sup> No Rio Grande do Norte, o chefe de polícia Stanley Gomes comunicou ao intendente que tinha abortado um plano de empastelamento do jornal “*A Tarde*”, tido por “inimigo da revolução de outubro”. O plano teria sido arquitetado como uma “grosseira farsa” com objetivo de provocar escândalo ao responsabilizar pessoas ligadas ao interventor Ebertino Dutra.”<sup>112</sup>

Segundo Stanley Hilton, “toda a boa vontade, energia e autossacrifício de elementos constitucionalistas no Norte e Nordeste não resolveriam o problema militar de São Paulo”. O importante era o apoio do Rio Grande do Sul e de Minas, para onde a atenção paulista se voltava esperançosamente.<sup>113</sup> De fato, memorialistas paulistas, em narrativas sobre a *Revolução* Constitucionalista, confirmam a afirmação de Hilton. Alfredo Ellis Júnior, por exemplo, em livro publicado em 1933, pergunta: “sem ser em Minas ou no Rio Grande do Sul, onde iria S. Paulo buscar apoio?”. Para este autor, no Brasil, estes três Estados eram os grandes trunfos no jogo da política nacional. Os Estados do Norte giravam nas órbitas daqueles três. Por isso a ditadura era para estes um bom regime:

A constitucionalização do país não os deve interessar. Eles vivem bem no regime da ditadura. Vivem até melhor do que no tempo em que a Constituição imperava. Antes de 1930, esses Estados pequeninos viviam em oligarquias disfarçadas que se alteravam ao sabor do governo central. Eram os Nery, os Lemos, os Acioly, os bombardeios de Manaus, do forte de S. Marcelo, as intervenções, as derrubadas etc. O Regime ditatorial impôs a eles uma centralização apertada, com interventores que puseram termo à politicalha. A insignificante complexidade da governação desses Estados do Norte não está a exigir grandes qualidades dos interventores. É por isso que esses Estados, bem adaptados a um regime centralizado, tanto defenderam a ditadura e tanto se encarniçaram contra S. Paulo.<sup>114</sup>

No entanto veio do Pará a mais forte manifestação de solidariedade à causa paulista, no momento em que, sufocadas as tentativas de sublevação do Exército, da Marinha e da Guarda Civil no mês de julho, parecia que o movimento rebelde tinha

---

<sup>110</sup> *Folha do Norte*, 15 de julho de 1932, p.1.

<sup>111</sup> *Folha do Norte*, 31 de julho de 1932, p. 2.

<sup>112</sup> *Jornal do Brasil*, 13 de julho de 1932, p. 7.

<sup>113</sup> HILTON, Stanley, *op. cit.*, p. 310.

<sup>114</sup> ELLIS JUNIOR, Alfredo. *A Nossa Guerra*. São Paulo: 1933, p. 128.

exaurido suas forças. Mas, nem mesmo este cioso guardião da memória constitucionalista paulista, o escritor Alfredo Ellis Júnior, parece ter tido conhecimento do que aconteceu no Baixo Amazonas e em Belém, depois da conspiração de julho, abortada pela polícia e citada, aliás, com erro, no livro do escritor paulista:

Apenas no Pará houve um pequeno movimento do comandante Paes Leme (sic), apoiado pelo naval comandante Albernaz. Esse movimento foi cruel e selvagem abafado, sem que tivesse tido a menor repercussão, pelas plagas ensolaradas da Amazônia, ou nas ressequidas do Nordeste.<sup>115</sup>

Ellis desconhece que a conspiração de julho foi apenas um dos episódios constitucionalistas acontecidos no Pará. Houve, pelo menos, outros três. O segundo foi francamente contrarrevolucionário. Trata-se da participação de soldados, reservistas e voluntários paraenses no campo de batalha “em defesa dos ideais da *Revolução de Outubro*”, episódio igualmente ignorado pela historiografia amazônica sobre 1932. Os outros dois, foram movimentos revolucionários, armados e protagonizados por civis e militares.

#### 1.4. Soldados invisíveis: os contingentes paraenses no sul

É comum alguns historiadores amazônicos começarem suas narrativas sobre o movimento constitucionalista da seguinte forma: “estava o vapor “Poconé”, do *Loyd*, em manobras de atracação no cais da *Port-of*, quando dois tiros de peça despertaram o espírito público, entre seis e sete horas da noite. Aquele vapor trazia os prisioneiros da rebelião no Forte de Óbidos. Iniciava-se a revolta de 6 de setembro, em Belém, de adesão aos paulistas.”<sup>116</sup> Por esta leitura, parece que o movimento constitucionalista começou naquele momento, com o navio atracando. De um só lance, ignoram-se a revolta no Baixo Amazonas e a participação de mais de mil soldados paraenses no campo de batalha paulista, enviados pela Interventoria e pelo Exército. Tornam-se, assim, episódios invisíveis.

A leitura que se fará nesta seção busca reconstruir esta fase da luta e inserir os batalhões patrióticos como parte da história do movimento constitucionalista da

---

<sup>115</sup> *Idem*, p. 131.

<sup>116</sup> Cf. MESQUITA, Lindolpho. *Magalhães Barata, o Pará e sua história*. Belém: 1944; BASTOS, Abguar. *História da política revolucionária no Brasil*. Vol. I. Rio de Janeiro, 1969.

Amazônia, pois, assim como se pretende fazer aflorar os sujeitos que lutaram pela causa constitucionalista no Baixo Amazonas, também se pretende dar visibilidade aos que combateram no campo de luta paulista, tão anônimos quanto aqueles, ambos excluídos dos relatos históricos.

Tendo absoluto controle sobre a política do Norte por meio de interventores, Getúlio Vargas, iniciado o movimento em São Paulo, agiu rápido no sentido de aproveitar os recursos humanos dos Estados. Em 14 de julho, enviou Circular pedindo o envio de tropas, na primeira oportunidade, “apesar de os acontecimentos prenunciarem com segurança a nossa vitória, cumpre-nos incentivar por todos os meios [o] aumento [das] nossas forças”.<sup>117</sup>

Mas, ao menos, no Pará, a solicitação-ordem não seria fácil de ser atendida. Além dos problemas de ordem orçamentária, havia outro agravante: a falta de recursos humanos. Magalhães Barata já havia exposto o problema para o ministro da Justiça Oswaldo Aranha. Naquele momento, o interventor só podia contar com o efetivo do 26º Batalhão de Caçadores, reduzido a 568 militares, ainda assim o Estado e a 8ª RM não dispunham de recursos financeiros para aumentar o efetivo e nem para custear o embarque. Era preciso, portanto, dinheiro. E foi o que ele pediu ao ministro da Justiça. Precisava também de pessoal disposto a lutar pela causa do governo.<sup>118</sup>

O problema mais grave, no entanto, fora criado pelo próprio interventor: em 22 de novembro de 1930, ele assinou o Decreto nº 14, extinguindo a Força Pública, embrião da atual Polícia Militar do Estado, ato justificado por dois “considerandos”: a) a situação econômica do Estado não permitia custear a despesa do efetivo, mesmo reduzido; b) a falta de finalidade prática da Força.<sup>119</sup> No entanto, em sessão realizada no Teatro da Paz para explicar as realizações da Interventoria no primeiro semestre de

---

<sup>117</sup> Vargas, circulares, 14/7/1932, Correspondência ao Governo do Pará, série 14.12, lata 22, período 1930-39, Biblioteca Nacional.

<sup>118</sup> Telegrama de Magalhães Barata ao ministro Oswaldo Aranha. Fundo Gabinete Civil da Presidência da República, Justiça. Série 17.7, Lata 41, Período 1931-34, Biblioteca Nacional. Em agosto de 1930, o número de conscritos no 26º BC era de 506 militares, entre praças e oficiais. Ofício do Ministério da Justiça e Negócios Interiores ao governador do Pará. Secretaria do Governo, Série Ofícios (Ministérios), Período 1930-3, Caixa nº 184. APEP.

<sup>119</sup> Em 13 de novembro 1929, o governador Eurico Valle fixou, por intermédio da Lei nº 2.747, o efetivo da Força Pública em 837 policiais militares. Em outubro de 1930, a Junta Governativa Provisória deu nova organização à Força Pública, via Decreto nº 7, de 5 de novembro, reduzindo o efetivo para 389 policiais, sendo 282 praças. Ver MARRECO, Orvácio Deolindo da Cunha. *Histórico da Polícia Militar do Pará*. Belém, 1940; REGO, Orlando L. M. de Moraes. *Retrospectivo Histórico da Polícia Militar do Estado do Pará – 1822-1930*. Belém, 1981.

1931, Magalhães Barata foi claro quanto à causa real daquele ato: ele temia ser derrubado pela Força.<sup>120</sup>

As Forças Públicas Militares haviam se constituído verdadeiros exércitos estaduais, mas só atingiram este *status* na Primeira República. Antes, durante o Império, explica José Murilo de Carvalho, a falta de autonomia das províncias impediu o desenvolvimento delas. A tarefa de policiamento da população era competência do município e, em grande parte, exercida pela Guarda Nacional que, apesar do seu imenso efetivo, possuía escassa eficácia bélica. Durante a Primeira República, todavia, a maior autonomia dos Estados favoreceu a formação de “pequenos exércitos” estaduais com vista a protegê-los de possíveis intervenções. Nem todos eram pequenos, salienta Carvalho, citando a Força Pública paulista como uma que se desenvolveu muito. Em 1920, o efetivo daquela força era de 7.538 homens para um efetivo federal (Exército) de 3.675.<sup>121</sup>

No Pará, a Força Pública teve destacada atuação no combate às rebeliões tenentistas, auxiliando as tropas legalistas do 26º BC, em luta contra militares rebeldes do Exército em 1924 e em 1930, neste caso, impondo-se aos revolucionários, derrotados pelas forças reunidas em torno do governador Eurico Valle. Como representante do tenentismo derrotado pela Força Pública, em 24 e 30, Magalhães Barata optou por abreviar a vida da instituição, sufocando, assim, possíveis crises geradas pelo confronto ideológico entre oficiais do Exército e da Polícia Militar. Mas, agora, em 1932, solicitado a colaborar com o envio de batalhões, sentiu o peso daquela decisão.<sup>122</sup>

Era preciso ressuscitar a força. Para tal, o interventor publicou editais no *Diário Oficial* fazendo reverter à ativa “alguns oficiais, todas as praças do Grupo Misto, do Regimento de Cavalaria e do Batalhão de Infantaria da extinta Força Militar do Estado, “dissolvida após a vitória *da Revolução*, por medida de economia”, como ecoou em primeira página o governista *Diário da Tarde*.<sup>123</sup>

---

<sup>120</sup> *Folha do Norte*, 5 de setembro de 1934, p. 2.

<sup>121</sup> CARVALHO, José Murilo de, *op. cit.*, 2005, p. 57.

<sup>122</sup> No Pará, a *Revolução* de 30 foi derrotada pelas tropas comandadas pelo governador Eurico Valle. Os rebeldes de 1930 fugiram em direção ao Maranhão, de onde pretendiam regressar com as tropas comandadas por Landry Salles. A vitória no plano nacional, porém, tornou os derrotados em vitoriosos. Eurico Valle entregou o governo a uma junta provisória. Ver MEIRA, Otávio. *Memória do Quase Ontem*. Rio de Janeiro: Lidador, 1975; COIMBRA, Creso. *A Revolução de 30 no Pará: análise, crítica e interpretação da história*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1981; RIBEIRO, José. *Sobre mosaicos do Inferno*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1934; ROCQUE, Carlos, *op. cit.*, 1999.

<sup>123</sup> *Diário da Tarde*, 23 de agosto de 1932, p. 2.

Se não tinha ainda uma força militar imediatamente à mão para enviar ao *front*, o interventor usou uma estratégia de coação ideológica para conquistar a adesão dos paraenses. Esta estratégia consistiu em reforçar, nos meios de comunicação, a imagem dos paulistas como inimigos da Nação, brasileiros que nutriam ódio pelos nortistas e alimentavam ideias separatistas, além de identificados como “traidores e perrepistas”, ligados ao “atraso” da Primeira República. A campanha foi realizada principalmente nos jornais governistas, mas também fez uso da mais nova tecnologia ao seu alcance: o rádio.<sup>124</sup>

Como mostra Baczko, a invenção de novas técnicas, bem como o seu refinamento e diferenciação, implicavam a passagem de um simples manejo dos imaginários sociais à sua manipulação cada vez mais sofisticada e especializada.<sup>125</sup> O rádio era uma novidade no Pará. Inaugurada em 1928, a Rádio Clube do Pará, prefixo P.R.A.F, era a única emissora existente no Estado. À época, seu alcance era reduzido a Belém, havendo receptores em menos de quinhentos domicílios. Em dezembro de 1930, os diretores da emissora convenceram o interventor sobre as vantagens da transmissão radiofônica comparada à prática dos discursos em palanque. Segundo eles, enquanto um orador em praça pública, mesmo de voz potente, só podia ser ouvido num raio de até trinta metros, “não sendo possível evitar a concorrência do ruído ensurdecido dos bondes e da própria aglomeração de pessoas”, este mesmo orador, nos estúdios da P.R.A.F, teria sua voz ampliada 500 vezes, podendo ser ouvido, simultaneamente e em alto volume, na Praça da República, no Largo de Nazaré, no Ver-o-Peso e “em quase todos os bairros da cidade, por meio de altos falantes, assim como nas residências onde já estão instalados quase quinhentos receptores”.<sup>126</sup>

---

<sup>124</sup> Ver, por exemplo, as matérias “São Paulo quer desmembrar-se do Brasil”, “Em defesa da unidade da pátria”, “O motim dos perrepistas”, “Em defesa da Ordem”, “Para o front”, “Pelo Brasil”, “Decálogo separatista de São Paulo”, publicadas nos vespertinos paraenses durante a crise política entre julho e outubro de 1932.

<sup>125</sup> BACZKO, Bronislaw, *op.cit.*, p. 300.

<sup>126</sup> Ofício da direção da *Rádio Clube do Pará* ao Interventor Barata. 24 de dezembro de 1930. Secretaria do Governo. Série Ofícios (associações) anos 1930-33, caixa 182. APEP. Em São Paulo, durante a Revolução Constitucionalista, as rádios foram mobilizadas como instrumentos de guerra, conforme observa Menotti del Picchia, um escritor modernista na linha de frente do movimento constitucionalista: “desde os primeiros momentos da revolução constitucionalista as estações de rádio mobilizaram-se espontaneamente, transformando-se em formidáveis elementos de guerra. A “Record” a “Difusora” e a “Cruzeiro” foram três trincheiras metralhantes, eficazes e dedicadas, espalhando pelo Brasil os ideais dos constitucionalistas e mantendo no povo aquela incessante exaltação e entusiasmo que não abandonaram nem um momento. Discursos, proclamações, hinos, trechos literários, notícias, tópicos dos jornais, sucediam-se dias e noites até altas horas da madrugada (...) a Rádio foi quase a

Em 23 de julho de 1932, Magalhães Barata ocupou os microfones da Rádio Clube para falar aos “paraenses que amam este torrão querido”. Fez um pronunciamento curto, onde usou do próprio exemplo para conquistar os ouvintes. Disse que solicitou a Vargas permissão para “lutar à frente dos seus conterrâneos nas fronteiras paulistas, para levar de vencida os traidores e os políticos que constituem o PRP”, mas Vargas não concordou. Barata justificou seu pedido para mostrar que, no extremo Norte, estava “sempre disposto a propugnar pela vitória da revolução”.<sup>127</sup> Em seguida exortou os paraenses à luta:

Nós, nortistas, devíamos nos bater com mais aceso fervor contra essa canalha que é o PRP, que vive pelas esquinas a pregar contra o governo revolucionário. Nós nortistas não podemos permanecer nessa inatividade quando os sulistas se lançam a defesa de nossa liberdade. (...) Nosso lugar é nas fronteiras paulistas.<sup>128</sup>

Nos jornais, a convocação veio em forma de notas. Abel Chermont assinou várias delas com o seguinte teor:

**Ao povo paraense**

A Revolução está sendo atacada!  
É necessário que os revolucionários sinceros, resolutamente, deem o exemplo. O Governo Revolucionário está convocando os que, voluntariamente se queiram alistar. Para defender a Revolução? Para defender o Brasil, que a Revolução libertou. O Povo Paraense mostrar-se-á digno de sua qualidade de brasileiro.<sup>129</sup>

Em poucos dias formou-se o 1º Batalhão de Voluntários (Fig. 02). O Serviço de Alistamento, instalado na sede do Partido Liberal, no Boulevard Castilho França, nº 32, registrou um número superior a cem inscrições, mas só 98 foram considerados aptos à viagem. Se pensarmos que uma centena de paraenses se dispôs a colocar suas vidas em risco numa guerra contra o poder da Força Pública e voluntários paulistas, pode parecer que a *Revolução* de Outubro detinha um enorme apoio popular naquele momento, capaz de levar os correligionários a gestos extremos. No entanto, é preciso

---

*única arma de divulgação dos propósitos paulistas e o único e eficaz elemento de projeção nacional de defesa dos ideais constitucionalistas contra a tremenda campanha que lhe moveu a ditadura*”. In *A revolução paulista*. São Paulo: 1932, p. 78.

<sup>127</sup> “Se V. Exa. me quiser confiar neste momento em que as instituições revolucionárias estão ameaçadas, uma comissão militar, passarei imediatamente ao substituto que V. Exa. determinar, meu cargo de interventor, voltando a ele depois da vitória integral de nossa causa, se continuar a merecer de V.Exa. a confiança com que me tem honrado. Trecho do telegrama enviado por Magalhães Barata ao Interventor Federal Getúlio Vargas. 14 de julho de 1932. Presidência da República Fundo Gabinete Civil. Série 14.12. Pará, Lata 22, Período 1930-39. Arquivo Nacional.

<sup>128</sup> Discurso na *Rádio Clube do Pará*, 23 de julho de 1932. *Diário da Tarde*, mesma data, p. 1.

<sup>129</sup> *Diário da Tarde*, 14 de julho de 1932, p. 1.

que relativizemos qualquer conclusão neste sentido, pois diferentes motivos impulsionaram o voluntariado.

Inicialmente, há os que aderiram por causa dos ganhos pecuniários, como os funcionários públicos, movidos pelo decreto da Interventoria, autorizada pelo Governo Federal, que assegurou o pagamento integral dos salários e diárias no valor de 3 mil e 500 réis, além de puderam indicar substitutos para seus lugares, parentes ou não, aos quais foi garantido o pagamento integral dos salários dos titulares. Os desempregados também vislumbraram ganhos pecuniários na empreitada, pois tiveram garantidos, além da alimentação e vestuário, diária no valor de 3 mil e 500 réis.<sup>130</sup>

Figura 02 – Batalhão Castilho França: o Pará no *front* paulista



Fonte: Jornal *Diário da Tarde*, 22/07/1932, p. 01.

Talvez não tanto entusiasmados com dinheiro, mas vislumbrando outras possibilidades, quarenta detentos do presídio São José enviaram carta ao interventor, oferecendo-se para defender a *Revolução* ameaçada. Justificaram o gesto como prova de gratidão pelas reformas realizadas na cadeia, que “a tornou menos martirizante para quem sofre longas penas. Isto tudo empolga os corações dos homens que, embora afastados do convívio da sociedade, cultivam o sentimento de gratidão”.<sup>131</sup>

---

<sup>130</sup> Decreto nº 693, de 18 de julho de 1932. *Diário Oficial do Estado do Pará*, 20 de julho de 1932, p. 1.

<sup>131</sup> Carta datada de 27 de julho de 1932. Gabinete do Interventor, fundo Poder Executivo. Série Abaixo-assinados, junho a dezembro de 1932, Caixa nº 01. APEP.

Após o regresso das tropas, Magalhães Barata recebeu muitas cartas em que é possível perceber que uma significativa parcela dos voluntários usou a participação na guerra como estratégia para auferir alguma vantagem. Citaremos uma dezena dessas cartas. Sebastião Rocha, operador encadernador, incorporado ao Batalhão Castilho França, reivindicou promoção a contramestre da oficina do Instituto D. Macedo Costa, pelos serviços prestados à *Revolução* de Outubro.<sup>132</sup> João Baptista de Abreu, incluído no contingente do 26º BC, sob o comando do 1º tenente Moura Carvalho, no posto de 1º sargento, foi excluído do Exército ao regressar. Desempregado, solicitou vaga de instrutor no Patronato Agrícola Manoel Barata.<sup>133</sup>

O desempregado Renato Castello Branco lutou no Batalhão Castilho França. Ao voltar, achou-se no direito de requerer emprego preferencialmente “como guarda da Recebedoria de Rendas do Estado”.<sup>134</sup> Exonerado da guarda civil sob a acusação de ter “esfacelado o lar de Raymundo Gomes dos Santos ao prevaricar com a esposa deste”, Eduardo de Lima e Silva invoca, em sua defesa, ter “lutado em São Paulo contra os perrepiistas” para solicitar ao interventor a readmissão no posto de guarda civil.<sup>135</sup> Maria Augusta da Silva, viúva de Jayme da Silva Mello, ex-sargento-ajudante do 1º Batalhão de Infantaria Auxiliar, alega que o marido contraiu doença defendendo a causa revolucionária, vindo a óbito em novembro de 1932. Sem nenhum tipo de amparo e tendo que criar dois filhos, pediu justiça na forma de uma pensão do Estado.<sup>136</sup>

Octaviano Jeovah de Sousa Santos, agente de 2ª classe da Polícia Civil, reivindicou promoção à 1ª classe porque “tomou parte espontaneamente na luta contra os rebeldes de São Paulo, tendo embarcado num dos escalões que se destinaram a *front*”<sup>137</sup>. O praça João Vidal de Oliveira pediu uma passagem para visitar a família em Natal, Rio Grande do Norte, porque lutou pelo 26º BC.<sup>138</sup> A diretoria do Gremio Júlio César Futebol Clube, com sede na avenida 15 de agosto, alegando que das suas fileiras saiu um grande número de voluntários para a “defesa da Nação contra a ação nefasta

---

<sup>132</sup> Petição. Fundo Gabinete do Interventor, 1933, caixa nº 37. APEP.

<sup>133</sup> *Idem.*

<sup>134</sup> *Idem.*

<sup>135</sup> Abaixo-Assinado. Fundo Secretaria do Governo, 1934, Caixa nº 3. APEP.

<sup>136</sup> Petição. Fundo Secretaria do Governo, 1933, caixa nº 289. APEP.

<sup>137</sup> Petição. Fundo: Gabinete do Interventor, 1933, caixa nº 37. APEP.

<sup>138</sup> Petição. Fundo: Gabinete do Interventor, 1932, caixa nº 35. APEP.

dos perrepietas”, pediu à interventoria permissão para explorar jogos de azar em sua sede. Foi atendida.<sup>139</sup>

O acadêmico de Medicina Benedicto José Carneiro de Amorim seguiu como voluntário no Batalhão Castilho França, incorporado ao 26º BC, ao regressar depois de cinco meses de campanha em Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso, não pode fazer os exames na faculdade porque perdeu muitas aulas, além de estar em débito relativo ao tempo em que passou lutando. Apesar de ter uma promessa de emprego numa repartição pública, até julho de 1933 nada havia conseguido. Tendo que abandonar a faculdade, Amorim recorreu ao interventor, lembrando sua atuação ação como voluntário. Pediu que Magalhães Barata lhe “fizesse justiça”. Ao que indica o despacho do interventor, em letras vermelhas – “chamar, providenciado” – Amorim foi atendido.<sup>140</sup>

Os voluntários foram reunidos no Batalhão Castilho França, cujo nome homenageou o oficial revolucionário da Marinha morto em combate na rebelião de 1930. Poucos tinham alguma experiência com armas. Os fuzis, modelo 1895, da extinta Força Pública, eram muita antigos. Coube ao 1º tenente Ismaelino de Castro, um revolucionário histórico que havia rompido com o governo de Barata, do qual fora secretário de Estado, comandar os preparativos do Batalhão. O quartel foi improvisado na antiga Escola de Engenharia, na avenida Tito Franco. Ismaelino teve muitas dificuldades para pôr em ordem a tropa, atrapalhada entre ordens de comando que desconhecia<sup>141</sup>. Mas o que o aborreceu foi o lenço vermelho na gola do uniforme para identificar o batalhão revolucionário, tal como ele próprio usou, quando revolucionário, em outubro de 1930. Em ofício enviado ao interventor, o tenente justificou os motivos pelos quais o lenço tinha que ser retirado: a) manchava a farda ao contato com suor; b) aumentava o calor; c) confundia os voluntários com escoteiros; d) tornava-os alvos fáceis em campanha.<sup>142</sup>

Na manhã de 31 de julho, o primeiro batalhão do 26º BC partiu para a capital federal a bordo do vapor “Duque de Caxias”, sob comando do major Eurico Marianno de Oliveira, levando 400 praças, 19 oficiais e 55 sargentos. Entre as praças, seguiram 95

---

<sup>139</sup> Petição. Fundo: Gabinete do Interventor, 1932, caixa nº 36, APEP.

<sup>140</sup> Petição. Fundo: Gabinete do interventor, 1933, caixa nº 3B, APEP.

<sup>141</sup> “Há voluntários que se atrapalham com comando simples, como Direita e Esquerda, volver!”, se queixou Ismalino ao interventor do Estado. Fundo Gabinete do Interventor, série Ofício, 1932. APEP.

<sup>142</sup> Ofício de Ismaelino de Castro ao Interventor. 27 de julho de 1932. Gabinete do Interventor. Série Ofícios, 1932. APEP.

voluntários do Batalhão Castilho França, todos com menos de duas semanas de treinamento, 50 guardas civis e 10 bombeiros municipais. Até o dia 16 de agosto, os voluntários paraenses permaneceram na Capital Federal aguardando ordem de embarque para Minas, onde cumpririam missão de guardar a divisa com São Paulo.<sup>143</sup>

Em 22 de agosto, viajou a bordo do vapor “Santarém” o segundo contingente paraense, formado por 222 praças do 26º BC, levando consigo um ilustre voluntário, alvo de muitas homenagens por ocasião do embarque, o padre Leandro Pinheiro, prefeito de Belém. O “reverendo prefeito”, como era chamado na imprensa, não era um neófito em matéria de rebelião: em 1930 ele participou do movimento civil militar contra o governo de Eurico Valle, que levou ao poder Magalhães Barata. Desta vez, seguiu na qualidade de capelão militar do contingente.<sup>144</sup>

O terceiro e último contingente a se deslocar para a Capital Federal foi o da ressuscitada polícia militar, rebatizada de 1º Batalhão Auxiliar da Força Pública, formado por 441 reservistas e 19 oficiais, sob o comando do tenente-coronel Luis Ursulino de França. Os preparativos da tropa aconteceram no quartel do 26º BC, ao lado da Basílica de Nazaré. Os reservistas da Força Pública foram armados com 588 fuzis usados, marca Mauser, de um total de 1 mil solicitados pela Interventoria do Estado ao comando da 8ª RM. A partida ocorreu no dia 11 de setembro, a bordo do “Rodrigues Alves”.<sup>145</sup>

No total, o Pará deslocou para o *front* 1.063 combatentes. As unidades enviadas pelos interventores do Norte, principalmente integradas por voluntários, na maioria das vezes “inexperientes, mal ou apressadamente treinadas, dependentes dos parques recursos federais e frequentemente até sem a resistência física necessária” eram recebidas nas frentes com ceticismo pelos comandantes. No entanto, um oficial que se tornaria, anos depois, um dos mais respeitados do Exército, o então capitão Henrique Teixeira Lott, disse que o voluntariado do Norte e do Nordeste, comparado com o raro

---

<sup>143</sup> Boletim Regimental nº 111, 2 de agosto de 1932, p. 424, caixa nº 1, armário nº 14, prateleira nº 1. Arquivo Quartel General 8ª RM.

<sup>144</sup> *Folha do Norte, o Estado do Pará, Jornal da Tarde, Diário do Estado e O Imparcial* publicaram um elogio ao reverendo prefeito, por seu sentido cívico e patriótico, assinado pelo solicitador Abelardo Conduru, substituto do prefeito durante sua ausência. 23 de agosto de 1932.

<sup>145</sup> Ofício do Comando da 8ª RM. Gabinete do Interventor. Série Ofício, 1932. APEP.

voluntariado da capital federal, parecia até “sóbrio, resistente e combativo”. Combateram com seriedade, honrando a farda que muitas vezes lhe faltara.<sup>146</sup>

A representação feita pelo inimigo é, naturalmente, negativa. Alfredo Ellis Júnior retratou-os como jagunços, famintos e flagelados, pagos pela generosidade do ministro da Viação, derramados como “nuvens de gafanhotos sobre as fronteiras paulistas”:

Eles vinham mais sedentos do sangue paulista do que da água que lhes faltava nos sertões (...) Que o digam as selvagerias cometidas na invasão do oeste paulista. Tudo quanto puderam, levaram. Todos os crimes que puderam, cometeram. Deixaram, porém, o abismo do ódio. Este não desaparecerá jamais. Estupros, roubos, assassinatos, depredações, incêndios, foram os espinhos rudes do martírio que a S. Paulo infligiram os seus doces irmãozinhos platicéfalos e amongoilados do Norte...<sup>147</sup>

É frequente nos relatos sobre os combates a associação dos soldados inimigos à mercenários cruéis e sanguinários. No caso paulista, os autores não fazem distinção entre nortistas e nordestinos, todos identificados numa mesma rubrica, os do Norte, e com mesmo nível de selvageria. Ellis, porém, ressalta as características físicas dos inimigos, por considerá-las depreciativas, distinguindo os sujeitos de quem fala: os “cabeças chatas” nordestinos (platicéfalos) e os selvagens amazônicos (amongoilados).

Com as conspirações de julho sufocadas e cumprida a missão de enviar batalhões paraenses para o *front*, parecia que a crise estava praticamente contornada. Magalhães Barata, ao presidir uma reunião do Clube 3 de Outubro, no Rio de Janeiro, deu a entender que o Pará estava livre do germe constitucionalista. Garantiu que o Estado viveria, agora, uma fase de tranquilidade, havendo, hoje, “poucos que discordam do pensamento legítimo dos revolucionários de Outubro”.<sup>148</sup> Os acontecimentos posteriores, porém, mostrariam que a *Revolução* Constitucionalista teria desdobramentos novos, inesperados e violentos na Amazônia.

### 1.5. Conspirações no Baixo Amazonas

Portando credenciais, cartas e dez contos de réis, recebidos do líder constitucionalista gaúcho João Neves da Fontoura para organizar a revolta no Norte, o

---

<sup>146</sup> HILTON, Stanley, *op. cit.*, p. 175.

<sup>147</sup> ELLIS, Alfredo, *op. cit.*, p. 43.

<sup>148</sup> *O Globo*, 15 de julho de 1932, p. 3.

baiano Athenógenes Pompa de Oliveira, um guarda-livros, de 31 anos, casado, moreno, baixo, magro e míope<sup>149</sup>, tomou um navio da Companhia Costeira e desembarcou em Belém em data não declarada do mês de julho, hospedando-se no hotel *Rotisserie Suisse*, no centro de Belém, registrando-se como Alderico de Oliveira, bacharel em direito.<sup>150</sup>

Pompa negou qualquer participação na conspiração de julho no inquérito da 8ª RM, alegando ter chegado depois das prisões dos suspeitos, o que teria impossibilitado o contato com o capitão Josué Freire, a quem deveria entregar carta enviada pelo general Isodoro Dias. Oito dias depois, ele teria partido para Manaus no vapor “Poconé”, sem ter mantido contato com nenhum dos conspiradores. No entanto, há indícios de que Pompa pode ter efetivamente participado da malsinada conspiração, pois estava, sim, em Belém durante a prisão dos conspiradores, como revelam os documentos sobre a revolta.

No inquérito, Pompa diz ter conhecido na viagem a Manaus o 1º sargento Sandoval Amorim, que estava se transferindo do 26 para o 27º BC. No boletim do Comando da 8ª Região Militar nº 98, de 16 de julho de 1932, somos informados que o sargento viajou em 14 de julho, conforme passagem expedida pelo Exército. Como Pompa diz ter passado oito dias em Belém, é fácil concluir que tenha chegado em 6 de julho, quatro dias antes do desbaratamento da conspiração. Portanto, é pouco provável que não tenha mantido contato com o capitão Josué Freire e com outros constitucionalistas de Belém.

A prisão dos conspiradores possivelmente forçou a viagem de Pompa para Manaus. Durante a viagem, Pompa procurou fazer amizade com o sargento Sandoval, percebendo com o passar dos dias, que Sandoval demonstrava alguma simpatia pela causa constitucionalista. Sentiu-se, então, à vontade para revelar-lhe a missão que o trouxera ao Norte. Sandoval teria se mostrado entusiasmado, prontificando-se a

---

<sup>149</sup> Descrições sobre os aspectos físicos de Athenógenes Pompa de Oliveira feitas por alguns interrogados nos inquéritos sobre a Revolta Constitucionalista no Baixo Amazonas guardam bastante semelhança entre si. Mastaes Fortunato de Souza Lemos, soldado nº 107 do quartel de Óbidos, descreveu Pompa como “um indivíduo baixo, moreno, franzino, que usava óculos”. João Augusto Machado, soldado nº 54, repete as mesmas palavras de Mastaes. Armando Ferreira Vianna, um jovem de 16 anos, que foi surpreendido com a revolta quando aguardava a chegada de navio para ser transportado a Belém onde se incorporaria ao pelotão do 26º BC que iria dar combate aos paulistas no Sul, diz que Pompa “era tipo baixo, moreno, construção franzina, usava óculos e trazia sempre o casquete na cabeça”. Inquérito DPAAM, pp. A264-8. AHEx.

<sup>150</sup> Auto de perguntas a Athenógenes Pompa de Oliveira. Inquérito 8ª RM, p. A9. HAEX.

apresentar Pompa a sargentos de Óbidos “que sabem terem simpatia pela causa” assim que o navio chegasse ao porto da cidade, localizada entre Belém e Manaus.

Logo que o “Poconé” atracou em Óbidos, Sandoval apresentou Pompa ao 3º sargento Zoroastro Serrão Maia, da guarnição do 4º Grupo de Artilharia de Costa e Forte de Óbidos, que foi ao navio para fazer inspeção de rotina. Sobre o encontro, Zoroastro relatou em inquérito ter sido apresentado a um passageiro desconhecido, vindo da Bahia com destino a Manaus, que em meio a uma conversa descontraída no bar do vapor, demonstrou interesse em conhecer o quartel. Indagado pelo estranho sobre qual era a eficiência bélica e o efetivo do Exército em Óbidos, Zoroastro disse que tratou de exagerar na resposta, informando que o armamento era de primeira ordem e o efetivo de 200 homens, um evidente exagero pois o efetivo não era superior a 100 homens e os armamentos bastante antigos. O viajante explicou que estava indo a Manaus para encontrar-se com um velho amigo, o major Guerreiro, comandante do 27º BC. Em seguida, para surpresa do sargento, perguntou-lhe se era difícil revoltar o 4º Grupo. Desconfiado, Zoroastro respondeu que sim.<sup>151</sup> Pompa, então, resolveu abrir o jogo: contou-lhe a missão que lhe fora confiada pelos constitucionalistas de São Paulo. Disse que sabia haver um descontentamento entre sargentos e cabos nas unidades do Exército por causa das últimas promoções no Exército e que esperava contar com apoio dos descontentes do Norte à causa paulista. Pediu, então, para Zoroastro conversar com os colegas do 4º GAC sobre a possibilidade de uma revolta para corrigir as “injustiças feitas pela *Revolução* de Outubro”. Nesta ocasião, montou um código telegráfico que lhe passou às mãos, dizendo-lhe que era para ser empregado em correspondências secretas entre ambos.<sup>152</sup> (Fig. 03).

Em Manaus, Pompa hospedou-se na pensão “Esquadrão”, localizada no centro da cidade, próxima ao quartel da Força Pública amazonense, utilizando o nome de Antonio de Oliveira, advogado de uma firma paulista em viagem de serviço no Baixo Amazonas. Sandoval Amorim o apresentou aos sargentos Nilo Barroso, João Nepomuceno Aguiar das Neves e Geminauá Neri de Medeiros. No decorrer dos dias, Pompa manteve contatos com guardas da Polícia Civil e alguns civis, com destaque

---

<sup>151</sup> Auto de perguntas a Zoroastro Serrão Maia. Inquérito IPMPA, p. B614. HAEX.

<sup>152</sup> Auto de perguntas a Athenógenes Pompa de Oliveira. Inquérito 8ª RM, p. A12. HAEX.

para o bacharel José Alves de Souza Brasil, que percebeu ter grande influência entre os conspiradores de Manaus.

Figura 03 – Código Telegráfico de Pompa

	1	2	3	4	5
A	L	O	P	E	S
B	M	P	Q	F	T
C	N	Q	R	G	U
D	O	R	S	H	V
E	P	S	T	I	X
F	Q	T	U	J	Y
G	R	U	V	K	Z
H	S	V	X	L	W
I	T	X	Y	M	A
J	U	Y	Z	N	B
K	V	Z	W	O	C
L	X	W	A	P	D
M	Y	A	B	Q	E
N	Z	B	C	R	F
O	W	C	D	S	G
P	A	D	E	T	H
Q	B	E	F	U	I
R	C	F	G	V	J
S	D	G	H	X	K
T	E	H	I	Y	L
U	F	I	J	Z	M
V	G	J	K	W	N
W	H	K	L	A	O
X	I	L	M	B	P
Y	J	M	N	C	Q
Z	K	N	O	D	R
	L	O	P	E	S

Fonte: Inquérito DE, p.178, AHEx.

Paraense, José Alves de Souza Brasil era catedrático de Direito Civil da Faculdade do Amazonas. Em 1930, apoiou a Aliança Liberal que levou Vargas ao poder, sendo nomeado membro da primeira Junta Governativa Provisória do Amazonas, que, uma semana depois, passou o governo a Floriano da Silva Machado.<sup>153</sup> Em março de 1931, o bacharel já havia rompido com a Revolução de Outubro. Naquele mês, o capitão Magalhães Barata recebeu um telegrama confidencial enviado por Francisco Pereira, fundador da Federação Trabalhista do Amazonas, com informações sobre o regresso do bacharel a Manaus, portando instruções de Arthur Bernardes para fundar um “partido de decaídos, juntamente com o capitalista Lobato Farias, e reunindo toda a velha capadoçagem à sombra do prestígio do bacharel”. Barata encaminhou o documento ao Ministério da Justiça, para conhecimento do ministro Oswaldo Aranha.<sup>154</sup>

Em Manaus, os sargentos Nilo e Neves, radiotelegrafistas do Exército, abasteceram Pompa diariamente de telegramas sobre a crise nacional. Nilo ofereceu sua

<sup>153</sup> Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. *O Poder Judiciário na história do Amazonas*. Manaus: 2010, p.50

<sup>154</sup> Telegrama de Magalhães Barata ao ministro Oswaldo Aranha. Fundo Gabinete Civil da Presidência da República, Justiça. Série 17.7, Lata 41, Período 1931-34, Biblioteca Nacional.

residência, no bairro da Cachoeirinha, subúrbio de Manaus, para reuniões dos conspiradores. Em 2 de agosto, por volta do meio dia, aconteceu a primeira reunião, “mascarada de almoço”. Teriam comparecido 18 conspiradores, entre praças, sargentos, guardas da polícia e civis, dentre estes, o radiotelegrafista Raymundo Dinelli.<sup>155</sup> Pompa disse que o sentimento dos conspiradores amazonenses era sublevar o quartel imediatamente, mas, tendo observado a posição estratégica de Óbidos, que favorecia o controle do fluxo de embarcações na parte mais estreita do rio Amazonas, argumentou que sublevar o 27º BC não resolveria o problema, pois certamente os canhões da Fortaleza Gurjão e do Forte Pauxis, em Óbidos (Fig. 04) impediriam o avanço dos rebeldes com destino a Belém. Combinou, então, sublevar a guarnição de Óbidos. Uma vez alcançado este objetivo, telegrafaria para Manaus, quando, então, os sargentos liderariam a tomada do quartel do 27º BC.<sup>156</sup>

Figura 04 – Canhão, no alto serra da Escama, aponta para o estreito de Óbidos.



Fonte: Acervo Museu Integrado de Óbidos.

Acompanhado do radiotelegrafista Raymundo Dinelly, Pompa embarcou no vapor “Índio do Brasil”, em 12 de agosto. Três dias depois chegou a Óbidos. Ao desembarcar, disse que se livrou de cartas e credenciais que trazia, temendo ser

---

<sup>155</sup> Auto de perguntas a Athenógenes Pompa de Oliveira. Inquérito IPMPA, p. B 562. HAEX.

<sup>156</sup> *Ibidem*, pp. A 563-B 563.

descoberto na revista aos passageiros.<sup>157</sup> Esta informação contradiz a narrativa do escritor Ildefonso Guimarães que, ao recriar a primeira reunião dos conspiradores de Óbidos, mostra Pompa apresentando os documentos aos presentes.<sup>158</sup> Pompa hospedou-se na única pensão existente na cidade, próxima ao porto, registrando-se como Alderico de Oliveira, 31 anos, natural da Bahia.<sup>159</sup>

O emissário dos constitucionalistas paulistas surpreendeu-se ao encontrar um grupo de inferiores mobilizado em torno da causa, atribuindo a mobilização à ação de Zoroastro. Os depoimentos nos autos dos inquéritos informam que a primeira reunião dos conspiradores se realizou em 16 de agosto, às 21h, na residência do 2º sargento Silvestre Fernandes dos Reis, na rua do Bacuri, uma das principais da cidade, ao lado dos prédios da Prefeitura e da Câmara Municipal. O núcleo pioneiro rebelde reuniu-se na sala de jantar da casa e era formado pelo líder Pompa, pelos sargentos Silvestre dos Reis e Zoroastro Maia, pelo cabo Raimundo Carvalho Ribeiro e pelo soldado Heitor Reis, irmão de Silvestre.<sup>160</sup>

Na ocasião, Pompa enfatizou o momento favorável às forças constitucionalistas em luta contra o Exército, ocultando, por conveniência, as dificuldades enfrentadas desde o início da refrega, como na semana em curso, em que tropas do Exército comandadas pelo general Valdomiro Lima levaram ampla vantagem nas cidades paulistas de Itaporanga, Capinzal e Buri.<sup>161</sup> Em seguida, narrou o andamento da conspiração em Manaus, destacando o papel relevante de Óbidos para o sucesso do movimento. A conquista do Norte se efetivaria com a tomada de Belém. Os rebeldes podiam contar com o auxílio de uma força de dez mil homens do Mato Grosso pronta para a ação, caso houvesse necessidade. Conquistado o Norte, o Exército voltaria sua atenção à região, cessando o envio de pelotões para o Sul, assim diminuindo a pressão sobre São Paulo e, conseqüentemente, facilitando a vitória dos constitucionalistas. Em

---

<sup>157</sup> *Idem.* Inquérito DE, p. A 38. HAEX.

<sup>158</sup> Na recriação literária de Ildefonso, a primeira reunião contou com a presença de Pompa, do sargento Silvestre dos Reis, do advogado Demócrito Noronha, de Archimedes Lalor e do dentista Egídio Penalber, que aparecem no romance, à exceção de Pompa, com nomes fictícios. A documentação consultada por esta pesquisa não confirma a realização desta reunião, como se verá adiante. GUIMARÃES, Ildefonso, *op. cit.*, p. 18.

<sup>159</sup> Auto de pergunta a Athenógenes Pompa. Inquérito IPMPA, p. A 564. HAEX.

<sup>160</sup> Auto de perguntas a Zoroastro Maia. Inquérito 8ª RM, p. A 143. HAEX.

<sup>161</sup> Sobre os combates em São Paulo ver HILTON, Stanley, *op. cit.*, p. 127. Uma cronologia dos acontecimentos em torno da Revolução Constitucionalista em São Paulo, de 30 de abril a 1º de novembro, está em SILVA, Hélio. *1932: a Guerra Paulista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

troca, além do encerramento do regime de opressão e desmando dos tenentes, os aliados seriam promovidos na carreira militar.<sup>162</sup>

Lamentavelmente o sargento que passaria a liderar a rebelião em Óbidos, Silvestre dos Reis, não foi ouvido em nenhum dos inquéritos instaurados após o acontecimento por ter fugido do navio que o levava preso a Belém. Todas as suas ações aqui relatadas constam de depoimentos de outros rebeldes. Neste momento, por exemplo, é pela voz de Zoroastro que ouvimos Silvestre falar:

Que passou Silvestre a traçar o plano da sublevação do 4º Grupo, tendo à frente de si um mapa, declarando contar com todos os soldados e graduados da unidade, inclusive com o apoio de um oficial, o tenente cirurgião dentista Raymundo Alves da Cunha; que, ao final da exposição, Silvestre propôs consumir o plano na noite do dia seguinte, ou seja, 17 de agosto; Como o respondente tivesse de montar serviço no Grupo, às 23 horas, ponderou que o movimento não fosse feito na noite indicada, porque isso poderia comprometer bastante o respondente, em caso de derrota, junto aos colegas; que depois de muita insistência, Silvestre resolveu transferir a data, dizendo que estava marcada outra reunião para o dia seguinte, não em sua casa, porque poderia ser descoberta, mas na Linha de Tiro, à mesma hora; Silvestre ressaltou, porém, que o adiamento poderia dar margem à delação ou descoberta do plano e, nessas condições, serem todos presos; Que na ocasião, a mulher de Silvestre, ao servir café aos presentes, disse: “Olha, Silvestre, o que se tem de fazer hoje, não se guarda para amanhã”. Que assim, tudo resolvido, o respondente despediu-se, e foi para sua residência. (...) <sup>163</sup>

A preocupação de Silvestre era pertinente. Conforme salienta Saint-Pierre, a eficácia de uma revolta está associada à maior determinação e ofensiva do levantamento armado. Surpreender o antagonista enquanto suas forças estão dispersas é um das formas de alcançar a vitória<sup>164</sup>. Adiar o início da revolta poderia comprometer o sigilo da conspiração e dar margem à reação. A presença de um estrangeiro numa cidade pequena do interior da Amazônia,<sup>165</sup> visto em conversas e reuniões com cabos e sargentos em momento de crise nacional, poderia facilmente chamar atenção de muita gente. Principalmente em Óbidos, terra natal do escritor Herculano Marcos Inglês de Souza, consagrado autor de romances realistas que tem a cidade como cenário e os obidenses por personagens. Em *O Coronel Sangrado*, publicado em 1877, por exemplo,

---

<sup>162</sup> Auto de perguntas a Zoroastro Maia. Inquérito IPMPA, p. B608. HAEX.

<sup>163</sup> *Ibidem*, pp. A616-7.

<sup>164</sup> SAINT-PIERRE, Héctor, Luis. *A Política armada, fundamentos da Guerra revolucionária*, 1999, p. 125.

<sup>165</sup> Em 1930 não houve senso demográfico, mas a população de Óbidos (sede) em 1933 foi estimada em torno de 6.000 habitantes pela prefeitura municipal. “Óbidos, sob os auspícios da Revolução de Outubro, progride se engrandece”. Matéria publicitária. *Folha do Norte* 6 de janeiro de 1933, p. 9.

o escritor destacou a curiosidade e a maledicência como dois aspectos culturais característicos do lugar, ressaltando a quase impossibilidade de se manter qualquer discrição:

Coisa difícilima numa pequena povoação, onde a maledicência é a única distração, é uma coisa estabelecida, com que pessoa alguma se importa, mesmo porque os que sofrem hoje pagam-se amanhã na mesma moeda. A espionagem do lar doméstico nos lugares como Óbidos é feita com grande tática e há muita gente que nisso emprega os seus talentos, esforços e tempo.<sup>166</sup>

De fato, a presença de Pompa chamou a atenção e levantou suspeita. Às 22 horas do dia 15, o cabo José Meirelles Muniz foi informado pelo reservista José Francisco Fernandes ter chegado à cidade “um oficial do Exército, disfarçado, para revoltar o Grupo”. Francisco estava à caça do tal oficial pelas ruas da cidade, por ordem do tenente Francisco Bentes Ribeiro.<sup>167</sup>

Pompa concorreu para atrair suspeitas ao deixar-se ver em contato com militares em lugares públicos. Na tarde da chegada, por exemplo, ele conheceu o caixeiro viajante Jayme Pereira Carvalho, representante da Firma Pinto Alves e Cia, hospedado na pensão do velho italiano Nicolino, a única da cidade, com quem saiu à noite. Pompa pediu que o levasse à igreja Matriz. Jayme conta que, ao final de uma novena, dois sargentos aproximaram-se do viajante e o cumprimentaram com um longo abraço, observando, com surpresa, já existir certo conhecimento entre eles. Na manhã do dia seguinte, Jayme voltou a ver Pompa em conversa com outro sargento. Apurando a audição, teria ouvido nitidamente o viajante perguntar se o forte de Óbidos era mesmo resistente. O teor da conversa e os contatos levaram Jayme suspeitar de Pompa. Preocupado, comunicou o fato ao tenente reformado João Tavares do Nascimento, que denunciou o estranho “por desacato ao governo provisório” ao delegado Hermínio Dinelly.<sup>168</sup> Pompa compareceu à delegacia e explicou que estava em Óbidos sondando a possibilidade de abrir uma escola para formação de guarda-livros. O delegado o advertiu que se tentasse de alguma forma tumultuar a ordem pública, seria remetido preso a Belém. Por segurança, mandou que um dos agentes de polícia mantivesse Pompa sob vigilância.<sup>169</sup>

---

<sup>166</sup> SOUZA, Inglês. *O coronel Sangrado (Cenas da vida do Amazonas)*. 2003, p. 28.

<sup>167</sup> Auto de perguntas a José Meirelles Muniz. Inquérito IPMPA, p. B364. HAEX.

<sup>168</sup> Auto de perguntas a Jayme Carvalho. Inquérito DE, p. B16. HAEX.

<sup>169</sup> Auto de perguntas ao delegado Hermínio Dinelly. Inquérito DE, pp. B25-26.

O delegado Hermínio Dinelly, amazonense, casado, 35 anos, era tenente reformado da Força Pública, espécie de banco de reserva de onde o interventor sacava nomes para cargos no interior do Pará. Fora nomeado em outubro de 1931. Trabalhava com efetivo mínimo formado por um comissário e três guardas civis. Quando a revolta do 4º GAC iniciou, o delegado foi uma das primeiras autoridades a deixar a cidade e uma das últimas a retornar, alegando falta de transporte. Sua exoneração também se deu por ser irmão do rebelde Raymundo Dinelly, que vimos acompanhando Pompa desde Manaus.<sup>170</sup>

Denunciado, Pompa decidiu acelerar a insurreição. Por volta das 20 horas, chegou à casa de Silvestre e convocou os demais conspiradores para uma reunião urgente. Três novos conspiradores integraram-se ao movimento, os sargentos Sotero Pereira, Euclides Raymundo da Costa e Marialva Guimarães.<sup>171</sup> O 2º sargento Marialva, paraense, 32 anos, solteiro, encarregado da fiscalização de navios, narrou parte da reunião:

Na tarde do dia 17, recebeu recado de Silvestre para que fosse à sua residência, à qual compareceu por volta das 20 horas, sendo recebido pelo mesmo na sala da casa, de lâmpada apagada. Em seguida, levado para um quarto, juntou-se a outros sargentos; foi apresentado a um civil bem vestido chamado tenente Pompa; Silvestre disse que tudo estava preparado para a sublevação do quartel naquela madrugada, só faltando a adesão dele, depoente, e de um ou dois sargentos, e que nada mais poderia ser feito para impedir ação. Disse também que conseguiria as chaves do almoxarifado do quartel, ficando os rebelados em poder de armas e munições, não havendo qualquer risco de fracasso. Disse que a ordem era passar à bala quem tentasse trair o movimento.<sup>172</sup>

Marialva sentiu que aquelas últimas palavras foram dirigidas a ele, “pelo fato de ser de confiança dos oficiais do Grupo”. Atordoado, saiu da casa de Silvestre, dirigindo-se ao trapiche, onde aguardou a chegada do vapor “Sapucaia”. Enquanto esperava, ficou em dúvida: contar ou não contar aos oficiais? Temendo ser vítima de uma vingança caso o plano fracassasse, optou pelo silêncio.<sup>173</sup>

A reunião encerrou-se às 23 horas. Pompa permaneceu na casa de Silvestre (Fig. 05) até pouco depois da meia noite. Em seguida, saiu com Silvestre e Heitor. Subiram à Rua do Bacuri em direção ao quartel, localizado na parte mais alta da cidade. Na madrugada de quinta-feira, 18 de agosto, o tempo estava encoberto e não se via viva

---

<sup>170</sup> *Ibidem*, p. A27.

<sup>171</sup> Auto de perguntas a Athenógenes Pompa de Oliveira. Inquérito DE, p. A38. AHEx.

<sup>172</sup> Auto de pergunta a Manuel Marialva Guimarães. Inquérito 8º RM, pp. B146-148. AHEx.

<sup>173</sup> *Idem*.

alma na rua, salvo os três conspiradores. Entraram no quartel pela retaguarda, por uma portinhola, para não despertar atenção. No pátio interno, encontraram “a soldadesca, cabos e sargentos na azáfama de distribuição e checagem de armas”. Assim, sem tiros, proclamações ou qualquer ato de bravura, o quartel havia caído em poder dos conspiradores. A Revolta Constitucionalista havia efetivamente começado em Óbidos. Tão silenciosamente como em São Paulo, onde o início da guerra civil processou-se com surpreendente facilidade e sem grande violência, segundo Hilton, não havendo “um ‘Grito de Piratininga’ ou ‘Grito de São Paulo’, um momento específico em que a guerra, ao toque de clarim, foi proclamada e todos entraram em ação”.<sup>174</sup>

Figura 05 – Residência do sargento Silvestre, hoje abandonada



Fonte: Arquivo Pesquisa. Foto Walter Pinto

Sobre o momento, Pompa assim o descreveu:

Ao penetrar no quartel, foi apresentado à soldadesca pelo sargento Silvestre que disse a todos ser ele o emissário especial dos generais Klinger e Isidoro e que a vitória da revolução de São Paulo era um fato garantido. Pompa perguntou aos sargentos se todos abraçavam a causa revolucionária com verdadeiro patriotismo, respondendo, então que o faziam espontaneamente, certos de que era uma causa nacional e porque a *Revolução* de Outubro tinha prejudicado os seus interesses, que julgavam justos.<sup>175</sup>

Pelo depoimento acima, percebe-se a capacidade de mobilização dos sargentos. Apesar do horário, a maioria dos soldados estava presente, evidenciando o poder de

---

<sup>174</sup> HILTON, Stanley, *op. cit.*, 1982 p. 84.

<sup>175</sup> Auto de perguntas a Athenóstenes Pompa de Oliveira. Inquérito IPMPA, p. B52.

mando que detinham sobre os subordinados, do qual nos fala José Murilo de Carvalho, ao chamar a atenção ao papel estratégico dos sargentos, “os verdadeiros detentores do controle da tropa. Negligenciados após a vitória de 1930, frustrados e insatisfeitos”, diz o historiador, “muitos deles e demais praças se transformaram em base de apoio para outras revoltas ou se rebelaram eles mesmos”.<sup>176</sup>

---

<sup>176</sup> CARVALHO, José Murilo de, *op. cit.*, p. 83.

## Capítulo 2. Sob as ordens do general Klinger

### 2.1. Óbidos: cenário da revolta

Quando o 4º GAC foi sublevado, Getúlio Vargas registrou em seu diário: “A revolta tende a alastra-se como uma furunculose. Rebelar-se o Forte de Óbidos, no Amazonas”.<sup>177</sup> Mesmo com o Exército levando ampla vantagem sobre as tropas paulistas, Vargas pareceu preocupado com a entrada em cena de uma pequena guarnição militar na longínqua cidade de Óbidos. Aquela primeira manifestação efetiva de apoio à causa constitucionalista no Norte, após cinquenta dias de combate, poderia estimular outros levantes, espalhando-se como doença, temia o ditador, registrando, no segundo parágrafo da mesma anotação, esperar “para esta madrugada, a revolta da Escola de Aviação, que procura articular-se com a Escola Militar”.<sup>178</sup>

Os adversários paulistas, por seu turno, comemoraram a revolta do forte de Óbidos e, como Vargas, fizeram previsões de outros levantes. O escritor Menotti Del Picchia, intelectual modernista e entusiasmado constitucionalista, registrou, em livro publicado no final de 1932, a repercussão positiva da boa-nova trazida pelos jornais:

De fora das nossas fronteiras vinham-nos os mais animadores boatos. No meio deles, uma gloriosa realidade. A 21, os jornais davam notícias da revolta do forte de Óbidos.

Óbidos... Óbidos... Este Brasil é tão grande! Onde ficará esse lugar misterioso? E os leigos recorriam ao mapa. O mapa estava em plena moda. Quando nada, as revoluções servem para se estudar a geografia. Já qualquer menino manobrista de elevador sabia onde ficava Tuparecetã ou Itanhomi.

Óbidos... Óbidos... O Pará afinal abria a fileira: viriam o Ceará de Iracema, Pernambuco de Nassau, a Paraíba, que já foi a Bélgica brasileira porque tudo que é brasileiro é preciso que antes seja um pouco de francês.<sup>179</sup>

A Óbidos temida por Vargas e saudada pelos paulistas era uma pequena cidade da região Oeste do Pará, fundada no século XVII, habitada por cerca de seis mil moradores. Edificada sobre a vertente de uma colina à margem esquerda do Amazonas, a cidade encontra-se em frente à parte mais estreita do caudaloso rio, onde as águas revoltas e barrentas comprimem-se por um canal cuja largura não passa de 1.892

---

<sup>177</sup> VARGAS, Getúlio. *Diário*. Volume I (1930-1936). Rio de Janeiro, 1996, p. 125.

<sup>178</sup> *Idem*.

<sup>179</sup> Del Picchia, Menotti. *A Revolução Paulista*. São Paulo, 1932, pp. 180-1.

metros.<sup>180</sup> Estas características geográficas deram a Óbidos a condição de sentinela militar sobre o estreito, passagem obrigatória de embarcações no sentido Belém-Manaus-Belém. O governo colonial português, observando a posição estratégica daquelas terras, construiu um forte, no alto de uma falésia, em torno do qual se formou a vila, fundada em terras habitadas pelos índios pauxis. No entanto, a fortificação mostrou-se inútil: os canhões não alcançavam o lado oposto do estreito, permitindo a passagem de navios próximos à margem direita, enquanto o arco formado pela linha de tiro permitia a passagem próxima à margem esquerda. Para evitar o desastre total, construiu-se um fortim, ao pé da falésia, à altura do litoral, guarnecido por três canhões, que não resistiu ante a força das águas do Amazonas.<sup>181</sup>

Em 1910, o poder bélico de Óbidos foi reforçado com a instalação da chamada Defesa Gurjão, uma fortificação, a céu aberto, no cume de uma colina isolada, a Serra da Escama, de 80 metros de altura, a cerca de 1 km a leste da cidade. Quatro canhões Armstrong, de 152 mm, provenientes do velho cruzador “Tamandaré”, passaram a guarnecer o estreito.<sup>182</sup> Um ano antes, o governo federal construiu, na parte mais alta da cidade, um “imponente quartel para abrigar uma Bateria de Artilharia, com efetivo de cem homens, substituída, em 1919, pelo 4º Grupo de Artilharia de Costa, o 4º GAC”, este que, em agosto de 1932, se encontra sublevado.<sup>183</sup>

Nas primeiras décadas do século XX, a economia de Óbidos estava em fase de transição. O cacau, que fora o principal produto de exportação desde o período colonial, alcançando 760 toneladas em 1904, entrou em franco declínio, registrando menos que 100 toneladas anuais na segunda metade da década de 1920.<sup>184</sup> A pecuária e a exportação de castanha estavam se tornando as principais atividades econômicas.

---

<sup>180</sup> Utilizamos aqui a medição de Paul Le Cointe in *L'Amazonie Brésilienne*. Paris; Challamel, 1922, p. 84. Le Cointe, geógrafo francês, que residiu por mais de vinte anos em Óbidos, relata a proeza de Louis Laroussie, que, em 19 de abril de 1914, atravessou aquele estreito a nado, partindo da embocadura do rio Trombetas e chegando 1,5 km abaixo do porto de Óbidos, tendo percorrido uma distância de 8 km em 1h20, tal a violência da correnteza.

<sup>181</sup> LE COINTE, Paul, *op. cit.*, 1922, p. 89. Por muitos anos, restaram do fortim os escombros da torre e os velhos canhões jogados na praia, até serem recolhidos na administração do intendente Augusto Correia (1919-1930), travando-se longa polêmica, com áspera troca de correspondência, entre a intendência e o comando do 4º GAC. Sobre a polêmica, ver livro de Registro de Ofícios da Intendência de Óbidos (1920-1930). Museu Integrado de Óbidos.

<sup>182</sup> Le Cointe, apontando as falhas da estrutura bélica de Óbidos, disse que, em 1922, a Defesa Gurjão “não teria como deter, com seu armamento, um couraçado moderno, passando à noite, a uma distância superior a 3. 000 metros, principalmente porque não se teve a preocupação de municiá-la com projetores”. *Ibidem*, p. 90.

<sup>183</sup> *Folha do Norte*, 09 de agosto de 1924, p. 1.

<sup>184</sup> LE COINTE, Paul. *A cultura do cacau na Amazônia*, Rio de Janeiro: 1934, p. 23.

Favorecido pela localização do porto, na parte mais estreita do Amazonas, passagem obrigatória dos navios que trafegavam entre Belém e Manaus, o comércio de Óbidos desempenhava importante papel na economia local (Fig. 06).

À época da revolta, o traçado da cidade resultava do cruzamento de nove ruas e onze travessas.<sup>185</sup> Ainda não havia a grande rampa de concreto que lhe serve hoje de cais. A rua da Beira, rebatizada pela *Revolução* de 30 de Siqueira Campos, era, então, uma grande faixa de tijuco, areia e capim, que separava o rio Amazonas das casas comerciais. Os navios fundeavam próximos à praia. Havia um pequeno trapiche de madeira, em frente ao mercado de carne, por onde circulavam moradores, passageiros e mercadorias de toda espécie.<sup>186</sup>

Figura 06 – Embarcações no porto de Óbidos, década de 1930.



Fonte: Acervo Museu Integrado de Óbidos

Para o escritor obidense Ildefonso Guimarães, capitão da reserva do Exército, o quartel do 4º GAC era o diferencial de Óbidos em relação às cidades do Baixo Amazonas. Santarém, Alenquer, Juruti e Oriximiná seriam como tributárias no recrutamento militar, fazendo convergir à cidade grandes quantidades de rapazes em idade de servir. Ele destaca a função educativa como uma das mais importantes do

---

<sup>185</sup> Prefeitura Municipal de Óbidos. *Óbidos, sob auspício da Revolução de Outubro, progride e se engrandece. Folha do Norte*, 06 de janeiro de 1933, p. 9.

<sup>186</sup> GUIMARÃES, Ildefonso. *Sombras do entardecer*. Belém, 2004, p. 83.

quartel, chegando a compará-lo a uma “universidade que transforma o caboclo bronco e bisonho das redondezas em cidadão alfabetizado e apto para a vida em sociedade”.<sup>187</sup>

Paul Le Cointe, na linha de pensamento liberal identificada à política de erradicação do Exército de que nos fala Edmundo Campos Coelho, diz que as despesas do governo com a estrutura militar de Óbidos não compensavam diante dos resultados obtidos.<sup>188</sup>

Às voltas com a necessidade de mão de obra para a empresa francesa de exportação de cacau que representava, o geógrafo transparece em preconceito ao dizer que a “presença relativamente grande de soldados mulatos, de um nível moral muito baixo, quase sempre ociosos porque sem escolaridade alguma”, mas bem atendidos, sujeitos a raros exercícios militares, “naturalmente deve contribuir para um afrouxamento dos costumes e incentivo à preguiça inata da população da cidade”, sobretudo porque o Estado “veste e paga regimento bem as suas tropas”. Desta forma, conclui Le Cointe, “as facilidades de engajamento nessas sedutoras condições tornam mais rarefeita a mão de obra já insuficiente”.<sup>189</sup>

Defendendo o controle militar por parte dos civis como forma de evitar crises, Le Cointe diz que é fácil imaginar a exposição a que está sujeita a população de uma pequena cidade por parte de uma guarnição que compreende muitas vezes uma grande proporção de “maus elementos e que não são contidos por uma rigorosa disciplina e nem sequer compreendem seu verdadeiro papel na vida da nação.”<sup>190</sup> De fato, o livro de Registro de Ofícios de 1920-1930, da intendência de Óbidos, registra casos de conflito entre civis e militares, notadamente registrados no mercado da cidade, quase sempre motivado por abuso de autoridade de cabos e sargentos, provocando o protesto do intendente Augusto Correia Pinto junto aos comandantes do 4º GAC.

---

<sup>187</sup> GUIMARÃES, Ildefonso. *Os dias recurvos*. 2ª ed. Belém, 2002, p. 65.

<sup>188</sup> Segundo Edmundo Campos Coelho, a política de erradicação praticada ostensivamente desde o 1º império até a Primeira República, ainda que de forma dissimulada, consistiu em aplicar à organização militar a máxima do “conformar-se ou perecer”, ou seja, por meio de redução sistemática de orçamento e de atribuição, buscou-se reduzir a importância da organização militar. Por traz da atitude estava a repulsa ao Exército, atitude que remete à época das tropas coloniais portuguesas destinadas a atividades de repressão às fraudes do fisco e ao contrabando; compressão política; e serviço da guarda pretoriana dos vice-reis. Também estaria vinculada à hostilidade da população à violência dos processos de recrutamento. *Op. cit.*, pp. 34-5.

<sup>189</sup> Le COINTE, *op. cit.*, 1822, p. 91.

<sup>190</sup> *Idem.*

Um dos momentos de crise mais aguda entre militares e moradores ocorreu durante a eclosão da revolta tenentista de 1924, iniciada em São Paulo, sob a liderança do general Isidoro Dias. Insatisfeitos com o governo do presidente Arthur Bernardes, jovens oficiais tenentes do Pará e do Amazonas se mobilizaram contra a ordem federal de envio de tropas para combater os rebeldes no Sul. No Amazonas, um grupo de tenentes do 27º BC, liderados por Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, conseguiu depor o governador Turiano Meira e substituí-lo por outra liderança rebelde, o tenente Eduardo Ribeiro. A vitória estimulou os rebeldes a investirem sobre Belém, onde o capitão Assis de Vasconcelos lutava contra as forças legais pelo mesmo objetivo. O grupo de Magalhães Barata pretendia reforçar as forças rebeldes de Belém, depor o governador paraense Souza Castro e, em seguida, enviar reforços à luta de Isidoro Dias no Sul contra o presidente Arthur Bernardes.<sup>191</sup>

Mas, entre Manaus e Belém, havia Óbidos com sua fortaleza e seus canhões. A bordo de uma esquadra capitaneada pelo aviso de guerra “Ajuricaba”, cerca de 800 soldados do 27º BC,<sup>192</sup> invadiram Óbidos nas primeiras horas da manhã de 26 de julho de 1924, dia consagrado a Nossa Senhora de Santana, padroeira da cidade. Não encontrando nenhuma resistência por parte do comando do 4º GAC, toda a estrutura militar da cidade foi dominada com facilidade. O intendente Corrêa Pinto, alegando falta de garantias, retirou-se para Belém. Sua casa foi invadida e ocupada pelo líder rebelde Magalhães Barata.<sup>193</sup> A invasão causou grande apreensão nos moradores e o consequente esvaziamento da cidade, conforme registro dos frades franciscanos na crônica de 1924:

Eram seis horas da manhã do dia 26 de julho quando se ouviu falar que haveria bombardeio da cidade. Não podendo acreditar, tranquilamente, dirigiram-se os frades à Matriz para a celebração das santas missas. Notava-se, entretanto, menos assistência ao confessional, apesar de ser o dia da festa da padroeira, data que se comemora com grande concorrência. Acabada a primeira missa, viu-se nas ruas e travessas correria de muito povo e o fechamento das casas. Os habitantes corriam para conseguir lugar nas lanchas e embarcações ancoradas no porto. Não havia mais dúvida, a coisa era séria. No largo da matriz, colocaram-se canhões em posição contra o navio de guerra que se via na boca do rio Trombetas. Era uma canhoneira dos revoltosos de Manaus que veio perturbar a tranquilidade da nossa pequena cidade. Boatos de um assalto da fortaleza pelos revoltosos, que vinham cercar a cidade em número muito elevado, aumentaram o susto do povo aterrorizado, que

---

<sup>191</sup> Um raro estudo sobre a revolta de 1924 no Amazonas foi produzido por Eloína Monteiro dos Santos. Trata-se de *A revolta de 1924 em Manaus*. Manaus: editora Valer, 2001.

<sup>192</sup> Entrevista do tenente Aurélio Linhares a *O Globo*, 13 de julho de 1933, p. 8.

<sup>193</sup> Ofícios do presidente da Câmara Pedro Batista de Souza ao Governador Souza Castro. 1º de agosto de 1924. Livro de registro de ofício nº 506, de 1918 a 1930. Museu Integrado de Óbidos.

fugiu loucamente pelas matas. As ruas estão desertas, a cidade completamente abandonada. Entretanto, o dia passa sem incidentes. Começa a circular entre os soldados que os oficiais da fortaleza tinham aderido à revolta. Esta notícia vai-se confirmando. Cerca de 7 horas da noite, ouvem-se gritos: Viva a revolta! O comandante do 4º Grupo foi preso pelos seus próprios suboficiais e as forças da revolta vinham entrando na cidade. Óbidos estava nas mãos dos revoltosos.<sup>194</sup>

Quatro dias depois, parte da esquadra rebelde, sob o comando de Magalhães Barata, desceu o Amazonas e tomou a cidade vizinha de Santarém, fazendo prisioneiro o intendente Manoel Waldomiro Rodrigues dos Santos, reeleito naquele ano de 1924. Avisado sobre o fracasso da revolta em Belém, com a morte, em combate, do capitão Assis de Vasconcellos, e o avanço de tropas legais do Destacamento do Norte, comandadas pelo general Mena Barreto, Magalhães Barata decidiu regressar a Óbidos, entrincheirar-se e resistir ao ataque.<sup>195</sup>

Enquanto aguardavam o ataque da armada, os rebeldes foram surpreendidos por um inesperado e inédito ataque aéreo na Amazônia, desferido por dois hidroaviões Curtis, do Destacamento do Norte. Duas bombas foram lançadas sobre a Serra da Escama. Embora não tenham provocado danos à Defesa Gurjão, as bombas causaram enorme pânico entre civis e militares, provocando uma debandada para o interior do município. Eram os primeiros aviões a sobrevoarem Óbidos.<sup>196</sup> No dia seguinte, os canhões dispararam contra navios legalistas que se aproximavam. Mas, o retorno dos hidroaviões voltou a causar pânico. “Centenas de soldados, de todas as classes, fugiram pelas matas e lagos, enquanto outros atravessaram o Amazonas rumo ao lago Grande”.<sup>197</sup> A tropa de 800 homens ficou reduzida a dez praças. Os líderes rebeldes, não tendo forças para resistir, renderam-se.<sup>198</sup>

## 2.2. A ação precursora do major Souza Brasil

Oito anos depois, uma revolta liderada por militares, desta vez, dos mais baixos níveis hierárquicos do Exército, voltou a trazer pânico aos moradores de Óbidos. Para Ildelfonso Guimarães, autor da única obra totalmente focada na revolta constitucionalista

---

<sup>194</sup> Ordem dos Frades Menores. *Livro de Crônica do Convento de Óbidos*, ano 1924, p. 33-4.

<sup>195</sup> Para uma descrição pormenorizada da presença dos rebeldes em Santarém, ver SANTOS, Paulo Rodrigues dos. *Tupaiulândia*. Belém: 1971.

<sup>196</sup> *Folha do Norte*, 26 de agosto de 1924, p. 1.

<sup>197</sup> Ordem dos Frades Menores, *op. cit.*, p. 34.

<sup>198</sup> Diário de Magalhães Barata. Apud ROCQUE, Carlos, *op. cit.*, p. 51.

do Baixo Amazonas, o romance histórico “*Os dias recurvos*”, o grupo de militares inferiores do 4º GAC aderiu à *Revolução* Constitucionalista persuadido pelo carisma do desconhecido Athenógenes Pompa de Oliveira, recém-chegado à cidade. Com seu poder de convencimento e firmeza de voz, ele teria arrebatado o grupo, impelindo-o à luta armada. Ildefonso se esmera em destacar o efeito hipnótico, desnorteante e convincente do discurso da personagem sobre os interlocutores, em contraste com a esqualidez assombrosa de sua compleição física, também colocada em relevo pelo autor. Esta é a percepção que se observa no trecho abaixo:

O tenente Fonteles [Francisco Bentes] sente a boca seca; custa-lhe encontrar saliva para lubrificá-la. Não sabe bem por que, mas aquele simulacro de gente lhe faz encolher a fala no nascedouro. Há um troço qualquer de dominante na dureza dos olhos encovados que o fulminam de suas profundezas misteriosas; um tons de incrível força anímica porejando daquele rosto descarnado que o encara fixamente, exercendo sobre ele um poder desconcertante.<sup>199</sup>

O livro de Guimarães, que alcançou enorme repercussão no imaginário social da população de Óbidos, estando presente em quase todas as casas da população mais tradicional do lugar, reforça a crença numa liderança carismática de Pompa. Assim, a sua chegada à cidade é interpretada como a causa fundadora da revolta, o seu marco zero. Esta leitura, no entanto, tende a desconhecer toda a participação conspiratória precursora, articulada pelo major Aristides Paes de Souza Brasil, o malsinado comandante do 4º GAC, preso em Belém, em julho daquele ano. Coube a Souza Brasil preparar o terreno à ação rápida de Pompa, não precisando este de mais que dois dias para sublevar o quartel.

Na página A560 do inquérito da Inspetoria de Polícia Marítima, o sargento Sandoval Amorim fornece uma pista sobre tal ação precursora ao prometer apresentar Pompa aos “sargentos do 4º GAC que sabe serem simpáticos à causa”, como vimos durante a viagem em que ambos se conheceram. Sandoval está aludindo a um grupo já identificado à ideia constitucionalista antes mesmo da chegada de Pompa. À medida que se adensa a leitura do inquérito, surgem novas evidências daquela articulação que

---

<sup>199</sup> GUIMARÃES, Ildefonso, *op. cit.*, p. 43. “O líder carismático é portador de dons específicos do corpo e do espírito, dons esses considerados como sobrenaturais, não acessíveis a todos. Seus seguidores, seguem-no por acreditarem ser ele extraordinariamente dotado”. WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro, 1982, p. 171.

parece ter envolvido não só civis e inferiores, mas até mesmo oficiais.<sup>200</sup> Um destes teria sido o 1º tenente Tibúrcio Freitas de Almeida, que conheceu o major Souza Brasil quando serviu no quartel da Fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro. Em Óbidos, o 1º tenente hospedou o major na casa da vila militar em que residia, às proximidades do quartel. Quando Souza Brasil foi preso em Belém, a polícia encontrou o nome de Tibúrcio relacionado entre os conspiradores na caderneta do major.

Ouvido em inquérito, Tibúrcio silenciou quanto ao seu envolvimento. Como de praxe, os interrogados sobre a revolta do Baixo Amazonas são reticentes, sugerem mais do que revelam e agem com prudência com vista a não se envolverem na trama da conspiração. Apesar disso, é possível apreendermos com suas reticências, seus silêncios e negativas. Em seu depoimento, o tenente limitou-se a narrar a atividade de visitas do major a civis e militares em Óbidos:

Que não é verdade ter o major Aristides Paes de Souza Brasil feito reunião de espécie alguma em sua residência, isto porque o respondente com ele morava; que sabe que o major Souza Brasil fazia muitas reuniões, de dia e de noite, sendo que as casas que frequentava, onde às vezes almoçava e jantava, eram as residências do civil Archimedes Lalôr e do segundo tenente Raymundo Alves da Cunha, constando em Óbidos também que costumava reunir na casa do 2º sargento Silvestre Fernandes Reis; que o oficial nunca lhe falou sobre o assunto que tratava nestas visitas e reuniões, nem nunca lhe perguntou.<sup>201</sup>

Se não explicita o teor do conteúdo tratado nas reuniões, o tenente infere trata-se de assunto ligado a uma provável conspiração, principalmente pelo envolvimento de Alves da Cunha, Archimedes Lalôr e Silvestre Reis, todos ativos participantes da revolta de agosto. Citado no depoimento de primeiro tenente, o civil Archimedes Lalôr admitiu ter feito amizade com o major, mas negou ter conhecimento de qualquer atividade conspiratória em Óbidos. No entanto revelou que Souza Brasil lhe dissera ser enviado especial de Klinger e Isidoro:

Que durante o curto espaço de tempo em que permaneceu em Óbidos como comandante do 4º Grupo, o major Souza Brasil fez relação de amizade com o depoente, recebendo-o em sua casa em visitas cordiais; que nunca tratou de organização de movimento revolucionário na cidade. Entretanto, no dia do embarque para Belém, o major disse-lhe que, em breve haveria uma grande revolta

---

<sup>200</sup> Apesar da denominação “praça” abranger os grupos hierárquicos de soldados a subtenentes na estrutura do Exército, optamos por utilizá-la apenas quando nos referimos a soldados e cabos, excetuando os sargentos, como era usual na época, inclusive em documentação da 8ª RM.

<sup>201</sup> Auto de perguntas a Tibúrcio Freitas de Almeida. Inquérito IPMPA, p. B214. AHEx.

da qual era o chefe no Norte, como enviado especial dos generais Klinger e Isidoro.<sup>202</sup>

Há, porém, outros documentos que evidenciam a participação de Lalôr em atividade conspiratória na cidade. Em ofício enviado ao interventor Magalhães em fins de junho de 1932, o prefeito de Óbidos, Ignácio Freire, parece desconfiar do envolvimento de Archimedes Lalôr, então diretor técnico da Usina Municipal de Luz, Água e Gelo, “em algum tipo de maquinação que tem por objetivo a minha deposição do cargo”. O prefeito queixava-se do subordinado por “propalar, por onde passa, que, em breve, irá me substituir do cargo”<sup>203</sup>.

Em depoimento no inquérito da Inspeção Marítima, o bacharel Demócrito Noronha, ex-secretário geral das Forças Constitucionalistas no Norte, contou que Archimedes Lalôr lhe confidenciou estar a par das atividades conspiratórias do major Souza Brasil, tendo conversado sobre este assunto por mais de uma vez com ele, Demócrito.<sup>204</sup>

O quarto depoente a fazer referência à ação conspiratória de Souza Brasil foi o próprio Athenógenes Pompa de Oliveira, ao revelar o teor de conversas mantidas com os tenentes Alves da Cunha e Tibúrcio Freitas de Almeida durante a revolta, quando ambos relataram-lhe sobre a ação do major em Óbidos, destacando o aliciamento de quase todos os sargentos:

Que o respondente sabe, por ter dito o tenente Alves da Cunha, que o major Souza Brasil, nos poucos dias em que comandou o 4º Grupo, aliciou quase todos os sargentos pertencentes a esta unidade para tomarem parte em uma revolução que seria levada a efeito no Norte do Brasil; que o tenente Cunha se comprometeu a tomar parte nesse movimento; que o primeiro tenente Tibúrcio, quando preso no xadrez do 4º Grupo, teve ocasião de dizer ao respondente que o major Souza Brasil o havia convidado a fazer parte desse movimento.<sup>205</sup>

O inquiridor Pedro Nolasco, da Inspeção de Polícia Marítima, parece não ter dado importância a estas informações, talvez porque, àquela altura, Souza Brasil estivesse exilado do Brasil, junto com o grupo de civis e militares constitucionalistas de São Paulo, e os participantes da revolta no Baixo Amazonas, mortos, presos ou deportados. O fato é que a questão foi apenas tangenciada no inquérito que presidiu,

---

<sup>202</sup> Auto de perguntas a Archimedes Machado de Lalôr. Inquérito IPMPA, p. B599. AHEX.

<sup>203</sup> Ofício nº 245, 29 de junho de 1932. Prefeitura Municipal de Óbidos. Fundo Gabinete do Interventor, série ofícios (interior), 1930-3, caixa s/n. APEP.

<sup>204</sup> Auto de perguntas a Demócrito Rodrigues de Noronha. Inquérito IPMPA, p. B589. AHEX.

<sup>205</sup> Auto de perguntas a Athenógenes Pompa de Oliveira. Inquérito IPMPA, pp. AB577. AHEX.

quatro meses depois da revolta, não demonstrando empenho em investigar as bases da negociação entre o major e conspiradores obidenses.

A ação de Souza Brasil fez parte do esforço das lideranças constitucionalistas do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, durante todo o primeiro semestre de 1932, de articular o movimento rebelde em plano nacional, ávidos em acelerar a marcha do fogo constitucionalista, principalmente nos Estados do Norte. Esta articulação incluía até mesmo contatos com interventores nortistas, quase todos tenentes, tentando trazê-los à causa.<sup>206</sup> Sobre a espinhosa missão de arregimentar o tenente Magalhães Barata, o major teria explicado a Archimedes Lalôr a estratégia a ser empregada:

(...) Vou a Belém para ver se consigo fazer o Barata aderir ao movimento, por intermédio de Antonio Rêgo, pois eles são compadres; que, como essa declaração causasse admiração ao respondente, este perguntou ao major se era mesmo por intermédio de Antonio Rêgo que ele pretendia a adesão de Barata, respondendo Souza Brasil afirmativamente e, batendo ligeiramente nas costas do respondente, lhe disse: "para cavalo velho, capim novo", referindo-se a Antonio Rêgo; que o respondente não deixou de acreditar que alguma coisa de verdade houvesse entre o major Souza Brasil e Antonio Rêgo, isto porque aquele frequentava diariamente, e por várias vezes, a casa deste, aonde algumas vezes fazia refeição.<sup>207</sup>

O contato de Souza Brasil, Antônio Rêgo, não foi arrolado em nenhum dos inquéritos. Ficamos privados da sua versão para o fato. Não há, na literatura do movimento, nenhuma citação a esta personagem. Em Óbidos, também não se tem notícia de um Antonio Rêgo, embora exista uma tradicional família Rêgo na cidade.

Estes depoimentos são os únicos relatos sobre o planejamento da rebelião em Óbidos antes da chegada de Pompa. A imprensa da época não teve acesso aos documentos consultados nesta pesquisa, por isso os fatos de que tratam não se tornaram conhecidos pela opinião pública. Estão, aqui, sendo revelados pela primeira vez. Se a articulação encabeçada pelo major Souza Brasil não engendrou as rebeliões que planejava, pela prisão dos conspiradores, em julho, é possível inferir que ela incitou ânimos, dispôs à luta e aplainou o caminho para os movimentos seguintes, o que, acreditamos, explica a rapidez dos fatos, a facilidade com que o quartel foi sublevado e põe abaixo a hipótese da ação carismática de Pompa sobre o grupo rebelde.

---

<sup>206</sup> PANDOLFI, Dulce Chaves, *op. cit.*, 1980, p. 355.

<sup>207</sup> Auto de perguntas a Archimedes Lalôr. Inquérito. Inquérito DPA, p. B598. AHEx.

### 2.3. Os sargentos e a crise das promoções

Quando praças, cabos e sargentos sublevaram o 4º GAC (Fig. 07) , o interventor paraense publicou nota nos jornais dizendo que os acontecimentos de Óbidos “não constituem propriamente uma revolta do 4º Batalhão de Artilharia, mas simplesmente motim de soldados encabeçados por políticos decaídos”. Para o major Barata, o movimento não tinha participação de oficiais, finalidade e qualquer repercussão.<sup>208</sup>

Ao subordinar a ação de militares à vontade de políticos decaídos da Primeira República, a leitura do interventor vai ao encontro da corrente historiográfica de concepção instrumental, na sua vertente oligárquica, que vê o Exército como instrumento de desígnios das classes dominantes, no caso específico, de políticos decaídos, categoria que remete à oligarquia afastada do poder pela *Revolução de Outubro*.<sup>209</sup>

Figura 07 – O quartel do 4º GAC ocupado em 1924 e 1932.



Fonte: Arquivo pesquisa. Foto Walter Pinto

---

<sup>208</sup> *Diário da Tarde*, 22 de agosto de 1932, p.1.

<sup>209</sup> Segundo Edmundo Campos Coelho, são duas as concepções historiográficas que analisam a inserção das forças Armadas na sociedade brasileira: a instrumental e a organizacional. A primeira parte do paradigma que pressupõe o Exército – também a Aeronáutica e a Marinha - como instrumento dos desígnios de determinadas classes sociais ou força de recorrência dos civis em momentos de tensão política. Esta concepção se subdivide em três versões: a oligárquica, que subordina o Exército às classes dominantes; a dos setores médios, que vê o Exército como agente político das classes médias, de onde o corpo de oficiais se origina; a moderada, na qual o Exército desempenha uma função arbitral em conflitos entre classes e grupos, segundo o sentido das correntes predominantes da opinião pública. A segunda corrente, a organizacional, toma a organização, e não o sistema político no qual ela está incluída, como unidade de análise, sem abrir mão da observação sobre as formas que a organização se relaciona com o ambiente externo. COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

No entanto, o exame dos extratos sociais participantes da revolta como protagonistas não identifica a existência de um grupo que se poderia definir como oligárquico. Em Óbidos, a oligarquia era formada por tradicionais proprietários de terra, antigos cacaulistas, fazendeiros e exportadores de castanha, como José Gabriel Guerreiro e José Antonio Picanço Diniz, presentes na vida administrativa de Óbidos como conselheiros municipais durante toda a Primeira República. O coronel Gabriel Guerreiro, por exemplo, havia sido nomeado, recentemente, pelo interventor Magalhães Barata, juiz substituto da comarca de Óbidos. A capacidade desta oligarquia obidense de se moldar à nova ordem estabelecida a levava a ficar ao lado do interventor quando a revolta sublevou o quartel, participando ativamente, inclusive, das buscas aos rebeldes ao final do movimento.<sup>210</sup>

Ao contrário do que anunciou nos jornais o interventor paraense, entre os civis mais proeminentes na Revolta Constitucionalista de Óbidos não encontramos políticos decaídos, geralmente relacionados às antigas oligarquias da Primeira República. Os civis que se juntaram aos cabos e sargentos rebeldes formaram um pequeno grupo de nove pessoas, típicas representantes da classe média local, sem nenhum poder de mando na estrutura política, econômica e social da cidade. Este grupo era composto por dois profissionais liberais, dois trabalhadores de nível médio, ambos desempregados, quatro pequenos comerciantes (um deles marchante) e um funcionário público.<sup>211</sup>

Os rebeldes militares formaram o grupo hegemônico, dada a maior quantidade de participantes, o que levará um civil rebelde a considerar o movimento de “natureza predominantemente militar”.<sup>212</sup> Ao pequeno grupo de articuladores militares do movimento juntaram-se, à força ou espontaneamente, reservistas e recrutados nas ruas

---

<sup>210</sup> Um dos mais empenhados na captura do líder rebelde Athenógenes Pompa de Oliveira foi o fazendeiro e comerciante José Gabriel Guerreiro, que disponibilizou homens e lanchas, tendo participado pessoalmente das buscas pela região do Trombetas. Além de membro de Conselho Municipal da Prefeitura de Óbidos durante a Primeira República, foi juiz substituto de Oriximiná por nomeação de Magalhães Barata. Ofício de 8 de abril de 1932. Fundo Gabinete do interventor. Ofícios, 1932, caixa nº 9. APEP.

<sup>211</sup> A relação dos civis envolvidos de forma mais efetiva na revolta de Óbidos consta de documento fornecido pelo comando do 4º GAC ao comando da 8ª RM, para fins de arguição em inquérito policial militar procedido em Belém, em setembro de 1932. São eles: Demócrito Rodrigues Noronha (advogado), Egydio Penalber (dentista), Archimedes Machado Lalôr (maquinista, desempregado), Raymundo Dinelly (radiotelegrafista, desempregado), Joaquim Lemos de Brito (comerciante), Benjamim Meirelles Muniz (comerciante), Vicente Salvino (comerciante), João Nogueira Gomes (marchante) e Álvaro Toscano (funcionário público). AHEx.

<sup>212</sup> Auto de pergunta a Samuel Gonçalves Figueira, civil nomeado secretário-geral da cidade pelo governo revolucionário constitucionalista. Inquérito DE, p. A96. AHEx.

de Óbidos. Durante a revolta, os jornais da capital colocaram todos os constitucionalistas do Baixo Amazonas sob a rubrica de “os rebeldes de Óbidos”, reificação que atribui uma unidade ao grupo e encobre diferenças internas, interesses em jogo e causas que impeliram os sujeitos à luta.

Oito anos depois da revolta de 1924, o cotidiano dos moradores da velha cidade do Baixo Amazonas voltou a ser quebrado por um movimento rebelde partindo do quartel. Desta vez, não era um golpe liderado por tenentes, mas por sargentos, com participação de cabos e soldados, ou seja, militares dos mais baixos níveis da hierarquia militar. E, para dificultar a lógica dos moradores, um golpe em adesão à causa constitucionalista defendida com ardor pelo distante povo de São Paulo. Sobre o significado do constitucionalismo, o escritor modernista Mário de Andrade publicou, em jornal paulista, uma interessante história colhida nas ruas de São Paulo logo que se iniciou a revolução:

Na rua das Palmeiras, três homens pobrememente vestidos, seguem num passo decidido. Dois carregam consigo fardas e botinões de soldado. Um deles é rapaz ainda. De repente, interrompe a parolagem, perguntando:

- Mas o que que é, direito, a Constituição?

Se percebe uma certa atrapalhação nos outros dois, o passo de em que vêm, meio que tonteia. Coisa de resto, muito justa, não tem nada mais difícil do que definir. Afinal o mais velho, bem velho, que não leva farda, toma a palavra:

- A Constituição... é o livro cheio de leis... é um livro que faz a gente... que faz a gente ser a gente! Desabafa por último, meio irritado.<sup>213</sup>

A historinha, colhida entre as muitas que o escritor publicou nas páginas do “*Diário Nacional*”, serve para mostrar que, se, em São Paulo, nem todos sabiam por que estavam indo à guerra, desconhecendo totalmente o que significava a tal constituição, assunto predominante nas rodas àquela altura, é de se imaginar a dificuldade que a ideia representou entre soldados do 4º GAC e moradores da pequena Óbidos.

A imagem de um longínquo, pequeno, esvaziado e isolado quartel do Exército, no interior da Amazônia, sublevado por um punhado de cabos e sargentos em adesão à causa paulista, disposto a partir para a luta armada na defesa do retorno do país ao regime constitucional, parecia tão absurda quanto a visão constitucionalista do bacharel José Ribeiro, para quem o grupo rebelde de Óbidos era formado por patriotas cheios de idealismo<sup>214</sup>.

---

<sup>213</sup> ANDRADE, Mário de. *Taxi e Crônicas no Diário Nacional*. São Paulo: 1976, p. 551.

<sup>214</sup> Cf. RIBEIRO, José. *Sobre os mosaicos do inferno*, Rio de Janeiro: 1934.

Certamente, o movimento se revestiu do caráter constitucionalista. Já vimos, no primeiro capítulo, que ele tinha uma finalidade estratégica traçada pelas lideranças sulistas. Atualmente, autores paulistas tão ciosos da memória paulistana de 1932, reconhecem o caráter constitucionalista da revolta do Baixo Amazonas. O historiador Hernâni Donato, por exemplo, cita-a entre os 64 combates constitucionalistas travados durante a guerra civil paulista, mesmo que ocorrido na distante Óbidos.<sup>215</sup>

Mas, longe do caráter constitucionalista, idealista e patriótico atribuído por José Ribeiro, os atores articulavam outros interesses. Cabe-nos investigar quais eram esses interesses que impeliram os rebeldes à luta armada. Tomamos como grupo preferencial de análise os sargentos, pois foi este o mais atuante durante a revolta. A análise organizacional pode nos responder à questão.

Na estrutura hierárquica do Exército, os sargentos integram a categoria praça, sobre a qual Samuel Huntington observa que está subordinada à oficialidade como uma parte da burocracia organizacional, mas não da burocracia profissional. As praças não detêm nem qualificações intelectuais, nem a responsabilidade profissional do oficial. “A vocação das praças é um ofício, não uma profissão”, explica o cientista político norte-americano, para quem “a diferença fundamental entre oficiais e praças reflete-se na linha nítida que universalmente se traça entre os dois em todas as forças armadas do mundo”.<sup>216</sup>

No Exército brasileiro, da década de 1910 a até o final da década de 1930, os sargentos se sentiam uma parcela diferenciada da categoria praça, provavelmente porque, embora não constituindo parte do grupo de oficiais, situavam-se numa zona intermediária, atuando como elo entre tropa e oficialidade. Mas esta diferenciação se restringia apenas ao campo da funcionalidade, pois não dispunham de nenhuma das vantagens garantidas aos superiores, tanto do ponto de vista de comando quanto de soldo e garantias trabalhistas. Reflexo desse sentimento diferenciado, ao longo dos anos os sargentos reivindicaram a criação de uma nova patente de oficial subalterna para qual pudessem ascender, algo semelhante à categoria de suboficial.

Na década de 1910, eles protestaram contra o favoritismo das nomeações ministeriais à categoria de oficial administrativo. A resposta do alto comando foi

---

<sup>215</sup> DONATO, Hernâni. *1932: História da revolução de 32*. São Paulo: Ibrasa, p. 136.

<sup>216</sup> HUNTINGTON, Samuel P. *O soldado e o estado: teoria e política das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro: 1996, pp. 25-36.

impiedosa: era impossível levá-los em consideração nas promoções regulares porque não tinham instrução suficiente sequer para assegurar legalmente sua continuidade como sargentos.<sup>217</sup> O estigma do militar rude e sem educação serviu para a criação do epíteto “sargentão” que ofendia aos sargentos, sendo também aplicado aos oficiais sem formação acadêmica ou truculentos. No famoso episódio das cartas falsas de 1921, por exemplo, o marechal Hermes da Fonseca (presidente da República de 1910 a 1914) foi chamado de “sargentão sem compostura”, ofensa que atingiu de forma impiedosa o ego militar e provocou reação violenta dos oficiais.<sup>218</sup>

Como observa Edmundo Campos Coelho em relação às revoltas tenentistas de 1922 e 1924, os desacertos do regime dos governos penetraram na percepção dos revoltos sob forma da disfuncionalidade do meio ambiente no que diz respeito à organização militar. Os tenentes de 22 e 24 se ressentiam de problemas relacionados às condições materiais de vida, geradas por problemas como dificuldades de ascensão na hierarquia militar e baixas gratificações de natureza profissional.<sup>219</sup> Podemos aplicar esta mesma percepção para o caso dos sargentos de Óbidos? Acreditamos que sim.

Na década de 1930, os sargentos enfrentavam problemas semelhantes, agravados pela falta de perspectiva de ascensão na carreira militar. Continuavam sem estabilidade na carreira, sem direito a aposentadoria, pensão, auxílio hospitalar, funerário etc. Ao dar baixa da graduação, eles voltavam à vida civil, alguns com mais de quarenta anos, sem qualquer especialização, sem emprego e nenhuma garantia trabalhista. Por isso mostravam-se preocupados em ascender como forma de assegurar um porvir melhor. José Murilo de Carvalho alude a uma circular secreta de 1933 de mobilização dos sargentos para um levante em que ressurgiu a proposta de criação da patente de suboficial. No manifesto, reivindicam extinção dos graduados e enquadramento na

---

<sup>217</sup> MCCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhias das Letras, 2004, p. 232.

<sup>218</sup> Em 3 de junho de 1921, uma carta atribuída a Arthur Bernardes, endereçada a Raul Soares, utilizando termos contundentes contra Hermes da Fonseca, provocou a ira dos oficiais do Exército e a manifestação imediata, via Clube Militar, de veto à candidatura de Bernardes à presidência. Quase um ano depois, os autores da falsificação, Oldemar Lacerda e Jacinto Guimarães, assumiram o ato, alegando que tinham por objetivo destruir a candidatura de Bernardes e criar condições para que fosse levado à presidência o marechal Hermes da Fonseca. Apesar da confissão, a questão teve desdobramentos, culminando no levante militar de 5 de julho de 1922, cujo episódio mais dramático ocorreu no Forte de Copacabana. Ver SILVA, Hélio. *1922: sangue na areia de Copacabana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

<sup>219</sup> COELHO, Edmundo Campos, *op. cit.*, 1976, p. 84.

categoria a ser criada, garantindo aumento de vencimentos e fim do reengajamento, com baixa após o cumprimento do tempo de serviço.<sup>220</sup>

Em Óbidos, os sargentos tinham todas estas preocupações e mais as específicas do grupo agora rebelado. A faixa etária era alta. Em agosto de 1932, o mais jovem graduado, o 3º sargento Zoroastro Serrão Maia, tinha 30 anos; o mais velho, o 2º sargento Silvério Otaviano da Silva, 47 anos. Em relação ao estado civil, havia uma uniformidade: à exceção do 1º sargento Almir Huet de Bacelar, todos eram casados. Entre os casados, outra uniformidade: todos tinham filhos. Alguns ainda não haviam completado dez anos de graduação, como Silvestre Reis, Zoroastro Maia, Marialva Guimarães e Raymundo Genú.<sup>221</sup> Sobre as cabeças destes pairava séria ameaça de exclusão, depois que Getúlio Vargas alterou lei de 1923, assegurando reengajamento de sargentos somente aos que tivessem dez ou mais anos de serviço na graduação. Os demais poderiam permanecer, mas teriam que se submeter à avaliação baseada em critérios de capacidade e conduta, o que significava depender dos humores dos superiores.<sup>222</sup>

Não há informações sobre a origem de praças e sargentos de Óbidos, mas não há razão para se considerar diferente da dos tenentes, ou seja, recrutados entre as classes de menor poder aquisitivo. Paul Le Cointe, preconceito à parte, fornece uma evidência: eram “recrutados entre os ociosos e sem escolaridade alguma.”<sup>223</sup> Em Óbidos isto não era difícil de entender: as famílias abastadas mandavam seus filhos em idade escolar para Manaus, devido à proximidade, ou a Belém, onde geralmente havia um parente. Dificilmente os jovens abastados e com nível compatível de escolaridade estavam na cidade ao atingir idade de alistamento militar.<sup>224</sup> Ildelfonso Guimarães conta que, em 1924, os sargentos rebeldes excluídos do Exército “roeram uma coronha” no retorno à vida civil, alguns se sujeitando à condição de tropeiro de castanha, como Francisco Bentes Ribeiro e Constâncio Pereira Lima Junior, outros a quitandeiros ou bodegueiros, como José Ribeiro de Figueiredo e Francisco Tavares, os quatro agora comissionados

---

<sup>220</sup> CARVALHO, JOSÉ Murilo, *op. cit.*, 2005, p. 69.

<sup>221</sup> As informações sobre os sargentos foram coletadas nos Autos dos Inquiridos sobre a Revolta do 4º GAC (Pará) 1932. Caixa 5150.

<sup>222</sup> Decreto nº 19.507, de 18 de dezembro de 1930. Fundo: Gabinete Civil da Presidência. Série Justiça, lata 41, anos 1930-34. Arquivo Nacional

<sup>223</sup> LE COINTE, Paul, *op. cit.*, 1922, p. 89.

<sup>224</sup> Cf. AYRES, Manuel, AYRES, Iza do Amaral Corrêa. *Manuel & Iza: Crônicas e memórias dos Ayres*. Belém, 2011.

tenentes pela Revolução de 1930, o que reforça o entendimento de pertencerem a classes de menor poder aquisitivo.<sup>225</sup>

Desde a prisão do major Aristides Paes de Souza Brasil, o grupo de maior patente dentro da estrutura hierárquica do 4º Grupo era formado pelos tenentes. Para substituir o major, o Ministério da Guerra havia nomeado um oficial pernambucano, o 1º tenente José Arruda e Silva. Ao todo, eram nove os tenentes, dos quais seis recentemente haviam sido comissionados pela *Revolução* de Outubro. Em 1924, como sargentos, eles tinham sido excluídos do Exército por participarem do movimento liderado por Magalhães Barata, juntamente com quase todos outros sargentos, cabos e soldados do Grupo, também excluídos.<sup>226</sup> Após seis anos fora da caserna, todos os excluídos foram beneficiados pelo Decreto federal nº 19.395, de 08 de novembro de 1930<sup>227</sup>, e reintegrados ao Exército. No entanto, somente seis sargentos seriam promovidos a 2º tenentes. Os demais permaneceram na graduação. Alguns poucos aceitaram pacificamente a situação; a maioria requereu progressão ao Comando da 8ª RM, que indeferiu os requerimentos alegando não haver, em nenhum dos casos, qualquer referência em boletim regimental que justificasse a excepcionalidade da promoção. Esta situação gerou um grande descontentamento no seio da tropa.<sup>228</sup>

Outros descontentes eram os sargentos da ativa, com anos de serviço ininterrupto ao Exército, agora colocados em posição inferior aos promovidos pela *Revolução* de Outubro, que ficaram seis anos ausentes do quartel. Silvestre Reis e Zoroastro Serrão Maia eram dois dos sargentos da ativa insatisfeitos. Aguardavam indefinidamente uma promoção, cada vez mais distante em função do congestionamento na carreira, com os tenentes representando 64,4% do corpo de oficiais. Para completar o infortúnio dos sargentos obidenses, o Ministério da Guerra suspendeu as promoções, somente retomadas em 1938.<sup>229</sup>

---

<sup>225</sup> GUIMARÃES, Ildelfonso, *op. cit.*, 2002, p. 48.

<sup>226</sup> A situação inusitada de exclusão de sargentos, cabos e praças obrigou o comando da 8ª RM a transferir 23 praças do 26º BC, de Belém, para o 4º GAC. Foi por esta ocasião que se incorporou ao batalhão o 3º sargento Manoel Marialva Guimarães, vindo do 2º GAC. Boletim Regimental nº 56, 22 de novembro de 1924, Caixa nº 2, prateleira nº 5, Arquivo do Quartel General da 8ª RM.

<sup>227</sup> Comando Militar da Amazônia. Boletim Regimental nº 4, 21 de novembro de 1930, p. 10. Caixa nº 16, prateleira nº 2. Arquivo do Quartel General da 8ª RM.

<sup>228</sup> Boletins Regimentais nº 78, de 30 e 31 de maio de 1932, p. 29, caixa nº 1, armário nº 14, prateleira nº 1. Arquivo Quartel General da 8ª RM.

<sup>229</sup> CARVALHO, JOSÉ Murilo de, *op. cit.*, 2005, p. 34.

<sup>229</sup> CARVALHO, JOSÉ Murilo de, *op. cit.*, 2005, p. 34.

O 2º sargento Silvestre Reis ocupava a função de arquivista na secretaria do quartel. Buscando melhorar o baixo soldo, requereu, em janeiro de 1932, matrícula no curso de comandante de seção, mas teve seu pedido indeferido pelo Comando da 8ª RM.<sup>230</sup> No quartel, o ambiente era de tensão, dissimulada pela disciplina e respeito à hierarquia tão caros ao militar. No entanto, é possível imaginar o clima de descontentamento quando chegou ao quartel a notícia do comissionamento a tenente de apenas seis sargentos de 1924, sobretudo porque, indiferente ao descontentamento dos preteridos, a cidade comemorou como se um grande feito tivesse acontecido. Além do aumento do soldo e gratificação e da ascensão hierárquica, havia a ascensão social que o posto de oficial possibilitava dentro de uma sociedade pequena, estratificada, de pouca mobilidade. Havia também ganhos indiretos concedidos pela promoção, como, por exemplo, vaga no Colégio Militar, de Fortaleza, para filhos de oficiais. A festa da cidade em torno dos comissionados nunca mais saiu da memória de um garoto de cinco anos de idade que, oitenta anos depois, a ela se reportou em livro de memórias:

Tinha havido um movimento revolucionário em 1924, que não foi vitorioso. Em 1930, para mudar aquilo que se chamava de presidentes café-com-leite, foi feita outra revolução, comandada por Getúlio Vargas, que foi vitoriosa. Os derrotados da anterior tornaram-se vitoriosos em 30. Os sargentos da guarnição obidense foram promovidos ao posto de segundo tenentes. Foi uma grande festa em nossa cidade, comemorando um feito relevante. Os filhos dos promovidos foram estudar na Academia Militar de Fortaleza (Ceará), passando as férias em Óbidos com seus vistosos uniformes coloridos e dando inveja a todos os rapazes de então, pois só eles conseguiam as mais bonitas namoradas.<sup>231</sup>

O sistema de promoções adotado pelo Ministério da Guerra para todo o Brasil, ao promover parte dos expulsos das fileiras do Exército, gerou um clima de crise nos quartéis brasileiros. Em Óbidos, os preteridos não ficariam indiferentes à onda de rebeliões que irrompeu nos demais Estados, a partir de 1931, como reflexo da crise de promoções. Basbaum diz que só naquele ano cerca de vinte levantes e tentativas de

---

<sup>230</sup> Boletim regimental nº 47, de 21 e 22 de março de 1932, armário nº 13, prateleira nº 5, Arquivo do Quartel General 8ª RM. Sobre o soldo, não foi possível obter dados precisos sobre os valores percebidos pelos sargentos do Exército, mas, a título de comparação, em 1938, ano em que Getúlio Vargas instituiu o salário mínimo e seu valor em 200\$000, o Decreto nº 3.167, de 31 de dezembro de 1938, do governo do Estado do Pará, estabeleceu o vencimentos na Polícia Militar (soldo + gratificação) na seguinte ordem: Tenente-coronel: 1:600\$000; 1º tenente: 800\$00; 2º tenente: 650\$000; 1º sargento: 310\$000; 2º sargento: 210\$000; cabo: 110\$000; soldado: 60\$000. MARRECA, Orvácio Deolindo da Cunha. *História da Polícia Militar do Pará*. Belém: Polícia Militar do Pará 1940, p.231.

<sup>231</sup> Manuel Ayres, médico, biólogo, criador do Grupo de Genética da Universidade Federal do Pará, tinha, em 1930, cinco anos de idade. AYRES, Manuel, *op. cit.*, 2011, p. 49.

golpes sacudiram o Exército, grande parte envolvendo sargentos.<sup>232</sup> José Murilo de Carvalho ressalta a aproximação dos inferiores a elementos do Partido Comunista, caso em que “mais facilmente extrapolavam a dominação de que eram vítimas dentro da organização”, adotando um olhar mais contundente e identificando os oficiais como inimigos não só organizacionais como também de classe, considerando que eles, praças, vinham das camadas proletárias. Na prática, no entanto, diz Carvalho, os programas dos movimentos de sargentos permaneceram confusos e sua organização precária. “Seu comportamento político era determinado antes pela condição militar do que pela condição de classe, materializando-se em rebeliões de quartel com limitado apoio externo”.<sup>233</sup>

Neste ambiente de crise e de descontentamentos, os sargentos de Óbidos vislumbraram na *Revolução* Constitucionalista a derradeira chance de ascensão, um lance arriscado no jogo político, mas, se vitorioso, os levaria à promoção comissionada e ao poder de mando dentro da estrutura do quartel. Lembremos que Athenógenes Pompa se referiu por três vezes nos inquéritos à “possibilidade dos sargentos corrigirem as injustiças de que foram vítimas após a *Revolução* de Outubro”. Esta percepção também tem por base o depoimento do comandante do 4º GAC, tenente José Arruda e Silva, no inquérito instaurado pela 8ª RM. Arruda reproduziu uma conversa mantida com o sargento Silvestre, em que este justificou a sublevação como forma de desagravo aos que foram preteridos no episódio das promoções, como ele próprio, atribuindo participação direta do interventor Barata na indicação dos comissionados:

O sargento disse-me que a revolta tinha como consequência tirar vingança dos tenentes do Grupo que foram comissionados a pedido do Interventor do Estado em detrimento de outros que também participaram da revolta de 1924 e dos que continuaram na ativa prestando serviços ao Exército, como ele, Silvestre, ao longo dos anos, sem interrupção.<sup>234</sup>

Ildefonso Guimarães, que conviveu com parte dos sargentos de 1932 durante sua carreira militar, também reforça esta percepção. Em seu romance histórico, o escritor recria uma fala de Silvestre Reis em que este expressa o objetivo que levou os graduados à adesão ao movimento:

---

<sup>232</sup> BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República – de 1930 a 1960*. São Paulo: Alfa Ômega, 1991, p.26.

<sup>233</sup> CARVALHO, José Murilo de, *op. cit.*, 2005, p. 70.

<sup>234</sup> Auto de perguntas a José Arruda e Silva. Inquérito 8ª RM, p. A 18. AHEx.

Seja como for, trata-se de uma comissão revolucionária e atrás disso andam ele e os demais companheiros que resolveram topar a parada. Assim foi em 1924: gente que comeu da banda torta do diabo, expulsa das fileiras ou deportada pelo Bernardes para o Oiapoque, onde muitos ficaram plantados para sempre, devorados pelo impaludismo. Mas, os que conseguiram escapar com vida, embora com a barriga empanzinada pela terça, não andam por aqui, cagando sua gomazinha em cima da gente, com os galões confirmados pela Revolução de 30?<sup>235</sup>

Não se deve entender, porém, que os sargentos formavam um grupo coeso, todos percebendo a Revolta Constitucionalista como a derradeira chance de ascensão. Pelo menos três deles mantiveram-se à parte do movimento. Silvério Otaviano da Silva, o mais velho do grupo, também tido por “sargento de confiança no destacamento”, tentou articular uma contrarrevolução com os oficiais presos, mas não logrou sucesso. Manteve-se em seu trabalho, na defesa Gurjão, de onde só desceu quando a revolta estava derrotada. Manoel de Oliveira Ferro, discordando da revolta, recolheu-se à enfermaria alegando doença. Pedro Domingos dos Santos procurou retardar seu regresso de Oriximiná, para onde fora enviado a serviço do quartel, tão logo soube da eclosão da revolta. Há ainda o caso do 3º sargento Manoel José Tito de Sena, que, nomeado imediato de Zoroastro Serrão Maia, comandante da guarnição a bordo do “Andirá” que participou da chamada Batalha Naval de Itacoatiara, fugiu da expedição, juntamente com quatro praças, durante a expedição ao Amazonas.<sup>236</sup>

#### 2.4. A adesão dos civis

A revolta de 1932 remeteu os moradores aos horrores do bombardeamento de 1924. No *Livro de Crônicas do convento de Óbidos*, os frades franciscanos registram o esvaziamento que ocorreu na cidade. Junto com a lembrança, os moradores mostraram-se apavorados com a forma violenta do recrutamento praticado nas ruas. Rapidamente Óbidos foi esvaziando-se. Segundo os frades, “era de cortar o coração ver famílias fugindo precipitadamente em canoas superlotadas. Os revoltosos obrigaram todos os rapazes, até meninos de 15 anos, para o serviço de armas”.<sup>237</sup>

Em *Os dias recurvos*, Ildfonso Guimarães descreve o processo de recrutamento forçado com mais detalhes. Informa que oitenta jovens, na faixa etária de 16 a 18 anos,

---

<sup>235</sup> GUIMARÃES, Ildfonso, *op. cit.*, p.19.

<sup>236</sup> Auto de perguntas a Zoroastro Serrão Maia. Inquérito 8ª RM, p. A145. AHEx.

<sup>237</sup> Livro de Crônicas do Convento de Óbidos. 1932, p.54.

foram levados para o quartel e incorporados à infantaria, sem nenhuma experiência com manuseio de fuzil. A maioria era formada por caboclos das várzeas de Óbidos, “gente do interior, das restingas, do Mondongo, do Flexal, da Ilha Grande, do Paraná de Baixo, do Curumucuri”, que em tempos normais dificilmente seriam recrutados porque “a prioridade é sempre para os da cidade”. Segundo o escritor, a revolta “agarrou caboclo à força, no amanhecer do dia, e arrastou pro quartel que nem mamote pra capação”.<sup>238</sup>

Cartas encontradas no Arquivo Público do Estado, enviadas ao interventor do Pará, confirmam estes relatos. Maria de Mattos Bentes, brasileira, viúva, residente em Óbidos, diz que seu filho, Francisco de Mattos Bentes, de 16 anos, foi agarrado pelos rebeldes numa rua da cidade, na manhã do dia 19 de agosto, e levado à força para o quartel do 4º GAC, onde foi coagido a se incorporar à tropa. Diz que o filho nunca comungou de ideias revoltosas, só embarcando para Manaus porque fora obrigado.<sup>239</sup>

O canoeiro Diniz Gato Cardoso, ao retornar para o trabalho no início da tarde de 18 de agosto, foi coagido por um destacamento armado, que estava nas ruas, a seguir, incontinenti, para quartel, a fim de prestar serviço militar na qualidade de reservista. Sua esposa, Raymunda Soares Cardoso, escreveu ao interventor pedindo que libertasse o marido preso na cadeia de São José “porque ele não é revolucionário e seus filhos passam por necessidades desde que foi preso”.<sup>240</sup>

O inquérito procedido na Delegacia de Polícia do Amazonas revelou a inusitada situação de 18 voluntários alistados no 4º GAC para lutar contra os paulistas, em defesa da *Revolução* de Outubro. Aguardavam a chegada do navio que os levaria a Belém onde se apresentariam ao 26º BC quando estourou a revolta em Óbidos. Coagidos, acabaram lutando no lado oposto. O soldado Armando Ferreira Viana, de 17 anos, era um daqueles voluntários. Sobrevivente da Batalha Naval de Itacoatiara, atingido no pé esquerdo, foi internado no hospital da Santa Casa, em Manaus. Disse que, ao chegar ao quartel, na manhã do dia 18, sem desconfiar do que estava ocorrendo, foi detido no alojamento com ordem para não mais sair. Permaneceu detido juntamente com os demais voluntários até o momento em que foi mandado embarcar na lancha “*Diana*”. Sob o comando de Archimedes Lalôr, o soldado participou da tomada de Juruti e de

---

<sup>238</sup> GUIMARÃES, Ildfonso, *op. cit.*, p. 132.

<sup>239</sup> Fundo Gabinete do Interventor. Série Petições, 1932, Caixa nº 33. Arquivo Público do Estado.

<sup>240</sup> *Idem.*

Parintins e da Batalha de Itacoatiara. Revelou que apenas um voluntário não tomou parte da revolta, o cabo reservista Quinim, que conseguiu fugir na manhã do dia 18. Seu depoimento expõe a estratégia do comando rebelde em confinar os soldados e recrutados em alojamentos por temer deserções.<sup>241</sup>

Os relatos acima evidenciam o emprego de coação e de força no processo de alistamento dos rebeldes em Óbidos. Mesmo em São Paulo, onde a adesão da população foi maciça, também houve coação, ainda que no plano moral, não sendo outro o sentido do que descreveu Mário de Andrade ao narrar a ação de jovens moças nas ruas de São Paulo entregando envelopes a homens que ainda não haviam se alistado. No interior dos envelopes, em papel dobrado em oito faces, lia-se a frase humilhante: “Vista saia!”<sup>242</sup>

No entanto, ressaltar somente a face cruel do recrutamento forçado, como fez Ildelfonso Guimarães ou os franciscanos de Óbidos, assemelha-se ao processo de manejo de construção de imagens negativas do adversário com vistas a invalidar a sua legitimidade.<sup>243</sup> É certo que Athenógenes Pompa não poderia cumprir a missão que lhe fora delegada com uma força revolucionária reduzida. Hobsbawm cita como primeiro fator determinante para a vitória numa guerra a existência de maiores reservas de efetivo humano. Quem detém o maior Exército têm maior possibilidade de vitória, parece lógico, embora o mesmo autor mostre que, no caso da luta entre Estados Unidos e Vietnam, essa lógica não tenha prevalecido.<sup>244</sup>

Se, de fato, houve coação e violência, houve também adesões espontâneas, movidas por diferentes interesses. Há os que se alistaram pensando engajar futuramente no Batalhão, os que estavam insatisfeitos com o governo provisório, outros porque pretendiam algum tipo de vingança, os que fizeram por dever de gratidão e, ainda, os que, a cada inquérito, mudaram de motivação.

Raymundo Dinelly, um jovem amazonense de 20 anos, solteiro, residente em Parintins, enquadra-se entre os que aderiram espontaneamente. Trata-se de um rebelde de primeira hora, que acompanhou Pompa em Manaus e na viagem a Óbidos. Na capital amazonense, participou das reuniões realizadas na residência do sargento Nilo Barroso.

---

<sup>241</sup> Auto de perguntas ao soldado Armando Ferreira Viana. Inquérito DPAAM, pp. A264-7. AHEX.

<sup>242</sup> ANDRADE, Mário de, *op. cit.*, 1976, p. 553

<sup>243</sup> BACZKO. Brosnilaw, *op. cit.*, p. 300.

<sup>244</sup> HOBSBAWM, Eric. *Revolucionários*. Rio de Janeiro: 2003, p. 165.

Era irmão do delegado de polícia Hermínio Dinelly. Quando a Revolta Constitucionalista se fez, de imediato, assumiu o posto de radiotelegrafista na estação da *Amazon Telegraph*. Depois, integrou a guarnição da esquadra rebelde que seguiu para o Amazonas, a bordo do “Jaguaribe”, tendo participado da Batalha de Itacoatiara.<sup>245</sup>

O carpinteiro Manoel Oliveira também aderiu espontaneamente. Português, 32 anos, estava em Óbidos há três meses. Em depoimento à Polícia Auxiliar do Amazonas, disse que resolveu abandonar o emprego no comércio de um patrício para acompanhar o movimento, “que contou com a simpatia de pessoas de posição na cidade, as quais andavam armadas nas ruas.” Oliveira confessou-se um entusiasta das lutas armadas, tendo revelado ter lutado na Europa e na *revolução* de 1924, em Belém, quando teria “matado meia dúzia de legalistas”.<sup>246</sup>

O bacharel Demócrito Rodrigues de Noronha é um caso complexo de mudança de motivação conforme as circunstâncias. No primeiro inquérito a que respondeu, quatro dias depois da revolta, disse que aderiu ao movimento porque foi “coagido e teve receio de ser vítima de violência” por parte dos rebeldes. Pensou em fugir, mas estava sempre escoltado.<sup>247</sup> Em outubro, durante prisão na cadeia de São José, logo depois da Revolta Constitucionalista de 6 e 7 de setembro, em Belém, quando jovens rebeldes mortos foram transformados em heróis, consternando a população, Demócrito Noronha, ouvido em inquérito pela 8ª RM, disse que o levante do 4º GAC se ligava ao movimento constitucionalista de São Paulo e que ele, por comungar dos mesmos ideais, aderiu ao movimento.<sup>248</sup> Após seis meses de prisão, depois de recorrer da reclusão sem sucesso, foi ouvido pela terceira vez em inquérito, agora pelo inspetor de Polícia Marítima. Apresentou novo discurso: apesar de simpático à causa constitucionalista, nunca pensou em se envolver no movimento sedicioso, tendo aderido como represália à ordem de prisão contra ele, preparada em Santarém pelo delegado local por causa de uma questão jurídica ligada à criação de porcos. Por isso teria proposto a ocupação de Santarém para destituir o delegado.<sup>249</sup> Demócrito Noronha foi um dos civis mais ativos do movimento.

---

<sup>245</sup> Auto de perguntas a Raimundo Dinelly. Inquérito DPAAM, p. B245. AHEX.

<sup>246</sup> Auto de perguntas ao carpinteiro Manoel de Oliveira. Inquérito DPAAM, p. A251. AHEX.

<sup>247</sup> Auto de perguntas a Demócrito Noronha. Inquérito DPAAM, p. A238. AHEX.

<sup>248</sup> Auto de perguntas a Demócrito Noronha. Inquérito 8ª RM, p. B174. AHEX.

<sup>249</sup> Auto de perguntas a Demócrito Noronha. Inquérito IPMPA, p. A586. AHEX.

Desfrutando da fama de “artista de cinema”<sup>250</sup>, o maquinista Archimedes Machado de Lalôr, amazonense, 38 anos, chegou a Óbidos em outubro de 1931. Depois de uma conturbada passagem pelo cargo de diretor técnico da Usina Municipal de Luz, Água e Gelo, foi exonerado pelo prefeito, Ignácio Freire, um velho coronel da extinta Força Pública. O prefeito alegou que o subordinado fugiu de suas atribuições ao assumir o papel de “defensor dos negros do Trombetas contra interesses dos proprietários de castanhais”. Archimedes Lalôr passava muitos dias em viagens pelo interior do Baixo Amazonas, fora da área de competência da Usina, imiscuindo-se na vida das comunidades negras, conforme relato seguinte:

(...) O Sr. Archimedes Lalôr pouco se preocupava com as suas obrigações: a maior preocupação dele é incitar o pessoal do Trombetas contra os proprietários e arrendatários de castanhais, com o que deu grandes prejuízos a estes e grandes trabalhos às autoridades para conter aquele pessoal, a quem eles [proprietários e autoridades] procuravam amparar e defender os interesses, mas não podiam deixar de reprovar os maus atos. Quando da minha estadia ali, em dezembro de 1931, para a reunião dos prefeitos, recebi um telegrama do Dr. Demócrito Noronha, queixando-se contra o Sr. Archimedes Lalôr, que havia levantado o pessoal para invadir castanhais alheios. Telegrafei ao delegado de polícia, pedindo providências necessárias. Este, juntamente com o promotor, foi ao Trombetas e verificou a veracidade da denúncia, tendo aconselhado os invasores a se retirarem dos lugares que eram de propriedade particular, deixando tudo em ordem. Ao chegar aqui, chamei o Sr. Archimedes e reprovei o seu procedimento, tendo ele me jurado pela honra de sua família que sua missão junto aqueles pretos estava terminada.<sup>251</sup>

O documento revela o envolvimento de Lalôr com quilombolas em luta contra grandes proprietários de terra, velhos coronéis do latifúndio que fizeram fortuna com a exploração de cacau, exportação de castanha e criação de gado. Na visão do prefeito, estes coronéis eram os homens que protegiam e amparavam os interesses da grande comunidade negra da área.

Eurípedes Funes, em artigo publicado em 2004, diz que os negros do rio Trombetas residem em espaços configurados como de sociedades quilombolas, para onde se deslocaram seus antepassados ao fugiram do trabalho escravo em Óbidos e

---

<sup>250</sup> Segundo o historiador Antonio Loureiro, “Lalôr era figura conhecida em Manaus, após seu retorno dos Estados Unidos, onde fora comediante, em Hollywood, conforma informações da época”. In *Tempos de esperança*. Manaus: 1994, p. 44.

<sup>251</sup> Exposição de motivos do prefeito Ignácio Freire ao interventor Magalhães Barata, 4 de julho de 1932. Fundo Gabinete do Interventor, Série Offícios, 1932. Caixa s/n. APEP.

fazendas do interior na segunda metade do século XIX.<sup>252</sup> Durante mais de um século habitando aquela região, foram vítimas de perseguições punitivas e das arbitrariedades praticadas pelos regatões e aviadores. Os negros exploravam castanha, comercializada com regatões em troca de alimentos e mercadorias. Na época da revolta de 1932, os comerciantes José Gabriel Guerreiro, Manoel Costa, Costa Lima, Francisco Sousa, entre outros, começaram a transferir lotes de terra dos negros para seus nomes. Foi neste ambiente conflagrado de luta pela terra que Lalôr atuou ao lado dos quilombolas.

A exoneração fez Archimedes Lalôr aderir à revolta em Óbidos. Na manhã de 18 de agosto, ao assumir o cargo de “governador constitucionalista”, ele exonerou Ignácio Freire.<sup>253</sup> Em seguida, ao tomar conhecimento que o 1º sargento Almir Huet iria a Oriximiná buscar lanchas, Lalôr pediu-lhe que descesse até os rios Trombetas e Erepecuru, de onde deveria “trazer alguns pretos”. Huet trouxe vinte negros para Óbidos. No entanto, como Lalôr já tivesse partido para Parintins em missão rebelde, os negros foram alojados em cabanas no sopé da Serra da Escama.<sup>254</sup> O relato não faz qualquer referência à forma como os negros foram recrutados. Pode-se inferir que atenderam ao chamado de Lalôr por um dever de gratidão. Mas pode ter havido algum tipo de coerção. No dia 19, o sargento Oscar Franco ordenou que subissem a serra da Escama. Durante três dias, trabalharam na eletrificação da defesa Gurjão, fincando postes e instalando fiação, sob a orientação do eletricista Pedro Bastos. Não se tratava apenas da instalação de energia elétrica na serra, mas, sim, de um sistema eletrificado de defesa, que garantia o isolamento da guarnição em caso de ataque por terra. Depois disso, foram dispensados e retornaram às suas terras.<sup>255</sup> Seja por meio de violência, seja de forma espontânea, em três dias, o Serviço de Alistamento da Força Constitucionalista registrou o ingresso de mais 104 homens. Desta forma, o efetivo do 4º GAC, durante a sublevação, duplicou.

---

<sup>252</sup> FUNES, Eurípedes. *Mocambos do Trombetas: Memória e Etnicidade (séculos XIX e XX)*. In DEL PRIORE, Mary e GOMES, Flávio (org.). *Os senhores dos rios*. Rio de Janeiro: 2004, p. 228-57.

<sup>253</sup> Auto de perguntas a Archimedes Lalôr. IPMPA, p. A680. AHEX.

<sup>254</sup> Auto de perguntas a Almir Huet de Bacelar. 8ª RM, p. B151. AHEX.

<sup>255</sup> Auto de perguntas a Pedro Bastos. IPMPA, p. B489. AHEX.

## 2.5. A ambiguidade dos tenentes

A participação dos tenentes na Revolta Constitucionalista do Baixo Amazonas é uma questão controversa. À exceção do 2º tenente Raymundo Alves da Cunha, que aderiu ao movimento desde o início, os demais negaram qualquer envolvimento. Nos inquéritos, eles colocam-se como vítimas, surpreendidas e presas, sem condições de qualquer articulação contrarrevolucionária. No entanto, documento anexado aos autos expõe procedimento, no mínimo, ambíguo daqueles oficiais.

Os sargentos sabiam que, para dominar o quartel, precisavam quebrar a hierarquia da corporação, isto é, neutralizar o grupo fiel ao governo, formado pelos tenentes. Para tal executaram um estratagema durante a madrugada, atribuído ao cabo José Meirelles Muniz: a chegada inesperada de um navio em atitude suspeita, de luzes apagadas, ocorrência que exigia a presença de um oficial no porto. Nas primeiras horas do dia 18 de agosto, um a um, os tenentes foram atraídos para fora de suas residências e, a caminho do porto, presos por praças armadas “em nome do general Klinger”. Levados ao quartel, eles foram colocados no xadrez dos soldados, no pavimento térreo do quartel, situação que os indignou. Os insurretos resolveram a questão de forma irônica, afixando nas grades do xadrez um cartaz com a inscrição “Estado-Maior”.<sup>256</sup>

A prisão do comandante José Arruda da Silva ocorreu às 8 horas, quando chegou ao quartel. Recebido por Pompa, autoinvestido no posto de coronel, Arruda foi convidado a permanecer no comando, sob as ordens de Klinger:

(...) Pompa, mostrando entusiasmo, disse-lhe que, tendo o respondente sido revoltoso em 1922 e 1924, ainda mais uma vez tinha razão de o ser agora, caso aderisse ao movimento liderado pelo general Klinger, do qual era emissário especial no norte do Brasil; Que o 27º BC, acantonado em Manaus, já estava sob esta orientação, assim como o 4º Grupo e os dez mil homens em marcha do Mato Grosso para o Amazonas. (...).<sup>257</sup>

O comandante recusou o convite alegando “estar convicto de sua lealdade para com o governo provisório, de cujo propósito não se afastaria”, não sabendo, porém, qual

---

<sup>256</sup> O subcomandante tenente Ribeiro teria protestado contra a detenção dos oficiais no xadrez das praças, onde se encontrava detido um homem acusado de atentar contra a vida de uma praça dias antes. Auto de perguntas a José Ribeiro de Figueiredo. Inquérito IPMPA, p. A523. AHEx.

<sup>257</sup> Auto de perguntas ao comandante José Arruda e Silva. Inquérito IPMPA, p. A491. AHEx.

era a posição dos demais oficiais.<sup>258</sup> Pernambucano, 33 anos, há menos de um mês na cidade, o comandante não conhecia totalmente seus comandados. Pompa reuniu os oficiais na Casa das Ordens, no 3º pavimento do quartel, e os concitou a aderir à revolta. Em nome dos demais, o subcomandante José Ribeiro de Figueiredo teria respondido que se tratava de uma decisão muito difícil, pois eles desconheciam a orientação do governo. Pediu, então, um prazo para responder. Vendo a indecisão grassar, Arruda teria reafirmado sua posição, declarando já ter opinião formada, não precisando de prazo para ficar ao lado do governo. Em seguida, considerou-se destituído do comando pela atitude titubeante de seus oficiais.<sup>259</sup>

A leitura dos inquéritos revela que, apesar de terem sido comissionados pela *Revolução* de Outubro, os tenentes demonstraram pouco ou nenhum apego à defesa dos ideais revolucionários. Por volta das 21 horas de 18 de agosto, eles solicitaram que fossem levados à presença do coronel Pompa, para anunciar a decisão do grupo. O bacharel Demócrito Noronha testemunhou o encontro. Representando os demais oficiais, o 1º tenente Tibúrcio disse que os colegas tinham ponderado e concluído pela adesão, hipotecando inteira solidariedade à causa constitucionalista. Pompa os parabenizou pela decisão, mas impôs uma condição: só aceitaria a adesão mediante um “pacto de honra” firmado pelo grupo. Os tenentes aceitaram. Redigido por Demócrito Noronha, o documento de uma página traz a assinatura dos seis tenentes presos, no qual juram prometer não revelar nada do que está se passando dentro do 4º GAC e na cidade de Óbidos, nem revelar quais são os orientadores do movimento. De forma consciente, se solidarizam com Pompa, permitindo-se serem considerados traidores em caso de perjuro, sujeitando-se às consequências do ato. Apesar da adesão, Pompa avisou que por segurança do movimento, eles só seriam colocados em liberdade depois que o 27º BC chegasse a Óbidos, quando, então, assumiriam atribuições revolucionárias.<sup>260</sup> (Fig. 08).

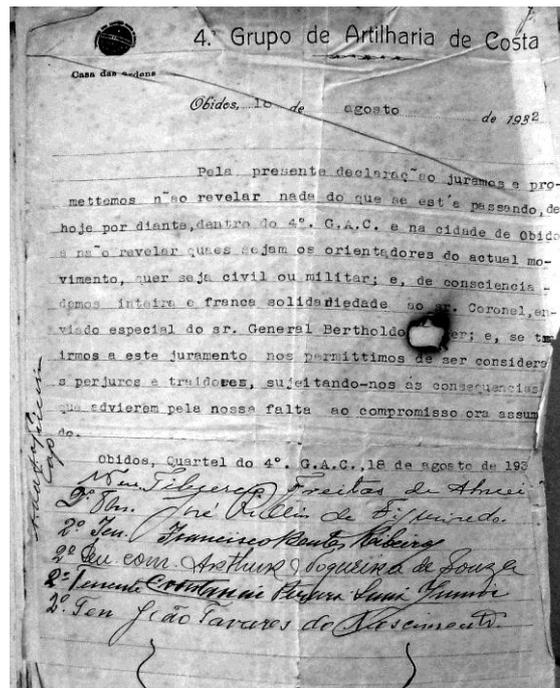
---

<sup>258</sup> *Ibidem*, p. B 492. AHEX.

<sup>259</sup> Auto de perguntas ao comandante José Arruda e Silva. Inquérito 8ª RM, p. A 17. AHEX.

<sup>260</sup> Auto de perguntas a Demócrito Noronha. Inquérito DPAAM, p. A. 588. AHEX.

Figura 08 – Pacto assinado pelos tenentes



Fonte: Inquérito 8ª RM, p. A112. AHEx.

Após a derrota do movimento insidioso, os tenentes foram ouvidos nos inquéritos. É o momento em que constroem justificativas nas quais surgem como vítimas das circunstâncias, contra as quais nada poderiam fazer. Tentam, assim, fugir de possíveis punições. Negam, por exemplo, a reunião com Pompa. Dizem que Demócrito Noronha foi ao xadrez, escoltado por sargentos e cabos armados, com o pacto de honra já redigido e que se sentiram compelidos assiná-lo por temerem a ira dos rebeldes. Arthur Nogueira disse que assinou sem ler o documento, pois estava escuro. Constâncio Júnior o fez temendo ser fuzilado, haja vista estarem sob a mira permanente de um canhão instalado no pátio do interno do quartel. É difícil imaginar que os rebeldes estivessem dispostos a disparar seus canhões contra o prédio que lhes servia de caserna, abrigo de voluntários, arsenal de armas e centro de operações.

Em outro movimento de isenção de culpa, os tenentes dispararam críticas ao comandante José Arruda e Silva, pois aguardavam que ele, gozando de certa liberdade, organizasse e comandasse uma contrarrevolução, que não ocorreu.<sup>261</sup> De fato, Arruda não estava preso junto com os oficiais, mas confinado à Casa das Ordens, podendo

<sup>261</sup> Auto de perguntas a João Tavares do Nascimento. Inquérito 8ª RM, p. B28. AHEx.

entrar e sair do quartel a qualquer momento, apesar de sempre escoltado. Somente no terceiro dia de revolta, ele foi recolhido ao xadrez.

Três tenentes foram poupados da prisão. Alves da Cunha alegou que aderiu ao movimento não porque fosse simpático ao constitucionalismo, mas porque teria sido “arrebataado pelos sargentos”, quando entrava no xadrez junto com os demais oficiais.<sup>262</sup> Disse que os graduados o queriam no movimento por reconhecer nele qualidades de líder. Os outros dois poupados, o 1º tenente médico Carlos Celestino Teixeira e o 2º tenente enfermeiro Domingos D’Avila Franca, valeram-se da condição de pertencerem à área médica. Teixeira disse que foi forçado a tomar parte da expedição derrotada em Itacoatiara; Franca, por sua vez, alegou que, por estar com a esposa doente, foi autorizado a permanecer em Óbidos, trabalhando normalmente na Farmácia Regimental, sem se envolver na insurreição.<sup>263</sup>

No relatório do inquérito da 8ª RM, o capitão Alberto da Silva Pereira responsabilizou os tenentes pela sublevação do quartel do 4º GAC. Segundo ele, a revolta se deveu à “falta de autoridade moral dos oficiais comissionados para com os sargentos, seus colegas de véspera” concorrendo para a indisciplina da tropa. Para além da questão constitucionalista, o capitão viu na questão organizacional do Exército a origem do movimento rebelde: a *Revolução* de Outubro, ao comissionar antigos sargentos excluídos em 1922 e 1924, criou embaraços para a manutenção da disciplina sobre sargentos não comissionados, “os colegas de vésperas”.<sup>264</sup> Por este ângulo, a *Revolta* Constitucionalista no Baixo Amazonas pode ser explicada como um reflexo da crise da organização militar reinante nos quartéis brasileiros naquele momento.

## 2.6. A Força Constitucionalista no Norte da República

Iniciada a revolta, sargentos e cabos do quartel de Óbidos que esperavam indefinidamente promoções nas fileiras do Exército viram-se rapidamente promovidos pelo comando rebelde nos três primeiros dias de revolta. Era um jogo arriscado, mas, caso a *Revolução* Constitucionalista triunfasse como o coronel Pompa anunciava, os

---

<sup>262</sup> Auto de perguntas ao 2º tenente Raymundo Alves da Cunha. Inquérito IPMPA, 12 de janeiro de 1933, p. B604. AHEX.

<sup>263</sup> Auto de perguntas ao tenente Domingos D’Avila Franca. Inquérito DE, p. A84. AHEX.

<sup>264</sup> Relatório do Inquérito Militar da 8ª RM, p. A 209. AHEX.

promoções seriam confirmadas. Enfim, nada diferente do que ocorrera com os comissionados pela *Revolução* de Outubro.

Por meio de boletins regimentais, como manda a burocracia militar, Pompa organizou o novo quadro de oficiais e de graduados, conservando as distâncias hierárquicas então existentes. Desta forma, um grupo de soldados foi promovido a cabo; os cabos a terceiros sargentos; os terceiros sargentos a segundos sargentos; os segundos sargentos a primeiros sargentos; os primeiros sargentos a segundos tenentes; os segundos tenentes a primeiros tenentes. O primeiro tenente Raymundo Alves da Cunha foi comissionado capitão. O segundo sargento Silvestre Fernandes dos Reis, àquela altura, o principal assessor militar de Pompa, foi uma das exceções no quadro de comissionados, ao ser catapultado ao posto de capitão, tendo sido designado subcomandante do Batalhão. A outra exceção foi o cabo José Meirelles Muniz promovido segundo tenente comissionado. Muniz teve ativa participação na revolta, sendo responsável pela guarda dos tenentes presos.

Ao fim do terceiro dia, a nova estrutura hierárquica do 4º Grupo de Artilharia de Costa, agora chamado Força Constitucionalista no Norte da República (FCNR), ficou assim constituída:

**Coronel:** Athenógenes Pompa de Oliveira (comandante da FCNR);

**Capitães:** Silvestre Fernandes dos Reis (subcomandante) e Raymundo Alves da Cunha;

**Primeiros tenentes:** Almir Huet de Bacellar, Euclides Raymundo da Costa, Antonio Magalhães (médico) e Annibal Teixeira (médico); **Segundos tenentes:** Francisco Joaquim Rodrigues (comandante Forte Velho), Sotero José Pereira (comandante 1ª Bateria), Oscar Botelho de Amorim Franco (comandante Defesa Gurjão), Raymundo de Almeida Genu (ajudante) Zoroastro Serrão Maia, Antonio Américo Pereira, Manoel Marialva Guimarães, Manoel José Tito de Senna, Thiago Sarraf de Castro e José Meirelles Muniz;

**Primeiros sargentos:** Silvério Octaviano da Silva, José Ignácio da Silva, Álvaro Toscano (ex-secretário da Mesa de Rendas), Raimundo Nonato Gomes, Pedro Domingos dos Santos; **Segundos sargentos:** Francisco Rodrigues Pinto, Raymundo Carvalho Ribeiro, José Alexandre Barbosa, Manoel de Oliveira Ferro, Pedro Domingos dos Santos; **Terceiros sargentos:** José Antonio Gonçalves, Thomaz Castro de Andrade, José Alves Feitoza, Pedro de Oliveira Martins Filho, Aristarco Salgado, Raymundo

Nonato Gomes, Arnaldo Pereira de Souza, Raymundo Siqueira, Julio Fellipe Coelho, Benjamin Meireles Muniz e José Correia Teixeira;

**Cabos:** Heitor Fernandes dos Reis, Joaquim Bentes de Mattos, Clóvis do Nascimento, José Sobrinho, João Maria de Mattos, Raymundo de Oliveira Marialva, José Augusto Machado, Pedro Adelino de Santanna, Reginaldo Freitas, Eduardo Moreira da Rocha, Raimundo Vieira da Silva, João Coelho da Silva, Marcos Tavares de Sousa, Sebastião Campos dos Santos, Heráclito de Matos Magalhães, José Ferreira Brasilino, Valdemar Golvin, Vicente Savino, Antonio Felix da Silva e Luiz Gonzaga Viana.<sup>265</sup>

## 2.7. Controle dos meios de comunicação

Após a tomada do quartel, os rebeldes preocuparam-se imediatamente em exercer total controle sobre os meios de comunicação de Óbidos com o exterior. A estação da *The Amazon Telegraph Company Limited*, uma das 16 repartições da empresa no Pará, localizada na área comercial da cidade, à rua Siqueira Campos, nº 2, foi tomada e ocupada por um destacamento militar, às 2 horas da madrugada de 18 de agosto. Segundo o único telegrafista da estação, João de Andrade Rego, ao amanhecer, “um tal de coronel Pompa”, acompanhado de praças armadas, esteve na agência, ameaçando-o de fuzilamento caso tentasse trair o movimento. Dali por diante, a repartição mais parecia um quartel, ocupada por soldados, disse em inquérito. Com problema de saúde, agravada pela situação inusitada, o telegrafista solicitou autorização para se ausentar da cidade, refugiando-se na vila de Oriximiná, deixando em seu lugar o sobrinho. Soube depois que o rebelde Raymundo Dinelly assumiu o posto.<sup>266</sup>

A agência postal também foi mantida sob o controle dos rebeldes com a nomeação do civil Manuel Valente do Couto para censor, com autorização para examinar todas as correspondências enquanto durasse a revolta.<sup>267</sup> Pompa estava especialmente preocupado com a comunicação entre Óbidos, Belém e Manaus. Desejava retardar ao máximo a difusão da notícia da revolta, até que a força

---

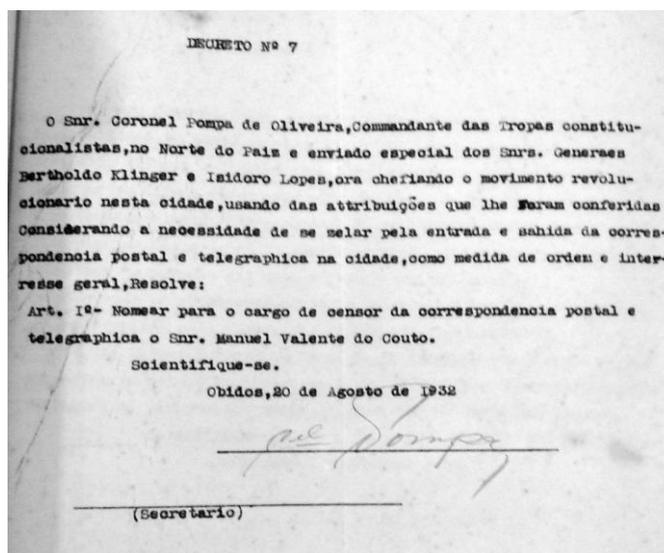
<sup>265</sup> Boletins de 18 a 20 de agosto de 1932 da Força Revolucionária no Norte da República/4º Grupo de Artilharia de Costa. Documento juntado ao inquérito IPMPA, pp. 373-8. AHEX.

<sup>266</sup> Auto de perguntas a João de Andrade Rego. Inquérito DPAAM, p. B 468. AHEX.

<sup>267</sup> Decreto nº 7 do Comando das Tropas Constitucionalistas no Norte. Juntada ao inquérito DE, p. A147. AHEX.

revolucionária estivesse preparada para a luta que travaria contra as forças legais. (Fig. 09):

Figura 09 – Decreto nº 7: censor para os correios.



Fonte: Inquérito DE, p. 456, AHEX

O comando rebelde, todavia, não contava com o desprendimento do guarda sanitário Leônidas Gomes que, ao tomar conhecimento da revolta, decidiu furar o bloqueio rebelde. Ao meio dia, ele partiu num pequeno bote para a vizinha cidade de Santarém, onde chegou depois de remar em torno de 18 horas. Embora muito cansado, Leônidas, imediatamente, dirigiu-se à casa do prefeito Ildefonso Almeida para comunicar-lhe o ocorrido. O prefeito, não acreditando no exausto mensageiro, deu-lhe voz de prisão, considerando-o um boateiro. O guarda sanitário só sairia da cadeia após a confirmação da notícia, feita pelo interventor, por intermédio de mensagem telegráfica ao prefeito santareno. Mas, então, a reação tinha perdido várias horas.<sup>268</sup>

No sul do país, a manipulação dos meios de comunicação pelo comando rebelde fez parte da estratégia de dominação do imaginário social, com vista à conquista de apoio à causa constitucionalista. As transmissões radiofônicas, destaque para as locuções arrebatadas de César Ladeira, e o noticiário de jornais de tendência constitucionalista, entre os quais “*O Estado de São Paulo*” e “*Diário Nacional*”<sup>269</sup>,

---

<sup>268</sup> Auto de perguntas a Leônidas Gomes. Inquérito DE, pp. A33-4. AHEX.

<sup>269</sup> Sobre o uso dos meios de comunicação na Revolução Constitucionalista, há uma ampla bibliografia, da qual destacamos NOGUEIRA FILHO, Paulo. *A guerra cívica 1932*. São Paulo: 1982; DONATO, Hernâni. *1932: História da Revolução de 32*. São Paulo: Ibrasa, 2002; DE PAULA, Jeziel.

foram amplamente utilizados para incutir nos paulistas a ideia de “São Paulo terra arrasada pela *Revolução* de Outubro”. No Baixo Amazonas, sem emissoras de rádio e contando apenas com a circulação irregular de um pequeno jornal<sup>270</sup>, os rebeldes só podiam manipular telegramas, nos quais negavam qualquer anormalidade. Na troca de telegramas abaixo, Pompa responde mensagem de Magalhães Barata como se fosse o comandante do 4º GAC, tenente Arruda:

Aviso nº três – Tenente Comandante Grupo – Óbidos (19). Informe o que há aí. Notícias alarmantes determinaram-me fazer seguir agora mesmo couraçado Floriano. Consta aqui oficialidade e prefeito presos, cidade em desordem. Informe-me. Major Barata.

Aviso nº um – Major Barata – Belém (19). Informações infundadas. Reina completa calma na cidade. Grupo firme ao seu lado. J. Arruda e Silva. Cmt. Int. 4º GAC.

Aviso nº quatro – Tenente Arruda – Óbidos (19). Como reina calma aí se guarda sanitário Leônidas chegou a Santarém fugido noticiando prisão de prefeito e oficiais e soldadesca revoltada? Ante dubiedade de informações, sou forçado a mandar Floriano até aí e, ao mesmo tempo, seguirá força policial que organizo para baixar o Sul, obrigada agora a alterar destino. Major Barata.<sup>271</sup>

Tão logo assumiram o comando da situação, os rebeldes procuraram acalmar os moradores por meio de manifesto distribuídos nas ruas da cidade. No boletim “Ao povo de Óbidos”, escrito e assinado pelo coronel Pompa, revisto por Demócrito Noronha e impresso na gráfica do jornal “Cinco de Julho”, o comandante expôs o objetivo da revolta:

#### **Ao povo de Óbidos**

O Coronel Pompa, comandante das tropas reevolucionárias de Óbidos, comissionado e enviado especial do Sr. general Bertholdo Klinger, comandante-em-chefe do Exército Brasileiro Constitucionalista, lançando o presente boletim ao povo desta cidade, com a franqueza e a lealdade própria do soldado que coloca honrarias e postos sob os pés para olhar a encarar a defesa e integridade das Pátria, sente-se

---

*1932: Imagens construindo a história.* Campinas: Unicamp, 1998; DEL PICCHIA, Menotti. *A revolução paulista. São Paulo: 1932*; ELLIS JUNIOR, Alfredo. *A nossa guerra.* São Paulo: Piratininga, 1932; VILLA, Marco Antonio. *1932: imagens de uma revolução.* São Paulo: Imprensa Oficial, 2010; SANTOS, Marcos C., MOTA, André. *São Paulo 1932: memória, mito e identidade.* São Paulo: Alameda, 2010; SOUZA, José Inácio M. *O estado contra os meios de comunicação (1889-1945).* São Paulo: Fapesp, 2003; LADEIRA, César. *Acabaram de ouvir...* São Paulo: Nacional, 1933; BEZERRA, Holien Gonçalves. *O jogo do poder: revolução paulista de 32.* São Paulo: Moderna, 1989.

<sup>270</sup> O jornal chamava-se “Cinco de Julho”, tinha gráfica própria e pertencia ao professor José Tostes, autor de todo material redacional publicado. Lamentavelmente não foi encontrado, durante a realização da pesquisa documental, nenhum exemplar deste periódico.

<sup>271</sup> Documentação do Arquivo da *Amazon Telegraph* juntada ao Inquérito Policial-militar. DE, p. A18. AHEx.

orgulhoso em dizer que o movimento ora levantado neste rincão belíssimo do Amazonas, está vitorioso porque não só conta com a adesão incondicional de toda a maioria da armada Nacional e Exército Brasileiro, como também, não se trata de um movimento político, porquanto, mais alto que a política, mais alto que o interesse do mando, mais alto que o desejo de perpetuidade nos cargos públicos – fala pela boca do são patriotismo a necessidade do País voltar ao REGIME DA LEI.

E voltará! Apenas, calma, reflexão e ponderação pedimos e aconselhamos ao povo desta boa e hospitaleira terra.

Esteja o povo tranquilo que tudo há de ser resolvido dentro das melhores maneiras, sem estrépitos inúteis e sem fuzilaria desnecessária.

O povo que se congregue, o povo que se levante e o povo que venha lutar pela constitucionalização do País para salvar a honra deste Brasil amado e desta Pátria querida!

Avante, Brasileiros, que à frente desta luta sacrossanta e digna, estão brasileiros civis e militares, de envergadura moral invejável, de caráter ímpoluto e de honra intangível!

Pra frente!

CEL. POMPA.<sup>272</sup>

Distribuídas pelos soldados nas ruas e domicílios, as trezentas cópias impressas do boletim certamente não chegaram à casa de muitos, mas, pode-se imaginar, a ampla circulação em função do alcance que a questão suscitava para a vida dos moradores, afinal, ainda estavam bastante vivos na memória deles os acontecimentos da revolução de 1924 com seu bombardeio aéreo.

No boletim, Pompa comunica que o objetivo do movimento é o retorno do país ao regime da lei. Apresenta-se como emissário de um general constitucionalista, Bertholdo Klinger, cujo nome certamente souou estranho à maioria dos moradores. Diz que tudo vai ser resolvido sem fuzilaria desnecessária, deixando implícita a possibilidade de haver, numa leitura a contrapelo, alguma fuzilaria, digamos, “necessária”. A leitura deste primeiro boletim resultou não em apoio que Pompa esperava, mas na fuga em massa dos moradores.

Quase oitenta anos depois, o memorialista Ademar do Amaral narrou o episódio da fuga de sua família. Seu avô, José Cardoso Ayres, proprietário da farmácia Esculápio, aproveitando a presença de Pompa no estabelecimento, onde requisitava remédios, negociou a retirada da família, alegando que a esposa estava muito nervosa temendo algum bombardeio da cidade por parte das tropas legalistas, como ocorrera em 1924. Pretendia atravessar o Amazonas e levá-la para a fazenda do compadre Álvaro Pinto, na chamada costa fronteira de Óbidos. Pompa aquiesceu e recomendou que

---

<sup>272</sup> Boletim anexado ao Inquérito DE, p A13. AHEx.

atravessassem o Amazonas levando um pano vermelho na popa da canoa, evitando ser alvo dos canhões da Serra da Escama.<sup>273</sup>

Muitas famílias obidenses embrenharam-se em sítios e fazendas do interior de Óbidos e de localidades vizinhas, mas a maioria buscou refúgio na vila de Oriximiná, então um grande empório comercial, localizado à margem esquerda do rio Trombetas, a 85 quilômetros da cidade rebelada. Os padres franciscanos registraram, no Livro de Crônicas, que um grande número de famílias, antes da fuga apressada, confiou seus bens à Igreja, enchendo o porão da casa dos padres de gêneros como máquina de escrever, bicicletas, malas, baús, roupas, livros etc. Eram famílias que tinham como certa a inviolabilidade da igreja, podendo partir tranquilos porque seus bens estariam garantidos até que tudo voltasse à normalidade. No entanto, os próprios franciscanos não tinham esta certeza. Uma curiosa observação mostra que o desespero também se instalou entre eles:

No dia 19 de agosto, reverendíssimo frei Eustáchio, medroso como é, embarcou numa canoa, com cinco irmãs religiosas, quatro alunos internos e duas empregadas do Colégio São José e mais um menino, nosso interno, para refugiar-se na fazenda da Matriz, no Paraná de Cima, aonde chegaram à madrugada do dia seguinte. Os padres frei Victor e frei Ricardo ficaram na cidade, passando os dias entre fome e estrondos de canhões, preparando eles mesmos as refeições, que constavam, nos primeiros dias, de café, bolacha, arroz e mingau. Só!<sup>274</sup>

As autoridades locais, depostas de seus cargos, também rumaram em direção ao interior. O primeiro a partir foi o delegado Hermínio Dinelly. No dia seguinte, partiu o prefeito Ignácio Freire. Restaram o promotor e o juiz, mais somente por algumas horas. Assim que foi informado sobre a revolta, o promotor Climério Machado de Mendonça foi à casa do juiz Abdias de Arruda discutir que atitude tomar. Decidiram suspender os trabalhos no Fórum por falta de segurança. Logo em seguida, Abdias de Arruda recebeu cópia do decreto nº 4, assinado por Pompa, suspendendo os trabalhos forenses, reconhecendo a ausência de clientela e de funcionários forenses.<sup>275</sup>

No final da manhã do dia 18, o promotor público foi preso pelo dentista Egydio Penalber, já investido no cargo de delegado de polícia, e por duas praças, todos portando fuzis a tiracolo, no mercado da cidade. Conduzido ao quartel, ele testemunhou a prisão do comissário de polícia, Antonio Rodrigues das Neves. Climério ficou detido

---

<sup>273</sup> AMARAL, Ademar Ayres. *Catalinas e casarões*. Belém, 2009, p. 156.

<sup>274</sup> Livro de *Crônicas do Convento de Óbidos*, ano 1932, pp. 53-4.

<sup>275</sup> Decreto nº 4, Comando da Força Constitucionalista no Norte. Inquérito DE, p. A144. AHEx.

por duas horas até receber ordem para manter-se em prisão domiciliar. No dia 19, à noite, fugiu com a família em lancha lotada para Oriximiná.<sup>276</sup>, mesmo destino do juiz Abdias de Arruda, que justificou a saída da cidade como uma forma de defender a integridade da família.<sup>277</sup>

## 2.8. As requisições no comércio

Com um efetivo que foi se expandindo rapidamente, até duplicar de tamanho em três dias, algumas questões se impuseram ao comando, relativas às necessidades materiais da tropa. Enquanto os oficiais revolucionários tinham autorização para almoçar e pernoitar em suas casas, a maior parte da tropa foi mantida, sob severa vigilância, confinada em alojamentos do quartel, forte velho e Defesa Gurjão, improvisando-se cabanas quando necessário. Os rebeldes precisavam de uniformes, calçados, alimentação, armas, medicamentos, redes, cobertores, toalhas, lençóis, material de higiene etc. Evidentemente, o almoxarifado do quartel tinha alguma provisão, mas não o suficiente para aquela situação de extrema excepcionalidade. Nem havia numerário para comprar o necessário, como ocorreu em 1924, quando os tenentes do Amazonas chegaram com dinheiro suficiente para pagar todas as despesas.<sup>278</sup>

O problema seria resolvido por meio de requisições. Pompa nomeou o 2º tenente comissionado Thiago Sarraf para o posto de contador, cabendo-lhe organizar as requisições de gêneros alimentícios e mercadorias. Ao secretário-geral Demócrito Noronha, Pompa determinou encarregar-se das requisições em dinheiro, combinando que deveriam ser feitas por escrito, em documento com assinatura de ambos, conforme modelo padronizado.

O dinheiro seria arrecadado das repartições públicas, mas, como a arrecadação municipal era pequena, os rebeldes apelaram para a categoria urbana que concentrava o maior volume de capital, os comerciantes. Eles seriam duplamente extorquidos, haja vista também serem alvos das requisições de gêneros alimentícios e mercadorias. Para

---

<sup>276</sup> Auto de perguntas a Climério de Mendonça. Inquérito DPAAM, pp. A470-1. AHEx.

<sup>277</sup> Auto de perguntas ao juiz Abdias de Arruda. Inquérito DPAAM, p. A355. AHEx.

<sup>278</sup> Segundo depoimento de Demócrito Noronha, os 10 contos de réis que Pompa recebeu de João Neves da Fontoura foram consumidos nas viagens do comandante rebelde, que lhe revelou já ter gasto mais 25 contos, provenientes da venda de um carro na cidade de Juazeiro. Inquérito DPAAM, p. B240. Sobre o dinheiro dos tenentes rebeldes de 1924, ver entrevista de Magalhães Barata ao jornal *Folha do Norte*, 30 de agosto de 1932, p. 1.

esclarecer os objetivos da revolta aos comerciantes e dar início à coleta de dinheiro, Archimedes Lalôr intimou os 25 principais comerciantes para reunião, às 14 horas, do dia 18, na Prefeitura Municipal.<sup>279</sup>

Na década de 1930, os comerciantes de Óbidos faziam parte do conjunto de correntes migratórias que se dirigiram para a Amazônia, tendo como principal motivação a busca pelas apregoadas riquezas decorrentes da exploração da borracha. São, principalmente, judeus e italianos. Os judeus, presentes na Amazônia desde o início do século XIX, penetraram o interior em batelões, como mascates ou a serviço de casas aviadoras de Belém. Entre os pioneiros no Baixo Amazonas, estavam os comerciantes Chocron, Cohen e Israel que, juntamente com outros vindos depois, ampliaram os negócios, estabeleceram família, fincaram raízes, fundiram culturas, construíram sinagoga e fundaram um cemitério próprio.<sup>280</sup> Os italianos também se inserem neste conjunto de imigrantes. O pioneiro chamou-se Giovani Mileo, oriundo da região da Basilicata, sul da Itália, que aportou em Óbidos em 1879. Em 1905, o viajante Gregório Ronca comentou ter encontrado na cidade 66 italianos, quase todos aparentados com os Calderaro, de Santarém.<sup>281</sup>

Todos os comerciantes compareceram à reunião, à exceção do sírio Bechara Mattar, proprietário da “Casa Hage”, ausente da cidade, mas representado pelo caixeiro Pedro Bentes Marinho. Lalôr e Demócrito comunicaram que o quartel de Óbidos, “solidário com a causa constitucionalista que empolgava o Sul”, estava sublevado, contando com “apoio de grande parcela da sociedade local”. Segundo notícias recebidas de São Paulo, disseram que “os constitucionalistas estavam levando ampla vantagem no campo de luta, não demorando a derrota da ditadura que oprime o povo brasileiro”. Sobre a reunião especificamente, informaram que a convocação se devia ao fato de o movimento “não dispor de numerário, precisando contar com apoio de todos os presentes”. Nada queriam para si, mas “apenas para o sustento da tropa, cujos salários estavam atrasados há dois meses”. Demócrito disse ainda que “tão logo o Governo Provisório fosse substituído pelo regime das leis, os comerciantes seriam regiamente recompensados”. Para deixar patente a seriedade do movimento, o secretário-geral das

---

<sup>279</sup> Auto de perguntas a Demócrito Noronha. Inquérito IPMPA, p. A582. AHEx.

<sup>280</sup> BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia, formação social e cultural*. 2009, p. 322.

<sup>281</sup> EMMI, Marília Ferreira. *Italianos na Amazônia: pioneirismo econômico e identidade*. 2008, p. 200.

forças revolucionárias apresentou o modelo de requisição, afirmando que todas as contribuições seriam documentadas para efeito de ressarcimento.<sup>282</sup>

Os esclarecimentos de Lalôr e Demócrito, que teriam por base telegramas enviados de São Paulo, sugerem a manipulação de informações de que foram vítimas não só os comerciantes, mas também os próprios rebeldes. Ao contrário do que ambos relataram em relação ao sucesso das tropas paulistas, o historiador paulista Hêrnani Donato informa que, quando se levantou a guarnição do 4º GAC, “já se podia aceitar a derrota militar dos paulistas”.<sup>283</sup> Stanley Hilton observa que, àquela altura, São Paulo mantinha atitude defensiva e frouxa ação combativa. Além do isolamento e bloqueio impostos pelas frentes do Exército, as possibilidades de toda sorte eram muitíssimas inferiores às do governo provisório.<sup>284</sup>

A princípio, pode-se apreender deste quadro que os paulistas usassem o telégrafo para transmissões otimistas aos constitucionalistas do Baixo-Amazonas seguindo a estratégia de manter “a exaltação e o entusiasmo” no ânimo rebelde, mas não encontramos nenhuma cópia de telegrama transmitido de São Paulo para Óbidos na documentação fornecida pela *The Amazon Telegraph Company Limited* à 8ª RM. Assim, Pompa pode ter fraudado documentos e mensagens, recurso, aliás, já empregado anteriormente, e que utilizará outras vezes, como se verá adiante. Demócrito Noronha confirmou a fraude em depoimento à delegacia de Polícia Marítima do Amazonas, alegando que ele e os demais rebeldes foram enganados por Pompa com “documentos e telegramas que se pode dizer serem falsos”.<sup>285</sup>

O comerciante Caetano Calderaro de Alejandro, um italiano de 34 anos, sócio da firma Calderaro Miléo & Companhia, proprietária do estabelecimento “Loja do Povo”, situada na rua Dr. Machado, nº 2, fez o seguinte relato da reunião na Prefeitura:

Que, atendendo à convocação, o respondente compareceu à Prefeitura, em companhia de muitos de seus colegas, onde Archimedes Lalôr declarou que Quarto Grupo se havia revoltado; que ele era um dos revoltosos e nesse caráter tinha deposto o prefeito Ignácio Freire e assumido as funções do cargo, explicando que como a revolução não contasse com meios pecuniários para levar a efeito o seu objetivo, apelava para o comércio, a fim de auxiliar esse movimento, na medida das

---

<sup>282</sup> Reconstituição a partir de anotações de Felizberto de Campos Bentes, tesoureiro da Prefeitura de Óbidos. Livro de registro de reuniões, 1932-1933, p. 86. Arquivo Prefeitura Municipal de Óbidos.

<sup>283</sup> DONATO, Hernâni, *op. cit.*, 2002, p. 122.

<sup>284</sup> HILTON, Stanley, *op. cit.*, 1982, p. 139.

<sup>285</sup> Auto de perguntas a Demócrito Noronha. Inquérito DPAAM, p. B240. AHEx.

forças de cada um, isto por não pretenderem os revoltosos usar de meios violentos.<sup>286</sup>

Percebe-se, no discurso recriado por Calderaro, a preocupação inicial do comando rebelde em não impor aos comerciantes um valor previamente estabelecido, tornando a doação um gesto quase espontâneo, posto que de acordo com as possibilidades de cada um. No entanto, era preciso deixar claro que, caso decidissem não contribuir, poderiam ser alvo de violência física. Calderaro, porém, não temeu tanto a ameaça, mas a possibilidade de incorrer em prejuízo. Por isso resolveu assinar uma lista que lhe foi apresentada por Demócrito Noronha com a importância de 1 conto de réis, considerando encerrado a questão.

Neste mesmo dia, o secretário geral da força revolucionária passou no comércio recolhendo a doação dos comerciantes, que somou dois contos e 570 mil réis, quantia abaixo da expectativa dos insurretos. Diante do malogro, o comando rebelde decidiu impor aos comerciantes as requisições de gêneros alimentícios e mercadorias diversas, arrecadando, ao final da revolta, 42 contos, 494 mil réis em produtos diversos, o equivalente a duas folhas de vencimentos do efetivo do 4º GAC.<sup>287</sup>

Na tarde do dia 18, escoltado por guarnição, ao lado do capitão comissionado Alves da Cunha, Athenógenes Pompa esteve no comércio intimando os comerciantes a entregarem todo o estoque de armas e munições que havia nas lojas. O italiano Manfredo Pirrongelli, sócio da firma Rossi e Pirrongeli, assim descreveu o encontro:

Que depois de intimar o respondente a doar armas e munições ao movimento, Pompa disse que necessitava de uma peça de fazenda cáqui para uniformes e três pares de sapatos; que as mercadorias deveriam ser entregues mais tarde, quando mandasse a devida requisição. No dia seguinte, um caminhão parou na frente do estabelecimento, já conduzindo uma boa quantidade de artigos confiscados de outras lojas. Seis praças armadas entraram e ordenaram que entregasse a encomenda, sem que apresentassem a requisição, ficando o respondente com um prejuízo de 273 mil réis.<sup>288</sup>

A ausência de requisição escrita, como no caso acima, torna o cálculo do montante requisitado impreciso, seguramente acima do apresentado no relatório da IPMP. Bechara Mattar, então um jovem comerciante de 21 anos, fornecedor de gêneros

---

<sup>286</sup> Auto de perguntas a Caetano Calderaro de Alejandro. Inquérito IPMPA, pp. B322-3. AHEx.

<sup>287</sup> Inquérito IPMPA, p. A 633. AHEx. A comparação com a folha de vencimento do 4º GAC tomou como base o valor de 23 contos, 722 mil e 3000 réis, referente ao pagamento do mês de abril de 1932. Boletim Regimental nº 80, de 4 de junho de 1932, p.308, caixa nº 1, armário nº 14, prateleira nº 1. Arquivo Quartel General 8ª RM.

<sup>288</sup> Auto de perguntas a Manfredo Pirrongelli. Inquérito IPMPA, p. A 348. AHEx.

alimentícios para o quartel, teria atendido o equivalente a oito contos, 43 mil e 800 réis. Diz não ter sofrido nenhuma violência à mão armada, mas reconhece ter havido abusos nas requisições.<sup>289</sup> Esses abusos dizem respeito às quantidades e à natureza de artigos confiscados. Abraham Fortunato Chocron contou que da sua firma, “Casa Paulista”, requisitou-se artigos sem nenhuma relação com o movimento sedicioso: fazendas finas, meias de seda, artigos de armarinho, sapatos femininos, caixas de whisky e vinho, grades de cervejas e guaraná, queijos, compotas. Disse o comerciante que seu prejuízo alcançou seis contos, 531 mil e 900 réis. Grande parte das mercadorias foi desviada para residências dos líderes rebeldes.<sup>290</sup> De fato, por meio de autos de busca e apreensão expedidos ao final do movimento, a polícia encontrou sacas de açúcar, feijão, café, arroz, sal, farinha e peças de fazenda e artigos de sapataria nas residências do capitão comissionado Alves da Cunha, do tenente médico Carlos Celestino e do civil Joaquim Lemos de Brito.<sup>291</sup> Os jornais de Belém deram destaque aos relatos do delegado especial do governo, Abel Chermont, enviado a Óbidos para proceder ao levantamento da situação. Tendo chegado ao fim da revolta, Chermont concluiu que o único objetivo dos rebeldes foi o de saquear o comércio e particulares, contribuindo, assim, para difundir a imagem de que o movimento não tinha objetivos políticos, como se verá no capítulo seguinte.

A coleta de dinheiro nas repartições públicas rendeu três contos, 580 mil réis. Dois particulares em especial foram compelidos a colaborar. O agente do Lloyd Brasileiro entregou 500 mil réis, enquanto o caixeiro-viajante Jayme Carvalho repassou nove contos de réis, dinheiro pertencente à firma A. E. Pinto Alves.<sup>292</sup> O total arrecadado, englobando dinheiro, mercadorias e gêneros alimentícios, somou 59 contos e 24 mil réis. O quadro abaixo traz a relação de comerciantes e de órgãos públicos, com as respectivas “doações” ao movimento (Fig. 10):

---

<sup>289</sup> Auto de perguntas a Bechara Mattar. *Idem*, p. B363. AHEx.

<sup>290</sup> Auto de perguntas a Fortunato Chocron. *Ibidem*, p. A414. AHEx.

<sup>291</sup> Autos de busca e apreensão. Inquérito DE, pp. A78-90. AHEx.

<sup>292</sup> Inquérito IPMPA, pp. A633-4. AHEx.

Figura 10 – Quadro de requisições no comércio e órgãos públicos de Óbidos

Calderaro Mileo & Cia (Loja do Povo)	1:000\$000
Augusto Fonseca Vidal (Casa Amazonas)	5:597\$800
Silvestre Savino (Casa Obidense)	2:269\$000
Nicolau Felizola (Casa Caporal)	782\$000
Rossi Pirrongelli (Casa Santa Maria)	273\$000
João Priante (Casa Renascente)	2:921\$900
Samuel Choen (Casa Alegria)	3:147\$600
Alfredo J. Costa (Casa Fé e Esperança)	1:000\$000
Bechara Mattar (Casa Hage)	8:043\$800
José Cardoso Ayres (Farmácia Esculápio)	2:482\$000
Antonio Gaetani	100\$000
Ambrosio Imbelloni (Casa Onça)	160\$000
Paschoal Savino (Casa Ídolo Brasileiro)	190\$000
Abraham F. Chocron (Casa Paulista)	6:531\$900
Euclides Torres da Silva	50\$000
Rubens Bastos & Irmãos (Casa Sempre Viva)	300\$000
Victorino A. Carvalho (localidade São Jorge)	300\$000
Elvira Barros	50\$000
José Florenzano (localidade Boca do Muratuba)	114\$000
Yamtob Hamoy (Firma Y. Hamoy)	6:619\$000
Jayme Ricciardi (Casa Recreio, Juruty)	772\$000
Antonio Brito de Souza (marchante)	1:190\$000
Jacomo Calderaro (marchante)	900\$000
Felix Gomes do Rêgo (marchante)	900\$000
Coletoria Federal	1:200\$000
Mesa de Rendas Estadual	500\$000
Prefeitura Municipal	1:480\$000
Loyd Brasileiro	500\$000
Joaquim Alves de Carvalho (representante)	100\$000
Jayme Carvalho (Firma A. E. Pinto Alves)	9:000\$000
<b>Total</b>	<b>59:024\$000</b>

Fonte: Inquérito IPMPA, pp. A 633-4, AHEx

O caráter das doações e requisições de Óbidos não tem paralelo com a “Campanha do ouro para o bem de São Paulo”, que refletiu “a medida da sintonia dos paulistas com o ideal revolucionário”, no dizer de Hêrnani Donato. A campanha arrecadou quantias gigantescas, como por exemplo, 32.909 alianças de ouro e 9 mil contos de réis.<sup>293</sup> No entanto, não é possível afirmar, como fez o relator do inquérito da IPMP, terem sido “os comerciantes de Óbidos vítimas de extorsão à mão armada, em plena luz do dia”.<sup>294</sup> Este, pelo menos, não foi o entendimento dos próprios comerciantes, conforme os relatos a seguir, todos retirados de inquéritos:

<sup>293</sup> DONATO, Hêrnani, *op. cit.*, 2002, p. 109.

<sup>294</sup> Inquérito IPMPA, 1932-3, p A632. AHEx.

**Nicolau Filizola:** “que o respondente não foi obrigado a atender, à mão armada, essas requisições; que o depoente e sua família não foram desacatados por aqueles que fizeram parte desse movimento revolucionário”; **José Joaquim de Barros:** “que todas as requisições foram feitas ao respondente sem ameaça bruta de violência, entretanto, as praças quando iam à casa comercial do respondente se portavam de forma desrespeitosa e debochada”; **Manfredo Pirrongelli:** “que o respondente não sofreu violência alguma à mão armada por parte das pessoas que tomaram parte na revolta do Grupo”; **Abraham Chocron:** “que o respondente não sofreu nenhuma violência física, salvo do prejuízo já referido”.

Se não foram submetidos à violência física e sabendo que os rebeldes não dispunham de dinheiro para pagar as requisições, cabe perguntar por que os comerciantes não fecharam os estabelecimentos e fugiram junto com suas famílias para o interior? Para o relator do inquérito da 8ª RM, eles “ficaram de braços cruzados e indiferentes esperando ver de que lado pendia o prato da balança revolucionária”.<sup>295</sup> É possível que tenham acreditado na possibilidade de vitória da revolução constitucionalista, mas, pragmáticos como costumam ser os negociantes, acreditamos terem ficado na cidade para resguardar seus estabelecimentos de arrombamentos e depredações, como, aliás, aconteceu em São Paulo, conforme a narrativa de um oficial do Exército sobre a ação de um grupo rebelde na cidade de Buri:

Logo ao chegarem, as forças arrombaram e saquearam as casas comerciais (...) prosseguindo numa série interminável de assaltos à propriedade privada implantando o pânico e forçando o êxodo das famílias. (...) Por fim, as forças rebeldes paulistas não deixaram intacta uma só casa da cidade, tendo se excedido nestes saques a terceira e quarta companhias do Batalhão Patriótico Floriano Peixoto, ao ponto de serem inutilizados os livros das casas comerciais, arrombadas as gavetas e cofres, saqueadas as vitrinas e prateleiras e depósitos, deixando o comércio em situação de penúria e os particulares em estado de miséria (...)<sup>296</sup>

## 2.9. Navios de guerra: um imprevisto

Seguindo o roteiro combinado com os conspiradores do Amazonas, no final da tarde de 19 de agosto Pompa telegrafou para Manaus, comunicando aos sargentos

---

<sup>295</sup> Relatório do inquérito da 8ª RM, p. A209.

<sup>296</sup> ASSIS, Dilermando de. *Vitória ou derrota: campanha no setor sul de São Paulo*. São Paulo: Calvino Filho, 1936, p. 149.

Amorim, Nilo, Geminauá e Neves o sucesso da revolta em Óbidos. Estranhou o silêncio do outro lado. O telegrama não chegou aos destinatários. Àquela altura, os quatro sargentos estavam detidos na Casa de Correção do Amazonas, denunciados pelo 2º sargento Gaspar Celestino da Silva, que revelou ao comandante do 27º BC o plano de sublevação articulado por Pompa, em reunião na residência de Nilo Barroso, da qual tomou parte.<sup>297</sup>

Interceptado pelo comando do 27º BC, o telegrama de Pompa foi levado ao conhecimento do interventor interino do Amazonas, Waldemar Pedrosa. Agindo rapidamente, Pedrosa ordenou o regresso imediato do paquete “*Baependy*”, do Loyd Brasileiro, que conduzia um contingente de soldados ao *front* em São Paulo. Temia a apreensão do navio e da tropa pelos rebeldes no estreito de Óbidos.<sup>298</sup> Em Belém, Magalhães Barata, após reunir com o comandante da 8ª RM, coronel Randolpho Guasquer, decidiu enviar tropas para o Baixo Amzonas a bordo do Couraçado “Floriano” e do navio “Tenente Portela”.<sup>299</sup> Por telegrama, Guasquer tentou intimar os rebeldes à rendição. Pompa respondeu concitando o Exército a aderir ao movimento ou, caso contrário, rechaçá-lo à bala:

Aviso nº sete – coronel Guasquer – Belém. Não podemos atender telegramas e nem receber ordens, porquanto o Forte desta cidade acha-se em poder das forças do General Beltholdo Klinger, comandadas pelo coronel Pompa. Salvo se os colegas daí queiram nos acompanhar nesta jornada vitoriosa, como fez a oficialidade deste forte, solidária com a nossa atitude, com exceção do comandante Arruda. Estaremos por aqui pronto para recebê-los amigavelmente ou à bala.

Coronel Pompa.<sup>300</sup>

Preocupado com a possível repercussão negativa da prisão dos conspiradores do Amazonas sobre o ânimo dos rebeldes, Pompa optou por guardar segredo sobre o ocorrido. Em reunião com o seu Estado-Maior, leu um falso telegrama, informando que o 27º BC havia se rebelado, mas que, devido à falta de navios no porto de Manaus, os rebeldes estavam impossibilitados de se deslocar a Óbidos. Urgia, então, o envio de uma expedição ao Amazonas para trazê-los.<sup>301</sup> Naquela noite, às 21h32, Pompa enviou ultimato ao interventor do Amazonas, concitando-o à rendição nos seguintes termos:

---

<sup>297</sup> Auto de perguntas a Gaspar Celestino. Inquérito DPAAM, pp. A 196-B197. AHEx.

<sup>298</sup> Nota Oficial do interventor federal interino do Amazonas, Waldemar Pedrosa. *Diário Oficial do Estado do Amazonas*, 20 de agosto de 1932, p. 1.

<sup>299</sup> *O Estado do Pará*. 25 de agosto de 1932, p.1.

<sup>300</sup> Documentos fornecidos pela *Amazon Telegraph*. Inquérito DE, p. A18. AHEx.

<sup>301</sup> Auto de perguntas a Demócrito Noronha. Inquérito IPMPA, p. B584. AHEx.

Interventor Dr. Pedrosa – Manaus (19) – o cel. Pompa, emissário do general Bertholdo Klinger, intima este governo a se render ao Forte de Óbidos que já se acha em seu poder há dois dias, ocupado pelas forças do referido general e, se, assim acontecer, evita-o enviar as embarcações completamente aparelhadas com ordens terminantes para bombardeio dessa capital. Será conveniente que S. Exc. evite esta sangrenta medida, porque as ordens que executa são enérgicas.

Cel. Pompa.<sup>302</sup>

Ao interventor Magalhães Barata, Pompa não propôs rendição; comunicou o falso envio de uma esquadra fortemente armada, pronta para bombardear Belém, alvo da conquista dos constitucionalistas:

Interventor Magalhães Barata – Belém (19) – O cel. Pompa, emissário do general Bertholdo Klinger, avisa que segue em busca dessa capital com 4 embarcações completamente aparelhadas para bombardeá-la e, como nosso estoque de forças é elevadíssimo pela adesão do 27º BC, resolveu remeter 800 homens, a fim de auxiliar as baterias.

Cel. Pompa.<sup>303</sup>

Os oitocentos homens e as embarcações completamente aparelhadas eram apenas parte da estratégia de intimidação ao adversário. Até aquele momento, a força sob o comando de Pompa não passava de duas centenas de homens, mal armados e sem nenhuma embarcação para deslocamento. Óbidos, cidade ribeirinha, na época da revolta, só podia ser acessada por embarcações. Tal característica geográfica definiu a forma de luta travada pelos rebeldes: a batalha naval. A revolta do Baixo Amazonas se revestiu, assim, desta peculiaridade toda especial: foi o único combate naval dos 64 registrados durante a *Revolução* Constitucionalista.

Como observa Saint-Pierre, cada guerra se submete às leis que derivam da natureza política dos sujeitos bélicos e, ainda, àquelas decorrentes das características geográficas, climáticas, culturais e históricas que são originais de cada conflito.<sup>304</sup> Assim, os rebeldes necessitavam de uma força naval para alcançar o objetivo proposto. Mas as embarcações que aportavam em Óbidos eram navios de passageiros e cargueiros, movidos a vapor, inadequados para a guerra. Havia, portanto, que se improvisar.

A primeira embarcação a atracar no porto durante a *Revolta* Constitucionalista chegou na madrugada do dia 18, o salineiro “Jaguaribe”, pertencente à Companhia

---

<sup>302</sup> Telegrama de Pompa ao interventor do Amazonas. Arquivo *The Amazon Telegraph Company, Limited*. Inquérito DPA, p. A211. AHEx.

<sup>303</sup> *Folha do Norte*, 28 de agosto de 1932, p. 1.

<sup>304</sup> SAINT-PIERRE, Héctor Luis, *op. cit.*, 1999, p. 163.

Comércio e Navegação. Era um antigo navio inglês, construído em 1882, já com 50 anos de serviços à marinha mercante. Tinha capacidade para 2.800 toneladas brutas e 1.002 líquidas. Seu comandante era um velho capitão de longo curso, Anibal de Barros Soutinho, e a guarnição, composta por 42 tripulantes. Assim que o “Jaguaribe” atracou, foi tomado pela Força Constitucionalista.<sup>305</sup>

A segunda embarcação, o “Andirá”, chegou na tarde do dia 19, vinda de Porto Velho, trazendo passageiros com destino a Belém. Sua guarnição era formada por 37 tripulantes, sob o comando de James Ferreira de Lemos. Menor e mais veloz, o navio fora construído em Glasgow, Escócia, em 1906. Pertencia à Companhia de Navegação do Amazonas, tinha 130 pés de comprimento, 28 de largura, oito de pontal e capacidade para 340 toneladas brutas e 212 líquidas.<sup>306</sup> A tripulação foi surpreendida por uma guarnição militar, comandada por Pompa, que comunicou o aprisionamento quando a embarcação estava fundeada no meio do estreito, aguardando vaga para atracação no porto. Os tripulantes, impedidos de descerem, ficaram confinados a bordo, de onde observaram a agitação incomum dos soldados nas ruas próximas ao porto. O farmacêutico do “Andirá”, Lindolfo Borges Souto Maior, disse ter assistido, dia e noite, ao saque levado a efeito na cidade pelos rebeldes, assim como o êxodo desesperado da população para o interior em pequenas embarcações.<sup>307</sup>

No dia 20, o práctico Agenor Figueiredo Nunes surpreendeu a tripulação do “Andirá” ao aderir à rebelião, apresentando-se ao comando da Força Constitucionalista, sendo comissionado cabo e designado ordenança do delegado de Polícia Egidio Penalber.<sup>308</sup> Na tarde do dia 19, o navio deixou o porto, em direção ao Lago Mamauru, 17 quilômetros a oeste de Óbidos, onde os rebeldes instalaram um canhão Armstrong, retirado do Forte Velho. A operação tornou o Mamauru uma sentinela avançada, pronta para abrir fogo contra vasos de guerra vindos de Belém.<sup>309</sup>

A notícia da apreensão dos navios fez com que as companhias de navegação ordenassem o regresso imediato a Belém de quatro vapores em trânsito para o Baixo

---

<sup>305</sup> *O Estado do Pará*, 25 de agosto de 1932, p. 1.

<sup>306</sup> *Idem.*

<sup>307</sup> *O Estado do Pará*, 2 de setembro de 1932, p. 3.

<sup>308</sup> *Idem.*

<sup>309</sup> Auto de perguntas a Francisco Rodrigues Pinto. Inquérito 8ª RM, p. B116. AHEx.

Amazonas.<sup>310</sup> Sem outros navios, o comando rebelde autorizou, então, a apreensão de lanchas, as quais, na década de 30, estavam longe das atuais “voadeiras” usadas em passeio e esportes náuticos, mas “verdadeiras miniaturas de navio, tipo rebocador, alimentadas à lenha, sempre trazendo ao lado o indispensável batelão, onde viajavam passageiros e se transportava carga”.<sup>311</sup> Mais ágeis, foram incorporadas à “armada constitucionalista” as lanchas “Diana”, “Remus” e “Santa Cruz”.

O velho “Jaguaribe”, improvisado em vaso de guerra, recebeu quatro antigos canhões Krupp, de 75 mm, retirados do Forte Velho, levados em carretas, com muita dificuldade pelas ladeiras íngremes da cidade. O comandante do vapor protestou, alegando a inadequação e a longa idade da embarcação, com máquinas e caldeiras defeituosas.<sup>312</sup> Pompa mandou que se fizesse um teste com pólvora seca. O navio tremeu ante o disparo do canhão, mas resistiu. Então, ordenou ao tenente comissionado Euclides examinar as máquinas. Euclides reconheceu as condições precárias do vapor, mas, como havia navegado de Santos a Óbidos, certamente poderia chegar a Manaus.<sup>313</sup>

## 2.10. A Batalha Naval de Itacoatiara

Enquanto os recém-incorporados na Força Constitucionalista recebiam lições rudimentares e apressadas sobre o uso de velhos fuzis Mauser, calibre 7 mm, a deficiente estação radiotelegráfica do quartel captou informação, na tarde do dia 19, dando conta da presença do vapor “Ingá” no porto de Parintins. Imediatamente Pompa ordenou a partida de expedição com objetivo de fazer a apreensão do navio. O prefeito constitucionalista Archimedes Lalôr foi designado para comandar a expedição, tendo como imediato o tenente comissionado Sotero Pereira. Quatorze praças formaram o destacamento que partiu na lancha “Diana” à meia noite, com instruções para depor as autoridades e arrecadar dinheiro das localidades por onde passasse. Antes da partida,

---

<sup>310</sup> Receberam ordem de regresso os seguintes navios: “Lobão”, da firma Ferreira de Oliveira & Sobrinhos; “Tejo”, da Nicolau da Costa & Cia Ltda; “Santa Maria”, da A. Monteiro da Silva; “Sapucaia”, da Companhia do Amazonas. *Folha do Norte*, 22 de agosto de 1932, p. 2.

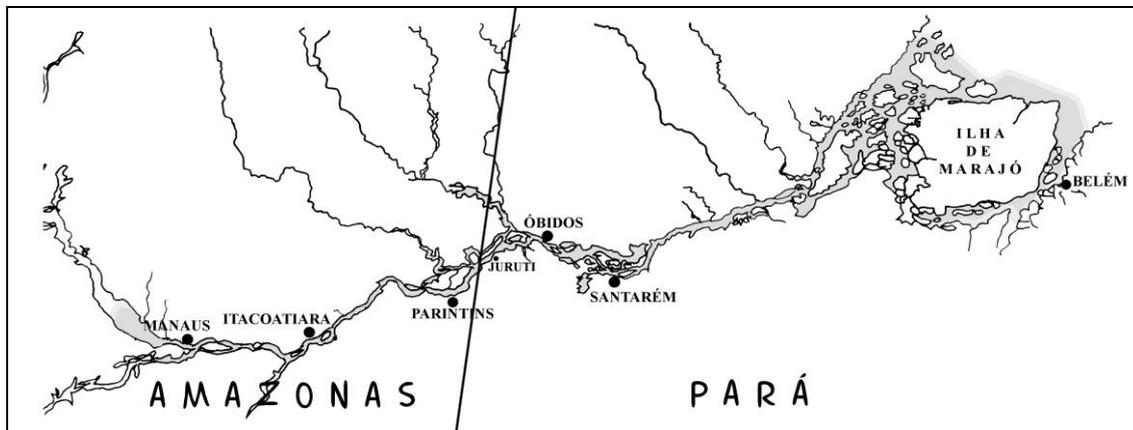
<sup>311</sup> GUIMARÃES, Ildfonso, op. cit., 2004, p. 100.

<sup>312</sup> Auto de perguntas ao maquinista do “Jaguaribe” José Severiano Pedroso. Inquérito DPAAM, p. A220. AHEX.

<sup>313</sup> Auto de perguntas a Athenógenes Pompa de Oliveira. Inquérito 8ª RM, p. B10. AHEX.

Pompa comissionou Lalôr no posto de capitão da reserva naval.<sup>314</sup> Subindo o rio Amazonas, os rebeldes aportaram, ao meio dia, no distrito de Juruti, pequena localidade paraense quase no limite com o Estado do Amazonas (Fig. 10).

Figura 11 – As cidades da calha do rio Amazonas envolvidas na *Revolta Constitucionalista*.



Fonte: Paul Le Cointe, 1910, Comissão Brasileira Demarcadora de Limites.

Lá, não precisou de mais que três horas para depor o delegado territorial, nomear substituto e requisitar dinheiro da Delegacia Territorial, da Coletoria Estadual e dos comerciantes.<sup>315</sup> No mesmo dia, por volta das 20h, a expedição chegou a Santa Júlia, último posto fiscal do Pará, onde José Amado Marques, responsável pelo posto, foi intimado a entregar dinheiro e documentos.<sup>316</sup> A partir daí, os rebeldes adentraram águas amazonenses, o que fará o historiador amazonense Antonio Loureiro considerar os rebeldes “invasores” e a “invasão”, o “fenômeno político mais marcante ocorrido no Amazonas, no período de 1930 a 1935”.<sup>317</sup> Pouco antes da meia noite, a expedição chegou a Parintins<sup>318</sup>, já não encontrando o “Ingá” no porto. Lalôr depôs o prefeito Leopoldo Neves e o substituiu por Oswaldo Potiguar, um amazonense ligado ao

---

<sup>314</sup> Boletim nº 4 da Força Constitucionalista no Norte, 19 de agosto de 1932, inquérito IPMPA, p. 595. AHEx.

<sup>315</sup> Auto de perguntas a Américo Pereira de Lima. Inquérito DE, p. A21. AHEx.

<sup>316</sup> Auto de perguntas a José Amado Marques. Inquérito DE, p. B76. AHEx.

<sup>317</sup> LOUREIRO, Antonio. *Tempos de esperança*. 1994, p. 43.

<sup>318</sup> Parintins. Cidade do Amazonas, cuja origem remonta a 1796, como missão fundada na ilha de Tupinambarana. Em 1832, a localidade era oficialmente denominada Vila Nova da Rainha, topônimo depois mudado para Vila Bela da Imperatriz e, mais tarde, para Parintins.

regime da Primeira República, segundo Ildefonso Guimarães.<sup>319</sup> De Parintins, Lalôr telegrafou a Pompa comunicando o sucesso da ocupação:

Coronel Pompa – Óbidos (20) – Cidade calma com novas autoridades empossadas. Convoquei comerciantes para reunião, às seis horas, para requisitar dinheiro. Estou providenciando toda a sorte de gêneros, gasolina e munições. Estação telegráfica controlada e vigiada por praças embaladas. Vou sair para arrecadar dinheiro das repartições públicas. Voltarei ao telégrafo às 9 horas. Mande suas ordens.

Capitão Lalôr.<sup>320</sup>

No Amazonas, desde a interceptação do telegrama de Pompa pelo comando do 27º BC, as autoridades tomaram providências para a defesa da capital e das cidades de Parintins e Itacoatiara. Em Manaus, o interventor reforçou o patrulhamento do litoral e a vigilância dos prédios públicos. As luzes da orla foram mantidas desligadas. Nos quartéis, as praças entraram em prontidão, segundo informação do “Jornal do Comércio”. No dia 20, o Exército despachou duzentos soldados no navio “Baependi” para a defesa de Parintins e Itacoatiara<sup>321</sup>. Metade ficou em Itacoatiara. A outra metade seguiu para Parintins, àquela altura já ocupada pela expedição de Lalôr, mas regressou por ter encontrado os rebeldes no caminho.<sup>322</sup>

O sucesso da expedição de Lalôr estimulou Pompa a mandar seguir imediatamente para Manaus a força naval rebelde nas primeiras horas do dia 21. O “Jaguaribe”, artilhado com quatro canhões Krupp, partiu levando a artilharia com 50 homens, sob o comando do capitão comissionado Silvestre Fernandes dos Reis; o “Andirá” partiu com 31 fuzileiros, comandados pelo tenente comissionado Zoroastro Serrão Maia. As lanchas “Remus” e “Santa Cruz” partiram antes em trabalho de reconhecimento. O capitão comissionado Alves da Cunha foi designado comandante-em-chefe da expedição.<sup>323</sup>

Por decisão do Estado Maior, Pompa ficou em Óbidos, com o restante dos homens, garantindo o controle da cidade e organizando a defesa em caso de ataque

---

<sup>319</sup> GUIMARÃES, Ildefonso, *op.cit.*, p. 198.

<sup>320</sup> Arquivo da *Amazon Telegraph Company*. Inquérito 8º RM, p. B 23. AHEx.

<sup>321</sup> O primeiro núcleo de povoamento na região do atual município de Itacoatiara data de meados do século XVIII. Em 1759 a aldeia foi elevada a vila, com a denominação de Serpa. Em 1874, a vila de Serpa recebeu foros de cidade passando a denominar-se Itacoatiara. Depois de Manaus e Tefé, foi a primeira localidade amazonense a ter categoria de cidade. Cidades – Censo de 2010. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

<sup>322</sup> *Jornal do Commercio*, edições de 21 a 23 de agosto de 1932, p.1.

<sup>323</sup> Auto de perguntas a Zoroastro Maia. Inquérito DPAAM, p. A233. AHEx.

legalista.<sup>324</sup> Demócrito Noronha foi designado para representá-lo na expedição, seguindo a bordo do “Jaguaribe”. Ele questionou Pompa sobre a presença de canhões numa missão de paz. O líder rebelde alegou que “se devia à falta de confiança na palavra de um tenente do 27º BC, com quem conspirara em Manaus, o qual estaria bastante alcoolizado na ocasião”.<sup>325</sup>

Mantido preso, por segurança do movimento, no navio da companhia da qual era representante, Antonio Ferreira Vidal, da Companhia Comércio e Navegação, disse que recomendou ao primeiro maquinista, José Severiano Pedroso, inutilizar qualquer peça do “Jaguaribe” para retardar a viagem. O maquinista, no entanto, argumentou que só poderia fazê-lo utilizando talhadeira, com grande risco de ser descoberto pelos rebeldes. Combinaram, então, levar o navio em marcha lenta. A esquadra também enfrentou forte chuva na madrugada do dia 21. A lentidão e o pampeiro aborreceram o capitão Silvestre, que se referiu ao “Jaguaribe” como “esquife ambulante”.<sup>326</sup> Na manhã do dia 22, a força naval chegou a Parintins. Alves da Cunha telegrafou a Pompa:

Parintins (22) – coronel Pompa – Óbidos. Abraços. Todos nós chegamos agora, sem novidades. Infelizmente não me foi possível chegar mais cedo devido mal tempo. Estou legalizando requisição e atos do capitão Archimedes. Encontrei tudo em ordem. É admirável o valor deste oficial. Logo que fique desimpedido, seguirei imediatamente consumir missão que me foi confiada. Ficas certo que Manaus cairá dentro de poucos dias. Tropa tem se conduzido com galhardia, estou satisfeito.

Comandante capitão Alves Cunha.<sup>327</sup>

Archimedes Lalôr passou para bordo do “Jaguaribe” e assumiu o posto de chefe dos maquinistas. Na ocasião, entregou a Demócrito Noronha a quantia de dois contos e 450 mil réis, requisitados na expedição, além de um vale no valor de 30 mil réis em seu nome. Somado ao que levava consigo desde a partida, Demócrito tinha, agora, cinco contos e 400 mil réis, dinheiro que seria distribuído às praças, após o cumprimento da missão.<sup>328</sup>

Os rebeldes levaram para bordo do “Jaguaribe” o rádio da estação telegráfica de Parintins, gêneros e artigos requisitados no comércio local. Também recrutaram a força caboclos pescadores. Duas horas depois da partida em direção à Itacoatiara, a flotilha

---

<sup>324</sup> Auto de perguntas a Athenógenes Pompa de Oliveira. Inquérito 8ª RM, p. B10. AHEX.

<sup>325</sup> Auto de Perguntas a Demócrito Noronha. Inquérito IPMPA, p. A587-8. AHEX.

<sup>326</sup> Auto de perguntas a Antonio Ferreira Vidal. Inquérito DPAAM, p. B249. AHEX

<sup>327</sup> Arquivo da *Amazon Telegraph Company*. Inquérito 8ª RM, p. B23. AHEX

<sup>328</sup> Auto de perguntas a Demócrito Noronha. Inquérito IPMPA, p. A585. AHEX

fundeou em frente à fazenda Santo Agostinho. Os rebeldes requisitaram dois bois e autorizaram o desembarque do imediato do “Jaguaribe”, Francisco Bichão, com problema de saúde. Em caráter de urgência, a lancha “Remus” foi a Parintins, regressando com notícias da distribuição de quatro mil capacetes de aço às forças paulistas e sublevação de parte de Minas Gerais por Arthur Bernardes. As notícias foram recebidas com entusiasmo. Alves da Cunha pronunciou discurso exortando a tropa à vitória.<sup>329</sup> No porto São Raymundo, os navios abasteceram-se de lenha e seguiram até a ponta de baixo da ilha de Serpa, a cerca de 3 horas de Itacoatiara, onde a força naval pernitoiu.<sup>330</sup>

Por volta das 5 da manhã do dia 24, os rebeldes avistaram o vapor “Baependi” na margem oposta, próximo à Ilha de Serpa, vindo de Itacoatiara, transportando soldados para Parintins. Alves da Cunha mandou que se fizessem disparos de pólvora seca e enviou mensagem, via rádio, intimando o navio à rendição. Em manobra rápida, o “Baependi” fez um giro de 180° e retrocedeu no sentido de Manaus. A força rebelde seguiu no encalço, disparou mais três tiros de canhão, sem atingir o alvo.<sup>331</sup> O “Baependi”, um vapor apresado dos alemães, era um navio de passageiros pertencente ao Loyd Brasileiro, também inadequado para a marinha de guerra, porém, mais veloz e de maior envergadura do que os navios rebeldes. A perseguição continuou até Itacoatiara, com o “Baependi” escapando por trás da Ponta do Catalo<sup>332</sup>.

Às 11 horas, os rebeldes estacionaram em frente de Itacoatiara. Os canhões do “Jaguaribe” foram assestados em direção à cidade. Um tiro de pólvora seca de intimidação fez trazer a bordo o prefeito Gonzaga Pinheiro e o padre Joaquim Pereira, os quais comunicaram a decisão da guarnição do Exército acantonado na cidade em resistir. Uma longa conversação se estabeleceu entre as partes. O capitão Alves da Cunha enviou mensagem à população local responsabilizando o prefeito e o padre pelo

---

<sup>329</sup> Auto de perguntas a Lindolfo Borges Souto Maior. Inquérito DPAAM, p. A228. AHEX.

<sup>330</sup> *O Estado do Pará*, 2 de setembro de 1932, p. 2.

<sup>331</sup> Auto de perguntas a Joaquim Louchard, piloto do “Jaguaribe”. Inquérito DPAAM, p. A 215. AHEX.

<sup>332</sup> Há divergência sobre o nome dessa ponta. Há marítimos que a chamam Ponta do Catarro, como se encontra grafado em alguns depoimentos no inquérito da Delegacia Auxiliar do Amazonas; o imediato Romeu Carepa, ao desenhar um croqui da batalha para o jornal *Folha do Norte*, chamou-a de Ponta do Catalo, mesma denominação que lhe dá Paul Le Cointe, em mapa que desenhou (1910).

que pudesse ocorrer. A estes, deu ultimato de duas horas para organizarem a evacuação da cidade, caso contrário iniciariam o bombardeio.<sup>333</sup>

No entanto, antes de concluído o prazo, por trás da Ponta do Catalo, inesperadamente surgiu a flotilha do 27º BC formada por seis navios, capitaneados pelo “Baependi” e “Ingá”, tendo como comandante-em-chefe o capitão de fragata Alberto de Lemos Bastos, capitão dos Portos do Amazonas.<sup>334</sup> A tropa legalista, composta por 230 homens, portava metralhadoras Hotchkiss<sup>335</sup>.

Por volta das 12 horas, de 24 de agosto, em pleno rio Amazonas, ocorreu a chamada Batalha Naval de Itacoatiara. Navios mercantes, transformados em navios de guerra, posicionaram-se no teatro de operações. As “belonaves” constitucionalistas distanciaram-se da terra, com os rebeldes protegidos por trincheiras de sacas de sal. Os oitenta homens – a maioria constituída de soldados sem nenhuma experiência – aguardavam, nervosos, a aproximação do inimigo para disparar seus fuzis.<sup>336</sup>

Segundo Saint-Pierre, a estratégia determina a conduta na guerra, define as atitudes e o planejamento total das operações.<sup>337</sup> Pelo lado da flotilha legalista, o comandante Lemos Bastos já havia traçado a estratégia com vista abreviar o combate. Consistia em abalroar as embarcações rebeldes, tirando proveito da maior envergadura dos navios sob seu comando. Mas para tal era preciso forçar a aproximação, situação desconfortável diante de um inimigo armado de canhões. Lemos Bastos não se intimidou: avançou em direção aos revoltosos que revidaram com tiros de canhão. O jornal *Folha do Norte* narrou a tensão que se estabeleceu entre os legalistas ante os disparos:

Quando a primeira granada passou por cima do “Baependi” e foi rebentar a poucos metros, o prático foi ter com os outros oficiais, encontrando-os na 3ª classe, já munidos de salva-vidas. Os revoltosos visavam sempre o “Baependi” por ser o navio mais rápido e o que conduzia maior número de soldados.<sup>338</sup>

---

<sup>333</sup> *O Estado do Pará*, 2 de setembro de 1932, p. 2.

<sup>334</sup> LOUREIRO, Antonio, *op. cit.*, p. 45.

<sup>335</sup> A metralhadora Hotchkiss, calibre 7 mm, era uma arma de fabricação francesa, usada no Exército Brasileiro desde 1922 por influência da Missão Militar Francesa. Suas principais características eram: o peso leve que facilitava o manuseio, a rapidez de disparo, com capacidade para 500 tiros por minuto, o alcance máximo de 4.200 metros e a alimentação de 30 cartuchos.

<sup>336</sup> O fuzil Mauser, calibre 7 mm, era uma arma alemã, fabricada em 1908, utilizada pelo Exército Brasileiro e pelas tropas paulistas na Revolução Constitucionalista. Tinha por características a precisão de tiro, o alcance máximo de 4.000 metros e a alimentação de 5 cartuchos.

<sup>337</sup> SAINT-PIERRE. Héctor Luis, *op. cit.*, 1999, p. 161.

<sup>338</sup> *Folha do Norte*, 1 de setembro de 1932, p. 1.

Foram feitos outros quatro disparos, mas somente um deles atingiu o “Ingá”, no castelo de proa, sem, no entanto, causar maiores danos.<sup>339</sup> O problema não era só de pontaria, mas também de inadequação do “Jaguaribe” a navio de guerra. Sua elevada murada fazia os canhões apontarem para o alto, como observou o major do 27º BC Irvén Robert da Encarnação:

Oficial superior da Marinha, Lemos Bastos logo percebeu que os canhões dos rebeldes não ofereciam assim tão grande perigo para o nosso avanço, já por não contarem com atiradores experimentados em artilharia naval – o que era óbvio pela imperícia que demonstravam – já porque a situação de suas peças, em relação amurada do “Jaguaribe”, não ameaçava os pontos vitais de nossas embarcações; eles não tinham campo de tiro para nos atingir na linha dos porões ou do leme, onde qualquer rombo ou dano poderia promover a invasão de água ou desgovernar o navio.<sup>340</sup>

Não obstante os tiros de canhão, os legalistas forçaram a marcha, aproximando-se rapidamente, enquanto o “Jaguaribe” e o “Andirá” tentavam retroceder desesperadamente, para evitar o choque iminente. À distância de 300 metros, a fuzilaria se fez ouvir de parte a parte.<sup>341</sup> A maior envergadura dos navios legalistas dava-lhes a vantagem de maior visibilidade sobre os rebeldes. Lemos Bastos deu, então, ordem para as metralhadoras concentrarem fogo sobre a guarnição do canhão a boreste do “Jaguaribe”:

Pelo binóculo pude ver o cabo-apontador que estava de pé à direita da peça, de olho colado ao visor dar um salto e sair se batendo como galinha no torniquete quando uma bala o atingiu na altura do baixo-ventre. Aí, a confusão se espalhou entre o resto da guarnição; vi bem quando o servente de guarnição, encarregado da culatra da peça, deu um pulo para trás, largando o ferrão da contreira sobre o pé do contreirador, fazendo-o cair de bruços sobre o canhão. Então, o atirador e os dois municionadores abandonaram a peça, correndo adoidados pelo convés, até que uma rajada das nossas “hotchkiss” acabasse duma vez com a agonia deles.<sup>342</sup>

Eliminada a guarnição daquele canhão, as demais guarnições abandonaram suas peças devido à exposição das posições. Entrincheiraram-se por trás das sacas de sal, respondendo às rajadas de metralhadores com tiros seguidos de fuzis. O rebelde Francisco Matos Bentes, adolescente de 16 anos, descreveu a agonia dos rebeldes:

---

<sup>339</sup> Auto de perguntas a Joaquim Louchard. Inquérito DPAAM, p. B216. AHEx.

<sup>340</sup> Relato de Irvén da Conceição a Ildefonso Guimarães, anexado à documentação publicada em *Os dias recurvos*, 1984, p. 222.

<sup>341</sup> Auto de perguntas a Lindolfo Borges Souto Maior. Inquérito DPAAM, p. A228. AHEx.

<sup>342</sup> Relato de Irvén da Conceição. GUIMARÃES, Ildefonso, op. cit., p.222.

A fuzilaria varria o nosso convés estraçalhando tudo; lascando as portas dos camarotes e enchendo o ar de estilhaços de vidro das sanefas espatifadas. Nós nos abrigávamos nas trincheiras de sacas de sal trazidas do “Jaguaribe”. Mas aí, as metralhadoras inimigas foram costurando as sacas. Eles tinham a facilidade de acertar em nós, depois que se aproximaram a alcance de tiro. Tiraram vantagem do tamanho e da altura dos seus navios, principalmente em relação ao “Andirá”, um gaiolazinho de bosta!.Ai eu vi quando o sargento Sotero ficou estirado no meio do convés: uma rajada de metralhadora cortou ele pelo meio.<sup>343</sup>

Em meio ao fogo cerrado, o pescador Luiz Fernandes deitou-se no convés por trás de uma saca de sal e tentou disparar o fuzil sem saber como manuseá-lo. Saiu um tiro torto, que tirou lascas da cobertura do seu próprio navio. Foi neste instante que sentiu uma dor profunda na nádega e viu o sangue espalhando-se no convés: fora atingido por uma bala. Mais adiante, jaziam os corpos de Ildefonso Lavareda e Eduardo Rodrigues, amigos pescadores também recrutados em Parintins.<sup>344</sup>

Enquanto reagiam precariamente às rajadas disparadas dos navios legalistas, os rebeldes tinham que se proteger também dos tiros desferidos pela tropa do 27 B.C acantonada em Itacoatiara. Após trinta minutos de luta, o “Ingá” conseguiu alcançar o “Jaguaribe”, abalroando-o a meio-nau, produzindo grande estrondo e rotura. Partido ao meio, o velho salineiro submergiu em quinze minutos. Os sobreviventes jogaram-se no Amazonas, tentando agarrar-se a qualquer objeto que flutuasse.<sup>345</sup> Ao ver o destino do “Jaguaribe”, Zoroastro Serrão Maia pediu ao comandante do “Andirá”, James Lemos, que içasse bandeira branca, propondo o fim da luta e a capitulação da revolta. O comandante improvisou bandeira usando o dólma que vestia. Mas, neste exato instante foi alvejado na vista direita. A fuzilaria continuou até o “Baependi” abalroar o “Andirá”, levando-o para o fundo. Recolhidos em botes salva-vidas, os naufragos foram conduzidos para Manaus. Oito dias depois, seguiram a Belém, onde foram presos na Cadeia de São José.

O primeiro comunicado oficial sobre o confronto, enviado pelo prefeito Gonzaga Pinheiro ao interventor Waldemar Pedrosa, compara-o à batalha de Riachuelo, na Guerra do Paraguai, e exagera na duração da luta, a qual não teria passado de 45 minutos:

Às 13 horas, presenciamos um espetáculo sublime, reprodução vivíssima da batalha de Riachuelo. O “Baependy” e o “Ingá”, depois de duas horas de cerrado

---

<sup>343</sup> Relato de Francisco Matos Bentes. Ibidem, p. 219.

<sup>344</sup> Auto de perguntas a Luiz Fernandes. Inquérito DPAAM, p. A263. AHEx.

<sup>345</sup> Auto de perguntas a Lindolfo Borges Souto Maior. Inquérito DPAAM, p. A229. AHEx.

tiroteio, em frente da cidade, afundaram o “Andirá” e o “Jaguaribe”. A cena, que nenhuma palavra pode descrever, foi assistida por grande parte da população heroica e indiferente à morte.<sup>346</sup>

O número de mortos na batalha de Itacoatiara é incerto. Certamente contribuíram para a esta incerteza a amplitude do rio Amazonas; a forte correnteza que arrastou os corpos quilômetros abaixo, muitos dos quais não encontrados; a existência, entre rebeldes, de recrutados sem nenhuma identidade; “o silêncio que pesou sobre o assunto após seu encerramento”, como observou Antonio Loureiro, silêncio sobre o qual trataremos no capítulo seguinte.<sup>347</sup> A imprensa do Amazonas estimou a morte de onze rebeldes e sete tripulantes no “Andirá” e de “grande parte dos rebeldes” e três tripulantes no “Jaguaribe”.<sup>348</sup> Cinquenta anos depois, o bacharel Demócrito Noronha, lembrando a trágica batalha, disse ao historiador Carlos Rocque que teriam morrido 36 revoltosos e entre 6 a 8 legalistas.<sup>349</sup>

Em Óbidos, a chegada da força enviada pelo interventor Magalhães Barata a bordo do couraçado “Florianópolis” e do vapor “Comandante Portela”, em dia 24 de agosto, encontrou “a cidade deserta e criminosamente saqueada” como comunicou o delegado especial Abel Chermont.<sup>350</sup> Pompa e seu Estado maior haviam fugido. Há duas versões para a fuga: a primeira, legalista, diz que, desencadeada a revolta, “a cidade foi tomada por rebeldes saqueadores, havendo uma só preocupação: requisitar do comércio os melhores gêneros”. Consumado o saque, os saqueadores fugiram de Óbidos, em 22 de agosto, dois dias antes da Batalha de Itacoatiara, temendo a aproximação das tropas legalistas. A outra versão, constitucionalista, diz que Pompa foi traído por seu Estado Maior. Apesar de doente e exausto, ele “teria negado-se a se submeter aos caprichos de Sarraf, Marialva e Bacellar, tendo sido obrigado a, de arma ao peito, num golpe de franca contrarrevolução ou desgraçada traição, deixar Óbidos, sendo jogado no alto rio Trombetas, completamente ao desamparo”.<sup>351</sup>

Em depoimento no inquérito da 8ª RM, Thiago Sarraf revelou que o estado de saúde de Pompa era precário, semelhante ao de um portador de malária, apresentando

---

<sup>346</sup> *O Estado do Pará*, 25 de agosto de 1932, p. 1.

<sup>347</sup> LOUREIRO, Antonio, *op.cit.*, p. 46.

<sup>348</sup> *Jornal do Comércio*, 27 de agosto de 1932, p. 1.

<sup>349</sup> ROCQUE, Carlos. *Depoimentos para a história política do Pará*. 1972, p. 230

<sup>350</sup> *Folha do Norte*, 26 de agosto de 1932, p. 1.

<sup>351</sup> RIBEIRO, José, *op. cit.*, 1934, p. 14.

febre alta e prostração. Diante disso, decidiu tomar para si o comando da revolta, mas Pompa resistiu. Então, convenceu-se da necessidade de retirar da cidade o comandante “evitando, assim, que houvesse derramamento de sangue em combate desastroso para os rebeldes”<sup>352</sup>. É possível que Sarraf tenha tentado amenizar seu envolvimento com os fatos, reservando para si a imagem de contrarrevolucionário preocupado com colocar fim na luta e poupar vidas.<sup>353</sup>

No entanto, inquirido por Abel Chermont, Pompa afirmou que a decisão de se retirar de Óbidos partiu dele, depois de observar o descontrole dos comandados quanto às requisições e à falta de espírito revolucionário dos oficiais que ficaram ao seu lado:

Que depois da partida a expedição, o respondente principiou a notar não só um certo desânimo na Força Constitucionalista, como principalmente que o ideal que o tinha levado a sublevar-se não era o mesmo que presidia o espírito da maioria dos seus oficiais, isto sobretudo depois que a esposa do senhor Archimedes Lalôr o mandou chamar, dizendo-lhe que “como paulista e esposa de um dos que se achavam à frente do movimento, protestava contra o saque que estava operando no comércio e na cidade, o que era vergonhoso para ele, respondente”; que, surpreendido com estas palavras, ditas em particular, o respondente verificou que requisições de toda espécie, de mercadorias, de utensílios, víveres e dinheiro estavam sendo feitas, sem controle nem medida, à granel, como se fora saque, com o que o respondente não concordava, dizendo mesmo, em reunião com comerciantes, que preferia se retirar a pactuar com qualquer ato imoral; que suas suspeitas mais se confirmaram quando verificou que, do depósito do quartel, as mercadorias e víveres desapareciam rapidamente; que, depois de repreender Sarraf por deixar as requisições tomarem aquele vulto, decidiu deixar Óbidos junto com o Estado-Maior rebelde.<sup>354</sup>

O comandante e seu Estado-Maior fugiram em direção a Oriximiná. Pompa, sentindo-se doente, mal conseguindo caminhar, teria dito aos companheiros que não pretendia sacrificá-los. Decidiu, então, entregar-se. Em 27 de agosto, foi encontrado por um grupo de soldados e civis, sob o comando do tenente reformado Clemente, deitado numa canoa, ardendo em febre, no rio Cuminá. Seus companheiros foram presos no dia seguinte.<sup>355</sup> Estava encerrada a Revolta Constitucionalista do Baixo Amazonas.

No final da tarde de 06 de setembro o vapor “Poconé” chegou ao porto de Belém trazendo a bordo 72 rebeldes presos, entre civis e militares, escoltados por vinte praças

---

<sup>352</sup> Auto de perguntas a Thiago Sarraf. Inquérito 8ª RM, p. B151. AHEx.

<sup>353</sup> RIBEIRO, José, *op.cit.*, 1934, p. 14.

<sup>354</sup> Auto de perguntas a Athenógenes Pompa de Oliveira. Inquérito DE, p. A40. AHEx.

<sup>355</sup> *Ibidem*, p.B41.

do 27º BC.<sup>356</sup> Os militares foram excluídos do Exército. Os civis foram levados para a Cadeia de São José. Recrutados à força e participantes sem poder de mando foram liberados entre outubro e dezembro. Os líderes civis – Demócrito, Lalôr e Pompa – foram os últimos a conquistar a liberdade. Os dois primeiros saíram da cadeia em janeiro, enquanto Pompa em fevereiro de 1933. Os três foram deportados para o Rio de Janeiro, juntamente com os líderes da revolta de Belém, que eclodiu no momento da chegada do “Poconé” trazendo os presos da revolta do Baixo Amazonas..

Em março de 1934, Getúlio Vargas assinou decreto concedendo anistia a todos os participantes da Revolução Constitucionalista. Os graduados retornaram ao Exército, mas foram transferidos para outras unidades. Apenas um militar foi excluído definitivamente, o segundo sargento Silvestre Fernandes dos Reis, que teria fugido durante a viagem do “Poconé” e se embrenhado nas matas de Jamundá, não se apresentando ao comando da 8ª Região Militar, sendo, por isso, considerado desertor.

Conquanto não tenha alcançado o objetivo que lhe fora traçado pelos líderes constitucionalistas do Sul, no plano regional, a *Revolta* Constitucionalista do Baixo Amazonas assinala o nascimento do movimento político de oposição a Magalhães Barata. Foi aquela a primeira ação rebelde a desafiar o poder do interventor cuja representatividade, no meio tenentista, o fazia líder incontestado entre os interventores no extremo Norte. O capítulo seguinte tentará identificar qual a representação construída pelo major sobre a revolta liderada, principalmente, por inferiores do 4º GAC, buscando observar de que forma a memória social foi influenciada por aquela representação.

---

<sup>356</sup> A relação de presos é a seguinte: Athenógenes Pompa de Oliveira, Demócrito Noronha, Archimedes Lalôr, Joaquim Lemos de Brito, Raymundo Alves da Cunha, Carlos Celestino Teixeira, Zoroastro Maia, Manoel Marialva Guimarães, Thiago Sarraf de Castro, Almir Huet Bacelar, Francisco Joaquim Rodrigues, Oscar Botelho de Amorim França, José Diniz Ribeiro Carvalho, Francisco Rodrigues Pinto, João Evangelista Marques, Gaspar Celestino da Silva (que delatou os companheiros do 27º BC), Sandoval Amorim, Nilo Barroso, Geminauá Medeiros, João Nogueira Gomes, Eduardo Machado, Gregório Evangelista, Raymundo de Mello, Sebastião de Souza, Antonio Pereira do Nascimento, João Silva Barroso, Hildebrando Victor, Diniz Gato Cardoso, Daniel Monteiro Costa, Antonio Albuquerque, Raymundo Figueiredo, Heráclito Magalhães, Agenor Figueiredo, Nestor Rufino Lima, Francisco Mattos Bentes, Antonio Olympio Vieira, Raymundo Venino Leal, Raymundo Sousa Neves, Maximino Valente Silva, Luiz Fernandes, Manoel de Oliveira Vianna, José Alves Feitosa, Hugo Aureliano Miranda, João Augusto Machado, José Gomes Cardoso Sobrinho, Américo Soares, Mastaes Fortunato Lemos, Waldemar Gordin, Fernando Nunes, Arnaldo Pereira de Sousa, Raymundo Marialva, Pedro Oliveira Martins Filho, Hygino Roberto Ferreira, Eduardo Henrique Seabra, Manoel Machado de Carvalho, Benedicto Calazans Favacho, Amadeu Cozenzo, Raymundo Costa Vieira, Benedicto Fernandes Oliveira, João Freitas, Alexwel Severiano, Raymundo Valério, Alfredo Soares da Cruz, Francisco Pereira Mendes, Raymundo Souza Ferreira, Antonio de Pádua, Joaquim Andrade Leal, Luiz Lima, Lourival de Queiroz, David Wanderley, Manoel Ferreira Freitas e Raymundo Mello Cavalcante. *O Estado do Pará*, 08 de setembro de 1932, p. 3.

## CAPÍTULO 3. O discurso do poder e o imaginário social

### 3.1. Memória “conspurcada”: 1924

Três anos depois de encerradas as revoltas do Baixo Amazonas e de Belém, o interventor Magalhães Barata publicou, no jornal *Diário do Estado*, um longo relato sobre a sua interventoria, uma espécie de prestação de contas, onde informa as realizações de seu governo e as dificuldades enfrentadas pelos tenentes para fazer cumprir as reformas propostas ao Governo Provisório. A prestação foi o último ato do interventor antes de passar o governo para outro interventor, José Carneiro da Gama Malcher, nomeado por Vargas em função da crise política resultante do processo eleitoral de 1934.

No relatório de realizações, Magalhães Barata faz considerações sobre todas as áreas da administração pública de seu governo. No capítulo Ordem pública, diz que teve “a fortuna de atravessar todo o período discricionário trazendo a ordem pública rigorosamente mantida.” No entanto, “abriu exceção a este estado de coisas, o motim de 6 para 7 de setembro de 1932, de adesão ao movimento paulista, organizado por estudantes, guardas civis e elementos comunistas.”<sup>357</sup>

Percebe-se facilmente que o interventor omite a revolta do Baixo Amazonas como se ela não tivesse ocorrido em seu governo ou não fosse de cunho igualmente constitucionalista. A mesma omissão constata-se em dois autores que foram ligados ao interventor paraense. O primeiro deles é Lindolfo Mesquita, um intelectual “decaído” convertido às hostes baratistas, agraciado com nomeações para importantes cargos públicos, tendo se aposentado como desembargador. Mesquita, antigo autor de cordel popularmente conhecido por Zé Vicente, publicou em 1944, “*Magalhães Barata: o Pará e sua história*”, livro em que tece louvaminhas a Barata, àquela altura novamente no poder, por nomeação de Vargas. Repetindo o líder político, Mesquita omite a luta de civis e militares de baixa patente no Baixo Amazonas, em adesão à causa paulista, contra o Governo Provisório. Sua narrativa concentra-se apenas sobre a revolta ocorrida em Belém.

---

<sup>357</sup> “Mensagem apresentada à Assembleia Constituinte do Estado pelo exmo. Sr. major Magalhães Barata, interventor federal do Estado do Pará”. *Diário do Estado*, 6 de abril de 1932, p. 5.

O outro autor é Abguar Bastos, que fora chefe de gabinete de Barata no início do governo, em 1930. Autor de um livro que trata dos movimentos rebeldes no Brasil, ele “esquece” da Revolta Constitucionalista do Baixo Amazonas em “*História da Política revolucionária no Brasil*”, publicado em 1969. Seguindo Barata e repetindo Mesquita, Abguar faz referência apenas à revolta de Belém.

Entre o relatório do interventor, as louvaminhas do cordelista e o livro do antigo chefe de gabinete, transcorreram quase quatro décadas em que a Revolta Constitucionalista do Baixo Amazonas foi omitida e tornada invisível da história, como se a representação construída por Magalhães Barata fosse a única com validade. Mas, afinal, qual era essa representação? Por que o interventor negou-lhe existência? Neste capítulo tentaremos responder a estas perguntas, assim como observar a influência da representação oficial sobre a memória coletiva da época. Um caminho para alcançar este objetivo está na leitura dos jornais, os quais, sob uma forte censura, difundiram o discurso da dominação.

O período inaugurado com a conquista do poder pela Aliança Liberal, em 1930, introduziu uma fase complexa na relação política entre o Governo Provisório e os jornais, caracterizada por perseguição a alguns periódicos, mas também por encampação de outros, assim como se intensificaram os acordos e as relações entre homens de governo e homens de imprensa, havendo mais acertos do que divergências, como observa Marialva Barbosa<sup>358</sup>.

No centro da questão estava um novo personagem pouco considerado pela Primeira República: o povo, identificado como a massa. O governo utilizará os jornais para construir imagem positiva de si, de tal forma a incutir na massa a ideia de eficiência, ao mesmo tempo em que buscará desvalorizar os adversários. Conforme observa Charaudeau, todo discurso (ato da linguagem) emana de um sujeito que apenas pode definir-se em relação ao outro, segundo um princípio de alteridade (sem a existência do outro, não há consciência de si). “Nessa relação, o sujeito não cessa de trazer o outro para si, segundo um princípio de influência, para que esse outro pense, diga ou aja, segundo a intenção daquele”.<sup>359</sup>

---

<sup>358</sup> BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa. Brasil – 1900-2000*. Rio de Janeiro, 2007, p. 104.

<sup>359</sup> CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo, 2008, p. 16.

É neste sentido que Roger Chartier, nos diz que as percepções sociais, longe de serem discursos neutros, “produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas”.<sup>360</sup>

Ao chegar ao poder, Magalhães Barata utilizou a imprensa para difundir o projeto reformador do tenentismo. Os jornais, sob a mordada da censura ou associados ao governo, difundiram o discurso oficial, quase sempre sem condições de contestá-lo. Entre os que apoiavam o governo, o vespertino *Diário da Tarde* foi um dos que mais se destacou por estigmatizar os padrões comportamentais dos adversários de interventor no agitado ano de 1932, por isso assoma como uma fonte privilegiada para nosso estudo.<sup>361</sup>

Embora a radiofonia existisse há quatro anos no Pará, os jornais continuavam a ser o principal meio de comunicação do período imediatamente posterior à *Revolução* de Outubro. Como observa Farias, “o jornal era uma importante agência de produção e reprodução de opiniões e valores”.<sup>362</sup> Ao chegar ao poder, Magalhães Barata utilizou amplamente esta ferramenta de dominação para divulgar as medidas políticas, administrativas e simbólicas instauradoras da “Nova Era”.

Com ajuda da imprensa, o interventor criou símbolos e inventou tradições para cultivar, principalmente, as revoluções de 1924 e 1930, das quais fora protagonista, demarcando aqueles movimentos como emblemáticos na luta pela ruptura com a ordem vigente.<sup>363</sup> Como forma de atingir de modo mais eficaz mentes e corações dos cidadãos, o governo elevou ao patamar de heróis revolucionários Assis de Vasconcelos e Castilho França, oficiais mortos naquelas refregas revolucionárias. Assim, ambos passaram a ser comemorados em datas cívicas e tiveram seus nomes dados a avenidas, praças públicas

---

<sup>360</sup> CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*, Rio de Janeiro, 1990, p. 17.

<sup>361</sup> *Diário da Tarde*. Vespertino fundado por Annibal Duarte, cunhado de Magalhães Barata. A edição nº 1 circulou em 21 de maio de 1932. Deu sustentação ao governo durante a crise constitucionalista daquele ano. Ostentava o lema de jornal independente. Tinha formato tabloide e 8 páginas (dias de semana) e 12 (aos domingos). Circulação diária. No final daquele ano foi doado ao Partido Liberal, fundado pelo interventor.

<sup>362</sup> FARIAS, William Gaia. *A construção da República no Pará (1886-1897)*. Tese de doutorado, Niterói, agosto/2005, p. 266.

<sup>363</sup> Símbolo deve ser entendimento segundo a definição de Bourdier: “instrumentos por excelência da ‘integração social’: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação, eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração ‘lógica’ é a condição da integração ‘moral’”. BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, 1989, p.10.

e escolas em diversas cidades paraenses.<sup>364</sup> De acordo com José Murilo de Carvalho, os heróis são eficientes símbolos de encarnações de ideias e aspirações, pontos de referências de identificação coletiva. Por isso, eficazes instrumentos a serviço da legitimação de regimes políticos:

Não há regime que não promova o culto de seus heróis e não possua seu panteão cívico. Em alguns, os heróis surgiram quase espontaneamente das lutas que precederam a nova ordem das coisas. Em outros, de menor profundidade popular, foi necessário maior esforço na escolha e na promoção na figura de herói(...)<sup>365</sup>

A reelaboração do novo calendário cívico revolucionário se inseriu nesta estratégia de demarcação da “Nova Era”, com destaque à data de 05 de julho, por assinalar o início de duas rebeliões tenentistas, as de 1922 e 1924. Conquanto derrotada no Pará pelo governo de Souza Castro, a revolução de 1924 era muito especial para Magalhães Barata, participante ativo do movimento vitorioso em Manaus que se estendeu a Óbidos. Foi por meio dela que o jovem oficial legitimou o fazer-se revolucionário, credenciando-se a reivindicar o poder quando da passagem de Juarez Távora por Belém, em 1930. Ecoando o discurso oficial, o jornal “*Diário da Tarde*” definiu 1924 como “movimento libertador protagonizado por jovens oficiais idealistas inconformados com o atraso do país”.<sup>366</sup> Era assim que Magalhães Barata via a si e ao movimento do qual foi um dos líderes e assim gostaria que todos os vissem.

Ironicamente, oito anos depois, a Revolta Constitucionalista do Baixo Amazonas, ao ocupar a cidade de Óbidos, sublevar o mesmo quartel e expor os moradores à tensão de um conflito armado, inevitavelmente remeteu à revolta tenentista de 1924, fazendo surgir pontos de identificação entre os dois movimentos que incomodaram o major interventor. Para Barata, a identificação pareceu conspurcar a memória de 1924.

---

<sup>364</sup> Eric Hobsbawm define tradições inventadas como um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica automaticamente uma continuidade em relação ao passado. (...) O passado histórico no qual a nova tradição é inserida não precisa ser remoto, perdido nas brumas do tempo. Até as revoluções e os movimentos progressistas, que por definição rompem com o passado, têm seu passado relevante (...). In HOBSBAWM, Eric. RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. São Paulo, 2008, pp. 9-10.

<sup>365</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*, Rio de Janeiro, 2006, p. 55.

<sup>366</sup> *Diário da Tarde*, 7 de julho de 1931, p. 1.

O interventor buscará, então, demarcar os movimentos, criando imagens diametralmente opostas. Dois dias depois da prisão de Athenógenes Pompa de Oliveira, Barata traçou a representação que iria perdurar por muitos anos sobre a Revolta Constitucionalista do Baixo Amazonas, em entrevista ao jornal *Folha do Norte*:

A impressão que me deixou a aventura do representante da reação paulista em Óbidos foi a mais desalentadora, se bem que não mais me constituísse surpresa ante o que vai se desenrolando lá no Sul. O representante da reação paulista só trouxe um objetivo – o do saque. E o realizou. Em Óbidos nada mais houve que roubo, e o pior: à mão armada.

O tal coronel Pompa, depois que arrancou do comércio e de particulares o dinheiro bastante covardemente, fugiu miseravelmente não sem antes ter mostrado quão imbecis foram o oficial do 4º Grupo e os civis que nele acreditaram. A estes o tal Pompa meteu nos navios e empurrou-os para diante. O resultado já o conhecemos: - o desastre defronte de Itacoatiara. Como vê, tenho razão quando digo ter-me sido desoladora a impressão deixada pelos acontecimentos no Baixo Amazonas. É que nós, revolucionários de 1924, nunca procedemos assim.<sup>367</sup>

Percebe-se que Barata trava uma luta discursiva, estando em jogo a construção da memória por meio de formulações diametralmente opostas. A consecução deste objetivo leva-o a manipular fatos. Refiro-me à ideia de “assalto à mão armada”, não confirmada pelos comerciantes nos inquéritos judiciais posteriores, como aqui visto. Para o interventor, a revolta no Baixo Amazonas resumiu-se a um ato de banditismo, comandado por um desconhecido, que fugiu covardemente após alcançar seu objetivo. Os rebeldes de Óbidos, metidos em navios e compelidos para o desastre em Itacoatiara, surgem, então, como sujeitos passivos, desprovidos de interesses políticos e ideológicos, posto que agiram tão somente segundo significados que lhe foram inteiramente impostos por Pompa.

Sobre esta estratégia de desqualificação do inimigo, Saint-Pierre nos diz que a classe dominante, detentora do controle dos meios de comunicação e de propaganda oficiais, sempre tenta mostrar as camadas revolucionárias como “revoltosas”, “desordeiras”, “criminosas”, “forças do mal”, que querem acabar com a tranquilidade pública, ordem e paz.<sup>368</sup> Para Bourdieu, “do lado das classes dominantes, todas as estratégias, essencialmente defensivas, visam conservar a posição ocupada, perpetuar o

---

<sup>367</sup> *Folha do Norte*, 30 de agosto de 1932, p. 1.

<sup>368</sup> SAINT-PIERRE, Héctor Luis, *op. cit.*, p. 109.

*status quo*, ao manter e fazer durar os princípios que servem de fundamento à dominação.”<sup>369</sup>

É nesta linha que reage o interventor quando instado a fazer a analogia entre os procedimentos dos revolucionários de 1924 e 1932. Cria, então, imagem positiva de si, à frente de uma revolta pacífica e ordeira:

Confrontando-se o proceder dos revolucionários de 1924 com o desse aventureiro e ladrão, que surpreendeu a população de Óbidos, com a sua audácia, seguido de roubos e assaltos, não há como desconhecer como nós fomos corretos, então. Demoramos 21 dias em Óbidos e, durante esses dias, a cidade viveu em ordem, tranquilidade e respeito. Na tarde de 26 de agosto, eu me vi forçado a entregar a cidade ao general Menna Barreto, e fi-lo com orgulho, por não deixar registrada a menor falta para com a população e o comércio. Não ficamos devendo um tostão a quem quer que fosse. E se alguém ficou nosso credor, foi porque se retardou em vir receber seu pagamento.<sup>370</sup>

A construção de representações diametralmente opostas também foi alvo da observação de Baczko, para quem, em momentos de conflito social grave, como uma revolução, não é possível separar os agentes e seus atos das imagens que fazem de si próprios e dos inimigos, posto que as ações são “efetivamente guiadas por essas representações”. São imagens que modelam comportamentos, legitimam violências, delineiam a imaginação social.<sup>371</sup>

Há que se observar, porém, que a representação de 1924 como um movimento pacífico e ordeiro está longe da imagem que avulta no “*Livro de Crônica do Convento de Óbidos*”. Ao descreverem a fuga desesperada dos moradores para as matas do interior, diante da crise causada pela tomada do quartel e do bombardeio aéreo sobre a cidade, os franciscanos evidenciam a intranquilidade reinante durante a ocupação.

Mas é no ponto seguinte da entrevista que Magalhães Barata demonstra a fragilidade da sua argumentação:

Mal sucedidos, resolvidos a capitular, mandamos pelos tenentes Euclides Lins e Albuquerque, devolver à agência do Banco do Brasil, em Manaus, 590 contos, em papel moeda, que haviam sobrado da requisição de 1.200 contos que fizéramos e mais os comprovantes das despesas feitas. Era assim que nós, os revolucionários de 1924 procedíamos com o dinheiro da Nação. Bem diferente do que ora se faz.<sup>372</sup>

---

<sup>369</sup> BOURDIEU, Pierre. *A produção de crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. São Paulo, 2002, p. 32.

<sup>370</sup> *Folha do Norte*, 30 de agosto de 1932, p. 1.

<sup>371</sup> BACZKO, Bronislaw, *op.ci.t.*, p. 298.

<sup>372</sup> *Folha do Norte*, 30 de agosto de 1932, p. 1.

Ao revelar ter chegado a Óbidos portando 1.200 contos de réis, Magalhães Barata reforça as semelhanças entre 1924 e 1932: ambos lançaram mãos de requisição para fazer frente às despesas de suas ações. No caso de 1924, com um agravante: o valor requisitado de uma agência do Banco do Brasil era uma verdadeira fortuna, o que compromete ainda mais a imagem positiva traçada pelo major. A título de comparação, vale lembrar que o valor requisitado pelos rebeldes em 1932 equivalia ao pagamento de duas folhas salariais do 4º GAC, enquanto o requisitado em 1924 equivalia a 50 folhas, tomando como base a mesma folha de 1932.<sup>373</sup>

Encerrando a entrevista, o repórter indagou “que observações o interventor faz dos objetivos do movimento subversivo de Óbidos.” Barata responde remetendo à primeira resposta:

Respondo com a resposta à primeira pergunta. Objetivo? – Roubo e mais roubo. Mais de 100 contos em dinheiro e outro tanto em mercadorias. Os torcedores da aventura paulista devem estar de cara à banda com o feito do tal Pompa, representante do constitucionalismo “klingeriano”, em Óbidos.<sup>374</sup>

Simplificando uma complexa questão política que passa, por exemplo, por questões como a própria organização militar, o confronto nacional entre centralismo e regionalismo, o sistema de promoção nas Forças Armadas, a carreira militar, a insatisfação contra o autoritarismo, Magalhães Barata reduz tudo à mera questão policial, não passando de mero banditismo, sem nenhum conteúdo político. A partir desta entrevista, a imagem construída pelo interventor sobre a revolta do Baixo Amazonas – saque, roubo, banditismo – seria imediatamente absorvida e repetida exaustivamente pela imprensa, enquanto a revolta ocupou as manchetes dos jornais, até ser destronada pela revolta de Belém.

Para bem demarcar os significados opostos entre 1924 e 1932 na memória social paraense, Magalhães Barata incumbiu o jornal *Diário do Tarde* (Fig. 12) de colher depoimentos de moradores de Óbidos que vivenciaram as duas rebeliões, apresentando “um confronto imparcial entre os revolucionários de 1924 e os bandoleiros de 1932”, como ressalta o jornal em linha fina<sup>375</sup> logo abaixo ao título “As

---

<sup>373</sup> A folha de pagamento do 4º GAC do mês de abril de 1932 foi orçada em 23 contos, 722 mil e 300 réis. Boletim Regimental da 8ª Região Militar. Arquivo do Quartel General, Caixa nº 1, armário nº 14, prateleira nº 1.

<sup>374</sup> *Folha do Norte*, 30 de agosto de 1932, p.1.

<sup>375</sup> Linha fina - Pequena linha de texto usada sobre ou logo abaixo do título para destacar informações da matéria.

duas revoluções em Óbidos”, deixando claro que não haveria espaço para quem não concordasse com os adjetivos apostos aos rebeldes.<sup>376</sup>

Figura 12 – Diário da Tarde: a voz do interventor no agitado ano de 1932.



Fonte: Hemeroteca Biblioteca Pública Arthur Vianna, Belém, Pará.

O primeiro depoimento apenas transcreveu a narrativa sobre a revolta de 1924 do “*Livro de Crônicas do Convento de Óbidos*”, mas com adulteração do texto, de forma a não macular a imagem criada pelo interventor. Estas adulterações estão em negrito na transcrição abaixo:

...Boatos de um assalto da fortaleza pelos revoltosos **de Manaus**, que vinham cercar a cidade em número muito elevado, aumentaram o susto do povo aterrorizado, que fugiu loucamente pelas matas.

...As ruas estão desertas, a cidade abandonada e as forças da revolta vinham entrando na cidade. Óbidos estava nas mãos dos revoltosos. **Os dias seguintes eram de incertezas e de ansiedade, porém, permaneciam calmos. Os soldados do 4º Grupo, como os do Batalhão de Manaus, mostraram-se, durante todo o tempo, disciplinados; não houve nenhuma desordem, nenhum assalto de casas, pois, noite e dia, patrulhavam grupos de soldados as ruas. Castigo severo esperava a quem tentasse depredação ou saque.**

**As requisições dos gêneros de primeira necessidade foram pagas a dinheiro, pela maior parte, e limitavam-se quase exclusivamente aos víveres, como sal, farinha, trigo etc, que depois do fracasso da revolta, foram entregues às forças legais.**

Entretanto, a vida tornara-se enfadonha dentro da cidade. Estávamos presos e livres ao mesmo tempo, sem poder trabalhar devido aos sobressaltos até o dia 25 de agosto. Neste dia, circulou a notícia de que as forças legais tinham chegado em

<sup>376</sup> *Diário da Tarde*, 23 de setembro de 1932, p. 2.

Santarém e mandado uma intimação aos revoltosos a deporem as armas, sob pena de virem a fortaleza e a cidade bombardeada (...)<sup>377</sup>

Os trechos em negrito foram acrescentados, alterando completamente o clima de angústia e inquietude vivenciado pelos obidenses naquele momento de grave crise, conforme descrevem os padres franciscanos. A manipulação teve o claro objetivo de transmitir ao leitor a incoerente ideia de uma revolta que trouxe a Óbidos segurança, ordem, disciplina e respeito.

Três dias depois, o *Diário da Tarde* ouviu a segunda “testemunha insuspeita do saque praticado por Pompa e seus asseclas”. Felix Gomes do Rego, agente dos Correios, disse não ter havido “propriamente uma revolução em 1932, mas uma pilhagem indigna chefiada por bandoleiros”. Segundo o jornal, o agente foi o “único de todos os funcionários públicos que não se retirou da cidade, negando-se categoricamente a abandonar o seu posto e a atender as requisições que lhe foram feitas pelos bandoleiros”.<sup>378</sup> Cabe observar que os inquéritos consultados por esta pesquisa não trazem nenhuma referência a qualquer requisição que tenha sido imposta à agência dos Correios. Por outro lado, anexo ao inquérito presidido por Abel Chermont, o Decreto nº 7, assinado pelo coronel Pompa, acusa a nomeação de Manuel Valente do Couto para o cargo de censor daquela agência.<sup>379</sup> Percebe-se no depoimento do agente a influência do discurso do interventor, inclusive com repetição de palavras e de sentidos. Sobre a revolta de 1924, Felix Gomes é pródigo em elogios:

Nós sabíamos quem eram eles. Homens de envergadura moral insuspeita, promessas radiantes que agora, após a epopeia brilhante de 1930, demonstram suficientemente de quanto são capazes. Enfim, soldados dignos da farda que vestem. A cidade toda se sentia garantida quando da sua estada aqui e, ao se retirarem, levaram o penhor da nossa gratidão pelo modo porque se conduziram e os benefícios praticados.<sup>380</sup>

Enquanto os frades franciscanos, escrevendo oito anos antes, no calor dos acontecimentos de 1924, enfatizaram o temor e a fuga dos moradores, o agente do Correio, funcionário público nomeado pelo Governo, diz que a cidade se sentiu garantida e grata pelos benefícios praticados pelos oficiais. Em relação ao movimento

---

<sup>377</sup> *Diário da Tarde*, 23 de setembro de 1923, p. 2.

<sup>378</sup> *Ibidem*, 26 de setembro de 1932, p. 2.

<sup>379</sup> Decreto nº 7, Comando das Tropas Constitucionalistas no Norte. Juntada ao Inquérito da Delegacia Especial, p. A 147. AHEx.

<sup>380</sup> *Diário da Tarde*, 26 de setembro de 1932, p.2.

de 1932, Félix Rego volta a repetir o discurso do interventor publicado quase um mês antes:

Não houve uma revolução propriamente. Houve uma pilhagem indigna chefiada por um bandoleiro que ninguém sabe de onde veio e cujos intuits foram os mais reprováveis. Apropriaram-se do que não lhes pertencia, sangraram o comércio, a anarquia imperou e tudo o mais. Bandoleiros, simplesmente. Diante da realidade dos fatos é sumamente impossível fazer-se um confronto entre os dois movimentos sem que ressalte diferença enorme em tudo e por tudo.<sup>381</sup>

Outro entrevistado pelo jornal, o juiz de Direito Abdias Arruda, disse que não se podia fazer paralelo entre 1924 e 1932 porque, no primeiro caso, “havia um punhado de oficiais idealistas do Exército, dignos da farda que vestiam”:

Em 1924, o comércio que havia fechado suas portas na salvaguarda de seus interesses, no segundo dia abriu por inteiro, demonstração insofismável da confiança que todos depositavam nos reivindicadores das liberdades do povo. Tudo ocorreu da melhor forma. Não se faziam as famigeradas requisições nem tampouco se extorquia dinheiro ou gêneros de quem quer que fosse. Somente algumas cabeças de gado foram pedidas e levadas ao matadouro para gasto da tropa e da população pobre.<sup>382</sup>

É pouco provável que o juiz, membro da elite dominante, detentor de um cargo por nomeação de Magalhães Barata, desconhecesse que os rebeldes de 1924 já haviam saqueado Manaus antes de descerem o Amazonas, trazendo uma fornida mala com 1.200 contos de réis. Também é factível que os comerciantes, percebendo a existência daquela soma, concluíssem não existir nenhum risco aos seus negócios. Daí o funcionamento normal das casas comerciais. Sobre o movimento de 1932, o juiz foi mais incisivo:

Não houve revolução em 1932. O termo que se pode empregar é saque. Foi na verdade, o que houve, tão somente. Requisições eram feitas a granel, pessoas indefesas se viam despojadas de seus haveres sem ter para quem apelar. De mão armada, os assaltantes se valiam da situação pra extorquir e assaltar, numa

---

<sup>381</sup> Em junho de 2012, durante realização de pesquisa documental para este trabalho, procuramos ouvir moradores de Óbidos que pudessem contribuir com relatos orais sobre as rebeliões de 1924 e 1932. Lamentavelmente, não encontramos nenhum participante vivo daqueles acontecimentos, ocorridos há 88 e 80 anos, respectivamente. Por outro lado, as testemunhas ainda vivas disseram que eram crianças naqueles anos, tendo formado memória não por lembrarem dos acontecimentos, mas porque “os mais velhos contavam”. Uma destas testemunhas é Haroldo Tavares, que foi, por três mandatos, prefeito de Óbidos. A respeito da revolta de 1924, ele lembra que contavam em Óbidos “a história da vaia a Magalhães Barata e aos rebeldes nas ruas da cidade”, ao serem presos pelo general Menna Barreto. Já no navio que o levaria a Belém, Barata teria jurado transformar Óbidos num porto de lenha”. Porto de lenha é a denominação comum dada às pequenas localidades e lugarejos, onde os antigos vapores paravam para abastecimento de suas caldeiras, movidas a lenha. Os obidenses, ainda hoje, atribuem o desmembramento do município, em 1934, para criação de Oriximiná, àquela ameaça. E lamentam porque, nas terras do novo município, foram encontradas, décadas depois, grandes jazidas de bauxita, exploradas pela Companhia Rio do Norte, subsidiária da companhia Vale. Não há, porém, na literatura pesquisada, qualquer referência a esta história. Depoimento de Haroldo Tavares, em 23 de junho de 2010.

<sup>382</sup> *Diário da Tarde*, 28 de setembro de 1932, p. 2.

demonstração flagrante de seus baixos sentimentos. Não há uma pessoa sensata em Óbidos que possa apoiar a selvageria que aqui praticaram os masorqueiros.<sup>383</sup>

Não se pode esquecer que o juiz foi uma das autoridades a buscar refúgio no interior logo no primeiro dia revolta, só regressando quando o movimento havia encerrado, não assistindo ao que relata, senão por ter ouvido de terceiros. Provavelmente seu depoimento serviu de base para o inspetor Pedro Nolasco incluir entre as perguntas dirigidas aos comerciantes ouvidos no inquérito que presidiu, se houve “saque à mão armada”. A resposta de todos é que houve saque, mas não à mão armada.<sup>384</sup>

O entrevistado seguinte foi o comerciante Abraham Fortunato Chocron, um dos mais antigos da cidade, apresentado aos leitores como “o mais atingido pelos saqueadores de Pompa, os quais lhe deram um prejuízo de cerca de 20 contos”, quantia muito superior aos 6 contos, 531 mil e 900 réis constante das requisições apresentadas pelo comerciante no inquérito da Inspetoria de Polícia Marítima do Pará. Segundo ele, qualquer tentativa de se estabelecer paralelo entre as duas rebeliões era impossível. Novamente é o discurso do major que se faz repetir no depoimento:

Falseiam as bases para tal. Em 1924, imperava a ordem, a benevolência, os direitos não eram postergados, as propriedades particulares eram respeitadas, vivendo todos na mais completa paz. O comércio não teve o prejuízo de um alfinete e toda a população confiava abertamente no critério absoluto dos chefes do movimento. Agora [1932], no entanto, tudo ao contrário. Ninguém se entendia, todos mandavam, quem se sentia prejudicado não tinha a quem apelar. O saque, a balbúrdia, a mazorca enfim. Um verdadeiro assalto de cangaceiros sequiosos de dinheiro, sem ideal e sem honra, com um único intuito: roubar.<sup>385</sup>

Ordem, benevolência, respeito aos direitos e à propriedade privada, termos que engendram uma imagem favorável da revolta de 1924, estavam longe dos acontecimentos relatados em 1932. No entanto Chocron nada diz sobre a ocupação de residências em 24, entre as quais a do então interventor Augusto Corrêa Pinto, quando teria ocorrido arrombamento de um cofre.<sup>386</sup> O mais antigo comerciante judeu de Óbidos chamou os rebeldes constitucionalistas de “um bando de cangaceiros” liderado

---

<sup>383</sup> *Idem.*

<sup>384</sup> Ver inquérito da IPMPA. AHEx.

<sup>385</sup> *Diário da Tarde*, 29 de setembro de 1932, p. 2.

<sup>386</sup> Folha do Norte, 19 de julho de 1933, p. 2.

por “um Lampião”, referência ao bando de jagunços comandado por Virgulino Ferreira da Silva, à época, o terror do sertão nordestino.<sup>387</sup>

Termos cunhados no exercício da dominação, como “saque”, “pilhagem”, “mazurca”, “bandoleiros”, “cangaceiros”, “assaltantes”, atribuídos à Revolta Constitucionalista e aos seus protagonistas, logo passaram a fazer parte do imaginário social. Magalhães Barata havia conseguido impor a sua percepção: a revolta no Baixo Amazonas não fora um movimento político, de adesão à causa paulista, mas apenas um caso de bandidagem. E os rebeldes não passavam de “cangaceiros”. O objetivo da criminalização de qualquer ação revolucionária, segundo Saint-Pierre, é esvaziar o confronto de qualquer conteúdo político que possa aglutinar as massas de um lado da luta ideológica, isto é, nas fileiras revolucionárias. Para evitar essa coagulação social, a reação impõe sua visão: por um lado, o “bem”, representado pelo Estado e as Forças oficiais; por outro, o “mal”, representado pelos rebeldes.<sup>388</sup>

### 3. 2. Óbidos e Belém: em busca de nexos

Como vimos anteriormente, na mensagem de 1935, o interventor destaca a revolta de Belém como único momento de desordem pública a fugir do seu controle discricionário. Estranhamente, omite a revolta do Baixo Amazonas, muito mais violenta, como se o movimento não tivesse ocorrido no Pará, durante o seu governo. Nesta seção, buscar-se-ão indícios que assinalem a ligação entre as duas revoltas, de

---

<sup>387</sup> Uma imagem frequente dos rebeldes de 1932 feita pela imprensa compara-os ao bando de cangaceiros liderado por Lampião, que aterrorizou o sertão do Nordeste nas décadas de 1920 e 1930. No auge da ação, os feitos de Lampião eram noticiados em Belém. Em 1932, alguns intelectuais vão escrever sobre este fenômeno tipicamente nordestino. Ricardo Borges, em 27 de julho de 1931, escreveu o artigo especial para a *Folha do Norte* “Atrocidades de Lampião: considerações dignas da leitura de todos”, em que destaca a forma bárbara dos crimes praticados pelo bando de cangaceiros. Em 1º de agosto de 1931, Levi Hall de Moura publicou, na 1ª página de *O Imparcial*, o artigo “Figurinos e Figurões: o Lampião que todos temos dentro de nós” no qual traça um perfil romântico do cangaceiro: “Lampião é o último legalista, é o Brasil velho que ficou sem aderir à revolução. É um símbolo misterioso e profundo de nossa nacionalidade. É o nosso caráter ou, antes, é a nossa falta de caráter, é a nossa politicagem que mostra as garras quando pensamos que já lhe esmagamos a cabeça. Não é Macunaíma o herói de nossa gente. Perdeu o Sr. Mário de Andrade. O herói de nossa gente é Lampião!”. A trajetória de Virgulino Ferreira da Silva ganhou abordagem acadêmica do brasileiro Billy Chandler, contestando o ponto de vista que afirma ser este banditismo rural uma forma de protesto social contra a ignorância, a pobreza e a injustiça da sociedade sertaneja. Ao contrário, vê Lampião e outros cangaceiros como produto inevitável de uma sociedade sem lei, na qual as condições de vida, reminiscentes do faroeste americano, persistiram uma boa parte do século XX. CHANDLER, Billy Jaynes. *Lampião, o rei dos cangaceiros*. Rio de Janeiro, 1981.

<sup>388</sup> SAINT-PIERRE, Héctor Luis, *op. cit.*, 1999, p. 109.

modo a representá-las como partes indissociáveis do mesmo processo revolucionário constitucionalista, ressaltando a interdependência dos movimentos.

É possível atribuir à revolta do Baixo Amazonas alguma repercussão sobre os acontecimentos violentos acontecidos dez dias depois em Belém do Pará? Esta não é uma questão fácil de ser respondida, haja vista não existir uma documentação em que se possa sustentar resposta categórica, considerando que protagonistas de revoltas pertencentes ao baixo escalão de instituições fechadas e verticalizadas como o Exército, pouco falam ou deixam documentos escritos sobre planejamentos, atitudes, memórias, apreensões, contatos etc, como observa Stefan Freitas dos Santos.<sup>389</sup>

No entanto, podemos partir do ambiente conspiratório preparado pelo major Aristides Paes de Souza Brasil, quando da sua passagem pelo comando do 4º GAC. Tinha ele a responsabilidade de fazer eclodir uma Revolta Constitucionalista em Belém e Óbidos. Não o fez, mas deixou plantadas sementes que germinariam depois. O movimento iniciado em Óbidos e que se espalhou por mais duas cidades do Baixo Amazonas, acendeu o rastilho que explodiu em Belém nos dias 6 e 7 de setembro.

Dez dias depois do movimento constitucionalista no Baixo Amazonas, a cidade de Belém foi palco de violenta manifestação em adesão à causa paulista. De fato, a revolta teve participação majoritária dos ginásianos, mas a ela aderiram outras categorias, entre as quais, motorneiros de bondes da Pará Electric, guardas civis, reservistas da extinta Força Pública, trabalhadores desempregados, adversários políticos da Revolução de 30 e até um membro do Partido Comunista. Como observou o intelectual Eidorfe Moreira, então um dos jovens estudantes protagonistas da revolta<sup>390</sup>, o movimento foi estudantil e popular.

---

<sup>389</sup> SANTOS, Stefan, Freitas dos. *Batalha pela democracia: 1961-1964 – Outras visões, os sargentos e o governo João Goulart*. Rio de Janeiro: FGC-CPDOC, 2010, p 9.

<sup>390</sup> Eidorfe Moreira (1902-1989) Nasceu na Paraíba. Advogado e professor. Intelectual com presença em vários campos da cultura amazônica, principalmente na geografia. Quando ocorreu a revolta de 6 e 7 de setembro tinha 20 anos. Estudante do Ginásio Paraense, matriculado na 5ª série do curso ginásial, foi ferido a bala na tentativa de assalto ao Corpo de Bombeiros na primeira noite de combate. Em função do ferimento, teve o braço amputado, golpe que teria atingido também a sua personalidade, exacerbando a introspecção e a tendência ao isolamento, segundo autores como Maria Annuciada Chaves e Lúcio Flávio Pinto. Quarenta anos depois daquela noite trágica, já consagrado intelectual da geografia amazônica, ele rompeu o silêncio sobre a revolta por meio do artigo *Uma página memorável da mocidade paraense*, publicado em 8 de julho de 1973, no jornal *A Província do Pará*. Na memória da revolta de 6 e 7 de setembro, o artigo constitui-se documento raro por ser o único escrito por um rebelde protagonista da luta.

A escalada crescente que levaria à revolta teve como epicentro o Ginásio Paraense, tradicional instituição de ensino público de Belém, envolvendo os ginásianos das 4ª e 5ª séries. Fundado em 1841, o Ginásio Paraense passou a ser assim denominado como estratégia de legitimação política da *Revolução* de 30. Entre a adoção de medidas simbólicas que buscaram instituir a *revolução* como marco de ruptura na história republicana paraense, o interventor determinou a substituição de nomes de logradouros e estabelecimentos que se referiam à Primeira República. Desta forma, o Ginásio Paes de Carvalho, referência ao político liberal, um dos fundadores do Clube Republicano do Pará e quinto governador do Estado (1897-1991), passou a chamar-se Ginásio Paraense. Segundo Eidorfe, a substituição do nome do antigo líder da Primeira República parece ter instigado nos jovens estudantes o sentimento por mudanças mais amplas, como se a *Revolução* de Outubro tivesse rompido, de fato, com a antiga ordem. A nova direção do estabelecimento, seguindo os novos rumos revolucionários, estimulou os ginásianos a participarem mais ativamente da política estudantil, até então restrita aos acadêmicos. Na Amazônia, o primeiro exemplo concreto dessa nova consciência aconteceu “em Manaus, quando estudantes do Ginásio Pedro II foram às ruas protestar contra o governo de Washington Luis, durante a crise aberta com o assassinato de João Pessoa, o candidato a vice-presidente de Getúlio Vargas, na chapa da Aliança Liberal”.<sup>391</sup>

Uma significativa parcela dos 767 alunos matriculados em 1931 no Ginásio Paraense<sup>392</sup> foi tomada pelo que Eidorfe Moreira chamaria de “ginasianismo”, o correspondente estudantil da corrente tenentista, “expressão da nova consciência ansiosa por mudanças, não só na área educacional”. Segundo Eidorfe, o ginasianismo logo se manifestou contra certos pontos da reforma educacional do ministro Francisco Campos, “principalmente no que se referiu ao acréscimo de dois anos no ensino secundário, retardando, assim, o ingresso dos então concluintes ao curso superior.”<sup>393</sup>

A politização levou-os a organizarem-se em agremiações estudantis recém-criadas, com destaque para a “Cruzada Cívica” e a “Bandeira João Pessoa”, seguindo a tendência da época de criação de organizações políticas, como as legiões cívicas, que proliferaram nos Estados, “heterogêneas e indicadoras da profusão de anseios

---

<sup>391</sup> Eidorfe Moreira, *op. cit.*, p. 6.

<sup>392</sup> Relatório sobre matrículas no Ginásio Paraense ano de 1931. Ofício do diretor Renato Franco ao interventor Magalhães Barata, 9 de maio de 1931. Fundo Interventoria do Estado. Secretaria do Governo, ofícios (Educação), 1930-1933, caixa nº 183, APEP.

<sup>393</sup> Eidorfe Moreira, *op. cit.*, p. 6.

renovadores existentes”.<sup>394</sup> Eidorfe conta que o sentido renovador era tamanho que os estudantes se impuseram um movimento de autodisciplina no Ginásio Paraense:

A prova mais significativa foi o movimento de autodisciplina entre os alunos, de que resultou os inspetores ficarem desobrigados de funções disciplinares. Os alunos passaram a ter os seus próprios representantes ou monitores para esse fim. E o que prova isso, senão o elevado grau de conscientização a que já haviam chegado os ginasianos?<sup>395</sup>

Outro ponto destacado como emblemático do espírito renovador foi a saudação dos estudantes ao interventor do Amazonas, poeta Álvaro Maia, muito admirado pelos ginasianos, tanto pela qualidade literária como pela administração serena do Estado, um contraponto à forma autoritária de Magalhães Barata governar. Os estudantes quebraram todo o protocolo: em vez da recepção solene no salão nobre, Maia foi recepcionado na sacada do colégio com discursos improvisados por um professor e pelo estudante Solerno Moreira, respondidos também de forma improvisada pelo homenageado.<sup>396</sup>

No entanto, no início de 1932, um ato do interventor teve o efeito de instigar os ânimos do “ginasianismo”, causando grande revolta no colégio: em 19 de janeiro, Magalhães Barata assinou decreto instituindo taxa anual no valor de 60 mil réis, importância elevada para estudantes de um colégio público, que pagavam, até então, valores simbólicos a título de taxa de frequência. Com muitos pais alegando não poder pagá-la, o valor foi parcelado em três vezes. Mesmo assim, a inadimplência manteve-se alta, como comprovam documentos existentes no Arquivo Público do Pará.<sup>397</sup> Segundo Eidorfe, o ato de Barata “representou uma traição aos ideais revolucionários, quanto mais porque, em alguns Estados, os interventores haviam reduzido e até mesmo abolido as taxas escolares do ensino médio, como no Ceará e na Paraíba”.<sup>398</sup>

Mobilizados, os líderes estudantis, grupo no qual Eidorfe estava inserido, elaboraram um memorial solicitando a revogação da taxa. Pretendiam submeter o texto à apreciação dos colegas, mas foram impedidos de reunir no estabelecimento pelo

---

<sup>394</sup> DRUMMOND, José Augusto. *O movimento tenentista: A intervenção política dos oficiais jovens (1922-1935)*, Rio de Janeiro, 1986, p.216.

<sup>395</sup> Eidorfe Moreira, *op. cit.*, p. 7.

<sup>396</sup> *Idem.*

<sup>397</sup> A pesquisa documental para esta dissertação encontrou, no APEP, uma considerável quantidade de cartas de pais de alunos dirigidas ao interventor solicitando dispensa de pagamento da taxa de anuidade, por não disporem de recursos para tal. O decreto instituindo a taxa foi publicado no Diário Oficial do Estado, em 21 de janeiro de 1932, p. 1.

<sup>398</sup> Eidorfe Moreira, *op. cit.*, p. 7.

secretário de Educação Mário Midosi Chermont. Não conseguiram reunir nem mesmo no cinema Popular, cedido pela firma Teixeira Martins & Cia, tendo sido impedidos pela polícia. Os estudantes tentaram, então, entregar o memorial ao interventor, mas este não os recebeu.<sup>399</sup> Quarenta anos depois, Eidorfe Moreira lembraria a surpresa e a indignação que o ato do interventor causou aos estudantes:

Por que o interventor, que se punha frequentemente em contato direto com o povo, e que por isso se tornara grandemente popular, evitava fazer o mesmo com os estudantes? Como explicar essa atitude esquiva ou desdenhosa por parte de quem fazia questão de proclamar o seu interesse em sentir de perto os problemas da coletividade?<sup>400</sup>

Eidorfe encontraria a resposta na personalidade de Magalhães Barata, habituado a lisonjas:

Ao que nos parece, o caso é explicável em termos psicológicos. Como se sabe, Barata era extremamente vaidoso, e como tal muito propenso a receber lisonjas. Acostumado a um clima de adulação e subserviência, mantido por um verdadeiro corpo de profissionais da bajulação, o interventor não sentiu da parte dos estudantes adesão a esse clima, e isso, ao que parece, levou-o a se ressentir com os estudantes.<sup>401</sup>

Em 2 de junho de 1932, os estudantes voltaram às ruas para prestar solidariedade aos colegas do Piauí, punidos por manifestarem-se contra o despotismo do interventor piauiense. Ilustrada por foto da manifestação em frente ao prédio do jornal, na rua da Indústria, o vespertino *Diário da Tarde* publicou matéria com título que escamoteou o objetivo principal da manifestação: “O Ginásio levanta-se contra a gripe!”(Fig. 13). De fato, havia uma epidemia de gripe naqueles dias, mas esta era uma bandeira secundária para os politizados alunos do Ginásio Paraense.<sup>402</sup>

Segundo Eidorfe, dois novos fatos tiveram grande influência sobre os ânimos dos ginasianos: a exoneração de Renato Franco da direção do colégio e a eclosão, em 9 de julho, da *Revolução Constitucionalista*, em São Paulo, que “empolgou desde logo a mocidade paraense, tanto secundarista como acadêmica”.<sup>403</sup> Renato Franco havia se tornado um diretor muito estimado pelos estudantes por sua visão renovadora no colégio. Era um incentivador da criatividade e da participação dos alunos na vida

---

<sup>399</sup> *Folha do Norte*, 16 de fevereiro de 1932, p. 4

<sup>400</sup> Eidorfe Moreira, *op. cit.*, p. 6

<sup>401</sup> *Idem.*

<sup>402</sup> *Diário das Tarde*, 2 e 7 de junho de 1932, p. 12.

<sup>403</sup> Eidorfe Moreira, *op. cit.*, p. 7.

estudantil, tendo idealizado um inédito intercâmbio entre estudantes do Pará e do Amazonas para troca de experiências e conhecimento das realidades regionais (Fig. 13). Para o interventor, porém, o diretor era o responsável pelo clima de insubordinação dos ginásianos. Em junho, foi exonerado do cargo. A justificativa para o ato, no entanto, não estava vinculada à questão de indisciplina no colégio, como era presumível, mas de cunho político: a incompatibilidade entre o exercício do cargo e a participação partidária. Renato Franco, já sabemos, foi um dos fundadores do recém-criado Partido Constitucional do Pará. Em julho de 1932, em meio à onda de delação e prisões efetivadas pela polícia, foi preso sob acusação de conspirar pela causa constitucionalista.<sup>404</sup>

Figura 13 – Ginásianos com Renato Franco, sentado. Ao lado, o estudante Eidorfe Moreira.



Fonte: *Folha do Norte*, Hemeroteca Biblioteca Pública Arthur Vianna, Belém, Pará.

Cumprindo ordens da interventoria, o novo diretor do Ginásio, João Dias da Silva, tomou medidas disciplinares que limitaram a ação política dos estudantes. Revoltados, alunos do 4º e 5º anos organizaram protesto no colégio, em 02 de agosto. Visando “restituir a ordem”, a direção requisitou uma força armada do Corpo de Bombeiros Municipais. Os estudantes revidaram com pedras, travando-se violenta luta

---

<sup>404</sup> Diário Oficial do Estado, 15 de junho de 1932.

na Praça Saldanha Marinho. Sindicância da Secretaria de Obras Públicas, Terra e Viação concluiu que foram quebradas 54 vidraças do Ginásio Paraense, danos avaliados em 598 mil réis.<sup>405</sup> Os estudantes tentaram invadir o quartel da 8ª RM, mas foram contidos por sentinelas. Da refrega, saíram feridos um capitão, um aspirante e duas praças, todos do Corpo de Bombeiros Municipais. Cinco estudantes, apontados como líderes da manifestação, foram expulsos do Ginásio Paraense, entre eles Solerno Moreira Filho, irmão de Eidorfe. Outros 15 foram suspensos pelo resto do ano letivo.<sup>406</sup> Os ginásianos receberiam, na tarde daquele dia, a solidariedade dos acadêmicos de Direito, Medicina, Agronomia e Veterinária. Uma concorrida passeata silenciosa saiu às ruas em protesto contra a hostilidade do governo. “A manifestação, dispersada à espada por cavalariáns do Exército, comandados pelo assistente da Interventoria, Segundo tenente Boanerges do Couto, com ajuda de comissários de polícia e guardas civis”, deixou vários estudantes feridos. “A polícia manteve alguns manifestantes presos por cinco dias, à disposição do major interventor”.<sup>407</sup>

Há autores que tomam a manifestação de 02 de agosto como a própria Revolta de 06 e 07 de setembro. O erro decorre do uso como fonte de *A Revolução de 32*, de Hernâni Donato, livro publicado em 1982, no qual o autor transcreve um equivocado relato do ex-ministro da ditadura, Jarbas Passarinho, então um dos jovens estudantes do Ginásio Paraense. Um destes autores é Jeziel de Paula, autor de “1932: *Imagens construindo a História*”, publicado em 1998.<sup>408</sup>

---

<sup>405</sup> Relatório do engenheiro Filinésio Penna de Carvalho à Diretoria de Obras Públicas, Terra e Viação. 6 de agosto de 1932. Gabinete do Interventor. Série Ofícios, ano de 1932, Caixa nº 9, APEP.

<sup>406</sup> *Diário da Tarde*, 4 de agosto de 1932, p.1.

<sup>407</sup> Um relato detalhado das escaramuças entre estudantes e forças policiais e militares nos dá RIBEIRO, José, *op. cit.*, 1934.

<sup>408</sup> “*Esse mesmo ímpeto juvenil em prol das liberdades democráticas levou também a consequências trágicas. Na noite de 02 de agosto de 1932, estudantes dos cursos de medicina, direito e secundaristas de Belém do Pará proclamaram-se solidários com a Revolução Constitucionalista em andamento no sul e no oeste do país. Após um ataque bem sucedido à sede do tiro-de-guerra, conseguiram doze fuzis modelo Mauzer. Em seguida, já armados e municiados, ocuparam o quartel de bombeiros e da polícia, chegando a controlar durante algum tempo parte da capital paraense desguarnecida, naquele momento, pelas forças do Exército e da Polícia, que haviam se deslocado, em sua maior parte, para combater os constitucionalistas no sul. O interventor organizou a reação convocando policiais civis, bombeiros e civis armados. Os estudantes, inexperientes em tal atividade bélica e em número reduzido, terminaram encurralados no quartel da polícia estadual. (...)*”. In DE PAULA, Jeziel. *1932: Imagens Construindo a história*. 1998, pp. 256-7. Há aqui, pelo menos, quatro equívocos: 1º) A manifestação do dia 02 de agosto não teve consequências trágicas, ou seja, não houve nenhum registro de morte; 2º) O relato diz respeito à revolta dos dias 06 e 07 de setembro; 3º) Em nenhum dos eventos os estudantes ocuparam o quartel dos Bombeiros; 4º) A Polícia Militar havia sido

No relato escrito quatro décadas depois, Eidorfe Moreira faz referência à revolta do Baixo Amazonas: quando a notícia da eclosão daquela revolta circulou em Belém, fortaleceu-se “a adesão moral dos meios estudantis à Revolução Constitucionalista”.<sup>409</sup> Com a derrota na Batalha de Itacoatiara, a “adesão moral” transmudou-se “em contatos efetivos, sobretudo, com elementos militares simpáticos à causa paulista”.<sup>410</sup> Já então percebe-se o efeito emulador da Revolta do Baixo Amazonas sobre a Revolta de Belém.

Não por acaso, o movimento na capital explodiu no final da tarde de 06 de setembro, no ensejo da chegada do vapor “Poconé” trazendo os 72 prisioneiros de Óbidos. Eidorfe Moreira diz que a intenção dos estudantes era resgatar os prisioneiros haja vista a necessidade de contarem com pessoas mais experientes no comando das ações.<sup>411</sup> Outro líder rebelde, o então bacharel João Botelho, reforçou aquele objetivo:

Então, precedendo o movimento de Belém, nós tivemos o de Óbidos. Quando chegavam presos a Belém os revolucionários do Baixo Amazonas, foi que nós, para resgatá-los às mãos da ditadura imperante, fizemos a nossa revolução, tipicamente de estudantes, de homens da indústria e do comércio, proletários em geral, sem tendências nenhuma à esquerda ou à direita, mas só com uma única tendência: o amor às liberdades.<sup>412</sup>

Estas intencionalidades, a nosso ver, reforçam o nexos entre as revoltas de Belém e do Baixo Amazonas. Movidos pelo sentimento de “amor à liberdade”, os rebeldes de Belém tomaram para si a tarefa de fazer um movimento para libertar prisioneiros, tornando estes, ao mesmo tempo, causa e efeito da luta travada na noite de 06 para 07 de setembro. Outra prova de nexos entre os movimentos revelou o bacharel Demócrito Noronha, prisioneiro a bordo do “Poconé”: um militar teria sido escalado pelos estudantes Solerno Moreira, João Botelho, Lupi Martins e Paulo Euletério Filho, para entregar-lhe mensagem, em que pediam para que liderasse um motim no navio com vista a tumultuar o desembarque, no momento em que o interventor estivesse a bordo. Estabelecido o tumulto, uma parte considerável do efetivo repressivo da capital seria,

---

extinta por Magalhães Barata. Para o *front*, o interventor mandou um contingente de militares da reserva que pertenceram à extinta Força.

<sup>409</sup> Eidorfe Moreira, *op. cit.*, p. 6.

<sup>410</sup> *Idem.*

<sup>411</sup> *Idem.*

<sup>412</sup> Depoimento de João Botelho a Carlos Rocque, *op. cit.*, p. 425.

então, deslocada para o porto, facilitando a ação dos rebeldes em outras zonas da cidade. Trata-se de outra versão que reforça a correlação entre revoltas.

Pouco citado entre os protagonistas do movimento, o núcleo paraense do Partido Comunista Brasileiro, organizado em 1931 por trabalhadores da *Pará Elétric* e estivadores das Docas do Pará, participou da revolta com, pelo menos, um representante, o motorneiro Henrique Fellipe Santiago, apesar de a direção nacional deliberar não apoiar a Revolução Constitucionalista em São Paulo, conforme revela Alfredo Oliveira em “*Cabanos & Camaradas*”.<sup>413</sup> Este autor especula que a notícia da decisão da Direção Nacional não tenha chegado há tempo ao núcleo paraense devido à mudança na Secretaria Geral, o que demandava certo tempo para tomar ciência da situação partidária nos Estados.<sup>414</sup>

O jovem Pedro Pomar, de 19 anos, ainda não filiado ao PCB, tomou parte ativa na revolta. De acordo com depoimentos dos irmãos Eidorfe e Solerno Moreira, Pomar, estudante do Ginásio Paraense, “ainda não tinha ideias esquerdistas”, nem “atitudes radicais”, sendo apenas, como os demais estudantes, “contra a ditadura, sofrendo as pressões que não deixavam os estudantes se manifestar. Éramos todos constitucionais.”<sup>415</sup>

A revolta de Belém teve início com o assalto ao quartel da antiga Força Pública, na época, ocupado pela Guarda Civil. A ação foi facilitada pela adesão de guardas civis aquartelados em seu interior. Eidorfe cita a participação destacada do sargento Ricardo Pena de Almeida. Aproveitando-se da ausência do comandante da Guarda, Antonio Pinto Brandão, o sargento, à frente de um grupo de manifestantes, penetrou no quartel, e, com ajuda de outros membros da corporação, rendeu a guarda e sublevou a unidade, irrompendo vivas a São Paulo e disparando tiros de fuzil para o alto, segundo narração do jornal “*Folha do Norte*”, sinalizando o início do movimento.<sup>416</sup>

Os estudantes ficaram concentrados próximos à Casa Batista, no largo do Palácio, aguardando o sinal combinado para entrarem em ação. Carregavam consigo a proclamação conclamando o povo a formar ao lado da “Pauliceia heroica”, evitando, assim, que o país “prossiga na sua vertiginosa caminhada para o descabro político e

---

<sup>413</sup> OLIVEIRA, Alfredo. *Cabanos & Camaradas*. 2010, p. 77

<sup>414</sup> Idem.

<sup>415</sup> POMAR, Wladimir. *Pedro Pomar: uma vida em vermelho*. São Paulo, 2003, p. 59.

<sup>416</sup> *Folha do Norte*, 8 de setembro de 1932, p. 1.

financeiro”, ou, permanecendo fiel à ditadura, “continue a viver sob o jugo aviltante da prepotência, a mais forte característica do atual governo da República”. Eis, abaixo, um fragmento do documento entregue na noite do dia 6 de setembro, em meio ao tiroteio, ao povo de Belém:

#### MANIFESTO DA MOCIDADE LIVRE DO PARÁ

Brasileiros! O momento que atravessamos é grave demais para comportar vacilações de atitudes. Ao sul do país, irmãos nossos se empenham, em homérica luta contra o poder central, fazendo irradiar das trincheiras em fogo, a ardência e a sinceridade de um ideal, que encontra eco nas consciências bem afortunadas. É teu dever imperioso e indeclinável o confraternizar-te com eles, nessa arrancada gloriosa de civismo e bravura.

Desse embate, que enluta a família brasileira e hasteia, à meia verga, o pavilhão nacional, ou sairá vencedor o ideal sem mácula, defendido pelos patriotas verdadeiros, ou triunfará a massa dos que se lhe opõem, fiéis à ditadura e compelidos tão somente pela disciplina militar e pelo interesse oculto.

Com a vitória dos primeiros, que bem sabem honrar a memória de seus intrépidos antepassados, escrevendo com sangue esta nova e vibrante página da nossa história pátria, terás novamente o regime da lei; escolherás livremente os teus representantes que oporão ao arbítrio o direito e a justiça.

Com o triunfo dos segundos – atenta bem, brasileiro! – o país prosseguirá na sua vertiginosa caminhada para o descalabro político e financeiro e tu continuarás a viver sob o jugo aviltante da prepotência, a mais forte característica do atual governo da República.(...)

Paulista! A mocidade livre do Pará, obedecendo à voz do ideal que lhe palpita no peito, não mede sacrifícios para concretizá-lo; ela almeja e sonha um Brasil maior, expurgado da política malsã, governado pelos homens verdadeiramente patrióticos e de comprovado valor; não olha compensações, nem é escrava de interesse.(...)<sup>417</sup>

Ouvido o estampido dos tiros no Quartel da Guarda Civil, os estudantes avançaram, alguns armados de fuzis, outros de paus, pedras e paralelepípedos, pela avenida Portugal em direção ao Corpo de Bombeiros, na esquina da rua João Diogo, sob comando de Solerno Moreira. Ao aproximarem-se, fizeram três disparos de fuzil, esperando a ação interna de adeptos que se comprometeram sublevar a corporação. No entanto, em vez de solidariedade, os estudantes foram repelidos à bala, ocasião em que Eidorfe foi gravemente ferido, tendo, em consequência, o braço esquerdo amputado.<sup>418</sup>

Em seguida, os estudantes desabalaram em correria pela avenida 16 de Novembro, entraram em disparada na avenida Almirante Tamandaré e se espalharam pelas ruas São Mateus, São Francisco e Bragança. Nelas, ocuparam posições, protegidos por postes, árvores e casas, de onde atiraram contra o Quartel General da 8ª

---

<sup>417</sup> RIBEIRO, José, *op. cit.*, 1934, pp. 116-7.

<sup>418</sup> *Ibidem*, p. 120.

RM. Alguns subiram em telhados para melhor visualização, segundo a “*Folha do Norte*”. A troca de tiros foi intensa até às 5 horas da manhã, quando os estudantes decidiram investir pela retaguarda com vista a tomar o quartel, mas, repelidos e exaustos, abandonaram o cerco.<sup>419</sup>

Conquanto o historiador Carlos Rocque indague “o que poderia fazer um punhado de estudantes, apoiado por motoneiros de velhos bondes e um grupo de guardas, diante da força militar do governo?”<sup>420</sup> convém observar que, naquele momento, a força militar do interventor estava significativamente reduzida, com a maior parte atuando no campo de luta em São Paulo. Se considerarmos por este aspecto, talvez aquele tenha sido o melhor momento para a deflagração do movimento. No entanto Magalhães Barata tirou proveito do seu capital simbólico junto à população: expressiva quantidade de civis e militares da reserva se apresentou à residência oficial, transformada em quartel general, disposta a lutar em defesa do governo. A defesa foi, então, formada por grupamentos militares e civis: frações de tropas dos bombeiros, dos marinheiros, da Guarda Civil, da 8ª RM, jovens estudantes do Instituto Dom Macedo Costa, aprendizes de marinheiro, sindicalistas da Federação do Trabalho, funcionários públicos e desempregados, que depois usariam a participação na luta em troca de emprego.<sup>421</sup>

O coronel Antonio Pinto Brandão organizou três contingentes, confiando os comandos aos tenentes Boanerges, Simeão e Mário Souza, oficiais da extinta Força Pública. Por volta das 20 horas os contingentes ocuparam suas posições: o primeiro estacionou na Praça da República; o segundo, na travessa Benjamin Constant, às proximidades da rua 28 de Setembro; o terceiro, na rua Lauro Sodré, próximo à 15 de Agosto. Deles partiram destacamentos para combates de rua. Segundo a “*Folha do Norte*” a estratégia consistia em impedir o deslocamento dos amotinados por ruas que permitissem acesso ao Palácio do Governo.<sup>422</sup> No entanto, observando-se os pontos onde ficaram acantonados, conclui-se que a preocupação era com a defesa da residência oficial, na travessa Dr. Moraes.

---

<sup>419</sup> *Folha do Norte*, 9 de setembro de 1932, p.1.

<sup>420</sup> ROCQUE, Carlos. *Op. cit.*, 1999, p. 232.

<sup>421</sup> RIBEIRO, José, *Op. cit.*, 1934, p. 123. O APEP guarda uma expressiva quantidade de cartas enviadas por voluntários ao interventor pedindo emprego, argumentando serem merecedores por terem lutado ao seu lado na noite de 6 para 7 de setembro de 1932. Ver Fundo Gabinete do Interventor, série Cartas, período 1932-1933, Caixas nº 03, 03A e 03B. APEP.

<sup>422</sup> *Folha do Norte*, 9 de setembro de 1932, p. 1.

Pelo lado dos rebeldes, um grupo partiu disposto a ocupar a Central de Polícia, a poucos metros dali. O início da noite era o momento propício ao assalto: o expediente estava encerrado, o chefe de polícia, Nogueira de Farias, e delegados aguardavam, no porto, o desembarque dos prisioneiros de Óbidos. “Na Central estavam apenas o comissário Scylla Lage e alguns poucos guardas” conforme informação do jornal “*O Estado do Pará*”.

Os rebelados se aproximaram da Central de Polícia pelo largo de Santo Antonio, atirando sem trégua. Do interior do prédio, Scylla e guardas reagiram. Informado do cerco, o chefe de polícia partiu para a Central com um grupo de policiais. Entraram pela lateral oposta. A resistência tentou se organizar em meio ao tiroteio, Mas um grupo rebelde, comandado pelo bacharel João Botelho, conseguiu penetrar no prédio, tornando a situação insustentável para a polícia, em menor número. Os policiais subiram para o pavimento superior, trocando tiros até conseguirem refúgio na pequena sala da Tesouraria. De repente, tudo ficou escuro: os amotinados cortaram o cabo condutor de energia. Nogueira de Farias concluiu “quão inútil seria resistir, pois a ação rebelde sobre o pequeno compartimento redundaria em verdadeira chacina”. A Central estava efetivamente ocupada.<sup>423</sup> Em seguida, as celas foram abertas e todos presos libertados, entre eles, o sargento Saint-Clair Guedes de Vasconcellos, revolucionário de 1924, que “assumi, de imediato, o comando da ação, dando um pouco de ordem ao caos.”<sup>424</sup>

Em outro ponto da cidade, após as tentativas frustradas de ocupação do Corpo de Bombeiros e do Quartel General, os estudantes sentiram que somente com “idealismo e coragem” nada conseguiriam. Eidorfe Moreira disse que se “ressentiam da falta de um comandante experiente”. Vindo do ataque vitorioso à Central de Polícia, o bacharel João Botelho incorporou-se ao grupo. Propôs atacar a Cadeia de São José para libertar os tenentes Manoel Santiago e Olympio Pinto Pampolha, além de outros constitucionalistas ali detidos, no sentido destes dirigirem as operações. Um grupo de trinta estudantes partiu com Botelho para o ataque, mas a operação fracassou. Eidorfe conta que o fracasso da ação teve reflexos desastrosos sobre o movimento: os manifestantes foram interceptados por forças do governo, sendo aprisionada uma

---

<sup>423</sup> *Folha do Norte*, 8 de setembro, p. 2.

<sup>424</sup> *O Estado do Pará*, 8 de setembro, p. 1.

parcela apreciável deles, entre os quais, João Botelho. “A situação tornou-se caótica, pois ficamos confinados a uma área restrita, compreendendo as duas unidades ocupadas e adjacentes”.<sup>425</sup>

Na madrugada do dia 7, tropas do governo cercaram o prédio da Central de Polícia e submeteram os ocupantes à grossa fuzilaria. A troca de tiros entrou pela madrugada. A situação se tornou dramática para os rebeldes porque a munição estava acabando. Saint-Clair Guedes propôs um plano de retirada pela rua 28 de Setembro, varrendo o caminho à metralhadora, mas não chegou a fazê-lo. “Pela manhã, em torno das 7 horas, a munição chegou ao fim. Os ocupantes renderam-se.”<sup>426</sup>

Limitados ao Quartel da Guarda Civil, os rebeldes prepararam-se para o confronto final, dispondo canhões Armstrong e trincheiras de sacas de sal nas ruas, em volta do quartel. Concentradas sobre o único foco de resistência, as tropas do governo, em número bastante superior, postaram-se sobre telhados, interiores de residências e ruas do entorno. A estratégia era vencer os amotinados pelo cansaço. Durante a madrugada, poucos tiros foram dados contra o inimigo, que se manteve vigilante. Ao raiar do dia, abriu-se fogo pesado. Segundo “*O Estado do Pará*”, “quinze horas depois do seu início, a revolta estava dominada”.<sup>427</sup>

Pelo lado rebelde registraram-se três mortes: João Navarro Steel, guarda civil, filho de um imigrante confederado norte-americano estabelecido em Santarém, foi morto no início da refrega; Acilino de Araujo, cabo da extinta Força Pública, morto no final do combate; a terceira baixa foi a de Paulo Cícero de Azevedo Teixeira, desempregado, recém demitido da Casa Guerra, residente na avenida Padre Eutíquio, 183. Depois de tomar parte na ocupação da Central de Polícia, Paulo Cícero havia retornado ao Quartel da Guarda Civil, onde “defendeu o setor mais duramente atingido, o flanco direito da recém-denominada avenida Assis de Vasconcelos, resistindo ao contra-ataque das forças legais até ser atingido, na manhã do dia 7, por uma bala que lhe varou o intestino, caindo sobre uma trincheira de sacos de sal”.<sup>428</sup> Segundo Eidorfe Moreira, Paulo Cícero poderia ter abandonado o setor durante a noite, “como vários o

---

<sup>425</sup> Eidorfe Moreira, *op. cit.*, p. 7.

<sup>426</sup> *Idem.*

<sup>427</sup> *O Estado do Pará*, 10 de setembro, p. 2

<sup>428</sup> *Folha do Norte*, 12 de setembro de 1932, p.2. Paulo Cícero de Azevedo Teixeira é geralmente identificado como ginasião, mas há dois anos havia concluído os estudos no Ginásio Paraense. Depois de trabalhar na casa Guerra, pediu demissão e estava desempregado quando ocorreu a revolta em Belém. Ver *O Estado do Pará*, 9 de setembro de 1932, p. 1.

fizerem neste e noutros setores quando viram perdida a causa, mas permaneceu ao lado daqueles que resolveram resistir até o fim”. Foi reconhecido pelos colegas como herói da revolta de 6 e 7 de setembro.<sup>429</sup>

Em “*Magalhães Barata: o homem, a lenda, o político*”, o historiador Carlos Rocque narrou as rebeliões de Óbidos e de Belém como movimentos dissociados um do outro. Foi o primeiro historiador a tratar a *Revolta* Constitucionalista de Belém como “Levante dos Estudantes”, tal a predominância da categoria estudantil sobre as demais.<sup>430</sup> Fazendo coro ao discurso oficial, concorda que o movimento visou, única e exclusivamente, a deposição do interventor. Na sua avaliação, os estudantes “prestaram-se a inocentes úteis de desafetos de Barata”, manipulados por “velhos mestres do Colégio Paes de Carvalho.”<sup>431</sup>

Neste julgamento, o historiador nega aos rebeldes o direito de terem agido como sujeitos ativos da história, dispostos a lutar por uma ideologia ou na defesa de seus interesses. Sua interpretação assume a interpretação do biografado. Para Magalhães Barata, por traz das “crianças” estavam os seus inimigos prontos para assumir os postos no governo em caso de vitória rebelde:

Estavam esperando pelo sucesso, para então ocupar os lugares, tais como a Interventoria, Recebedoria, Diretoria da Fazenda, Prefeitura Municipal, Matadouro, Limpeza Pública etc. Poltrões! Açularam umas crianças, mentiram a esses ignorantaços da Guarda civil, mandaram a todos para o fogo, para a morte e... só ficaram em casa aguardando a notícia de que eu fugira e meus auxiliares comigo.<sup>432</sup>

### 3.3. O uso político das revoltas

Na busca de uma resposta ao “esquecimento” de Magalhães Barata em relação à Revolta do Baixo Amazonas na mensagem de 1935, analisaremos os comportamentos do poder e da sociedade em relação às duas rebeliões. No Pará, a análise dos documentos indica que as revoltas constitucionalistas manifestaram comportamentos distintos. Em Belém, o interventor, executor de “medidas administrativas modernizantes com vistas a mobilizar a população e da articulação com os setores urbanos em torno da

---

<sup>429</sup> Eidorfe Moreira, *op. cit.*, p. 7.

<sup>430</sup> O número de estudantes teria sido equivalente a dois terços do total de rebeldes. *O Estado do Pará*, 13 de setembro de 1932, p. 1.

<sup>431</sup> ROCQUE, Carlos, *op. cit.*, p. 232.

<sup>432</sup> *O Estado do Pará*, 9 de setembro de 1932, p. 1.

bandeira da sindicalização da classe operária”, como observa Pandolfi<sup>433</sup>, recebeu apoio de expressiva parcela da população para dominar a revolta, conforme relato dos jornais.<sup>434</sup>

Ciente de sua popularidade junto às massas, Magalhães Barata disse que “em qualquer dificuldade em que seus adversários o colocassem rufaria numa lata velha chamando o povo, que estava e estará ao seu lado em todos os pontos de vista”. Logo após a revolta em Belém, o jornal “*Diário da Tarde*” relembrou o discurso proferido no primeiro semestre de 1932, ao se referir à grande afluência de populares em auxílio do interventor. Sob o título “A lata velha do major” o ditério, recebido como piada entre os adversários do major, se concretizaria na noite de 06 para 07 de setembro:

O tambor simbólico do eminente soldado, mal se fez ouvir nos quatro cantos da cidade, e logo todas as classes sociais, num afeto de irmãos, num carinho de amigo invadiram-lhe a casa para defender-lhe a vida, a honra e o lar. Só isso? Não! Pediram armas para combater os rebeldes que atentavam contra a ordem pública de um governo, por todos os títulos o maior de quantos já tivemos, honesto, trabalhador, brilhante, e que vai deixar na sua passagem por esta terra, um rastro luminoso de benemerência que jamais se apagará.<sup>435</sup>

Para o entusiasmado redator do “*Diário da Tarde*”, o interventor, ao rufar sua lata velha, comparava-se ao mito de Orfeu, cujo som da harpa atraía os homens e encantava os animais:

Branco, mulato, caboclo, jovem, velho, como se acudissem a uma voz oculta e singular, se davam as mãos fraternamente em torno daquele homem, símbolo do povo, símbolo do Exército, símbolo da revolução de Outubro. Podem rir da lata velha como se riem das predições famosas da humanidade, mas tocada por Magalhães Barata, ela tem a atração magnética da flauta [sic] de Orfeu.<sup>436</sup>

---

<sup>433</sup> Segundo a autora, Magalhães Barata e Lima Cavalcanti, em Pernambuco, *desenvolveram uma prática política inovadora no sentido da implementação de reformas administrativas, não restringiram sua base de apoio aos setores oligárquicos. (...) Tratava-se de uma prática política renovadora, onde a busca de apoio nos setores urbanos era uma constante. Se ao nível do discurso existe uma forte preocupação com a incorporação da classe operária, esta concepção está referendada em medidas concretas encaminhadas por estes dois líderes. Em Pernambuco e no Pará, além dessas medidas modernizantes e das tentativas de mobilizar a população, os interventores assumem a bandeira da sindicalização da classe operária. Os efeitos dessa política vem à tona quando da indicação dos representantes classistas dos empregados para a Assembleia Nacional Constituinte de 1934. Além de serem os Estados que mais participam do processo de escolha de delegados para a eleição desses deputados, estes se dizem os legítimos representantes da classe operária, reconhecendo a liderança dos interventores. In PANDOLFI, Dulce Chaves, op. cit., p.353.*

<sup>434</sup> *O Estado do Pará*. 11 de setembro de 1932, p. 2.

<sup>435</sup> *Diário da Tarde*, 08 de setembro de 1932, p1.

<sup>436</sup> *Idem*.

No dia seguinte, o redator voltou a falar no apoio popular ao governo dizendo que a adesão dos “homens de todas as classes” deveu-se à “forma cruel” como eram tratados pelos “mandatários da Velha República”, que só se lembravam deles “às proximidades das eleições, esquecendo-os depois, mesmo quando os viam na rua”. Na Interventoria de Barata, estes homens, “de todas das classes trabalhadoras encontraram nele o amigo leal, dedicado, bom e incondicional que procuravam para garantir os seus direitos”.<sup>437</sup> Por meio de uma estratégia de manejo de imaginários, o jornal procura constituir “imagem desvalorizada do adversário”, ao mesmo tempo em que “exalta por meio de representações engrandecedoras o poder cuja causa defende e para o qual procura obter o maior número de adesões”.<sup>438</sup>

Para o jornal, a derrota dos insurretos deveria servir de exemplo aos que pensavam se opor à *Revolução* de Outubro:

Nos sucessos tristes de anteontem, os nossos trabalhadores lá estiveram ao lado do governo revolucionário, escrevendo na hora que passa mais uma fulgurante página de civismo na História do Pará!

Honras sejam dadas às forças militares, aos trabalhadores e aos civis paraenses, pelas provas de lealdade e destemor dadas ao Brasil na noite de anteontem, chamando ao uso da razão, pela realidade dura e precisa das armas, um grupo de loucos, desviados dos seus deveres cívicos, e para ficar como exemplo aos que rezam pela mesma cartilha e pensam tais aventuras.<sup>439</sup>

Utilizando armamento pertencente ao Quartel General da 8ª RM os civis combateram duramente os amotinados. Encerrada a luta, nem todos devolveram as armas. Preocupado com as consequências de uma população armada e exaltada pela vitória, o chefe de polícia publicou nota em que conclamou as pessoas que mantinham em seu poder “qualquer arma utilizada no motim de anteontem a entregá-la, sem demora, às autoridades, sob pena de serem responsabilizadas criminalmente”.<sup>440</sup>

Sobre os riscos do povo armado, Saint-Pierre, lembra que teóricos prussianos, no início do século XIX, perceberam que a única forma de conter ou pelo menos dificultar o avanço das tropas revolucionárias de Napoleão era armar o povo. Um édito foi lançado pelo imperador conclamando a população a se armar. Mas, considerações políticas o fizeram voltar atrás um dia depois: era preferível perder a guerra para uma nação inimiga a ganhá-la ao custo de deixar o povo armado. Segundo Saint-Pierre, todas

---

<sup>437</sup> *Diário da Tarde*, 09 de setembro de 1932, p. 1.

<sup>438</sup> BACZKO, Bronislaw, *op. cit.*, p. 300.

<sup>439</sup> *Diário da Tarde*, 09 de setembro de 1932, p. 1.

<sup>440</sup> *Folha do Norte*, 09 de setembro de 1932, p. p. 1.

as classes dominantes temem proporcionar igualdade de condições de luta ao povo oprimido.<sup>441</sup>

Os relatos dos jornais, e não somente do “*Diário da Tarde*”, revelam que a revolta de Belém foi um momento onde Magalhães Barata aferiu a sua popularidade, saindo do episódio mais fortalecido, não só por esmagar a ação rebelde, como também pela demonstração de solidariedade dos moradores de Belém, que atenderam ao rufar da sua “lata velha”. Uma semana depois, o interventor foi alvo de duas homenagens, promovidas pelas “classes conservadoras” e pelas “classes trabalhadoras”. Conforme relato da *Folha do Norte*, no dia 14, às 9 horas, as classes conservadoras, representadas pela Associação Comercial e sociedades industriais, foram recebidas pelo interventor em seu gabinete. Na ocasião, Antonio Faciola, presidente da ACP, leu manifesto no qual os empresários expressaram a “solidariedade leal e sincera e o preito de reconhecimento e admiração pela ação segura, enérgica e verdadeiramente patriótica com que V. Exc. sufocou o movimento da noite de 06 e 07 de setembro”.<sup>442</sup>

Uma hora depois, o interventor recebeu homenagem da “grande massa de proletários de vários ofícios portando inúmeros estandartes que se cumprimi no entorno do Palácio”. Um orador, não identificado pelo jornal, saudou o interventor referindo-se à situação do operariado através da história da revolução francesa, para afirmar que “a *Revolução* de Outubro havia trazido a liberdade, cumprindo a todos defendê-la com o sacrifício da própria vida”. Observou que a situação do País, em face do “problema trabalhista e da atitude reacionária de São Paulo, justifica a atitude do operariado ao lado da ditadura e do major Magalhães Barata, a quem o homem das fábricas e oficinas tudo deve”.<sup>443</sup>

No plano nacional, a grande quantidade de mensagens enviadas de vários pontos do país, publicadas no *Diário Oficial do Estado*, expressando solidariedade e parabenizando o interventor, são provas irrefutáveis do capital político que a revolta lhe proporcionou. Nestas mensagens, a imagem que se destaca é a do “bravo militar fiel aos ideais da *Revolução* de Outubro.”<sup>444</sup>

---

<sup>441</sup> SAINT-PIERRE, Héctor Luis, *op. cit.*, p. 152.

<sup>442</sup> *Folha do Norte*, 15 de setembro de 1932, p. 1

<sup>443</sup> *Idem.*

<sup>444</sup> Dezenas de mensagens enviadas ao interventor foram publicadas nas edições do Diário Oficial do Estado, vários dias após a revolta.

Diferentemente disto tudo, em Óbidos, o rufar da “lata velha” do major não atraiu nenhum morador à defesa da *Revolução* de Outubro. Magalhães Barata esperava dos obidenses a “organização de um contramovimento” que, efetivamente, não ocorreu. Em 21 de agosto, no terceiro dia de revolta, ele publicou, na “*Folha do Norte*”, uma “Proclamação ao povo obidense”, exortando civis e militares a lutarem contra os rebeldes, identificados como “perrepistas”:

Obidenses! É vosso amigo major Magalhães Barata quem vos fala através deste Boletim, para vos afirmar, antes de tudo, não crer na vossa solidariedade àqueles maus patrícios que aí se amotinaram para saquear e depredar. Faço um apelo ao vosso coração e à vossa consciência: tenho empenhado tudo quanto passo para dar ao nosso Estado paz e justiça, trabalhando com afinco e sem descanso no preparo do futuro pelo desenvolvimento econômico, único meio de assegurar o vosso contínuo bem estar.

Tenho fé em breve colhereis o fruto do meu trabalho com a abundância nos vossos lares.

Por isso mesmo é que, testemunhas que sois do meu esforço, estou certo negareis, inflexivelmente o vosso apoio a esse movimento impatriótico, infeliz e injustificável. Organizai o contramovimento; expulsai da cidade aqueles que roubaram a vossa tranquilidade! Avante, obidenses!

Todo aquele que vestir a farda do glorioso Exército Brasileiro, que se retire de Óbidos e venha para Santarém.

Todo aquele que não tiver uma arma para expulsar os que estão fazendo mal a todos, que fuja e venha a Santarém se armar;

Aos nobres companheiros de farda que tiverem permanecido fiéis ao meu governo e ao Governo Provisório, eu os concito à reação contra os perrepistas de Óbidos, em nome do nosso querido Brasil, em nome do Norte glorioso.

Aos que impatrioticamente se amotinaram, aconselho que se rendam, depondo as armas. Se o fizerem, a todos garantirei a vida; se, entretanto, teimarem na loucura da luta fratricida, declaro que tratarei com o merecido rigor.

Viva o Brasil! Viva o Pará!

(a) Major Magalhães Barata  
Interventor Federal do Pará.<sup>445</sup>

Esta mesma proclamação foi impressa em várias cópias para ser distribuída na cidade por ocasião da chegada do couraçado “Floriano” e do vapor “Tenente Portela”, trazendo numeroso contingente para dar combate aos rebeldes.<sup>446</sup> Mas os obidenses não esperaram as instruções do major. Temendo “outro bombardeio como o de 1924” e o recrutamento forçado, a que “todos os rapazes, e até mesmo meninos de 15 anos” foram

---

<sup>445</sup> *Folha do Norte*, 21 de agosto de 1932, p. 1.

<sup>446</sup> Sobre o tamanho do contingente, os frades franciscanos dizem que o “couraçado Floriano” chegou com uma tropa de “430 marujos”. In *Livro de Crônicas do Convento de Óbidos*, 1932, p. 54. Sobre o contingente a bordo do “Tenente Portela”, teriam embarcado em Belém duzentos soldados, aos quais se incorporariam cem voluntários no município de Faro. Assim, a força legal que aportou em Óbidos teria em torno de 730 homens. *Folha do Norte*, 24 de agosto de 1932, p. 1.

submetidos, “as famílias fugiram precipitadamente em canoas frágeis e superlotadas”, segundo relato dos franciscanos.<sup>447</sup>

Para o capitão Alberto da Silva Pereira, responsável pelo inquérito da 8ª RM, “o elemento civil da cidade ficou de braços cruzados, indiferente, esperando ver de que lado pendia o prato da balança revolucionária”.<sup>448</sup> É provável que o capitão esteja se referido aos comerciantes que mantiveram seus comércios abertos, talvez aguardando que, de alguma bolsa, saísse o dinheiro que lhes pagaria as requisições, como ocorreu na revolta de 1924. Mesmo estes comerciantes não hesitaram na hora de tirar suas famílias, assim com os demais “elementos civis” que tinham meios para tal. Segundo o escritor Ildefonso Guimarães, nas ruas despovoadas de Óbidos, o cenário era de desolação, só ficando na cidade as famílias desprovidas de recursos financeiros:

Nas ruas, uns poucos “carregadores” e algumas pessoas do subúrbio que, por só terem de seu o dia e a noite, não puderam acompanhar o êxodo dos mais remediados. E finalmente o molecório de sempre: gitinhos dos confins da rua da Prainha, das baixadas das ruas Cearense e de São Benedito; barrigudos maláricos da beira do Anhingal; curumins da descida do “Céu” e das cercanias do Cemitério, que esses todos aqui estão, animados pelo espetáculo bélico, para eles o fascínio de uma aventura guerreira que lembra dias saudosos do cinema da empresa Rosário Conti e seus filmes sobre a Guerra de 14.<sup>449</sup>

Difícilmente o rufar da “lata velha” do major atrairia os obidenses para a defesa dos “ideais de Outubro”. Dois anos depois da *Revolução* de Outubro, Óbidos ainda aguardava, pacientemente, os melhoramentos que a introduziriam na “Nova Era”. Em 1933, o prefeito Adolfo Gonçalves publicou relatório em que relaciona os problemas ainda sem solução, herdados da administração Ignácio Freire (1931-1932): o abastecimento de água continuava irregular devido a problemas na bomba de captação do Igarapé Pauxis; o fornecimento de energia mantinha-se precário, só acontecendo algumas horas do dia, embora uma caldeira recondicionada tenha sido comprada para substituir a anterior mas por falta de operários, a montagem não havia sido feita; o trapiche municipal continuava parcialmente destruído; faltavam carteiras nas escolas; as ruas íngremes, sem calçamento, apresentam enormes valas, que demandavam recursos

---

<sup>447</sup> Frades Franciscanos, *op. cit.*, p. 54.

<sup>448</sup> Relatório do inquérito 8ª RM, p. 209. AHEX.

<sup>449</sup> GUIMARÃES, Ildefonso, *op. cit.*, p. 174.

financeiros do município para aterramento.<sup>450</sup> Um ano depois, um anônimo escreveu à *Folha do Norte* informando que os problemas ainda não haviam sido resolvidos. Com título “Os ‘peioramentos’ de Óbidos”, o autor diz que tudo lá existente viera do governo da “República carcomida”. Os serviços de água, luz e gelo, assim como a infraestrutura de atendimento público do município – mercado, curro, hospital e trapiche – eram obras do governo de Augusto Corrêa Pinto, deposto em 1930. Sem a devida conservação, esses serviços teriam se deteriorado. “A máquina e caldeira foram retiradas da usina e mandadas para Oriximiná”. Em seu lugar, a prefeitura instalou “uma velha e usadíssima, condenada pelos maquinistas do vapor Tenente Portela”, disse o anônimo. Assim, “desde 1930, os obidenses continuam enfrentando os mesmos problemas de abastecimento, tendo que comprar água de carregadores a 200 réis por lata, usando velas a partir de meia noite e não mais dispo do precioso gelo numa terra quente como é Óbidos”.<sup>451</sup>

Sem ter estendido ao município o seu programa de reforma, carecia ao interventor o apoio popular que dispunha na capital. Por outro lado, o que poderia fazer uma pequena população contra os militares amotinados do 4º GAC, armados de fuzis e canhões, senhores do Quartel, do Forte Velho e da Defesa Gurjão? Certamente este não era o ambiente propício para o interventor capitalizar em torno de si a solidariedade das “classes conservadoras” e “das classes trabalhadoras”. Em agosto de 32, quando a força legal chegou a Óbidos, a população havia se refugiado nas matas, como fizera em 1924.

### 3.4. Um discurso dissonante

Com a representação oficial desqualificando o caráter político da Revolta Constitucionalista do Baixo Amazonas, representada como ação de bandidos, autores como Abguar Bastos e Lindolfo Mesquita, ligados ao interventor, irão omiti-la das narrativas sobre movimento rebelde 1932 no Pará. A versão do poder se fará ouvir até mesmo em livro publicado mais de seis décadas depois do evento, quando Carlos Rocque assume, sem contestação, o significado oficial, em biografia de Magalhães Barata. No entanto, houve uma voz dissonante no universo dominado pelo discurso

---

<sup>450</sup> Relatório apresentado ao Sr. Major Magalhães Barata pelo Sr comandante Adolfo Valente Gonçalves, relativo ao 1º semestre de 1933. *Diário do Estado*, 3 de novembro de 1933, p. 10.

<sup>451</sup> *Folha do Norte*, 24 de agosto de 1934, p. 1

oficial. É desta voz que trataremos na presente seção, assim como da reação encetada pelo poder para fazer calar o seu autor.

Enquanto em São Paulo, a literatura memorialística produziu dezenas de obras, tão logo cessou a luta, escritas a partir do ângulo constitucionalista, no Pará, um único livro, publicado em 1934, tratou as rebeliões de Óbidos e Belém pelo mesmo prisma. Em “*Sobre os mosaicos do inferno – Fotografia nítida de três anos de desvarios num recanto esquecido da República Nova*”, o bacharel José Francisco Ribeiro vê aquelas rebeliões como “reações patrióticas” de “verdadeiros brasileiros” contra o autoritarismo do interventor. Fundador do Partido Constitucional do Pará e candidato à Assembleia Constitucional, Ribeiro explicita, já no título da obra, o que o leitor encontrará em suas 308 páginas: os “três anos de desvarios” referem-se ao período de 1930 a 1933, no qual o major Barata governou o Pará, o “recanto esquecido da República Nova”, impondo a “política do quero, posso e mando”<sup>452</sup>.

O bacharel escreveu “*Sobre os mosaicos do inferno*” após leitura de “*A Revolução Paulista*”, de Menotti Del Picchia, publicado em dezembro de 1932, logo após a assinatura de armistício entre constitucionalistas e Governo Provisório. O livro de Menotti parece ter inaugurando a extensa memorialística paulista sobre a revolução, tendo sido publicados, considerando somente o período de 1932 a 1938, em torno de 114 títulos.<sup>453</sup> Sobre este boom editorial, Menotti escreveu, em apreciação ao livro “*São Paulo Venceu!*”, de Arnon de Melo, que “a revolução paulista transformou-se, calados os canhões, numa guerra literária. Gastaram-se mais palavras para descrevê-la do que fitas de metralhadoras para sustentá-la.”<sup>454</sup>

No Pará, o movimento constitucionalista conheceria uma única representação, a oficial, se José Ribeiro não formulasse a sua interpretação bastante particular. Para este constitucionalista, admirador dos paulistas, “um povo consciente, grande, culto e patriota”, a *Revolução* Constitucionalista fora uma “eclosão popular, maior entre as maiores de todo continente.” Assim como o movimento em São Paulo, as revoltas de Óbidos e de Belém combateram “o outubrismo político dos que transformaram a

---

<sup>452</sup> Exemplares de *Sobre os mosaicos do inferno* podem ser encontrados no acervo do setor de obras raras da Biblioteca Pública do Pará Arthur Vianna. Os três volumes lá encontrados encontram-se em razoáveis condições de conservação.

<sup>453</sup> ABREU, Marcelo Santos de. *A Revolução Constitucionalista de 1932: memorialismo, historiografia, produção do silêncio*. Rio de Janeiro: PPGHS/UFRJ, 2007, p. 3.

<sup>454</sup> *Idem*.

confusão da vitória em 30 num paraíso para os seus vícios e num dantesco inferno para as suas vítimas”. A eles – “interventores inaptos, incompetentes, messiânicos, facciosos’ – coube o “manejo desse pelourinho que se chama poder discricionário.”<sup>455</sup>

O tom épico característico de uma historiografia ainda não profissional está presente nos memorialistas constitucionalistas daquele momento, do qual o modernista Menotti Del Picchia e o bacharel José Ribeiro são emblemáticos. É um momento da produção intelectual profundamente marcada pela *Revolução* de 1930. Como observa Lúcia Lippi Oliveira, neste momento a produção intelectual não estava sendo gerada no ambiente acadêmico, mas por profissionais liberais, dentro de num mercado editorial em franca evolução, com o surgimento de grandes editoras e livrarias de porte nacional:

É verdade que são sobretudo os bacharéis que produzem ensaios sobre o momento político; são os médicos, mantendo a tradição das escolas de medicina como centros de cultura; são os engenheiros que, muitas vezes, no contato com o interior, vão sugerir o desenvolvimento dos meios de comunicação como premissa para a unificação nacional.<sup>456</sup>

Escritor de uma única obra, José Ribeiro se insere na ala dos autores sobre os anos 30 que se posicionam contra a participação dos militares na política, apontando os resultados negativos da improvisação do tenente Magalhães Barata no governo do Pará. O interventor teria assentado “a administração pública no absolutismo sem finalidade”, sem distinguir entre comandar um batalhão e governar o Estado, transformado-o “em enorme caserna, formidável quartel, onde um aglomerado de boletins – severos e obedecidos sem protesto – articula e desarticula as companhias da unidade em forma”.<sup>457</sup>

Alagoano, casado, residente bairro da Batista Campos, José Ribeiro exercia a advocacia em escritório localizado na rua 13 de Maio, 68<sup>458</sup>. Era também servidor público estadual, tendo exercido a função de perito da Polícia Civil e ocupado o cargo de diretor da Secretaria da Câmara dos Deputados. Em 04 de novembro de 1927, disponibilizou-se do cargo com os vencimentos fixos de 720 mil réis. A partir de abril de 1931, seguidos atos administrativos de Magalhães Barata cortaram-lhe os

---

<sup>455</sup> RIBEIRO, José, *op. cit.*, 1934, p. 49.

<sup>456</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi; GOMES, Eduardo Rodrigues; WHATELY, Maria Celina. *Elite intelectual e debate político nos anos 30*. Rio de Janeiro; FGV, 1980, p 34.

<sup>457</sup> RIBEIRO, José, *op. cit.*, p. 8.

<sup>458</sup> *Folha do Norte*, de 24/03/1933, p. 1.

vencimentos. A causa foi sua recusa formal em assumir as funções de juiz substituto no interior do Estado. O advogado justificou a recusa alegando que o cargo de Juiz Substituto não era da mesma natureza e classe do que exercia antes, como determinava a lei para o retorno ao trabalho<sup>459</sup>.

Ao recorrer à justiça contra o corte dos vencimentos, Ribeiro acabou por infligir uma derrota ao interventor, que recebeu notificação enviada pelo próprio chefe do Governo Provisório Getúlio Vargas:

Para que o paciente seja novamente posto em disponibilidade e promova-se, depois, a revisão do processo para aproveitá-lo noutro cargo si estiver em condições de validez e aposenta-lo si for considerado invalido. Si for nomeado para outro cargo equivalente em vencimentos e recusar aceita-lo, deve ser cassada a disponibilidade, após esgotar os prazos legais sem assumir o cargo.

Em 4-1-1933. – (a) G. Vargas.<sup>460</sup>

Tocado em seus brios autoritários, Magalhães Barata publicou portaria, na edição nº 11.931, do *Diário Oficial do Estado*, de 18 de fevereiro daquele ano, na qual, “conforme a decisão do Chefe do Governo Provisório da República” manda reverter à disponibilidade do cargo de diretor da secretaria da extinta Câmara dos deputados o bacharel José Francisco Ribeiro<sup>461</sup>.

O imbróglio, porém, não estava resolvido. No dia seguinte, o interventor baixou outra portaria, desta vez ordenando que o bacharel “fique adido” à Recebedoria de Rendas do Estado, “percebendo os vencimentos que lhe competem pela disponibilidade naquele cargo”. Ribeiro não acatou a ordem porque não havia sido submetido a nenhum exame médico e de sanidade mental, além de não considerar válida a equivalência dos cargos e salário. Ato contínuo, Magalhães Barata, em 7 de março, decide cassar-lhe a disponibilidade<sup>462</sup>.

Outro processo que ampliou o fosso político entre o bacharel e o major interventor foi a tentativa do Partido Liberal, criado e presidido por Magalhães Barata, de impedir a sua candidatura à Assembleia Constituinte de 1933. Àquela altura, Ribeiro, filiado ao Partido Constitucional do Pará, candidatou-se a uma das sete cadeiras numa chapa encabeçada pelo advogado Samuel da Gama Costa MacDowell. Um recurso

---

<sup>459</sup> Todo o longo contencioso entre Ribeiro e Barata foi publicado, em anexos, em *Sobre os mosaicos do inferno*, pp 228-304.

<sup>460</sup> RIBEIRO, José, *op. cit.*, p. 295.

<sup>461</sup> *Idem.*

<sup>462</sup> *Ibidem*, p. 300.

interposto pelo diretor da Fazenda Pública Estadual, coronel José Luiz Pingarilho, no Superior Tribunal Eleitoral do Estado, tentou impedir-lhe a candidatura, sob a alegação que o bacharel estava com os direitos políticos suspensos por ter participado do movimento constitucionalista de 6 e 7 de setembro, em Belém. Desta vez, porém, Ribeiro obteve mais sucesso contra a investida baratista: o STE julgou improcedente o recurso, alegando que o bacharel, eleitor inscrito sob o nº 1.653, não se tratava do mesmo José Ribeiro, militante então preso como envolvido no movimento, o qual foi fichado como sem profissão, sem identidade civil e sem ficha datiloscópica. Como vimos no primeiro capítulo, quando das rebeliões de Óbidos e Belém o bacharel havia se refugiado, temporariamente, na Capital Federal.

Seja como for, têm-se aí dois processos que foram amplamente divulgados na imprensa que podem ter contribuído para que o bacharel carregasse nas tintas na hora de narrar os três primeiros anos de “desvarios num recanto esquecido da República Nova” sob o jugo tenentista de Magalhães Barata.

Em “*Sobre os mosaicos do inferno*”, José Ribeiro qualifica as revoltas de Óbidos e Belém, como atos protagonizados por verdadeiros patriotas. Tal leitura se choca com a interpretação oficial, sobretudo em relação à revolta de Óbidos, entendida pela dominação como mero assalto praticado à mão armada:

A batalha naval de Itacoatiara, o assalto do B. I., a tomada da Chefatura de Polícia, os ataques à cadeia de S. José e aos quartéis do Corpo de Bombeiros Municipais e da 8ª Região Militar, são feitos indescritíveis, porque são grandiosos e de maior civismo, mesmo com os horrores descomunais de sua sinistra dramatização. Não havia comando, não havia armas, não havia munição, e aí está seu fracasso. Representam, por si sós, a consciência de um milhão e quinhentas mil almas que fazem o Pará um Estado desagregado do Norte.<sup>463</sup>

Nestas linhas, o tom apaixonado do bacharel, além de fazer emergir um sentido heroico jamais sustentado por outro intelectual, revela-se na generalização que torna o grupo rebelde representante da consciência de “um milhão e quinhentas mil almas”, a população total do Estado. A referência final à desagregação do Pará ao Norte é parte do diálogo de Ribeiro com Menotti Del Picchia. Trata-se de uma resposta ao modernista, segundo a qual, com exceção de São Paulo, “o resto do Brasil é conscientemente ditatorial e sente a necessidade de viver sem um código constitucional e sob um regime

---

<sup>463</sup> *Ibidem*, p. 145.

de força”.<sup>464</sup> Para o bacharel, se o Norte cabe neste figurino, o Pará, por suas revoltas em defesa do retorno do regime constitucional era, então, um Estado desagregado dele.

Ribeiro diz que a censura aos jornais de Belém impedia aos paraenses tomarem conhecimento da extensão da luta travada em São Paulo. Teria surpreendido a todos as prisões de julho de civis e militares acusados pelo governo de conspirarem em prol da causa paulista. Entre os detidos, quando a luta começara em São Paulo, estava o comandante do 4º grupo Artilharia da Costa de Óbidos, descrito por Ribeiro como “o muito ilustre, bravo e prestigioso Sr. major Aristides Paes de Souza Brasil, a quem se conferia a chefia do movimento pró-Constituição no Pará”<sup>465</sup>. Termos como “bravo”, “patriota”, “amante da liberdade”, “digno”, “intrépido”, “destemido”, “espírito enérgico”, “corajosos”, “grande herói”, entre outros que destacam qualidades positivas, pontuam a narrativa quando faz referência aos constitucionalistas.

O autor descreve a existência de um clima favorável à causa constitucionalista em Belém, expresso na cidade por meio de cartazes e pichações em muros, dando vivas aos comandantes paulistas, chamando a atenção para a falta de sensibilidade do interventor, que não teria percebido a advertência dos insatisfeitos com o seu governo:

Aqueles “Viva S. Paulo!” – “Viva Klinger!” – “Viva Matogrosso!” – “Viva Isidoro Lopes!” – impressos, não se sabe como, em letras enormes, ora brancas, ora negras, nos muros, nas paredes das igrejas e até mesmo nos passeios das avenidas da *urbe*, seriam graves advertências, não tivesse no governo o poço de vaidade cuja profundeza vimos de apreciar.<sup>466</sup>

Em “*Sobre os mosaicos do inferno*”, percebe-se o esforço do autor em construir imagens favoráveis aos rebeldes. Trata-se de um sofisma para induzir o leitor a crer que o movimento armado no Baixo Amazonas teve o apoio dos moradores de Óbidos e das cidades por onde se desenrolou a revolta. Eis como Ribeiro recriou o ambiente por onde passou a expedição de Archimedes Lalôr:

[Archimedes Lalôr] fica senhor de toda a zona percorrida, desde Juruty até Parintins, onde aporta e tudo domina, **graças às simpatias das populações respectivas ao movimento de São Paulo**, aguardando, senhor do terreno em que pisava, a passagem da expedição rebelde, na qual se integra, com destino à capital amazonense. Aquela já estava de viagem, pois saíra de Óbidos, no dia 20, **debaixo das maiores ovações e protestos de solidariedade**, sob chefia do tenente Raymundo Alves da Cunha, bravo e distinto oficial do 4º Grupo, soldado

---

<sup>464</sup> DEL PICCHIA, Menotti, *op. cit.*, p. 20.

<sup>465</sup> RIBEIRO, José, *op. cit.* p. 112.

<sup>466</sup> Idem.

declaradamente constitucionalista; do Dr. Demócrito Noronha, como representante do chefe da Revolução, e do Sr. João Nogueira Gomes, como secretário, e mais 70 praças regulares e irregulares.(...) Ademais, tudo fazia entrever melhor sucesso, dado o entusiasmo da tropa expedicionária e **o delírio do povo que ficava, bem armado e municiado, ao lado de um chefe como o Sr. Pompa, bravo e digno.**<sup>467</sup>

Apesar do saque a que foram submetidos os comerciantes de Óbidos, Juruti e Parintins, do recrutamento forçado de reservistas e civis e da fuga da população apavorada para o interior, a imagem de uma população simpática à revolta, que se solidarizou com a expedição ao Amazonas, ficando tranquila e segura ao lado do líder Pompa, só pode ser compreendida como a estratégia descrita por Bronislaw Baczko, de criação de imagem positiva de si em realce à imagem negativa que se atribui ao inimigo, com fins de legitimar ações e modelar comportamentos.

Dentro desta estratégia, a imagem criada por Ribeiro sobre os vencedores é a de animais cruéis, sedentos de sangue. Ao fim da Batalha de Itacoatiara, após o abaloamento dos vapores “Andirá” e “Jaguaribe”, deu-se a “caçada infame aos vencidos”, que transformou a luta em “carnificina de Itacoatiara”, assim descrita:

(...) registra-se a caçada infame aos vencidos, a monstrosidade canibalesca e culminante do assassinio, por forma a tudo aniquilar. De sorte que, quem não era tragado pelas águas ao fugir dos navios que afundavam, sobre elas era abatido pelas balas dos fuzis, num recontro apavorante, não de homens, porém, de hienas e chacaes, sedentos de sangue!<sup>468</sup>

Na percepção de Ribeiro, a revolta de Óbidos, mais que um movimento político de adesão à causa paulista em defesa do regime constitucionalista, foi uma resposta armada dos paraenses ao modo autoritário e ditatorial de Magalhães Barata governar o Pará:

Ninguém se iluda – o tributo de sangue que pagou o Pará naqueles dias inolvidáveis, não foi só uma demonstração caracterizada de solidariedade ao glorioso povo paulista, garroteado nas suas liberdades maiores, mas também um protesto violento e uma representação polarizada de discordância aos horrores cometidos pela figura desatinada que dirige este pedaço da pátria brasileira, este recanto esquecido da República Nova<sup>469</sup>

---

<sup>467</sup> *Ibidem*, p. 133. Os grifos são nossos.

<sup>468</sup> *Ibidem*, p. 140.

<sup>469</sup> *Ibidem*, p. 110.

### 3.5. O IHGP: guardião do imaginário oficial

Escrito após a derrota do Partido Constitucional do Pará nas eleições de 03 de maio de 1933 para a Assembleia Nacional Constituinte, “*Sobre o Mosaicos do Inferno*” foi publicado por Irmãos Pongetti, do Rio de Janeiro, quase um ano depois da revolta. No início de maio, José Ribeiro enviou exemplares ao Instituto Histórico e Geográfico do Pará para fazer parte do acervo daquela instituição.

Como era de praxe, o IHGP deveria receber os exemplares ofertados e agradecer com ofício assinado pelo presidente. No entanto “*Sobre os mosaicos do inferno*” cumpriu outro caminho: foi submetido à comissão, nomeada pelo presidente Henrique Jorge Hurley, para investigar-lhe “a verdade histórica contida ou não no livro”.<sup>470</sup>

Na essência, observa a historiadora Iza Vanessa Pedroso de Freitas, a tarefa da comissão, composta por Angelino Rodrigues Lima (relator), Cunha Coimbra e Manoel Braga Ribeiro, não era investigar a verdade contida na obra, “mas negá-la, desconstruindo as acusações do autor contra o governo de Magalhães Barata”. A atuação dos intelectuais do Instituto nessa questão “garantiria mais confiabilidade à defesa do interventor”.<sup>471</sup>

Numa passagem célebre do livro clássico “*História e Memória*”, Jacques Le Goff mostra que uma das grandes preocupações dos indivíduos ou grupos que dominam ou dominaram as sociedades históricas é tornarem-se senhores da memória e do esquecimento. “Decidir sobre o que deve ser lembrado e esquecido integra os mecanismos de controle de um grupo sobre o outro”.<sup>472</sup> Foi dentro desta perspectiva que agiram os intelectuais do IHGP.

Em assembleia geral, Angelino Rodrigues Lima leu seu relatório, aprovado por unanimidade pelos membros do Instituto. O relator justifica o ato de “perquirir a verdade histórica” como demonstração do “interesse e zelo do instituto sobre todos os assuntos que dizem respeito ao nosso glorioso Estado e encontra exemplos no passado”.<sup>473</sup> O passado a que refere, não é o do próprio instituto, mas o da longínqua Antiguidade grega. Narra, então, a história da reconstituição dos poemas de Homero,

---

<sup>470</sup> *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*. Vol. IX. Belém: IHGP, 1934.

<sup>471</sup> FREITAS, Iza Vanesa Pedroso de. *O patronato das letras: cultura e política no Instituto Histórico e Geográfico do Pará (1930-1937)*, 2007. Belém: PPGHIST/UFPA, p. 70.

<sup>472</sup> LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, 2003, p. 422.

<sup>473</sup> Relatório de Angelino Lima. *Revista do IHGP*, vol. IX, 1934, p.215.

desaparecidos em função de cataclismos. Para reconstituí-lo, fez-se um concurso que reuniu 62 notáveis gramáticos, cada um defendendo, na presença de todos, sem paixão ou espírito de rivalidade, algum fragmento dos poemas que recolhera. Ao final, “salientaram-se os trabalhos de Zenodoto e Aristarco, tendo este último a preferência”.

Desta forma, respaldado no exemplo grego de trabalho isento de paixões, a comissão dedicou-se à missão. Mas seus membros não estavam interessados em dissimular a enorme admiração pelo alvo das críticas de José Ribeiro, o major interventor Magalhães Barata, como se observa no trecho abaixo do relatório:

Este Estado teve a felicidade de lhe dirigir os destinos, o Sr. major Magalhães Barata, revolucionário autêntico e convicto, conhecido por sua rebeldia, pelas diversas conspirações a que, visando à realização do grande ideal que cultuava de ver a nossa Pátria liberta da politicagem que a deprimia e escravizava, nelas tantas vezes se envolvera e tantas vezes, por isso, sofrera as mais acerbas conseqüências(...) homem de fé decidida e inabalável, de emérita bravura; soldado de brio inatacável, honrado e ativo, tendo a sua vida sempre pronta para a defesa da nação; amigo do seu povo (...) ardoroso paladino da liberdade, cultuando a esperança de tudo fazer em prol da prosperidade e florescimento de sua terra natal(...) exemplo de honradez comprovada, com o mais insigne propulsor do progresso e do incremento em todos os ramos da atividade desse mesmo Estado.<sup>474</sup>

Para a comissão, criticar a administração de Magalhães Barata era uma temeridade, “senão um vilipêndio oprobrioso aos sentimentos dos paraenses”, porque não há “filho deste torrão, seja qual for o seu idealismo partidário, que desconheça ou ponha em dúvida os empreendimentos notáveis que se hão realizado nessa administração”.

A estratégia de desqualificação faz com que a comissão não se restringisse somente ao conteúdo da obra: investe contra personalidade e honra de Ribeiro. No primeiro caso, recorre a Lombroso<sup>475</sup> para comparar o autor ao criminoso arrastado ao

---

<sup>474</sup> *Ibidem*, p. 217.

<sup>475</sup> Cesare Lombroso (1835-1909), médico italiano. Estudou na Universidade de Pádua, Viena, e Paris e foi posteriormente professor de psiquiatria na Universidade de Pavia e de medicina forense e higiene, psiquiatria e antropologia criminal, na Universidade de Turim. Foi também diretor de um asilo mental na Itália. A contribuição principal de Lombroso para a criminologia reside no método empírico que utilizou em suas investigações. Sua teoria do delinquente nato foi formulada com base em resultados de mais de quatrocentas autópsias de delinquentes e seis mil análises. Segundo ele, criminosos e não criminosos se distinguem entre si em virtude de uma rica gama de anomalias e estigmas de origem atávica ou degenerativa. Os criminosos apresentavam as seguintes características: protuberância occipital, órbitas grandes, testa fugidia, arcos superciliares excessivos, zigomas salientes, prognatismo inferior, nariz torcido, lábios grossos, arcada dentária defeituosa, braços excessivamente longos, mãos grandes, anomalias dos órgãos sexuais, orelhas grandes e separadas. As características anímicas, segundo o autor, seriam: insensibilidade à dor, tendência à tatuagem, cinismo, vaidade, crueldade, falta de senso moral,

crime por uma paixão violenta de vingança ou sentimento de inveja, “que vemos crescer em certos homens na razão inversa do seu mérito”. No segundo, acusa-o de receber propina durante exercício do cargo de perito da polícia. Para tal, se vale de informações prestadas pelo então chefe de polícia, Newton Burlamarqui: mediante pagamentos indevidos recebidos de indivíduos que exploravam o jogo de azar, o perito teria contrariado a determinação legal de proibir o funcionamento das casas, por meio de “plano ardiloso, pelo qual prevenia os infratores sobre as diligências que se iam efetuar”, conforme consta na página 225, do relatório do IHGP.

Quanto à verificação da verdade, a comissão limita sua análise à apreciação da rumorosa questão jurídica pela qual a interventoria tentou fazer reverter à ativa o autor, funcionário público em disponibilidade, após 22 anos de serviço, recebendo vencimentos no valor de 720\$000. Segundo os membros da comissão “foi para pôr um paradeiro a absurdos e tais crimes que se fez, a custa de tantas vidas, a Revolução”. No entendimento dos membros da comissão, o bacharel estava em flagrante desrespeito à legislação, por estar em perfeito gozo de saúde e por confundir disponibilidade com aposentadoria, o que revela “a malandrice do recorrente ou a sua aversão ao trabalho”.<sup>476</sup> Para os membros da comissão, José Ribeiro publicou “esse estranho livro sob inspiração do delírio que lhe perturbara o espírito”, com único intuito de “deturpar a verdade e expelir a maldade que lhe impusera a sua triste, lamentável e torturante angústia de vingança”. Ao deixar que o sentimento de vingança açulasse-lhe a escrita, o autor “cometeu delito inominável contra a moral que deve ser o alicerce sólido em que se firmam as diretrizes dos homens de bem”. Desta maneira, ele cometeu “o mais nefando atentado contra os comezinhos sentimentos de probidade que identificam e distinguem os homens de caráter”. Essa “leviandade sem nome” é tanto mais grave porque praticada “contra a atuação político-administrativa deste Estado, proclamada por todos a uma só voz, em todos os quadrantes do país”.<sup>477</sup>

Considerando que o autor escreveu *Sobre os Mosaicos do Inferno* com “a razão obscurecida e conturbada”, desorientada pela “paixão impulsionada pelo despeito, objetivando represálias”, a comissão concluiu que os fatos narrados não traduzem a

---

preguiça excessiva, caráter impulsivo. In MOLINA, Antonio-García-Pablos de. *Tratado de Criminologia*. 2ª ed, Valencia, Tirant, 1999, p. 381.

<sup>476</sup> Relatório de Angelino Lima. *Revista do IHGP*, vol. IX, 1934, p.221.

<sup>477</sup> *Ibidem*, p. 218.

verdade e, por conseguinte, o livro não pode figurar nas estantes do IHGP. A condenação da obra ao autor foi assim expressa:

Conseqüentemente, um livro de tal jaez não pode ser digno da consideração dos homens de bem do nosso País, não devendo de modo algum figurar nas estantes desse Instituto por não traduzir a verdade dos fatos que vêm ocorrendo em nossa terra no tocante à administração, e aqueles que por ela são responsáveis, impondo-se que tal livro enviado a este Instituto pelo seu próprio autor ou por um anônimo qualquer, seja devolvido como protesto em consequência de ser aberrante de critério, por suas aleivosias ultrajantes e por ser altamente destoante da verdade histórica, por contraditório aos fatos que presentemente defluem da atualidade político-administrativa do nosso Estado.<sup>478</sup>

Os membros da comissão, preocupados em proteger a imagem do interventor, concentraram a defesa explícita da sua atuação político-administrativa na desqualificação do autor e na emissão de juízo sobre questão cujo mérito ainda estava em julgamento na Justiça Federal. Em nenhum momento, o parecer, aprovado por unanimidade, tece qualquer consideração sobre a interpretação de José Ribeiro para as revoltas constitucionalistas de 1932. Pode-se, portanto, inferir que, para o IHGP, elas façam parte das “aleivosias ultrajantes” contida na obra.

Resta tentar entender por que os intelectuais do IHGP foram tão zelosos com a imagem do interventor, condenando ao esquecimento o livro de José Ribeiro. Ao estudar a relação entre cultura e política no IHGP, entre os anos de 1930 e 1937, a historiadora Iza Freitas explica que, a partir da Revolução de 1930, o Estado passou a ser visto como o ente catalisador da consciência nacional, o que tornou Getúlio Vargas “o condutor dos brasileiros à verdadeira Nação brasileira”. Há em curso um discurso que reivindica o novo, como legitimação frente às representações do atraso atribuídas aos grupos dominantes da Primeira República. “No Estado do Pará, no meio intelectual, há outro aspecto a acrescentar à interpretação desse discurso: os anos 30 traziam marcas profundas do modernismo consolidado nos anos 20”<sup>479</sup>

Ansiosos pelo novo que o modernismo auspiciou no sul, os intelectuais do IHGP engajaram-se no movimento revolucionário de Outubro, interpretado por eles como único “meio de frear o retrocesso em que se encontrava o Brasil e colocá-lo a caminho do progresso, instaurando a Nova fase, a era revolucionária”. Colaboradores dos jornais da época, eles vão “elogiar a imprensa pelo desempenho para a eclosão e sustentação da

---

<sup>478</sup> *Ibidem*, p. 227.

<sup>479</sup> FREITAS, Iza Vanesa Pedroso de, *op. cit.*, p. 55.

revolução no Pará”. Ao proceder assim, esse grupo, do qual fazem parte os sócios do Instituto, “creditam a si participação no triunfo revolucionário.”<sup>480</sup>

Os intelectuais do instituto vão cercar o governo de Magalhães Barata de um conjunto de atos que alimentará a legitimidade política do interventor, o que incluía concessões dos títulos de “sócio”, “presidente de honra”, “protetor” e “consolidador” do Instituto. Além disso, abrem significativo espaço na “*Revista do IHGP*” para publicação de retratos oficiais, relatórios e pareceres do governo. À primeira vista, tudo isso tinha um preço: os favores que o instituto recebia do Estado<sup>481</sup>. Mas, segundo Iza, o elogio ao governo não pode ser visto apenas sob esta ótica. A partir de 1935, José Malcher, o governador que sucedeu Magalhães Barata, manteve a política de subvenção ao Instituto e nem por isso recebeu dos intelectuais do IHGP o mesmo tratamento. Assim, conclui que o elogio ao governo Barata estava também fundado no imaginário revolucionário:

Compreendemos a aproximação deliberada entre IHGP e o Estado durante a primeira Interventoria de Magalhães Barata, como uma estratégia necessária para sobrevivência de ambas instituições. Acreditamos que essa fidelidade por parte do instituto a Magalhães Barata não se encontra apenas no plano da simples troca de favores; ela vai muito além de barganhas.<sup>482</sup>

Seja por afinidade ideológica, seja por retribuição à proteção do governo, os intelectuais do IHGP contribuíram para desqualificar o livro de José Ribeiro, a primeira obra memorialística a reconstruir o movimento constitucionalista na Amazônia, a partir de um enfoque contrário à interpretação oficial. E a transformaram em caso raro e único de obra a entrar para o índice do Instituto Histórico e Geográfico do Pará em seus 118 anos de existência.<sup>483</sup>

Após o trabalho de José Ribeiro meio século de silêncio se fez sobre a revolta no Baixo Amazonas. Além do significado construído pela dominação e absorvido pela sociedade, deve-se considerar a contribuição dada pelos ideólogos do Estado Novo ao condenarem ao esquecimento os acontecimentos localizados entre a Revolução de 1930

---

<sup>480</sup> *Ibidem*, p. 61.

<sup>481</sup> Documentos pesquisados para este trabalho mostram que o interventor impôs aos municípios uma contribuição compulsória mensal para as finanças do instituto. Em 11 de janeiro de 1932, por exemplo, a Portaria nº 13, da Recebedoria de Rendas, definiu os valores a serem descontados em favor do instituto para o ano de 1932, conforme os tamanhos das economias municipais, em cotas mensais de 60 mil, 30 mil e 50 mil réis, totalizando 960 mil réis ao mês ou 10 contos e 520 réis anuais.

<sup>482</sup> FREITAS, Iza Vanesa Pedrosa de. *Op. cit.*, p. 78.

<sup>483</sup> O livro de José Ribeiro pode ser consultado na Biblioteca Pública Arthur Vianna, em Belém, onde existem quatro exemplares em bom estado de conservação.

e o golpe de novembro de 1937, identificados à velha ordem liberal em choque com os rumos revolucionários do novo regime.

Em estudo sobre a participação política da classe trabalhadora brasileira no período de 1889 a 1945, a historiadora Angela de Castro Gomes ressaltou que os defensores do Estado Novo, concebiam como objetivo do regime político autoritário implantado em 10 de novembro de 1937, corrigir os rumos da revolução de 1930, reconhecida como “movimento de libertação da trágica experiência liberal da Primeira República, mas ameaçada de realizá-la pela anarquia reinante e pelo divórcio entre a terra, o homem e as instituições políticas”.<sup>484</sup>

Segundo Gomes, os ideólogos de 1937 não pretendiam que o Estado Novo assumisse uma dimensão “restauradora” no sentido de retorno a certo período datado de valores desvirtuados. Eles propunham um novo começo, uma verdadeira fundação de um novo Estado. Reconheciam que, até 1930, tínhamos vivido na ignorância de nossa terra, agravada por uma república inundada de liberalismo. A *Revolução* de Outubro fora feita para romper com este passado, mas a obra revolucionária sofreu perturbações em seu caminho pela ação do liberalismo constitucional dos anos 32/34. Assim, para esses defensores do Estado Novo, convinha condenar os acontecimentos localizados entre 1930 e o golpe de novembro de 1937, o que implicava relegar ao esquecimento a *Revolução* Constitucionalista de 1932.<sup>485</sup>

### 3. 6. Literatura, memória e resignificação

No Pará, o silêncio em torno da revolta do Baixo Amazonas prosseguiu mesmo com encerramento do Estado Novo, em 1945. Ele só seria quebrado no início da década de 1980, meio século depois, quando as revoltas na Amazônia foram incluídas em um estudo historiográfico vencedor de um concurso em homenagem ao cinquentenário da *Revolução* de 1930. Coube ao historiador Creso Cardoso Coimbra, em 1981, inserir as revoltas de Óbidos e Belém no ambiente de conflitos políticos da primeira interventoria de Magalhães Barata no ensaio *A Revolução de 30 no Pará: análise, crítica e interpretação da História*, publicado pelo Conselho de Cultura do Estado do Pará.

---

<sup>484</sup> GOMES, Angela de Castro. *Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro, 1994, p. 177.

<sup>485</sup> *Ibidem*, p. 79.

Utilizando como fontes os jornais da época e o livro tornado raro do bacharel José Ribeiro, Coimbra faz uma síntese da revolta, prometendo desenvolver o tema em outra oportunidade, não o fazendo, contudo. Na interpretação do autor, a revolta representou uma enérgica tomada de posição contra o regime ditatorial.

Três anos depois outra obra abordaria o constitucionalismo de 1932 na Amazônia, desta vez centrando seu foco especificamente sobre a revolta do Baixo Amazonas. “*Os dias recurvos*” consagrou o escritor Ildefonso Guimarães, até então reconhecido por seus méritos de contista, entre os grandes romancistas da Amazônia. Mais que isso: o livro se tornou a memória oficial dos obidenses em relação ao evento.

Durante a realização da pesquisa documental, em Óbidos, para esta dissertação observamos a existência de uma memória que se manteve “clandestina” por cinco dezenas de anos, transmitida internamente entre famílias, característica das memórias resistentes ao excesso de discurso oficial, de que nos fala Michael Pollak:

A despeito da importante doutrinação ideológica, essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, permanecem vivas. O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizade, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas.<sup>486</sup>

Para os moradores de Óbidos esta hora da redistribuição das cartas aconteceu quando da publicação de “*Os dias recurvos*”, misto de relato histórico e literatura ficcional. Resultado de pesquisa entre moradores, leitura de jornais da época, entrevista com protagonistas e imersão nas próprias reminiscências do autor, o livro rapidamente tornou-se a memória dos obidenses sobre a revolta. É como se todas as lembranças se materializassem nas 300 páginas da publicação, sobrelevado à condição de guardião da memória social, fenômeno descrito por Baczkó, para quem, qualquer sociedade, “ao produzir um sistema de representações que simultaneamente traduz e legitima a sua ordem, instala também ‘guardiões’ do sistema que dispõem de uma certa técnica de manejos das representações e símbolos”.<sup>487</sup>

Assim, alçado àquela condição, o livro do Ildefonso tornou-se presença obrigatória na maioria das estantes das residências das famílias tradicionais do lugar,

---

<sup>486</sup> POLLAK, Michael, *op. cit.*, 1989, pp 3-5.

<sup>487</sup> BACZKO, Bronislaw, *op. cit.*, p. 299.

como observamos durante a pesquisa de campo. Em decorrência, instalou-se uma dificuldade para os pesquisadores do movimento rebelde de 1932: os obidenses, quando instados a falar sobre suas memórias sobre a revolta, optam por indicar a leitura de “*Os dias recurvos*”, alegando que “está tudo lá”.

Partindo de um evento pré-textual, a revolta, Ildefonso Guimarães construiu um romance histórico com tratamento de ficção. Aparentemente, ficção e realidade estão em lados opostos. Contra a dualidade opositiva ficção-real, o filósofo alemão Wolfgang Iser (1926-2007) propôs uma relação ternária dialética por entender que toda ficção carrega consigo elementos não ficcionais identificáveis como realidades sociais, sentimentais e emocionais. Esses elementos são dados pela relação entre real, fictício e imaginário que age dentro do texto. O real se revela dentro da ficção através do imaginário, que é a dimensão última da narrativa ficcional.<sup>488</sup>

Segundo Iser, quando o escritor apenas repete uma dada realidade por meio de narrativa que lhe atribui significante (forma) e significado (conceito), não há transgressão do real. No entanto, quando o texto não se esgota na realidade pré-textual, surgem finalidades que vão além da realidade repetida, daí emergindo um imaginário que se relaciona à realidade retomada pelo texto. Assim, a ficção de Ildefonso Guimarães, partindo de uma realidade contextual, vai mais além do que recriar literariamente a Revolta Constitucionalista; do imaginário que sobressai ao fato histórico, surgem finalidades relacionadas a identidades, particularmente quanto a diversos aspectos da vida no interior da Amazônia no alvorecer da República Nova.

No Brasil, a história social vem ampliando o diálogo com a literatura no estudo dos mais diversos aspectos da sociedade brasileira. Escritores como Machado de Assis, José de Alencar, Graciliano Ramos, Érico Veríssimo e Mário de Andrade, entre outros, estão sendo cada vez mais estudados pelos historiadores. Em Machado de Assis, por exemplo, o historiador Sidney Chalhoub aponta a coerência temática e política dos romances “*Helena*”, “*Memórias póstumas de Brás Cubas*” e “*Iaiá Garcia*”. Examinando os movimentos das personagens nos enredos machadianos, Chalhoub observa a lógica da dominação social no Brasil da segunda metade do século XIX, a partir da visão dos dominados. Em “*Helena*”, por exemplo, o que perpassa são os antagonismos inerentes à

---

<sup>488</sup> ISER, Wolfgang. *O fictício e o Imaginário: perspectiva de uma antropologia literária*. Rio de Janeiro, 1996, pp.15-6.

dominação senhorial, expressa na forma como a falsa órfã manipula Estácio, herdeiro de uma fortuna, inculcando-lhe uma superioridade qualquer, com vista a arrancar dele o que deseja.<sup>489</sup>

A literatura ficcional de Ildefonso Guimarães em “*Os dias recurvos*” expressa todo um contexto que ainda guarda traços da sociedade rural do século anterior, amplamente dominada pelos coronéis cacaulistas retratados pelo realismo de Inglês de Sousa. Graças à capacidade em conjugar ficção e realidade, o autor revela a fotografia de um momento no interior da Amazônia, em que a rotina das populações de três cidades ribeirinhas foi subvertida pela revolta. A grande quantidade de informações sobre diversos aspectos sociais abordados pode ser de grande valia aos pesquisadores das ciências sociais interessados em estudar a sociedade interiorana da Amazônia no alvorecer da era Vargas.

A leitura de “*Os dias recurvos*” possibilita a percepção do quão pouco havia mudado o interior da Amazônia, do período colonial até as três primeiras décadas do século XX. O ambiente retratado guarda estreita semelhança ao recriado por Inglês de Souza no último quartel do século XIX, que, por seu turno, guarda semelhança ao ambiente colonial descrito por Sérgio Buarque de Holanda em “*Raízes do Brasil*”, dominado pelos grandes proprietários que se deslocavam até a cidade apenas em raros momentos de festas ou de eleições, mantendo, assim, a antiga prevalência do rural sobre o urbano.<sup>490</sup>

Do ponto de vista da organização da sociedade, no momento da crise política, o romance descreve a existência de camadas hierarquizadas segundo a economia e os costumes. Não são informações que estão reunidas conjuntamente num capítulo específico; ao contrário, estão dispersas ao longo da narrativa, cabendo ao estudioso reconhecê-las e agrupá-las, observando o sentido que tomam. No topo da pirâmide social, estão os grandes proprietários de terras, descendentes de antigos cacaulistas. Em suas terras, amigos e agregados encontraram abrigo ante a ameaça de guerra que se prenuncia durante a revolta. Na camada média encontra-se o segmento dos comerciantes urbanos recém-formado por estrangeiros que chegaram a Óbidos em regatões ou estimulados pela possibilidade de emprego na Amazônia. São detentores do capital,

---

<sup>489</sup> CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso (Org.). *A história contada*. Rio de Janeiro, 1998.

<sup>490</sup> HOLLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo, 2009.

mas, ao contrário dos grandes proprietários de terra, não possuem poder político. Na terceira década do século XX, judeus e italianos dominavam amplamente este segmento, por conta disso, tornaram-se alvos preferenciais das requisições de mercadorias e das doações compulsórias feitas pelos rebelados.

Na base da pirâmide está a população pobre impossibilitada de deixar a cidade no momento da revolta. Sem ter onde abrigar-se, os jovens desta camada tornaram-se alvo do recrutamento forçado. Dentro dela estão os trabalhadores braçais, os praças e cabos, as prostitutas, os vendedores de rua, os balconistas dos armazéns, gente que se diverte no “Dançaré do Macaxeira”, o oposto ao sofisticado “Clube Amazônia”, onde a elite exhibe a última moda adquirida nos navios do Loyd que aportavam em Óbidos.

Se, para estudo da sociedade obidense da primeira parte do século XX, o livro de Ildefonso constitui excelente fonte, deve-se guardar prudência em relação à reconstituição histórica. São as personagens, por meio de diálogos, que narram a história. Trata-se, portanto, de “falas” imaginadas pelo autor, mesmo que baseadas em evidências documentais. Como no romance a *clef*, personagens reais são identificadas por pseudônimos, precaução tomada para não ferir suscetibilidades entre remanescentes do episódio, ainda vivos naquela altura. O escritor, oficial da reserva do Exército, deixa transparecer as suas idiossincrasias em relação a determinadas personagens, algumas tratadas de forma impiedosa, como, por exemplo, Pompa, Archimedes Lalôr e Demócrito Noronha, não por acaso, os líderes civis de uma revolta eminentemente militar. Confrontando “*Os dias recurvos*” com os inquéritos instaurados e com a documentação sobre a revolta, selecionamos abaixo algumas dissensões, que, apesar de pontuais, indicam a cautela que se deve tomar em relação à veracidade da narrativa:

O autor começa a narrativa por uma reunião entre Pompa, Demócrito, Lalôr, Penalber e Silvestre, que teria acontecido no hotel onde o emissário de Klinger estava hospedado. No entanto não há qualquer referência à tal reunião nos inquéritos. As únicas reuniões citadas teriam ocorrido em 16 e 17 de agosto, na residência do segundo sargento Silvestre, sem participação de civis.<sup>491</sup>

Nesta mesma reunião, o escritor afirma que Pompa apresentou aos conspiradores as credenciais assinadas por Klinger e Isidoro e a carta de Josué Freire. No inquérito da Inspeção de Polícia Marítima do Pará, Pompa revelou que rasgou todos os documentos

---

<sup>491</sup> GUIMARÃES, Ildefonso, *op. cit.*, 2002, p. 11

por temer que fossem encontrados em seu poder durante revista procedida no desembarque do navio “Índio do Brasil”. Também não encontramos nos relatos dos interrogados qualquer referência aos documentos.<sup>492</sup>

Sobre a trajetória do líder da revolta, Ildefonso conta que, antes de viajar para Norte, Pompa teria participado da *Revolução* Constitucionalista no Mato Grosso. Não há evidência que comprove a informação. Pelos inquéritos, somos informados que ele saiu da Bahia, passou pelo Rio de Janeiro, foi a São Paulo, onde recebeu instruções e dinheiro para sublevar os quartéis do Norte e Nordeste, voltou à Bahia e passou por Fortaleza, antes de aportar em Belém.<sup>493</sup>

O capitão Josué Freire é identificado no romance como herói da revolução de 1930. Josué era oficial legalista, contrário ao movimento rebelde que irrompeu em outubro daquele ano. Já em 1924, ele havia se destacado no combate à insurreição dos militares do 26º BC, na qual foi morto o capitão Assis de Vasconcelos.<sup>494</sup>

O escritor revela muito pouco sobre as trajetórias das personagens da trama. Archimedes Lalôr, por exemplo, é visto apenas como um arrivista. O leitor fica sem saber que fora demitido do cargo de diretor técnico da Usina Municipal de Luz, Água e Gelo pelo prefeito Ignácio Freire, por se engajar na luta dos negros do Trombetas contra os grandes proprietários de terra, em prejuízo ao cumprimento das funções do cargo que ocupava. Nos inquéritos, Lalôr diz que o fator determinante para a sua adesão à revolta foi a “injusta demissão”.<sup>495</sup>

Estas e outras questões pontuais, certamente não invalidam o relato literário de Ildefonso Guimarães, mesmo tratando a revolta como “aventura burlesca”, segundo o convite para a noite de autógrafa<sup>496</sup>, interpretando-a como uma caricatura de movimento fadado ao fracasso pela precariedade de organização, comandada por um “coronel de opereta”. Não é este o entendimento, porém, do historiador amazonense Antonio Loureiro. Ao deter-se sobre o episódio da Batalha de Itacoatiara, observou o grande risco a que a cidade de Manaus esteve exposta, a qual conseguiu salvar-se por pouco. “Não fosse a coincidência de estarem em nossas águas os dois navios mercantes ‘Ingá’ e

---

<sup>492</sup> *Ibidem*, pp 17-8.

<sup>493</sup> *Ibidem*, p. 17

<sup>494</sup> *Ibidem*, p. 21.

<sup>495</sup> *Ibidem*, p. 24.

<sup>496</sup> A noite de autógrafos de *Os dias recurvos* ocorreu em 8 de maio de 1984, na sede da Academia Paraense de Letras.

‘Baependi’, Manaus teria sido bombardeada e talvez tomada”, diz, explicando que, por não ter artilharia, nem navios de guerra para a sua defesa, a cidade revelava a sua total vulnerabilidade. “Questionava-se a necessidade de uma flotilha estacionada na capital amazonense, uma vez que todos os vizinhos tinham marinha nos rios da Amazônia”.<sup>497</sup>

A materializar em livro a memória social, esmaecida pelo tempo e submetida a um processo de desgaste, o escritor contribuiu para a ressignificação do acontecimento. Depois da publicação “*Os dias recurvos*”, os moradores de Óbidos passaram a ver a revolta por outro ângulo. A imagem de um movimento de “saqueadores”, criada no exercício da dominação pelo interventor e absorvida pelos moradores da época, cedeu lugar a um indisfarçável sentimento de orgulho. Pode-se apreender este sentimento do diálogo abaixo que travei com o morador Pedro Brasil, em junho de 2011:

Eu: – *O que o senhor sabe sobre a Revolta Constitucionalista aqui, em Óbidos?*

Pedro: – *Óbidos foi a única cidade do Brasil a lutar, em 1932, ao lado dos constitucionalistas paulistas contra a ditadura Vargas!*

Eu: – *Mas o sul do Mato Grosso também lutou ao lado dos paulistas...*<sup>498</sup>

Pedro: – *O quê? Você está querendo diminuir o nosso feito?*<sup>499</sup>

Este curto diálogo é revelador de uma profunda transformação operada no imaginário social. A execrada revolta de sargentos e praças de 32, quase oitenta anos depois, tornou-se um símbolo de orgulho e de identidade dos obidenses. Este orgulho está explícito na exclusividade do município em lutar ao lado de São Paulo, contra a ditadura Vargas. Todo o acontecimento é agora interpretado como um acontecimento edificante, “um feito”. Este feito se confunde, hoje, com a identidade do lugar, afinal, para os obidenses orgulhosos de sua história, não foi um punhado de soldados juntamente com alguns civis rebeldes que lutaram contra a ditadura, mas a própria cidade de Óbidos.

---

<sup>497</sup> LOUREIRO, Antonio. *Tempos de Esperança*. Manaus, 1994, p. 46.

<sup>498</sup> A participação do sul do Mato Grosso na Revolução Constitucionalista parece estar relacionada à contraversa questão do separatismo naquele Estado. Há memorialistas que afirmam ter ocorrido uma suposta divisão do Mato Grosso e a constituição de uma nova unidade da federação de nome “Estado de Maracaju” durante a Revolução de 32, que teria apoiado à causa paulista. Ver SILVA, Ricardo Souza. *Labirintos da memória: uma análise sobre fato e ficção na história de Mato Grosso do Sul*. Fortaleza: Anpuh, 2009.

<sup>499</sup> Entrevista com Pedro Brasil, obidense, 50 anos, advogado, morador da cidade de Óbidos, em 17 de junho de 2011.

Integrada à história, a revolta parece ter contribuído para tornar a cidade um ponto de referência, não sendo outro o sentido empregado pelo jornalista Hugo Antônio Ferrari, em artigo postado na internet, no qual afirma que “a adesão de Óbidos à *Revolução* Constitucionalista de São Paulo tornou a cidade ainda mais conhecida nacionalmente por conta desse evento.”<sup>500</sup>

Assim como o estreito do rio Amazonas, a Serra da Escama, o forte velho, o quartel e a Igreja do Bom Jesus, esta construída pelos obidenses para assinalar a derrota cabana, a *Revolta* Constitucionalista passou a fazer parte dos símbolos da memória coletiva local, sendo citados, hoje, nos discursos dos intelectuais e nos blogs da internet. Sem dúvida nenhuma, o mérito por esta ressignificação se deveu a Ildefonso Guimarães com “*Os dias recurvos*”, livro que trouxe à tona para as novas gerações a história esquecida da *Revolta* no Baixo Amazonas.

---

<sup>500</sup> <http://www.chupaosso.com.br/index.php/artigos/533-o-estado-de-bidos->. Acesso em 22 de fevereiro de 2012.

## Considerações finais

*Memórias de uma revolta esquecida: o Baixo-Amazonas na Revolução Constitucionalista de 1932* representa uma tentativa de apreender as condições que levaram à irrupção da primeira reação armada ao movimento tenentista na Amazônia e de entender o processo que se seguiu de construção de uma memória oficial que resultou num longo silêncio sobre o movimento rebelde.

Não é possível apreender essas condições sem entendermos o momento de conflito ensejado pela assunção dos tenentes ao centro do poder como coparticipes do Governo Provisório em outubro de 1930. A fim de impregnar as mentalidades com novos valores e fortalecer sua legitimidade no exercício da dominação, os novos ocupantes do poder determinaram o lugar da revolução de 1930 na história do Brasil. Esse discurso estabeleceu um divisor de águas separando a República em duas: os quarenta anos anteriores corresponderiam a um passado memorizado como domínio das oligarquias, o atraso, enquanto o período posterior foi identificado com o nascimento da Nação, a Nova Era. O divisor de águas seria a revolução de 1930, fator de transformação da realidade, como ressalta De Decca.<sup>501</sup>

No Pará, o exercício do poder coube ao tenente Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, um dos representantes mais exaltados da corrente tenentista. Os tenentes, sob égide do Clube 3 de Outubro, defenderam a política de centralização do governo e a manutenção da ditadura enquanto o país não estivesse curado das mazelas causadas pela política liberal da Primeira República. Contra essa concepção, insurgiu-se a corrente política que também era copartícipe do governo e os representantes das classes políticas dominantes, afastados do poder, sobretudo no Estado de São Paulo.

Dos embates entre concepções políticas e ideológicas distintas e do ambiente de crise na economia mundial, surgiram condições para a eclosão da *Revolução Constitucionalista* em São Paulo. Intuindo a urgência de aglutinar em torno de si outras unidades da Federação, as lideranças do movimento propuseram o retorno imediato do País ao regime constitucional, apresentado como tábua de salvação para as mazelas da política nacional. Uma decorrência do amplo debate sobre a reconstitucionalização que precedeu a guerra civil foi a fundação, em Belém, do Partido Constitucional do Pará,

---

<sup>501</sup> DE DECCA, Edgar, *op. cit.*, 2004.

agremiação política que reuniu revolucionários e acadêmicos insatisfeitos com o poder discricionário de Magalhães Barata, militares recentemente colocados na reserva, e homens ligados à Primeira República.

A adesão de um grupo de militares inferiores e civis da distante cidade de Óbidos à causa constitucionalista não pode ser interpretada como um ato isolado desprovido de nexos com o movimento mais amplo liderado por São Paulo, tendo como único significado a queda do interventor paraense, como faz supor um autor que escreveu sobre o tema<sup>502</sup>. Trata-se, sim, de uma estratégia planejada por lideranças do Sul com vista a enfraquecer as forças do Exército contra as quais lutavam os paulistas naquele momento.

A estratégia consistiu em incentivar movimentos nos Estados, principalmente no Norte dominado pelos tenentes, à promoção de distúrbios na ordem pública, preferencialmente em ambientes militares, atraindo, assim, as atenções dos interventores para o combate ao inimigo dentro de seus Estados. Desta forma, as forças militares, ocupadas em reprimir esses distúrbios, não seriam deslocadas para o *front* paulista. Na leitura daquelas lideranças, sem esse reforço, haveria possibilidade de vitória do constitucionalismo sobre as forças do Exército.

No Pará, a execução desta estratégia caberia a um representante das lideranças constitucionalistas do Sul, o major Aristides Paes de Souza Brasil, que soube captar a insatisfação dos grupos locais. O movimento rebelde deveria eclodir simultaneamente em Belém e Óbidos, mas a descoberta da conspiração e prisão dos conspiradores no mês de julho, na capital paraense, determinou a suspensão do movimento. Em agosto, com a chegada de um novo articulador, enviado por São Paulo, o baiano Athenógenes Pompa de Oliveira, a conspiração em Óbidos foi reativada. Encontrando um ambiente predisposto, não foi difícil ao líder revoltar o quartel, conquistar a cidade, expandir a dominação sobre outras duas cidades, até ser derrotado numa batalha naval em Itacoatiara, antes da tomada de Manaus, objetivo desta fase da luta. Foi aquela luta no rio Amazonas o único dos 64 combates constitucionalistas de natureza naval. Há, na literatura, uma tendência a identificar um poder carismático na liderança de Pompa,

---

<sup>502</sup> Refiro-me a Carlos Rocque. Cf. *Magalhães Barata: o homem, a lenda, o político*. Belém, 1999.

certamente por desconhecer a ação precursora do major Souza Brasil, exposta pela primeira vez nesta dissertação.

Conquanto a rebelião integrasse uma estratégia pró-paulista, não se pode atribuir aos sujeitos da ação uma identidade constitucionalista, apreendendo-se entre eles motivações distintas. Não é possível entender a participação dos sargentos, o grupo mais ativo da revolta, sem o exame do ambiente conflagrado no Exército após a *Revolução* de 1930, para o qual contribuiu o sistema de promoções adotado pelo Ministério da Guerra.

Assim, procurou-se na situação funcional dos graduados do 4º GAC a resposta para a adesão ao movimento. O comportamento dos sargentos refletiu a crise nacional do Exército e estava relacionado à situação funcional no interior da organização militar. Além da insatisfação gerada com a ascensão hierárquica de um grupo de tenentes excluídos em 1924 e reintegrados em 1930, os sargentos estavam particularmente preocupados com a ausência de garantias trabalhistas e de seguridade social, não dispondo de direitos que lhes garantissem a passagem para a reserva remunerada. Estando em elevada faixa etária, aqueles sargentos, quase todos casados e com filhos, sentiram-se ameaçados por um decreto que garantiu a permanência na tropa apenas aos que tinham pelo menos dez anos de graduação. Para eles, a revolta tinha um significado muito além do sentido constitucionalista: era a derradeira esperança de alcançarem a ascensão funcional na hierarquia militar e social no ambiente estratificado Óbidos.

Se, para Magalhães Barata, a revolta era um motim de soldados, sem a participação de oficiais, encabeçado por políticos “decaídos”, o que remete às antigas oligarquias da Primeira República, o exame das categorias envolvidas não confirma a imagem. Para além de um tenente que exerceu papel de liderança na revolta, os oficiais assinaram um pacto de honra de adesão, conquanto continuassem presos por medida de segurança. Também não se confirma a presença de representantes da oligarquia paraense entre os rebeldes. O mais próximo disso eram alguns profissionais liberais insatisfeitos com determinados atos do governo, mas que não detinham nenhum poder sobre os militares, nem sobre a política local.

Um dos aspectos mais contraditórios da pequena historiografia sobre a *Revolta Constitucionalista* está em não considerar a participação dos contingentes de soldados e voluntários do Pará como parte integrante da história. É como se os 1.063 combatentes paraenses deslocados para a luta tivessem tomado outro caminho que não o da guerra,

nos limites de São Paulo e Minas, onde o grosso das tropas do Pará estacionou. Procurou-se aqui preencher esta lacuna, observando também as motivações que levaram os voluntários a lutar “em defesa dos ideais outubristas”.

Diferentemente do ocorrido em Belém, o interventor não pode capitalizar o apoio dos obidenses na formação de uma contrarrevolução. Na memória dos moradores, o movimento de 1932 remeteu à revolta de 1924, quando a cidade foi bombardeada. O temor de uma luta armada levou os moradores a buscarem refúgio no interior. A identificação entre as revoltas de 24 e 32 recebeu o repúdio de Magalhães Barata. Para demarcar os lugares históricos, ele colocou em prática uma estratégia de desqualificação do inimigo, por meio dos jornais, reservando ao movimento de 1924, do qual fora líder, qualificativos elogiosos. Ao conceber os rebeldes como “bandidos”, “saqueadores”, “jagunços”, o interventor agiu no sentido de esvaziar da *Revolta* Constitucionalista do Baixo Amazonas qualquer conteúdo político.

O significado construído pela dominação e absorvido pela sociedade contribuiu para relegar ao esquecimento a revolta do Baixo Amazonas. No entanto, cabe também observar neste processo a contribuição do Estado Novo, regime instaurado em 1937. Ao assumir a tarefa de corrigir os rumos da *Revolução* de 30, que teria falhado na missão de libertar o país da experiência liberal da Primeira República, os ideólogos do Estado Novo condenaram ao esquecimento os acontecimentos situados entre a *Revolução* de 1930 e o novo regime, tidos por expressão desse liberalismo. Assim, a *Revolução* Constitucionalista e sua extensão amazônica foram relegadas ao esquecimento.

No Pará, o silêncio em torno da Revolta Constitucionalista no Baixo Amazonas prosseguiu mesmo com encerramento do Estado Novo, em 1945, corroborando para que, hoje, oitenta anos depois, continue a ser assunto quase desconhecido. Devem se destacar, no entanto, além de Creso Coimbra e Ildefonso Guimarães, os esforços de autores que inseriram a revolta em estudos sobre conflitos da primeira intendência de Magalhães Barata nos últimos anos. Carlos Rocque, em 1999, tratou do episódio na extensa biografia “*Magalhães Barata – o homem, a lenda, o político*”. O autor, em que pese adotar as interpretações do biografado, vem servindo de fonte para outros escritores, entre eles, o médico e escritor Alfredo Oliveira, autor de “*Cabanos & Camaradas*”, de 2009, livro em que investiga a presença do Partido Comunista Brasileiro na vida política paraense. Sobre a revolta de Óbidos, Oliveira insiste na

imagem de Pompeu como um carismático líder que conseguiu a “incrível façanha de arrastar sozinho o apoio do quartel à causa paulista”.

Por fim, “*Amazônia republicana – processos seletivos e outros temas*”,<sup>503</sup> de William Gaia Farias, tornou-se o primeiro livro didático para o ensino médio a incluir, entre os temas do período republicano na Amazônia, as revoltas constitucionalistas. A obra faz uma oportuna revisão do período, acrescentando temas da história do Brasil em que o Pará e os paraenses entram em cena, com destaque para a Guerra de Canudos, a Revolução de 30, as tensões da Segunda Guerra Mundial.

Iniciativas como a de Farias podem, efetivamente, contribuir para pôr fim ao paradoxo que ainda se observa nas escolas: alunos do curso médio estudam, no capítulo sobre a Era Vargas, a *Revolução* Constitucionalista de 1932 como parte da crise entre oligarquia e tenentismo, mas restrita ao acontecimento de São Paulo. Sobre os desdobramentos no Pará, nenhuma palavra. Agrava o problema, que não é específico da revolta do Baixo Amazonas, mas de vários outros temas amazônicos da História do Brasil, o consumo nas escolas de livros produzidos por editoras do Sul/Sudeste, que continuam ignorando a história fora de seus limites regionais.

---

<sup>503</sup> FARIAS, William Gaia. *Amazônia republicana – processos seletivos e outros temas*. Belém: WGF, 2007.

## Referências Documentais

Inquérito policial militar. Inspetoria de Polícia Marítima do Pará. Rio de Janeiro: AHEX, 1932-3.

Inquérito policial militar. Delegacia de Polícia Auxiliar do Amazonas. Rio de Janeiro, AHEX, 1932.

Inquérito policial militar. Quartel General da 8ª Região Militar. Rio de Janeiro, AHEX, 1932.

Inquérito policial militar. Delegacia Especial. Rio de Janeiro, AHEX, 1932.

Relatório inquérito da Delegacia de Polícia Auxiliar do Pará. 1932. Arquivo Público do Pará.

Artigo: Eidorfe Moreira. *Memória de 6 e 7 de setembro de 1932: uma página memorável dos estudantes do Pará*. A Província do Pará, 1973.

Relatório sobre “Sobre os Mosaicos do Inferno”. *Revista do IHGP*, vol. IX, 1934, p.215.

Coleções dos jornais do Pará:

Diário da Tarde, 1932.

Diário do Estado, 1935.

Folha do Norte, 1924-1934.

O Estado do Pará, 1930-34.

Crítica, 1932-1933.

O Imparcial, 1928-1933.

Brasil-Novo, 1931.

Diário Oficial do Estado do Pará, 1924-1935

Coleções de Jornais do Amazonas:

Jornal do Comércio (Amazonas), 1920-1934.

Diário Oficial do Estado do Amazonas, 1932.

## Referências Bibliográficas

- ABREU, Marcelo Santos de. *A Revolução Constitucionalista de 1932: memorialismo, historiografia, produção do silêncio*. Rio de Janeiro: PPGHS/UFRJ, 2007.
- AMARAL, Ademar Ayres. *Catalinas e casarões*. Belém, 2009.
- ANDRADE, Mário de. *Taxi e Crônicas no Diário Nacional*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1976.
- ASSIS, Dilermando de. *Vitória ou derrota: campanha no setor sul de São Paulo*. São Paulo: Calvino Filho, 1936.
- AYRES, Manuel, AYRES, Iza do Amaral Corrêa. *Manuel & Iza: Crônicas e memórias dos Ayres*. Belém, 2011.
- BACZCO, Bronislaw. *A imaginação Social*. In LEACH, Edmundo ET alii. *Anthopos-homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República – de 1930 a 1960*. São Paulo: Alfa Ômega, 1991.
- BASTOS, Abguar. *História da política revolucionária no Brasil*. Vol. I. Rio de Janeiro: Conquista, 1969.
- BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa. Brasil – 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia, formação social e cultural*. 2009, p. 322.
- BEZERRA, Holien Gonçalves. *O jogo do poder: revolução paulista de 32*. São Paulo: Moderna, 1989.
- BORGES, Ricardo. *O Pará republicano, 1824-1929, Ensaio Histórico*. Belém, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- \_\_\_\_\_ A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. São Paulo: Zouk, 2002.
- CARONE, Edgar. *O tenentismo*. São Paulo: Difel, 1975.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro, 2005.

CASTRO, Celso. *O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990, p. 10.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque* 2001.

CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso (Org.). *A história contada*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CHANDLER, Billy Jaynes. *Lampião, o rei dos cangaceiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2008.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1990.

COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o Exército na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense, 1976.

COIMBRA, Creso. *A revolução de 30 no Pará – análise, crítica e interpretação da história*. Belém. Conselho Estadual de Cultura, 1981.

CONSOLIN, Maria Cristina Consolin. *Gustave Le Bon e a reação conservadora às multidões*. Campinas: Anais do XVII Encontro Regional de História, 2004.

DEAN, Warren. *A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica*. São Paulo: Nobel, 1989.

DE DECCA, Edgar Salvadori. *O silêncio dos vencidos*. 6ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DE PAULA, Jeziel. *1932: Imagens construindo a história*. Campinas: Unicamp, 1998.

DEL PICCHIA, Menotti. *A revolução paulista*. São Paulo: 1932.

DONATO, Hernâni. *1932: História da Revolução de 32*. São Paulo: Ibrasa, 2002.

DRUMMOND, José Augusto. *O Movimento Tenentista: A intervenção Política dos Oficiais Jovens (1922-1935)*. Rio de Janeiro: Graal. 1986.

ELLIS JUNIOR, Alfredo. *A nossa guerra*. São Paulo: Piratininga, 1933;

EMMI, Marília Ferreira. *Italianos na Amazônia: pioneirismo econômico e identidade*. 2008.

FARIAS, William Gaia. *A construção da República no Pará (1886-1897)*. Tese de doutorado, Niterói, agosto/2005.

\_\_\_\_\_ *Amazônia republicana – processos seletivos e outros temas*. Belém: WGF, 2007.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930. Historiografia e história*. São Paulo, 1997.

FERREIRA, Albert de Oliveira. *A primeira interventoria de Magalhães Barata (1930-1935): discursos, práticas e conflitos políticos no Estado do Pará*. Belém: DHIST/UFPA, 1977.

FIGUEIREDO, Euclides. *Contribuição para a história da Revolução Constitucionalista de 1932*. São Paulo, 1981.

FREITAS, Iza Vanesa Pedroso de. *O patronato das letras: cultura e política no Instituto Histórico e Geográfico do Pará (1930-1937)*. Belém: PPGHIST/UFPA.

FUNES, Eurípedes. *Mocambos do Trombetas: Memória e Etnicidade (séculos XIX e XX)*. In DEL PRIORE, Mary e GOMES, Flávio (org.). *Os senhores dos rios*. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

GOMES, Angela de Castro. *Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Dumará, 1994.

\_\_\_\_\_ *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

GRANDIN, Greg. *Fordlândia: ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na Selva*. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

HILTON, Stanley. *1932 – A guerra civil brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2ª Ed., 1982.

HOBBSAWM, Eric. RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 6ª Ed., 2008.

HOBBSAWM, Eric. *Revolucionários - Ensaio contemporâneo*. São Paulo: Paz e Terra, 3ª Ed., 2003.

HOLLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HUNTINGTON, Samuel P. *O soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro: BibliEX, 1996.

- GUIMARÃES, Ildelfonso. *Os dias recurvos: anatomia de uma rebelião*. 2ª ed. Belém: Secult, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Sombras do entardecer*. Belém: Paka-tatu, 2004.
- ISER, Wolfgang. *O fictício e o Imaginário: perspectiva de uma antropologia literária*. Rio de Janeiro: UDUERJ, 1996.
- LADEIRA, César. *Acabaram de ouvir...* São Paulo: Nacional, 1933;
- LE BON, Gustave. *Psicologia das multidões*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- LE COINTE, Paul. *A cultura do cacau na Amazônia*, Rio de Janeiro: 1934.
- \_\_\_\_\_. *L'Amazonie Brésilienne*. Paris: Challamel, 1922.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ª ed. Campinas, SP: Unicamp, 2003.
- LE MOS, Renato. *A revolução constitucionalista de 1932*. In SILVA, Raul Mendes, CACHAPUZ, Paulo Brandi e LAMARÃO, Sérgio (Org.). *Getúlio Vargas e seu tempo*. Rio de Janeiro: BNDES, S/d.
- LENHARO, Alcir. *A Sacralização da Política*. 1986. Campinas, SP: Unicamp, 1989.
- LOUREIRO, Antonio. *Tempos de esperança*. 1994.
- MARRECA, Orvácio Deolindo da Cunha. *História da Polícia Militar do Pará*. Belém: Polícia Militar do Pará 1940.
- McCAN, Frank. *Soldados do Brasil-História do Exército Brasileiro 1889-1937*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhias das Letras, 2004.
- MEIRA, Clóvis. *Barata no centenário*, Belém: Conselho de Cultura do Estado do Pará, 1989.
- MEIRA, Otávio. *Memória do Quase Ontem*. Rio de Janeiro: Lidador, 1975.
- MESQUITA, Lindolpho. *Magalhães Barata, o Pará e sua história*. Belém: 1944.
- MOLINA, Antonio-García-Pablos de. *Tratado de Criminologia*. 2ª ed., Valencia, Tirant, 1999.
- MOTTA, Jehovah. *Formação do Oficial do Exército*. Rio de Janeiro: BibliEx, 2001.
- NOGUEIRA FILHO, Paulo. *A guerra cívica 1932*. São Paulo: 1982.

- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. GOMES, Eduardo Rodrigues; WHATELY, Maria Celina. *Elite intelectual e debate político nos anos 30*. Rio de Janeiro; FGV, 1980.
- POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Rio de Janeiro: Revista de Estudos Históricos, vol 2, nº 3, 1989.
- POMAR, Wladimir. *Pedro Pomar: uma vida em vermelho*. São Paulo: Xamã, 2009.
- PONTES, José Alfredo Vidigal. *1932: o Brasil se revolta*. São Paulo: Terceiro Nome, 2004.
- PRESTES, Anita Leocadia. *Tenentismo pós-30: continuidade ou ruptura?* São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- REGO, Orlando L. M. de Moraes. *Retrospectivo Histórico da Polícia Militar do Estado do Pará – 1822-1930*. Belém, 1981.
- RIBEIRO, José Francisco. *Sobre os mosaicos do inferno*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1934.
- ROCQUE, Carlos. *Depoimentos para a história política do Pará*. 1991.
- \_\_\_\_\_. *Magalhães Barata: o homem, a lenda, o político*. Vol. 1. Belém: Secult, 1999
- RODRIGUES, Denise de Souza Simões. *Pará/ 1935: um estudo sobre Liderança e conflito*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1979.
- ROSA, Virginio Santa. *O sentido do tenentismo*. 3ª Ed. São Paulo: Alfa-Omega 1976. OLIVEIRA, Alfredo. *Cabanos & Camaradas*. Belém, 2010.
- ROSSI, Paolo. *O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias*. São Paulo: Unesp, 2000.
- SAINT-PIERRE, Héctor Luis. *A política armada – fundamentos da guerra revolucionária*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.
- SANTOS, Marcos C., MOTA, André. *São Paulo 1932: memória, mito e identidade*. São Paulo: Alameda, 2010.
- SANTOS, Monteiro. *A revolta de 1924 em Manaus*. Manaus: Valer, 2001.
- SANTOS, Paulo Rodrigues dos. *Tupaiulândia*. Belém: 1971.
- SANTOS, Stefan, Freitas dos. *Batalha pela democracia: 1961-1964 – Outras visões, os sargentos e o governo João Goulart*. Rio de Janeiro: FGC-CPDOC, 2010.
- SILVA, Hélio. *1922: sangue na areia de Copacabana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

\_\_\_\_\_ *1932: a Guerra Paulista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

SILVA, Ricardo Souza. *Labirintos da memória: uma análise sobre fato e ficção na história de Mato Grosso do Sul*. Fortaleza: Anpuh, 2009.

SOUZA, Inglês. *O coronel Sangrado (Cenas da vida do Amazonas)*. 2ª ed. Belém: Edufpa, 2003.

SOUZA, José Inácio M. *O estado contra os meios de comunicação (1889-1945)*. São Paulo: Fapesp, 2003.

Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. *O Poder Judiciário na história do Amazonas*. Manaus: 201.

VARGAS, Getúlio. *Diário*. Vol. I, 1930 – 1936. Rio de Janeiro, 1995.

VILLA, Marco Antonio. *1932: imagens de uma revolução*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.

VISCARDI, Claudia M. R. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 1982.